

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Marcello Giovanni Pocai Stella

Literaturas de língua portuguesa: produção e circulação em um espaço
transnacional

Versão Corrigida

São Paulo

2023

MARCELLO GIOVANNI POCAI STELLA

Literaturas de língua portuguesa: produção e circulação em um espaço transnacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson

Versão Corrigida

São Paulo

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE

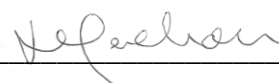
Nome do (a) aluno (a): Marcello Giovanni Pocai Stella

Data da defesa: 02/06/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Luiz Carlos Jackson

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22/06/2023



Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S8241 Stella, Marcello Giovanni Pocai
Literaturas de língua portuguesa: produção e circulação em um espaço transnacional / Marcello Giovanni Pocai Stella; orientador Luiz Carlos Jackson - São Paulo, 2023.
324 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. LITERATURA AFRICANA. 2. SOCIOLOGIA . 3. TRANSNACIONALISMO. 4. AFRICANOS. 5. LÍNGUA PORTUGUESA. I. Jackson, Luiz Carlos , orient. II. Título.

STELLA, Marcello Giovanni Poci. **Literaturas de língua portuguesa:** produção e circulação em um espaço transnacional. Tese (Doutorado em Sociologia) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho em primeiro lugar a meu avô Ari, maior entusiasta deste doutorado. A meus pais, avó, minha tia, tio e priminha, por me proporcionarem o afeto, confiança e abrigo. Também a Adriano, Nayara, Gabriela, Rafael e Cesar pela amizade insubstituível e indispensável. Também a Marcus, Rodrigo, Jéssica, Wellington e Max por compartilhar o ofício de sociólogo e pela grande amizade. A Letícia e Thaíse por ajudarem a reconstruir um lar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa de iniciação científica (processo 2014/25768-1) e de mestrado (processo 2015/25559-6), de doutorado (processo 2018/25486-7) e de estágio de pesquisa no exterior (BEPE – processo 2019/20750-0) que foram essenciais para a realização da pesquisa.

Sou profundamente grato também à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso. E devo dizer muito obrigado a todos os funcionários da faculdade em especial os do Departamento de Sociologia: Janeide, Zé, Leci e Érica; e os do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Gustavo e Evânia; sempre solícitos e cooperativos.

Além dos funcionários gostaria de dedicar um agradecimento especial a todos os professores e professoras que cruzaram meu caminho neste meu processo de escolarização e educação. Começo pelos professores Henrique Pacini e Pedro, mestres de história que bem cedo souberam despertar em mim o interesse pelas ciências humanas. Depois no Ensino Médio, na Escola Técnica Estadual de São Paulo, serei eternamente grato e honrado por ter sido aluno de Glória Noronha, Irineu Nóbrega e Patrícia, professoras e professor que alteraram minha forma de encarar o mundo, a mim mesmo e aos meus próximos.

Finalmente no curso de Ciências Sociais, tanto no bacharelado quanto na licenciatura e depois na pós-graduação devo mencionar: Heloísa Buarque de Almeida, Paula Marcelino, Maria Helena Oliva Augusto, Ricardo Mariano, Lilia Schwarcz, Maria Arminda do Nascimento Arruda, André Singer, José Sérgio Fonseca de Carvalho, Márcia Lima, Edison Bertencelo, Sylvia Garcia e Patrício Tierno. Todos mais direta ou indiretamente me inspiraram, deram conselhos e serviram de exemplo de dedicação ao ensino e a pesquisa. Devo um agradecimento mais que especial ao professor e amigo Fernando Antonio Pinheiro Filho pela participação na banca de qualificação e por ter acompanhado meu trabalho tão de perto, sempre me fornecendo dicas e caminhos que me foram de extrema valia. À Rita Chaves (membro da banca de qualificação), Tânia Macedo, Nazir Can e Ana Lúcia Sá serei sempre muito agradecido por me mostrarem o universo das literaturas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, um universo amplo e vasto que me entusiasma cada vez mais em explorar. Issaka Mainassara Bano, Jacqueline Kaczorowski e Ricardo Pedrosa Alves foram também parcerias inestimáveis na aproximação com as áfrias e suas literaturas.

Ao professor Stefan Helgesson devo muita gentileza, generosidade e confiança no meu trabalho e estímulo a que seguisse em frente em empreitadas conjuntas que só me engrandeceram e indicaram novos caminhos.

Devo muito também a professora Gisèle Sapiro que de forma muito acolhedora me aceitou e recepcionou na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais para mais um período de estágio de pesquisa. As reuniões de orientação, aulas e discussões coletivas foram oportunidades ímpares para minha formação, seu entusiasmo e afinco pela sociologia e pela pesquisa são contagiantes e me serviram de exemplo e estímulo. Também na EHESS agradeço enormemente ao professor Afrânio Raul Garcia Jr. que sabe como ninguém deixar os alunos brasileiros em casa na dura Paris. Pelo acolhimento em um final de semana de passeio por Basel, devo também gratidão ao professor Joseph Jurt e sua família, que tão bem me acolheram e trataram.

Aos diplomatas Celso Amorin, Ruy do Amaral e Irene Vida Gala pela doação de seu tempo experiência e relatos riquíssimos. Minha gratidão e homenagem a Dulce Maria Pereira que trouxe muitas insights e um olhar muito especial, como a primeira secretária chefe da CPLP pelo Brasil.

Não poderia deixar de mencionar, ainda no ambiente universitário, o Núcleo de Sociologia da Cultura (NSC-USP), empreitada coletiva que diversos discentes e docentes têm construído com muito trabalho e esforço. Agradeço especialmente ao professor Sérgio Miceli que se integrou ao grupo, trazendo toda sua argúcia e precisão de análise para o debate de textos e dos nossos trabalhos, além de ser grande entusiasta de nossas iniciativas. João Victor Kosicki é peça chave também na criação do NSC e além de criador, grande amigo, companheiro de partidas de futebol de botão e daqueles papos que nos aliviam e divertem. Wellington Paschoal além de colega de mestrado e NSC, também das partidas de futebol de botão, foi uma das boas amizades que a vida acadêmica me trouxe e a partir dela se espalhou para todas as outras esferas do meu cotidiano, sem seu companheirismo as coisas teriam sido muito mais difíceis. Outra pessoa que me apoiou constantemente foi Flavia Brancalion, que além de amiga, é grande musicista, compositora e socióloga. Não bastasse todos esses qualificativos ainda por cima é mestre em cozinha e panificação, além de excelente companheira de bares e atividades culturais paulistana, em todos os momentos de grande alegria ou de aflição ela sempre esteve lá, devo-lhe um grande agradecimento por sua cumplicidade e por sempre estar presente para encontros desinteressados que se tornam memoráveis. Márcia Malcher também com toda sua delicadeza, força e poesia foi peça fundamental nos momentos felizes e nos difíceis; uma pessoa de presença mais do que agradável e estimulante. Elogios que se assemelham aos que faço a

Rodrigo Amaral, porém dele ainda destaco a sabedoria e maturidade de uma vida bem vivida, que fica patente no seu falar sempre calmo e ponderado. Sob pena de talvez esquecer alguém, pelo que peço perdão adiantadamente, devo citar também os amigos e amigas de Núcleo: William Santos, Paula Carvalho, Weslei Estradiote, Tony Nakatani, Ivo Soares, Mônica Moraes, Darlan Praxedes, Davis Diniz, Pérola Mathias, German Nunez, Aline Chiaramonte, Allana Meirelles, Endyra Russo, Diego Tavares, Hugo Freitas, Pedro Serra, Dimitri Pinheiro e Luiz Antonio Guerra.

Durante o doutorado celebro a continuidade e alegria das amizades com Gustavo Queiróz, Letícia Gomes e Jéssica Höring; além de colegas de turma se tornaram peças que dão leveza a exigente jornada na pós-graduação. Nessa mesma toada tenho que citar Ugo Rivetti e Anouch Kurkdijan companheiros da Plural e de lá também para a vida. Cito também com muito carinho Ellen Elsie, amiga do doutorado que com sua calma e clareza de pensamento me auxilia enormemente a ver melhor as coisas. Ainda durante a graduação em Ciências Sociais entrei em contato com pessoas que permanecem fundamentais na minha trajetória: Danilo Lucena, Alessandra Alves, Jussara Jardim, Marcela Zotta, Marcela Rosolia, Luciana Negrini, Ivan Stoiev, Igor Costochka e Téo Fronzi. Agradeço em especial também a alguns queridos veteranos das Ciências Sociais: Max Gimenes, companheiro das vitórias e reveses da vida; Marina Blank ótima ouvinte e indicadora de caminhos. Ambos tem sido confidentes e camaradas amáveis, atenciosos e insubstituíveis.

Nesse mesmo espírito de luta pela igualdade e justiça social devo muito a Júlia Dietrich e Carolina Moraes, que me escolheram para trabalharmos juntos e também me abriram as portas para uma amizade muito divertida e formativa. Na passagem do mestrado para o doutorado Liliane Rocha me abriu uma oportunidade de trabalho fundamental e valiosíssima na consultoria Gestão Kairós onde pude me desenvolver muito nos temas de diversidade e sustentabilidade. Depois no final do doutorado devo mencionar também toda a equipe do Instituto Phi, que me acolheu em um momento pessoal difícil e bastante sensível, ali sigo aprendendo todos os dias a ser uma pessoa melhor, gratidão a: Luiza Serpa, Emília Freire, Andrezza Ribeiro, Matias Hernandez, Julia Rampini, Carolina Alencar, Carla Benfica, Cristiana Veloso, Layane Coelho, Lara Saboya e Aline Ferreira. No hall das amizades como essas devo incluir o incrível Tiago Reginato que entrou na minha vida pela psicanálise e acabou permanecendo pela amizade fraterna. Uma que entrou pela psicanálise e continua analista, mas é igualmente fundamental é minha terapeuta Maíra Mourão. Também entraram na minha trajetória sem querer querendo, os queridos Tadeu Omae, Lucas Neumann e as queridas Trícia Cereja, Fernanda Carlovich e Camilla Annaruma, designers de relações mais que especiais e de

grande cumplicidade. Devo também um agradecimento a Juliana Wierman e Maria Letícia Wierman por todo apoio e encorajamento em período bastante difícil e complexo da história do país.

A Mara Santos e Marcus Repa esse trabalho é também dedicado pelo inestimável carinho, segurança e amor que me ofereceram em um dia e tempo em que me encontrava em grande e difícil encruzilhada. A César Dias, Nayara Xavier, Adriano Furtado, Gabriela Bizari, Rafael Dornellas e Paula Barreto por caminharem lado a lado comigo, me alertando das pedras no chão, apontando para horizontes possíveis e me precavendo e protegendo das tempestades que estão por vir. Também da época de ensino fundamental e médio preciso mencionar: Ariane Alves, Anne Capelo, Daniel Dieb, Nobuhiko Hirota, Thayane Lucena, Guilherme Gomes, Luigdi Diniz, Virgílio Guasco, Carolina Stary, Eloísa Fernandes, Flávia Teraoka, Marcos Ramos Jr., Marcelo Fernandes, Tiago Sbarai, Thalita Lodos, Paula Ferreira, Nayla Almeida e Talita Salgado.

Agradeço também aos alunos e alunas do Atêlier de Bens Simbólicos, dirigido pela professora Gisèle Sapiro, que tão bem me receberam: Alihan Mestici, Daria Petuschkova, Lilas Bass, Delia Arribas, Elsie Cohen, Santiago Vasquez, Santiago Venturini, Alejandrina Fálcon, Tristan Leperlier e Alejandro Gorr. Durante o período na França, serei eternamente grato a uma espécie de segunda família franco-finlandesa que me acolheu e adotou na minha breve estada, a Marie-Catherine Chanfreau e Antoine Chanfreau, meu reconhecimento e grande dívida, pela forma delicada e atenta que me receberam e pelo entusiasmo e empolgação para me levar para passeios e para conhecer um pouco mais de seu país e família. Graças a todos estive muito menos sozinho naquele momento e estou, com certeza, bem acompanhado para o resto dos meus dias.

Passei alguns dias de para pesquisas no Arquivo da Fundação Mário Soares em Lisboa, onde devo muito a toda equipe que me acolheu ainda no período de saída da pandemia, sem o acesso aos documentos lá guardados esse trabalho seria impossível. Seria igualmente impossível sem o lar que me ajudaram a recompor Letícia Frizzarini e Thaíse Desirée, amigas-irmãs de todas as horas.

Por fim, agradeço com muito afeto aos meus avós Arlete Stella e Aristodemo Stella pelo abrigo quando eu me encontrava perdido e me recompondo, a Elcira Rodovalho pelas risadas e apoio incondicional e a Gilberto Pocai (*in memoriam*). Gostaria de citar os antepassados de ambos os lados familiares, que se não entraram para os livros de história oficial, me deixaram um legado e um patrimônio de histórias incalculável e inestimável: Júlia Pagoto, Modesto Angelo Mattiazzo, Alice Tinelli, Ambrósio Stella, Leone Pocai, Maria Cicowycz,

Juvenal Oliveira, Ana Maria Alencar, Doriva Mattiazzi Zechetto, Roque Zechetto e Armando Pagotto. Cristiane Aparecida Stella, minha tia e madrinha, talvez tenha sido uma das influências determinantes para eu seguir a vida acadêmica, ainda me lembro de presenciar sua defesa de mestrado e, com certeza, sua dedicação, afinco e inteligência foram um espelho para mim. Recentemente às boas influências dela, se juntaram seu esposo Otávio Bertolani e para nos alegrar os dias e nos surpreender sempre, a já não mais pequena e cada dia maior Nicole Bertolani Stella. Meu pai João Marcelo Stella e minha mãe Maria José de Oliveira Alencar Poci foram, sem dúvida, os primeiros entusiastas e incentivadores de todas as minhas escolhas e opções, permanecem sendo os que sempre me transmitem força, segurança e tranquilidade. Merecem todos meus agradecimentos e respeito, além do meu reconhecimento por terem sido a base para que eu pudesse crescer com raízes firmes na vida.

Devo muitíssimo a figura do meu orientador Luiz Carlos Jackson, pessoa de sensibilidade e intuição ímpar, sem ele, seus conselhos, incentivo, calma e leitura atenta jamais teria chegado a lugar algum. Ele sem dúvida é a maior referência que tenho quando penso em como construir uma vida intelectual honesta, simples e transparente. Por último, mas não menos importante, agradeço a todos autores e todas as autoras que aceitaram participar dessa pesquisa, além de editores, críticos, agentes literários que concederam seu tempo para me dar informações e dicas valiosas sobre o espaço literário transnacional de língua portuguesa. Eles e elas são em boa medida a principal razão de ser dessa dissertação, que tenham vida-longa e que sigam fazendo da literatura e de nossa língua comum agentes vivos e cada vez mais democráticos, plurais e representativos.

O passado é o passado – já morreu
Grande é o futuro, por nascer.
Nenhum fruto maduro prometeu
O que a semente pode prometer.

Do que foi embebedas a lembrança.
Do que há-de ser, estremece!
Vindo, voltas a ser criança;
Mas aí, apodreces.

Chamo por ti, de manso,
Numa ordeira canção;
É uma ponte de sonho que te lanço...
Passa por ela, irmão!
(TORGA, Miguel, 1948)

RESUMO

STELLA, Marcello Giovanni Poci. **Literaturas de língua portuguesa: produção e circulação em um espaço transnacional.** 2023. 324 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta tese de doutorado visa em primeiro lugar debater e aprofundar uma reflexão sobre as condições sociais de emergência de um espaço literário transnacional de língua portuguesa. Como se deu sua constituição? Como se deram suas disputas internas? Quem foram seus principais atores? Para responder a essas questões tomaremos como objeto as trajetórias sociais e profissionais de alguns escritores e escritoras de língua portuguesa, atuantes no espaço. Os produtores literários são agentes centrais para a compreensão história social desse espaço, já que são artífices centrais do manejo e transformação da linguagem. Como se dão seus processos de consagração e legitimação? Como circulam pelo espaço? Quais são as hierarquias de classificação e os embates entre eles e elas? A sociologia da literatura até agora tem tratado, majoritariamente, de objetos e temas restritos às fronteiras e territórios nacionais, pouco se questionando sobre a instabilidade desses espaços, que são antes realidades imaginadas e sempre em mutação, do que constructos estáveis e inabaláveis.

Palavras-chave: Sociologia da literatura. Escritores. Literaturas de língua portuguesa.

ABSTRACT

STELLA, Marcello Giovanni Poci. **Portuguese language literatures: production and circulation in a transnational space.** 2023. 324 p. Thesis (Thesis in Sociology) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This thesis aims first to discuss and deepen a reflection on the social conditions of emergence of a Portuguese-speaking transnational literary space. How did your constitution come about? What are your internal disputes? What are your main actors? To answer these questions, we will take as object the social and professional trajectories of some writers of Portuguese speaking countries from this space. The literary producers are central actors for the understanding of the socio history of this space, since they are central architects of the manufacturing and transformation of the language. How does it work the processes of consecration and legitimation? How do they circulate through space? What are the ranking hierarchies and the clashes between them? The sociology of literature has so far dealt with its objects and themes always conforming to national borders and territories, little questioning about the instability of these concepts and terms, which are more imagined and ever-changing realities than stable and unshakable constructs.

Keywords: Sociology of literature. Writers. Portuguese Language Literatures.

RÉSUMÉ

STELLA, Marcello Giovanni Poci. **Littératures de langue portugaise**: production et circulation dans un espace transnational. 2023. 324 p. Thèse de doctorat en sociologie, Faculté de Philosophie, Lettres et Sciences Humaines, Université de São Paulo, 2023.

Cette thèse de doctorat vise tout d'abord à discuter et à approfondir une réflexion sur les conditions sociales d'émergence d'un espace littéraire transnational en langue portugaise. Comment s'est déroulée sa constitution ? Comment se sont déroulées ses disputes internes ? Qui en étaient les principaux acteurs ? Afin de répondre à ces questions, nous prendrons pour objet les trajectoires sociales et professionnelles de quelques écrivains de langue portugaise actifs dans cet espace. Les producteurs littéraires sont des agents centraux pour comprendre l'histoire sociale de cet espace, puisqu'ils sont les artisans centraux de la gestion et de la transformation du langage. Comment se déroulent leurs processus de consécration et de légitimation ? Comment circulent-ils dans l'espace ? Quelles sont les hiérarchies de classification et les affrontements entre elles ? Jusqu'à présent, la sociologie de la littérature a surtout traité d'objets et de thèmes limités aux frontières et aux territoires nationaux, s'interrogeant peu sur l'instabilité de ces espaces, qui sont plutôt des réalités imaginées et en constante évolution que des constructions stables et inébranlables.

Mots-clés: Sociologie de la littérature. Écrivains. Littératures de langue portugaise.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da quantidade de títulos de literaturas africanas de língua portuguesa publicados no Brasil de 1949 a 2018	26
Gráfico 2	Participação das editoras brasileiras na edição de livros de literaturas africanas de língua portuguesa de 1949 a 2018	27
Gráfico 3	Quantidade de títulos de cada país africano publicados no Brasil entre 1949 e 2018	28
Gráfico 4	10 Autores africanos mais publicados no Brasil entre 1949 a 2018	28
Gráfico 5	Nacionalidades de todos os autores africanos de língua portuguesa publicados no Brasil entre 1949 e 2018 (n=73)	29
Gráfico 6	Autores(as) africanos(as) de língua portuguesa publicados no Brasil por sexo entre 1949 e 2018	31
Gráfico 7	Distribuição de autores/obras premiadas por cada láurea	39
Gráfico 8	Conjunto de prêmios distribuídos por Camões, Oceanos e José Saramago por nacionalidade	40
Gráfico 9	Autores/livros premiados mais de uma vez	41
Gráfico 10	Autores premiados distribuídos por nacionalidade (n=69)	41
Gráfico 11	Conjunto de títulos/autores premiados distribuídos por Camões, Oceanos e José Saramago por gênero literário	42
Gráfico 12	Conjunto de títulos/autores premiados publicados no Brasil por editoras e livros/autores não publicados	43
Gráfico 13	Conjunto de títulos/autores premiados publicados em Portugal por editoras e livros/autores não publicados	44
Gráfico 14	Conjunto de títulos/autores premiados publicados em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa por editoras e livros/autores não publicados	45
Gráfico 15	Conjunto de títulos/autores premiados por Camões, José Saramago e Oceanos por sexo	46
Gráfico 16	Presença de Membros (Sim) e não Membros (Não) da ABL nos júris do Prêmio Camões entre 2002 e 2018	137

Gráfico 17	Publicações anuais da Rosa de Porcelana de 2013 até maio de 2021	204
Gráfico 18	Nacionalidade de convidados de todas as edições do Festival Literatura Mundo do Sal entre 2017 e 2019	206
Gráfico 19	Livros subsidiados por ano pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB	218
Gráfico 20	Editoras com mais de dez títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018)	219
Gráfico 21	Total de títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018) por nacionalidade dos autores	222
Gráfico 22	10 Autores com mais títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018)	224
Gráfico 23	Total de títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018) por suas nacionalidades	225
Gráfico 24	Gêneros literários subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil do DGLAB (2002-2018)	226
Gráfico 25	Total de autores subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018) por sexo	227

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Total de autores premiados por nacionalidade pelo Prêmio Camões entre 1989 e 2018	129
Tabela 2	Total de jurados por nacionalidade pelo Prêmio Camões entre 1989 e 2018	129
Tabela 3	Total de indivíduos que participaram do júri por nacionalidade no Prêmio Camões entre 1989 e 2018	130
Tabela 4	Editoras subsidiadas pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018)	219
Tabela 5	Histórico de Vendas de autores africanos de países de língua portuguesa no PNBE/PNLD Literário	231
Tabela 6	Comparativo de total de exemplares e volume comprados entre os autores africanos de língua oficial portuguesa nos programas PNBE/PNLD literário	233
Tabela 7	Títulos de autoria africana de língua portuguesa publicados no Brasil com subsídio da DGLAB	239
Tabela 8	Distribuição dos/das autores/autoras dos PALOP por país de origem, dentre os que foram subsidiados/as pela DGLAB	240
Tabela 9	Autores e autoras dos PALOP's e total de títulos subsidiados pela DGLAB	241
Tabela 10	Peso do subsídio da DGLAB em relação ao total de livros publicados, pelos 5 autores dos PALOP mais editados no Brasil	242
Tabela 11	Peso das compras estatais via PNBE/PNLD literário em relação ao total de livros publicados, pelos 5 autores dos PALOP mais editados no Brasil	242
Tabela 12	Autores e obras dos PALOP subsidiados pela DGLAB e comprados pelo Estado brasileiro via PNBE/PNLD literário	243
Tabela 13	Presença de Membros e não Membros da ABL nos júris do Prêmio Camões entre 2002 e 2018	286

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Jurados do Prêmio Portugal Telecom/Itaú Oceanos (2003 – 2017)	36
Quadro 2	Prêmio Leya (2008 – 2019) Autores, títulos, sexo, nacionalidade, editoras	37
Quadro 3	Jurados do Prêmio Leya (2008 – 2019) por suas nacionalidades	38
Quadro 4	Autores por origem geográfica de nascimento (Estados)	38
Quadro 5	Presença de Membros e não Membros da ABL nos júris do Prêmio Camões entre 1989 e 2001	132
Quadro 6	Presença de Membros e não Membros da ABL entre os laureados do Prêmio Camões entre 1989 e 2018	137
Quadro 7	Autores selecionados para análise e suas obras	164
Quadro 8	Prosopografia dos sete escritores selecionados	164
Quadro 9	Dados sobre a profissão e escolarização dos pais dos autores e autoras	166
Quadro 10	Uniões e Associações de Escritores dos PALOP	194
Quadro 11	Institutos dos Livros e dos Discos dos PALOP	195
Quadro 12	– Editoras e Editores Independentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal.	198
Quadro 13	Livros e Autores(as) do catálogo da Editora Rosa de Porcelana até maio de 2021	202
Quadro 14	Novas instituições literárias dos PALOP a partir da década de 2010	207
Quadro 15	Autores(as) do Catálogo da Editora Trinta Zero Nove	211
Quadro 16	Prêmio Camões (1989 – 2018)	279
Quadro 17	Portugal Telecom/Itaú Oceanos (2007 – 2018)	282
Quadro 18	Prêmio José Saramago (1999 – 2017)	284

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018) por nacionalidade dos autores	223
--------	---	-----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Regulamento do Prêmio José Saramago de 2017	33
Imagem 2	José Aparecido de Oliveira e Josué Montello na ABL para a posse de José Sarney	50
Imagem 3	Imagem 3 – Mário Soares, José Sarney, Jorge Amado e Zélia Gatai em visita oficial do presidente do Brasil à Portugal em 1986	118
Imagem 4	Acta da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 1995 – p.1	140
Imagem 5	Acta da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 1995 – p.2	140
Imagem 6	Imagem 6 – Ata da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 1996	141
Imagem 7	Acta da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 2012	144
Imagem 8	Ata da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 2013	144
Imagem 9	Ata da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 2016	145
Imagem 10	Diploma de premiação do Camões entregue para Dalton Trevisan	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACL	Academia de Ciências de Lisboa
AEMO	Associação dos Escritores Moçambicanos
APE	Associação Portuguesa de Escritores
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
LEC	Liga dos Escritores dos Cinco
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
SPE	Sociedade Portuguesa de Escritores
UEA	União dos Escritores Angolanos
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	24
2 OS ZÉS DE TODOS OS AMIGOS: SARNEY E APARECIDO DE OLIVEIRA NA GÊNESE DO PRÊMIO CAMÕES, IILP E CPLP	49
3 UM DIALETO NA EUROPA? ANTÓNIO ALÇADA BAPTISTA E MÁRIO SOARES, REPOSICIONANDO PORTUGAL E A LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS 1980/1990.....	84
4 PRÊMIO CAMÕES E A (RE)FUNDAÇÃO DAS BASES DE UM ESPAÇO LITERÁRIO TRANSNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA	117
5 ROMANCES DECOLONIAIS: SONHO E DESCONFIANÇA	147
6 EDITAR NOS PALOP: ENTRE ENGAJAMENTO, INDEPENDÊNCIA E PRECARIIDADE	186
7 SUBSIDIAR OS AUTORES DAS LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: OS PROGRAMAS DE APOIO À PUBLICAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS ENCONTRAM AS COMPRAS SUBSIDIADAS DO ESTADO BRASILEIRO	214
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS.....	246
APÊNDICE A – LISTA DE AUTORES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E DA ÁSIA PUBLICADOS NO BRASIL QUE FORAM APOIADOS PELA DGLAB DE PORTUGAL.....	273
APÊNDICE B – QUADROS DE PREMIADOS(AS) DO CAMÕES, PORTUGAL TELECOM/ITAÚ OCEANOS E JOSÉ SARAMAGO.....	275
APÊNDICE C – PRESENÇA DE MEMBROS E NÃO MEMBROS DA ABL NOS JÚRIS DO PRÊMIO CAMÕES ENTRE 2002 E 2018	282
ANEXO A - CORRESPONDÊNCIA SARNEY / MÁRIO SOARES (1985 – 1989).....	285
ANEXO B – CAPAS DAS FONTES BIOGRÁFICAS SOBRE JOSÉ SARNEY E JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA.....	297
ANEXO C – DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS DE INSTITUIÇÃO DO PRÊMIO CAMÕES.....	300
ANEXO D – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO PARA O PARLAMENTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA DE JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA.....	305
ANEXO E – ATAS DE REUNIÃO DO JÚRI DO PRÊMIO LUÍS DE CAMÕES	307

1 Introdução

Nesta tese investigo os principais móveis de disputa, bem como as relações desiguais de circulação e consagração de autores de literaturas de língua portuguesa, no espaço transnacional que, como tentarei demonstrar, começou a ganhar novos contornos no final dos anos 1980 e começo de 1990, muito por conta de iniciativas luso-brasileiras, mas também com participação dos países africanos de língua oficial portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (doravante designados PALOP).

A ideia do trabalho partiu da visualização de um histórico de autores(as) premiados(as) e das composições sucessivas de membros do júri do Prêmio Camões, que mostrou haver uma ampla hegemonia luso-brasileira que, mesmo quando ampliado o escopo de premiações e consideradas as políticas públicas de incentivo ao livro e a edição, se manteve, apesar do crescente aumento na representação dos PALOP entre jurados e laureados.

Tal assimetria sugere que a construção deste espaço transnacional de língua portuguesa, embora imbuída de uma retórica de respeito de pluralidades, apresenta dificuldades maiores para que obras e escritores(as) africanos circulem nos centros dominantes desse espaço, ou seja, Portugal e Brasil. Tal fato corrobora as análises de Sapiro (2016a, 2019a), Casanova (2012), Bourdieu (2002), Thompson (2013) e English (2015) que identificam novas barreiras à circulação de bens simbólicos, notadamente de bens literários, entre fronteiras no curso da globalização.

A bibliografia tende a reconhecer uma relação de circulação desigual entre os centros e as periferias. Apesar de o português ser uma língua dominada no espaço mundial, no interior do bloco dominado há, também, relações de circulação desigual de bens simbólicos condicionadas pelos pesos relativos de cada tradição literária nacional. Devemos notar, entretanto, que um centro literário de um bloco dominado é periférico no espaço mundial e sujeito às barreiras linguísticas impostas pelos dominantes espaços de língua inglesa e francesa, sobretudo.

Muitas das tomadas de posição dos agentes de Estado, bem como dos escritores e intelectuais sobre a necessidade de criação de uma comunidade de países de língua portuguesa e de outras instituições semelhantes, devem ser lidas como esforços de unificação de um espaço (e mercado) linguístico onde, por força de mecanismos de centralização e monopolização de capitais, manifesta intenções igualitárias, mas institui relações de dominação e desigualdades de hierarquização específicas (Bourdieu, 2014).

Antes de adentrar nos capítulos mostraremos os dados coligidos que ajudaram a definir os caminhos da pesquisa e que também justificam o seu interesse e necessidade.

Os principais trabalhos que tentaram mapear a produção editorial ligada às diversas literaturas de língua portuguesa no Brasil foram os de Tudrey (2008), Sá (2018) e Cruz (2018). Afora esses mapeamentos sobre a presença de outras literaturas de língua portuguesa no Brasil há o trabalho de Dacome (2018) sobre o prêmio Portugal Telecom que reflete sobre seu papel como instrumento de consagração e prestígio no campo literário brasileiro contemporâneo.

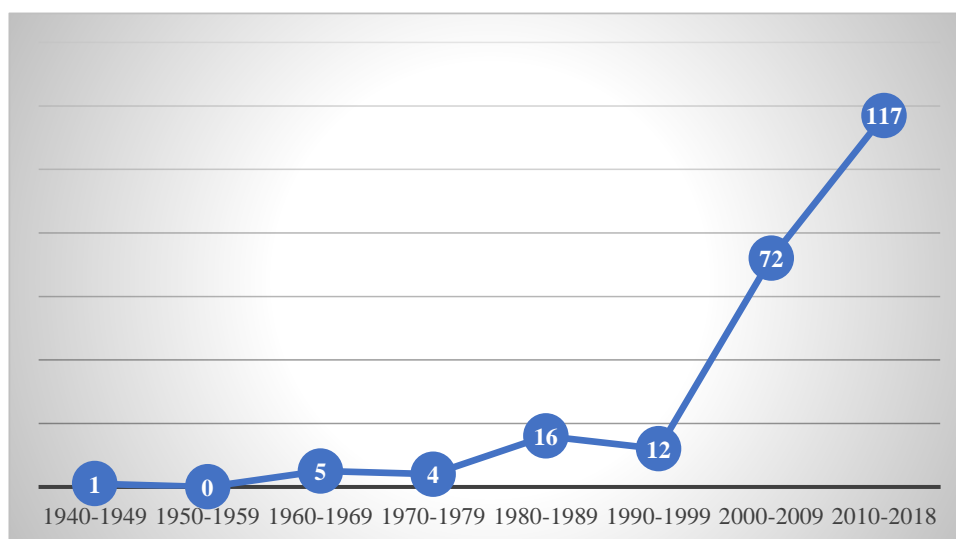
Segundo Sá (2018) e Cruz (2018), a primeira obra de um escritor africano de língua portuguesa publicada no Brasil foi a de Castro Soromenho, *Terra Morta* (1949), pela editora Casa do Estudante do Brasil. Após essa estreia nos anos 1950 a plataforma de publicação mais frequente de literaturas africanas no Brasil foi a revista modernista catarinense *Sul* (1948-1957) que através dos contatos de Marques Rebelo com autores do continente africano pôde receber contribuições de moçambicanos, angolanos, etc.

Nos anos 1960 publicações de autoria africana foram mais dispersas e só se tornaram mais sistemáticas a partir dos anos 1970 com a coleção “Autores Africanos” da editora Ática que permaneceu ativa até o ano de 1991. O responsável pela organização da coleção foi o ex-professor da USP e ex-fundador do MABLA, Fernando Mourão. Ao todo a Ática através de “Autores Africanos” publicou 27 livros de autores de diversas nacionalidades e línguas.¹

Após o final da coleção nos anos 1990 houve outras publicações esparsas de editoras como Companhia das Letras, Nova Fronteira, Bertrand Brasil e Gryphus, que entre outros autores publicaram os seguintes nomes: Mia Couto, Pepetela, Germano Almeida e José Eduardo Agualusa. Até o início do século XXI a publicação destes autores não obteve um crescimento expressivo, permanecendo desde 1949 em números estáveis e baixos. A partir dos anos 2000 aconteceu um crescimento significativo, praticamente duplicando o número de publicações de autores africanos de língua portuguesa no Brasil (SÁ, 2018).

¹ 1. *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*, de José Luandino Vieira. 1979 (Angola); 2. *Os Flagelados do Vento Leste*, de Manuel Lopes. 1979 (Cabo Verde); 3. *As Aventuras de Ngunga*, de Pepetela. 1980 (Angola); 4. *Nós matamos o Cão Tinhoso!*, de Luís Bernardo Honwana. 1980 (Moçambique); 5. *Estórias do Musseque*, de Jofre Rocha. 1980 (Angola); 6. *Hora di Bai*, de Manuel Ferreira. 1980 (Angola); 7. *O Belo Imundo*, de V. Y. Mudimbe. 1981 (Congo – ex-Zaire); 8. *Kinaxixe e Outras Prosas*, de Arnaldo Santos. 1981 (Angola); 9. *Portagem, de Orlando Mendes*. 1981 (Moçambique); 10. *Luuanda*, de José Luandino Vieira. 1982 (Angola); 11. *De uma Costela Torta*, de Nuruddin Farah. 1982 (Somália); 12. *Climbié*, de Bernard Binlin Dadié. 1982 (Costa do Marfim); 13. *Aventura Ambígua*, de Cheikh Hamidou Kane. 1982 (Senegal); 14. *Mayombe*, de Pepetela. 1982 (Angola); 15. *Sundjata ou A Epopeia Mandinga*, de Djibril Tamsir Niane. 1982 (Guiné). Fonte: SÁ, (2018)

Gráfico 1 - Evolução da quantidade de títulos de literaturas africanas de língua portuguesa publicados no Brasil de 1949 a 2018



Fonte: Adaptado de SÁ, com dados da pesquisa (2018, p. 30)

O identificamos a partir de Sá (2018), 227 livros publicados de autores(as) africanos(as) de língua portuguesa entre 1940 e 2018. Destes 189 (83%) foram publicados(as) nas duas primeiras décadas do século XXI.

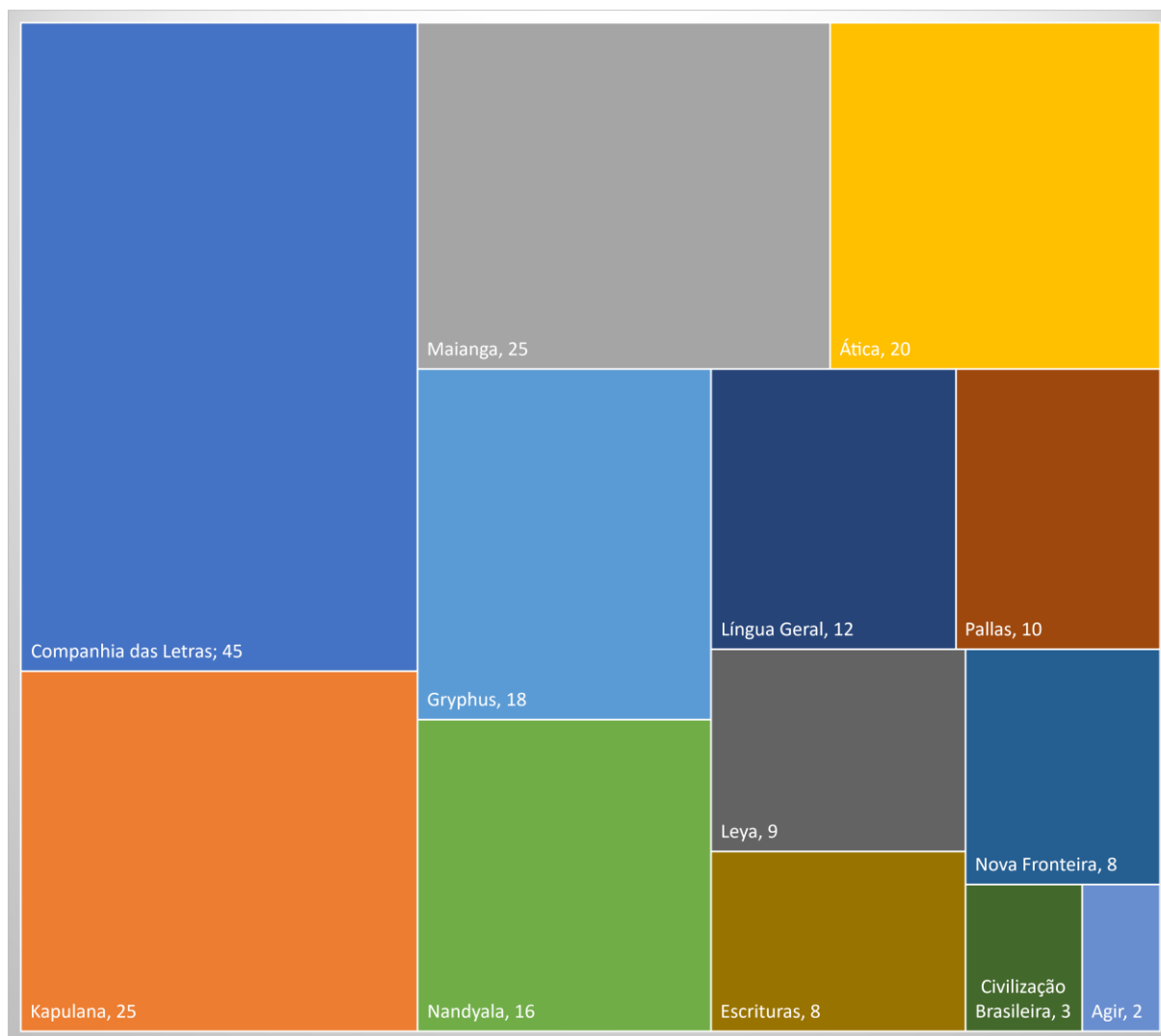
Sá (2018) atribui tal crescimento a aprovação da lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 sobre a incorporação do ensino de cultura e história africana nas escolas brasileiras. O que Sá (2018) não percebe é que a lei por si só não criaria incentivos suficientes para tal ascensão abrupta no número de publicações. Acredito, e tentarei demonstrar no último capítulo, que a lei combinada à incorporação de livros de literaturas africanas de língua portuguesa no conjunto de obras adquiridas pelo governo federal em larga escala, constituiu o fator decisivo para que diversas editoras passassem a apostar nesse nicho editorial e até que editoras especializadas surgissem.

Outro elemento dessa equação, para além dos programas de compras governamentais brasileiros, é, no mesmo período, a política portuguesa de subsídio de edição de obras de autores portugueses e de literaturas de língua portuguesa (africanos e asiáticos) no Brasil. A DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas) custeia de 20% até 60% dos custos de edição de livros de autores portugueses, africanos ou asiáticos de língua portuguesa no país. O financiamento a fundo perdido português começou a ser concedido para editoras brasileiras em 2002/2003 mesmo ano de assinatura da lei 10.639. Através dele muitas editoras conseguiram publicar os primeiros autores africanos, portugueses e asiáticos no Brasil (PORTUGAL, [200-?]a, [200-?]b). E em alguns casos conseguiram o financiamento português

e as grandes compras governamentais, minimizando qualquer possibilidade de prejuízo da edição e garantindo um lucro seguro.

No decorrer do trabalho tratarei desses aspectos mais detalhadamente. Antes vejamos as editoras que mais publicaram autores africanos de língua portuguesa no país:

Gráfico 2 – Participação das editoras brasileiras na edição de livros de literaturas africanas de língua portuguesa de 1949 a 2018

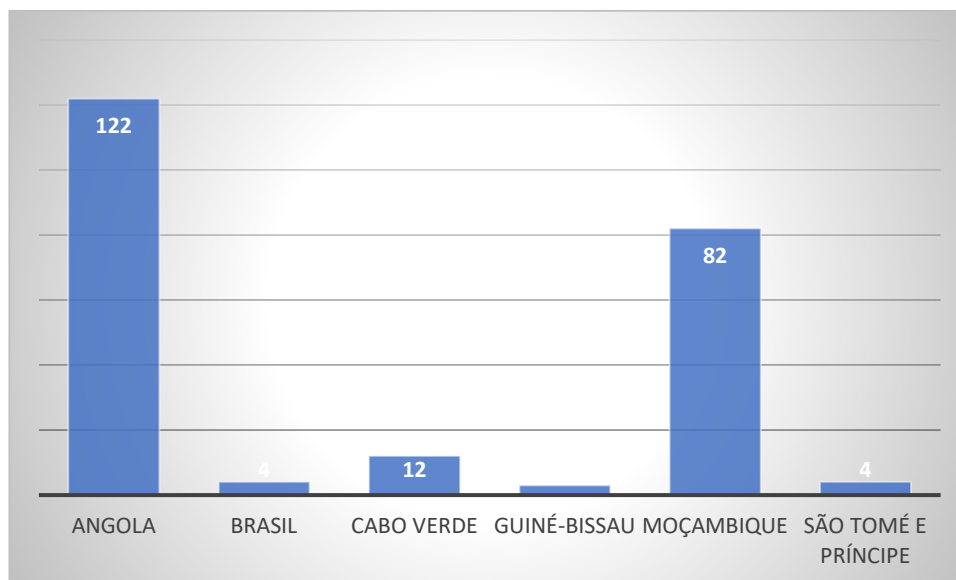


Fonte: Adaptado de SÁ, com dados da pesquisa (2018, p. 34)

A soma dos livros editados pelas editoras de grande porte - Ática, Companhia das Letras, Nova Fronteira, Civilização Brasileira e Agir - corresponde a 34 % (78 em números absolutos) do total. Os demais livros estão distribuídos entre editoras de médio e pequeno porte, especializadas normalmente na publicação somente de obras de autores africanos e/ou africanos de língua portuguesa.

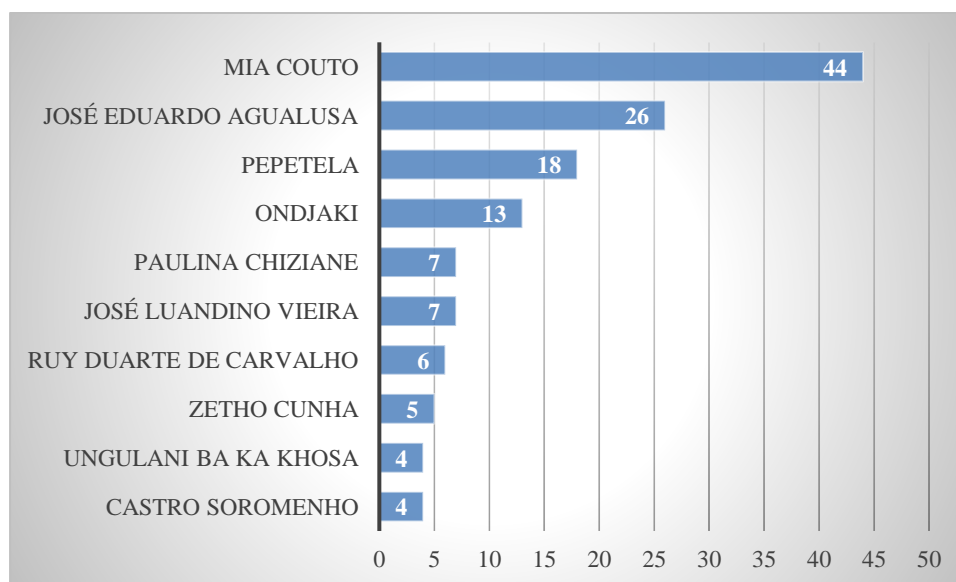
Observemos as origens nacionais dos principais autores africanos de língua portuguesa e da quantidade de títulos que cada país teve editados no Brasil entre 1949 e 2018.

Gráfico 3 – Quantidade de títulos de cada país africano publicados no Brasil entre 1949 e 2018



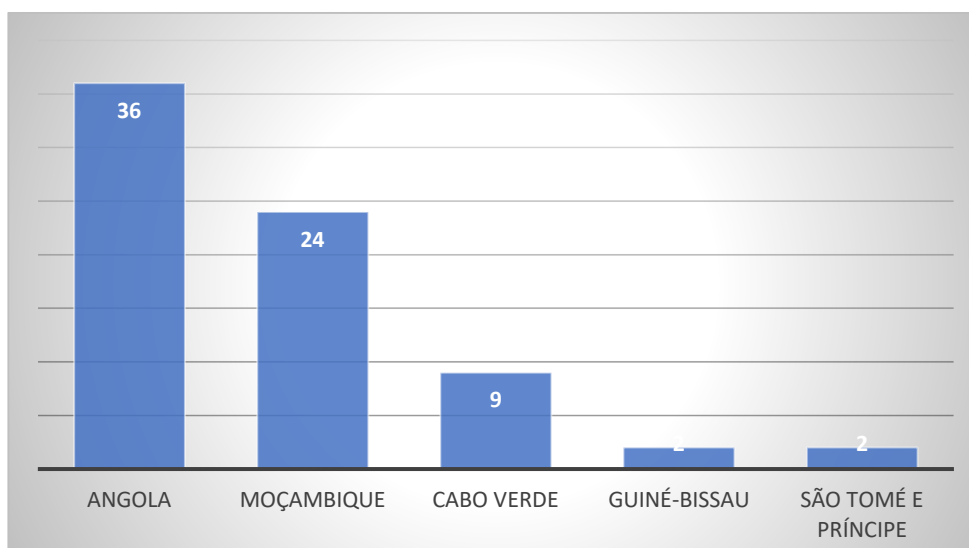
Fonte: Adaptado de SÁ, com dados da pesquisa (2018, p. 82)

Gráfico 4 – 10 Autores africanos mais publicados no Brasil entre 1949 e 2018



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa e de SÁ (2018)

Gráfico 5 – Nacionalidades de todos os autores africanos de língua portuguesa publicados no Brasil entre 1949 e 2018 (n=73)



Fonte: Elaboração própria com dados de SÁ (2018)

Nos gráficos 3, 4 e 5 nota-se a prevalência de Angola como o país africano que teve mais títulos publicados, além de 7 autores entre os 10 mais editados no Brasil e com maior número de autores(as) editados entre todas as nações africanas de língua oficial portuguesa. Em segundo lugar, Moçambique se destaca, principalmente pela ampla recepção de Mia Couto no Brasil, que é o autor mais editado e responsável por mais de 50% dos títulos publicados de autores de nacionalidade moçambicana. Finalmente, aparecem produções caboverdianas com número de títulos e autores(as) mais significativo do que Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, ambos representados por 2 escritores cada no conjunto de publicações e 7 títulos em conjunto.

Tal hierarquia de nacionalidades é homóloga à que será encontrada na distribuição de premiados e jurados do Prêmio Camões e a partir de diversas outras fontes de dados construídas veremos o mesmo padrão se repetir, no capítulo 4. A saber, um protagonismo das literaturas angolanas e moçambicanas, seguidas por uma presença não desimportante da literatura de Cabo Verde. Sendo estes, portanto, os países dominantes entre os Países Africanos de Língua Portuguesa e também entre os asiáticos, como veremos a partir da avaliação da quantidade e distribuição de publicações por nacionalidades da Linha de apoio à tradução da DGLAB.

Vale salientar, como nota Alves (2019) em artigo que faz um panorama amplo sobre os estudos de literaturas africanas na pós-graduação brasileira, que a concentração editorial e a de consagração por prêmios é acompanhada por um segundo mecanismo de hierarquização de prestígio, a própria pesquisa acadêmica, que restringe a notoriedade literária a um pequeno número de autores e autoras.

Conforme Alves (2019), a partir de 840 trabalhos coligidos entre 1979 e 2018 que tematizaram as literaturas africanas dos PALOP, Mia Couto recebeu no período estudado 24%

do total de citações, sendo seguido pelos(as) seguintes escritores(as): Pepetela, Paulina Chiziane, Agualusa, Luandino Vieira, Ondjaki, Boaventura Cardoso, Ruy Duarte de Carvalho, João Melo e Ana Paula Tavares. Estes 9 e Mia Couto concentram 67,1% das referências no período. Apenas 3 deles estão fora do gráfico 4, relativo aos autores com mais publicações no Brasil.

A produção acadêmica de certa maneira acompanhou a própria história de crescimento e evolução da produção editorial, o período que vai de 2005 a 2018 representou 87% (731 pesquisas defendidas de 840) da produção acadêmica sobre a literatura dos PALOP's (entre 2005 a 2012 – foram defendidos 275 trabalhos, 32,7% em relação ao total geral, e no intervalo entre 2013 a 2018 foram concluídas 456 pesquisas, 54,3% do geral) (ALVES, 2019, p. 221-222).

A semelhança nos nomes se acompanha de uma semelhança na distribuição das nacionalidades dos autores e autoras mais pesquisados(as). Na base da lista, dos 50 nomes com 1 menção, 16 são de Guiné-Bissau, 12 de Cabo Verde, 10 de Angola, 7 de Moçambique e 5 de São Tomé e Príncipe, o que mostra que as literaturas guineense e cabo-verdiana foram estudadas preferencialmente em moldes comparativos, incluindo, em geral, 3 ou mais nomes numa mesma pesquisa. Autores angolanos têm 454 menções (44,8% do total), numa média de 13,8 menções/autor. Os moçambicanos têm 393 menções (38,8%), mas com média de 17/autor (devido, basicamente, a Mia Couto). Autores de Cabo Verde têm 106 menções (10,5%), média de 3,2/autor; de Guiné-Bissau 41 (4,1%), média de 2/autor; e de São Tomé e Príncipe 18 (1,8%), média de 2,2/autor (ALVES, 2019, p. 222).

Tais resultados nos levam a pensar em homologias entre os espaços de produção, circulação e legitimação de autores através de prêmios e também de sua inserção em pesquisas acadêmicas. Esta relação nos remete a uma pergunta de difícil resolução: seriam os autores mais editados os mais consagrados pelas premiações e pesquisas científicas, ou seriam mais premiados e pesquisados os mais editados?

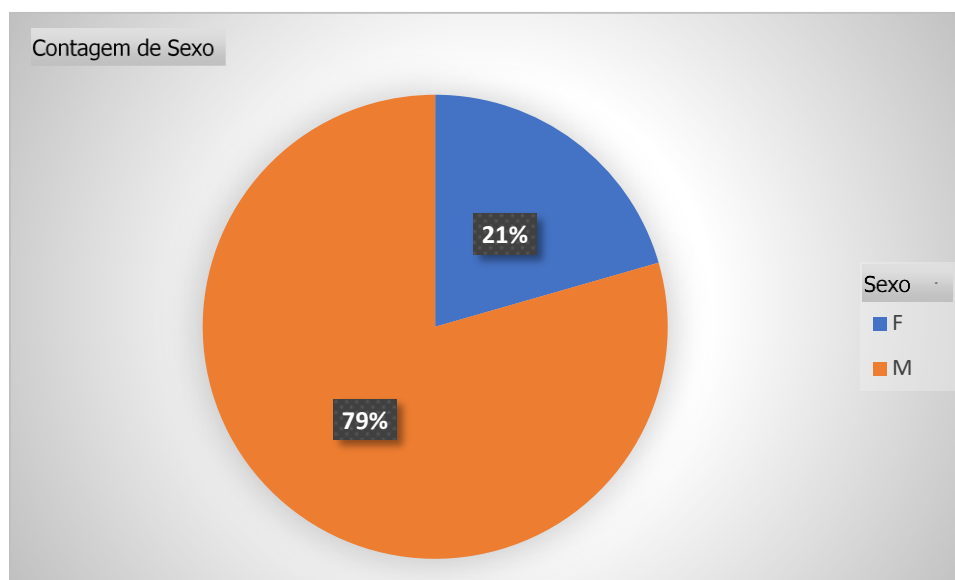
Acreditamos que as duas alternativas apontem caminhos profícuos de análise da dinâmica de produção e circulação de literaturas de língua portuguesa (em especial africanas) no Brasil e, igualmente, em relação a todo o espaço (Portugal, PALOP's e Ásia).

Contudo nesta tese seguiremos a segunda alternativa e tentaremos demonstrar como dinâmicas transnacionais de apoios e subsídios cruzados à edição luso-brasileira (capítulo 7) representam um condicionante à recepção de autores africanos, asiáticos e também portugueses.

Antes de entrarmos na análise da distribuição de prêmios entre escritores e escritoras de literaturas de língua portuguesa, sugerimos que, além das desigualdades referentes a nacionalidade de autores(as), também, a clivagem de gênero interfere diretamente nas possibilidades de circulação entre os espaços nacionais. A análise do conjunto de produtores(as)

africanos(as) de língua portuguesa publicados no Brasil apresenta a seguinte distribuição por gênero:

Gráfico 6 – Autores(as) africanos(as) de língua portuguesa publicados no Brasil por gênero entre 1949 e 2018



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa e de SÁ (2018)

Como se pode notar, as mulheres correspondem a 21% do grupo de indivíduos editados no país e os homens compõem os outros 69%. Tal clivagem será encontrada nas premiações, igualmente na produção acadêmica (ALVES, 2019) e até na distribuição de incentivos em políticas públicas, tratando-se de um problema estrutural do campo literário (STELLA, 2018; DALCASTAGNÈ, 2012; MIRANDA, 2019).

Além das desigualdades relativas à recepção, encontramos outras relativas à elementos de consagração, como as premiações recebidas. Passemos a uma análise circunstanciada da distribuição de premiações entre os diversos países e literaturas de língua portuguesa. Como já apontado, a primeira instituição específica a estabelecer os contornos do que chamamos de um espaço transnacional de literaturas de língua portuguesa, foi o Prêmio Camões. Embora tenham existido trocas entre Brasil, Portugal e PALOP ao longo de suas histórias foi somente no final dos anos 1980/1990 que tais países criaram instituições supranacionais que tiveram como fator aglutinador não a história “comum” entre ambos, mas sim a língua (GALA, 2019; MOURÃO, 1995; MOREIRA, 2010; MIYAMOTO, 2009; PEREZ, 2000; SOBRINHO, 1997).

Como tentaremos demonstrar, subjacente a este novo referente simbólico que passa a funcionar como vínculo entre América, Europa, África e Ásia há uma série de móveis de disputa concretos que se expressam em hierarquizações desiguais de distribuição de prestígio, de

estabelecimento de princípios de visão e divisão do espaço comum e de monopolização de capitais diversos (político, diplomático, cultural, literário, simbólico, etc).

Ao abordar o Prêmio Camões observaremos uma prevalência luso-brasileira entre premiados e jurados, que passou despercebida normalmente pela retórica transnacional, plural e diversa que a láurea quis transmitir quando de sua instituição. Ao observarmos o Camões em relação aos prêmios José Saramago e Oceanos (ex-Portugal Telecom) notamos uma lógica muito semelhante. Vale notar que os nomes de todas as premiações remetem à Portugal, seja a seus escritores, seja em relação a sua história “como império de todos os mares” e mesmo a uma empresa (de telefonia).

Criado em 1999, um ano após a divulgação da escolha de Saramago como premiado do Nobel, o Prêmio Literário José Saramago é lançado pela Fundação Círculo de Leitores. Tal fundação é um desdobramento do Círculo de Leitores, por sua vez uma empresa do Grupo editorial Bertrand de Portugal. (CÍRCULO DE LEITORES, [201-?]).

A Bertrand emergiu no século XVIII em Portugal como apenas um ponto de vendas de livros e aos poucos, ao longo de sua história, foi se convertendo em editora, livraria e distribuidora. Já o Círculo de Leitores nasceu como um clube de livros em 1971, ano em que é editado e distribuído o primeiro número de sua revista entre seus primeiros subscritores. Em 2006 o Círculo de Leitores adquire o Grupo Bertrand (editora, livraria e distribuidora). Já em 2007 o grupo português formado pelo Círculo e pela Bertrand é comprado por um braço do grupo de mídia alemão Bertelsmann chamado DirectGroup Portugal. Esta compra se alinha a uma estratégia global do grupo Bertelsmann, iniciada desde os anos 1990, de aquisição de editoras em diversas partes do mundo tendo em vista a formação de um grande conglomerado editorial e de mídia transnacional (cf. STELLA, 2018). Em 2010, a Bertelsmann vende o DirectGroup Portugal para o Grupo Porto Editora, que forma o Grupo Bertrand Círculo² (CÍRCULO DE LEITORES, [201-?]; GRUPO BERTRANDCÍRCULO, [201-?]a, [201-?]b; VISÃO, 2010).

A descrição do Grupo Porto em sua página institucional é a seguinte:

A Porto Editora, fundada a 2 de maio de 1944, é a casa-mãe de um grupo que é hoje constituído também pelas empresas Areal Editores, Bertrand Editora, Circulo de

² A venda em poucos anos do DirectGroup Portugal parece fazer sentido em relação a estratégia global da Bertelsman, que em 2013 juntou seu braço editorial estadunidense (Random House) com o braço editorial do grupo britânico Pearson (Penguin). A Penguin/Random House após a fusão em 2014 faz uma investida mais ampla no mercado Ibero-americano ao adquirir parte dos selos de interesse geral da Santillana que por sua vez fazia parte de outro grande conglomerado de mídia, o espanhol Prisa. Com esta aquisição o grupo anglo-germânico passou a controlar selos como a Alfaguara, Objetiva, Companhia das Letras e vários outros presentes em Espanha, Portugal e Brasil (STELLA, 2018).

Leitores, Raiz Editora, Distribuidora de Livros Bertrand, Livrarias Bertrand, Plural Editores Angola, Plural Editores Moçambique, Plural Editores Timor-Leste e a unidade de produção Bloco Gráfico. Aquelas editoras integram um portfólio de chancelas que inclui Albatroz, ArtePlural, Assírio & Alvim, Contraponto, GestãoPlus, Ideias de Ler, Livros do Brasil, Pergaminho, Quetzal Editores, Sextante Editora, Temas e Debates e 11x17. O Grupo Porto Editora tem uma atividade editorial abrangente e diversificada, atuando nas áreas da edição escolar e de referência, literatura de ficção, não ficção, infantojuvenil e multimédia interativo, sendo de referir também a aposta no comércio eletrónico através da WOOK.pt, a maior livraria online portuguesa. (PORTO EDITORA, S.A., 2020, n.p.)

O Grupo é descrito como um dos maiores de Portugal e apresenta mais de 20 submarcas em sua estrutural organizacional, que inclui livrarias, editoras, gráficas e distribuidora. Vale destacar a abrangência transnacional da empresa que possui os seguintes selos africanos e asiático: Plural Editores Angola, Plural Editores Moçambique, Plural Editores Timor-Leste, revelando a atuação direta de editores portugueses em países de língua oficial portuguesa na África e na Ásia. Preocupação não restrita à atuação do Grupo Porto, mas igualmente do Leya, cuja descrição faremos adiante.

O regulamento do Prêmio José Saramago não é divulgado e as únicas regras disponíveis se referem a edição de 2017, onde se pode ler que o mesmo é distribuído a cada 2 anos e restrito a autores de romance, novela ou obra de ficção com menos de 35 anos e compensa cada ganhador com um valor de 25.000,00 euros (GRUPO BERTRANDCÍRCULO, [201-?]; FUNDAÇÃO JOSÉ SARAMAGO, 2017).

Imagem 1 – Regulamento do Prêmio José Saramago de 2017

Prémio Literário José Saramago



REGULAMENTO - 10.ª edição

1] O Prémio Literário José Saramago, instituído pela Fundação Círculo de Leitores com periodicidade bienal, celebra a atribuição do Prémio Nobel da Literatura de 1998 ao escritor José Saramago, destina-se a promover a divulgação da cultura e do património literário em língua portuguesa, através do estímulo à criação e dedicação à escrita por jovens autores da lusofonia.

2] O Prémio distingue uma obra literária no domínio da ficção, romance ou novela, escrita em língua portuguesa, por escritor com idade não superior a 35 anos, cuja primeira edição tenha sido publicada em qualquer país da lusofonia, excluindo as obras póstumas, bem como os autores que tenham já sido premiados em edições anteriores do Prémio. Nesta décima edição, o Prémio contemplará uma obra publicada em 2015 ou 2016 por escritor que à data da publicação da obra (mês e ano incluídos na ficha técnica do livro), não tenha excedido a idade limite mencionada no corpo deste artigo.

3] O valor pecuniário do prémio a atribuir é de € 25.000,00 (vinte cinco mil euros).

4] As Obras admitidas a concurso terão que ser apresentadas à Fundação Círculo de Leitores pelas Instituições representativas dos Escritores e/ou dos Editores dos países respetivos até 15 de maio de 2017, devendo para o efeito ser remetidos dez exemplares de cada obra concorrente, para a seguinte morada: Rua Professor Jorge da Silva Horta n.º 1, 1500-499 Lisboa.

5] A Fundação Círculo de Leitores procederá à divulgação do Concurso através dos meios de comunicação social, bem como através das Associações representativas dos Escritores e dos Editores de todos os países da lusofonia.

6] O Prémio será atribuído por um Júri composto por um mínimo de cinco e um máximo de dez personalidades de reconhecido mérito no âmbito cultural, cabendo a Presidência ao representante da Fundação Círculo de Leitores.

1.º - Composição do Júri: **Guilhermina Gomes - Presidente, Ana Paula Tavares, António Mega Ferreira, Nelida Piñon, Pilar del Rio**

2.º - O Presidente do Júri designará um Comité Executivo, que integra o Júri, constituído por três membros, **Manuel Frias Martins, Nazaré Gomes dos Santos e Paula Cristina Costa**, a quem compete:

- a) Verificar a regularidade formal das candidaturas recebidas;
- b) Efetuar uma primeira leitura e um resumo de cada uma das obras concorrentes;
- c) Emitir um comentário sobre cada uma das obras admitidas a concurso;

7] O Júri delibera com total independência e liberdade de critério, por maioria dos votos dos seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate. O Prémio poderá não ser atribuído, caso o Júri considere, por maioria, que as Obras apresentadas a concurso não têm a qualidade exigida. Haverá um único premiado. As decisões do Júri são irrecorríveis.

8] O Prémio será atribuído em outubro de 2017 e a sua divulgação será efetuada através dos Órgãos de Comunicação Social. A entrega do Prémio ao Autor galardoado será efetuada em cerimónia pública, em data a fixar.

9] As Edições subsequentes da obra galardoada deverão referenciar, em local devidamente destacado do volume e na cinta, a menção "Prémio Literário José Saramago - Fundação Círculo de Leitores".

10] O autor ou seu representante garantem desde já ao Círculo de Leitores a publicação da obra em clube do livro, nos termos de contrato de edição a celebrar, estando garantidos 5% de direitos de autor e considerando o valor do prémio como adiantamento de direitos de autor.

11] Os exemplares enviados não serão devolvidos.

12] A candidatura ao Prémio Literário José Saramago implica a aceitação do presente regulamento.

FONTE: FUNDAÇÃO JOSÉ SARAMAGO, 2017.

Como se pode ler nas regras, a premiação visa celebrar o prêmio Nobel de 1998, promovendo e divulgando o património literário de língua portuguesa. Como contrapartida principal, se pode ler nos itens 9 e 10 a obrigatoriedade de citação do galardão nas futuras

edições da obra escolhida e a publicação do livro para a distribuição entre o Círculo de Leitores, empresa mãe da Fundação.

O júri de 2017 foi composto por Guilhermina Gomes, editora portuguesa responsável editorial pela Fundação Círculo de Leitores, Ana Paula Tavares, uma historiadora/poeta angolana, António Mega Ferreira, escritor e jornalista português, Nélida Piñon, escritora da ABL e Pilar del Río, jornalista e presidente da Fundação José Saramago (criada em 2007)³. Apesar de não dispor do dado sobre o total de participantes de todas as comissões julgadoras e suas nacionalidades, considerando apenas a mesa julgadora de 2017, não reconheço um afastamento do padrão estabelecido pelo Camões, mas sim uma continuidade de distribuição luso-afro-brasileira de participação – com maior participação portuguesa neste último caso.

Se o prêmio José Saramago é vinculado a um grupo editorial transnacional de língua portuguesa, o prêmio Portugal Telecom (atual Itaú Oceano) surgiu primeiro da iniciativa de um executivo da empresa telefônica portuguesa, de início como prêmio exclusivo de literatura brasileira em 2003 e, em um segundo momento, como prêmio de literatura portuguesa de maior abrangência em 2007 (passando a permitir a participação de autores de outros países de língua oficial portuguesa).

Todas as ações teriam partido dos presidentes da empresa patrocinadora e com o fim das operações desta no país em 2013/2014 a curadora da premiação Selma Caetano conseguiu o apoio do Itaú Cultural para continuar a promover a distinção, quando esta passou a se chamar Itaú Oceanos.⁴

Até 2014, a premiação se dividia em 4 categorias (Romance, Poesia, Conto e Crônica). Sob a gestão do banco Itaú, através de sua fundação cultural, o prêmio passou a distinguir 4 autores sem estabelecer gêneros literários fixos. O 1º lugar ganha R\$100.000,00 e os subsequentes, respectivamente R\$60 mil, R\$40 mil e R\$30 mil (valores referentes ao ano de 2017, cf. MAZI, 2018).

³ No ano de 2017 como demonstra o regulamento a Fundação Círculo de Leitores se juntou a Fundação José Saramago para a organização, escolha e entrega do prêmio.

⁴ De 2003 a 2014 o prêmio esteve sob a responsabilidade da empresa portuguesa Portugal Telecom. Sua existência data de 1990, quando ela amplia seus territórios de atuação e adquire a Telesp Celular. Em 2015, a empresa de telefonia Oi, dona da parte operacional da filial brasileira vendeu sua parte portuguesa à Altice, empresa francesa. Com isso a continuidade do prêmio ficou ameaçada, tanto que logo após a venda, a Oi retirou seu patrocínio. Ameaçado de ser descontinuado, Selma Caetano entrou em contato com Eduardo Saron, diretor do Instituto Itaú Cultural, perguntando se ele não estaria interessado em assumir o prêmio. Sem precisar se justificar muito, a curadora contou que ele imediatamente aportou a ideia e, desde então, o prêmio é conhecido como Oceanos (MAZI, 2018, p. 86).

Apesar de ter passado a ser um prêmio de abrangência maior do que tinha sido em seu início quando era exclusivo para escritores(as) brasileiros(as), devido às restrições econômicas que envolvem sua produção e organização, de acordo com Mazi (2018), as comissões julgadoras do Portugal Telecom/Itaú Oceanos sempre foram ocupadas exclusivamente por jurados(as) brasileiros(as).

Quadro 1 – Jurados do Prêmio Portugal Telecom/Itaú Oceanos (2003 – 2017)

Adriano Spínola	Flávio Loureiro Chaves	Manuel da Costa Pinto
Affonso Romano Sant'Anna	Flora Sussekind	Marcos Frederico Kruger
Alberto da Costa e Silva	Florisvaldo Matos	Marcus Acioly
Alfredo Bosi	Heloísa Buarque de Hollanda	Maria Esther Maciel
Allison Marcos Leão	Hildeberto Barbosa	Maria Lucia Dal Farra
Anderson Braga Horta	Italo Moriconi	Moacyr Scliar
André Seffrin	Ivo Barbieri	Nelly Novaes Coelho
Alcir Pécora	João Alexandre Barbosa	Paulo Henriques Britto
Antonio Carlos Secchin	João Cezar de Castro Rocha	Pedro Vicente Costa Sobrinho
Armindo Trevisan	Jomard Muniz de Brito	Raimundo Carrero
Beatriz Resende	Jorge Fernandes da Silveira	Regina Dalcastagnè
Benedito Monteiro	José Castello	Regina Zilberman
Benjamin Abdalla Jr.	José Luiz Jobim	Rita Chaves
Carmem Lucia Tindó Secco	José N. Pinto	Samuel Titan
Cintia Moscovich	Letícia Malard	Selma Caetano
Cristóvão Tezza	Leyla Perrone Moisés	Sérgio de Castro Pinto
Denilson Lopes Silva	Lourival Holanda	Sérgio de Sá
Deonísio da Silva	Lucila Nogueira	Tania Celestino de Macedo
Edla Van Steen	Luiz Antonio de Assis Brasil	Vilma Arêas
Eneida Leal Cunha	Luiz Costa Lima	Wander Mello Miranda
Eneida Maria de Souza	Luiz Ruffato	
Fábio Lucas	Luzilá Gonçalves	

Fonte: Adaptado de MAZI, 2018.

Diferentemente dos jurados do Camões, como se verá adiante, o júri do Portugal Telecom/Itaú Oceanos foi composto em sua maior parte por professores universitários e por escritores não filiados à ABL. Apesar disto, entre os 64 julgadores houve 14 (21%, em amarelo e roxo no quadro) que também participaram do júri do Camões – um deles foi avaliador e vencedor, Alberto da Costa e Silva. Também nos jurados de 2017 do Prêmio José Saramago houve a presença de duas egressas do Camões, Nélide Piñon e Ana Paula Tavares, sugerindo, para além da circulação de escritores e livros que formam o espaço, a recorrência de jurados(as), que definiram um cânone, ou pelo menos listas de autores consagrados anualmente que incluíam nomes de países de língua oficial portuguesa para além de Portugal e Brasil.

Embora não faça parte do presente levantamento, vale citar a existência do Prêmio Leya, mais um criado nos anos 2000 que abrange toda a área de língua portuguesa. A partir de 2008, o grupo editorial transnacional de língua portuguesa passou a premiar anualmente um autor(a) de ficção (romance) que possuísse um manuscrito inédito. O ineditismo é exigido pois como prêmio, além de ganhar 100.000,00 euros da editora (mesmo valor do Camões) a obra inédita é publicada pela Leya (Portugal) e algumas vezes por seus selos no Brasil e em alguns países dos PALOP's embora nestes últimos a publicação não seja tão frequente⁵ (LEYA PORTUGAL, [201-]b, [201-]a).

Quadro 2 – Prêmio Leya (2008 – 2019) Autores, títulos, sexo, nacionalidade, editoras

ANO	VENCEDOR	NACIONALIDADE	SEXO	LIVRO	EDITOR A BR	EDITOR A PT	EDITOR A ÁFRICA
2008	Murilo Carvalho	Brasil	M	O Rastro do Jaguar	Leya	Leya	N
2009	João Paulo Borges Coelho	Moçambique	M	O Olho de Hertzog	Leya	Leya	Ndjira
2010	NÃO ATRIBUÍDO						
2011	João Ricardo Pedro	Portugal	M	O Teu Rosto Será o Último	Leya	Leya	N
2012	Nuno Camarneiro	Portugal	M	Debaixo de Algum Céu	Leya	Leya	N
2013	Gabriela Ruivo Trindade	Portugal	F	Uma Outra Voz	Leya	Leya	N
2014	Afonso Reis Cabral	Portugal	M	O Meu Irmão	Leya	Leya	N

⁵ Por ser um concurso de manuscritos inéditos publicados pela Leya, optamos por não incluir a premiação no presente levantamento. Julgamos que a premiação infla os números de participação da Leya em demasia. Todavia, achamos necessário citar o concurso por sua importância monetária e também pela iniciativa da Leya em criar uma instância de consagração própria que abrange, pelo menos a princípio todas as nacionalidades e países que se utilizam da língua portuguesa.

2015	António Tavares	Portugal	M	O Coro dos Defuntos	Leya	Leya	N
2016	NÃO ATRIBUÍDO						
2017	João Pinto Coelho	Portugal	M	Os Loucos da Rua Mazur	Leya	Leya	N
2018	Itamar Vieira Junior	Brasil	M	Torto Arado	Todavia	Leya	N
2019	NÃO ATRIBUÍDO						

Fonte: Elaboração própria com dados de LEYA PORTUGAL, [201-]b, [201-]a.

Em 11 anos de existência o prêmio foi atribuído 8 vezes e 3 vezes o júri não escolheu nenhuma das obras enviadas. Das 8 vezes, em cinco um português ganhou, seguido por um brasileiro vencendo duas vezes e uma única vez um moçambicano. A premiação só escolheu uma mulher em 2013, a portuguesa Gabriela Ruivo Trindade, e somente uma vez foi publicada por um dos selos africanos da Leya, a Ndjira, seu braço editorial moçambicano em 2009. Assim como apenas uma vez outra editora que não a Leya, comprou os direitos de publicação de uma obra vencedora, a brasileira Todavia em 2018.

Embora pareça mais fechado a autores portugueses, como seu histórico faz crer, o júri da premiação teve composição bastante parecida com a das outras láureas citadas.

Quadro 3 – Jurados do Prêmio Leya (2008 – 2019) por suas nacionalidades

Manuel Alegre de Melo Duarte	Portugal
José Carlos Seabra Pereira	Portugal
Lourenço Joaquim da Costa Rosário	Moçambique
Nuno Júdice	Portugal
Paulo Werneck	Brasil
Ana Paula Tavares	Angola
Carlos Heitor Cony	Brasil
Rita Chaves	Brasil
Pepetela	Angola
José Castello	Brasil
Isabel Lucas	Portugal

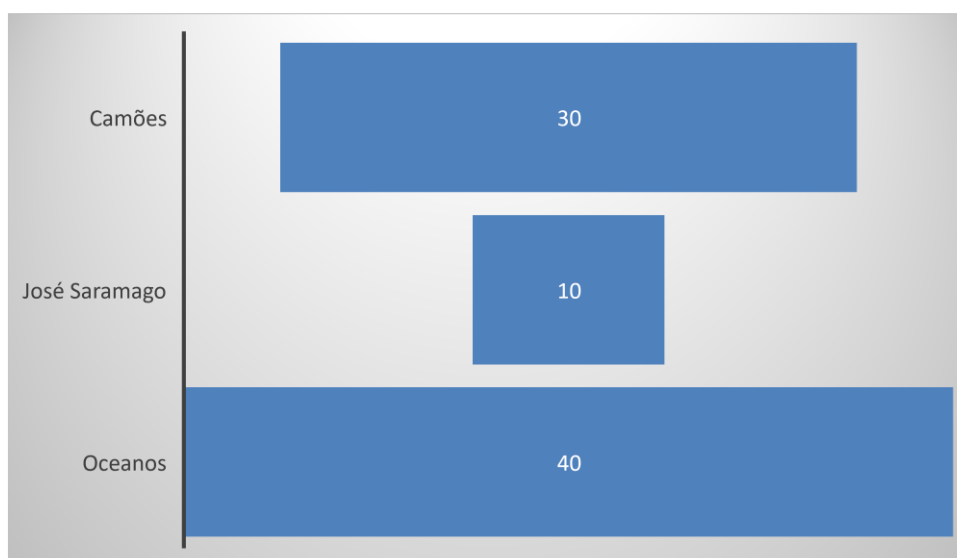
Fonte: Elaboração própria com dados de LEYA PORTUGAL, [201-]b, [201-]a.

Como se vê, a repetição de alguns nomes reforça o argumento da circulação recorrente de jurados, entre eles(as) Ana Paula Tavares, a única a participar de 3 diferentes júris de língua portuguesa. Posteriormente, Pepetela, Carlos Heitor Cony e Lourenço do Rosário (o primeiro premiado/jurado do Camões e o segundo e terceiro apenas jurados), Manuel Alegre (premiado pelo Camões), Rita Chaves e José Castello (jurados do Portugal Telecom / Itáu Oceanos).

A proporção de jurados distribuídos por nacionalidade se aproxima da hierarquia da distribuição das nacionalidades em geral (Portugal e Brasil, dividindo protagonismo, da mesma maneira que Moçambique e Angola como coadjuvantes importantes e relevantes, seguidos por Cabo Verde), da mesma forma se mantém a desigualdade de gênero, entre o júri do prêmio Leya: 70% dos avaliadores são homens e só 30% mulheres.

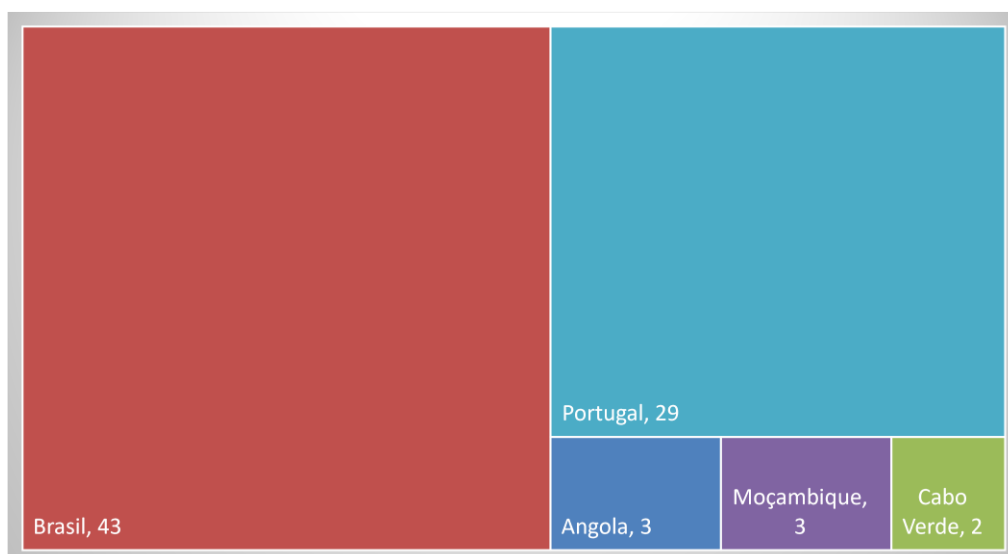
Vejamos os números de premiações quando se somam as láureas distribuídas pelo Camões, José Saramago e Oceanos:

Gráfico 7 – Distribuição de autores/obras premiadas por cada láurea



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Gráfico 8 – Conjunto de prêmios distribuídos por Camões, Oceanos e José Saramago por nacionalidade



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

O prêmio de maior peso na distribuição de honras foi o Oceanos com 40 distinções, o Camões com 30 e o José Saramago com 10⁶. Entre os 80 prêmios distribuídos pelas três instituições 72 (90%) ficaram com autores de Brasil (com um pouco mais de 50%) e Portugal (com um pouco mais que 35%). O restante (10%) se distribuiu entre Angola e Moçambique com 3 premiações cada e Cabo Verde com 2 prêmios.

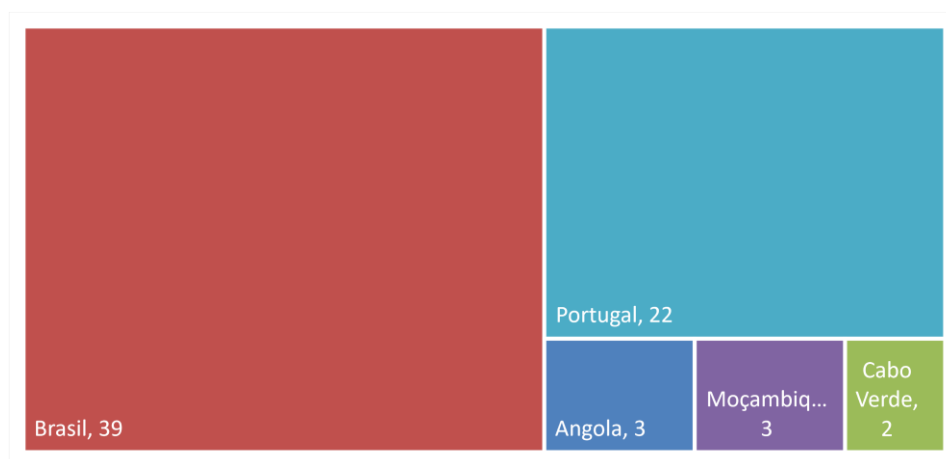
Gráfico 9 – Autores/livros premiados mais de uma vez

⁶ Em termos financeiros os mais valiosos são Camões (e Leya) com a distribuição de 100.000 euros ao vencedor (aproximadamente R\$600.000), em segundo lugar o José Saramago que distribui 25.000 euros ao vencedor (aproximadamente R\$150.000) e por fim o Portugal Telecom/Itaú Oceanos que entrega R\$100.000 ao seu vencedor (1º lugar, somados os valores até o 4º lugar, o prêmio distribui um total de R\$230.000 entre seus escolhidos).



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

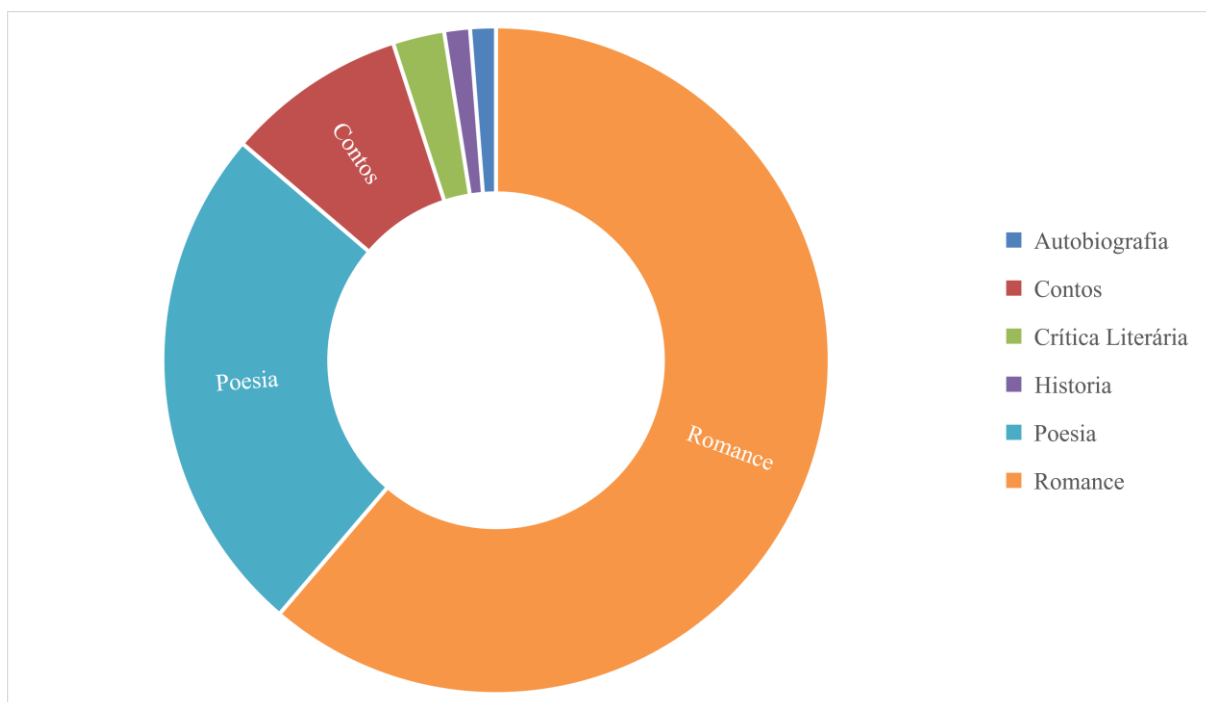
Gráfico 10 – Autores premiados distribuídos por nacionalidade (n=69)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Quando levamos em conta apenas os autores e não os títulos, temos um domínio completo de Brasil e Portugal entre os autores que ganharam prêmios mais de uma vez (gráfico 9) e praticamente a manutenção das mesmas proporções em relação à nacionalidade (gráfico 10).

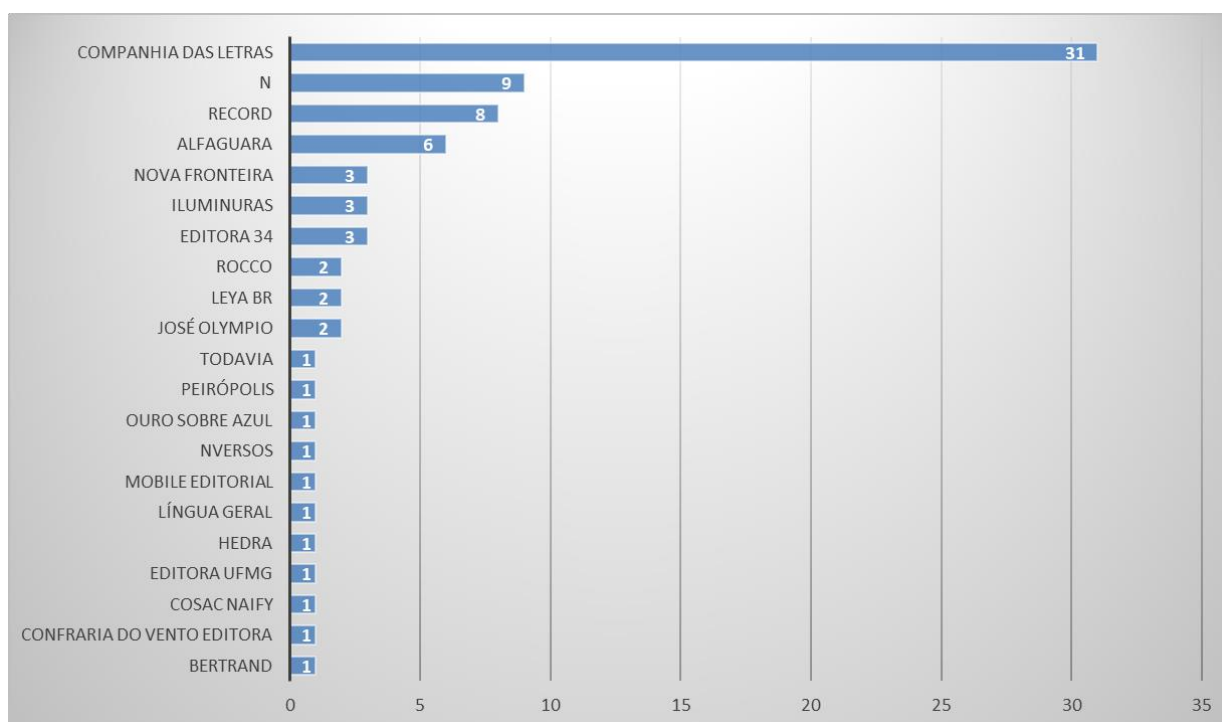
Gráfico 11 – Conjunto de títulos/autores premiados distribuídos por Camões, Oceanos e José Saramago por gênero literário



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Quanto aos gêneros literários, portanto, 86% (69) dos prêmios agraciaram autores/livros de romance (49 ou 61,25%) e de poesia (20 ou 25%). Em terceiro lugar vem o conto com 7 nomeações (8,75%). Depois crítica literária (2,50%), autobiografia e história (com 1,25%, 1 nomeação cada). A mesma hierarquia dos gêneros para os prêmios parece se repetir como veremos adiante para as políticas públicas, principalmente a de Portugal.

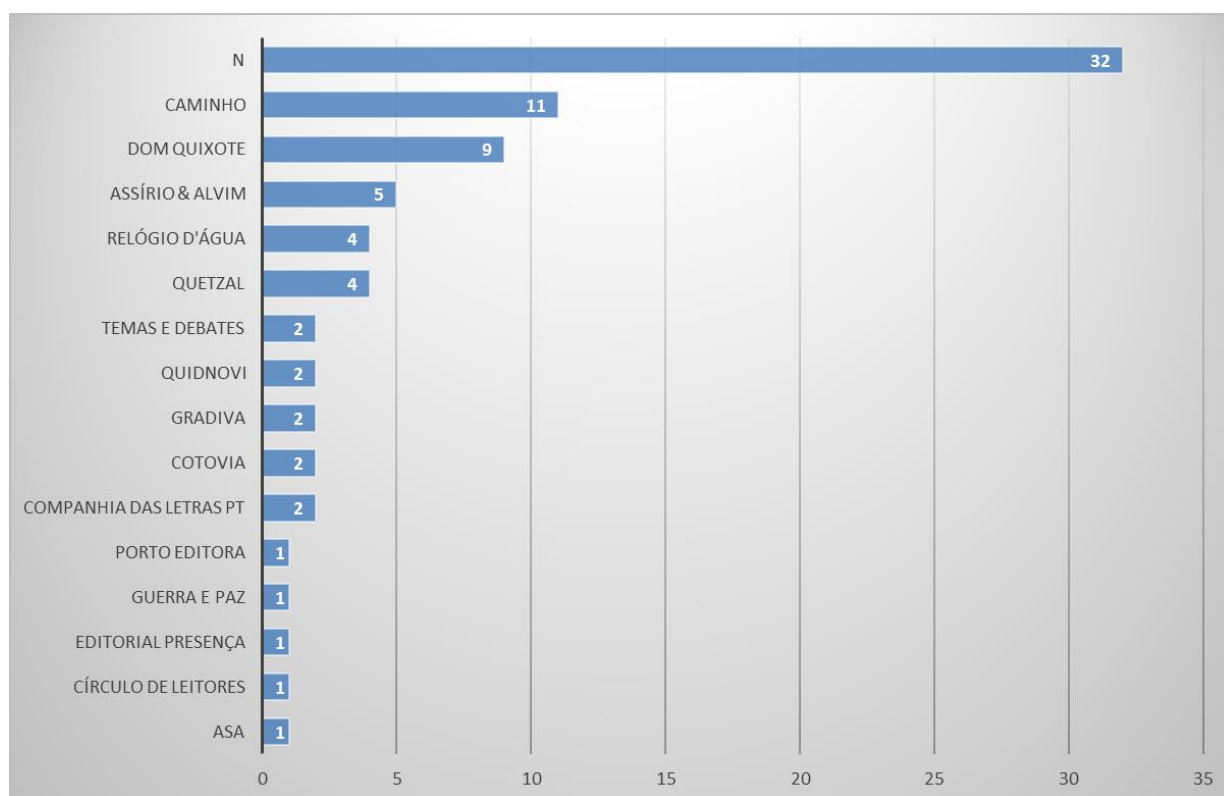
Gráfico 12 – Conjunto de títulos/autores premiados publicados no Brasil por editoras e livros/autores não publicados



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Entre os livros e autores premiados 71 deles(as) (88,75%) encontram-se publicados no Brasil e 9 (11,25%) não possuem seus livros e/ou obras editados por editoras brasileiras. Como se vê os dois maiores grupos editoriais brasileiros de obras gerais, Record e Companhia das Letras, lideram o ranking de premiações, com destaque para a Companhia das Letras com 38,75% de obras/atores(as) vencedores, uma das mais premiadas nacionalmente (STELLA, 2018) e no espaço de língua portuguesa.

Gráfico 13 – Conjunto de títulos/atores premiados publicados em Portugal por editoras e livros/atores não publicados

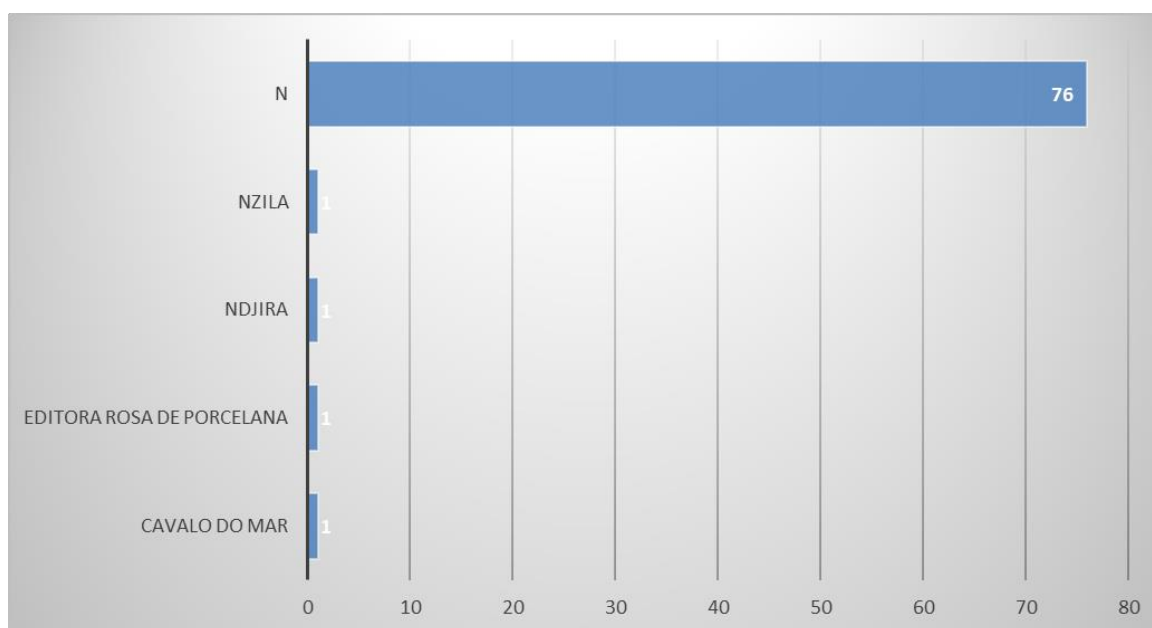


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Se o número de autores e obras não publicados no Brasil é baixo em relação ao de títulos editados, o mesmo não ocorre com as editoras portuguesas, e, com as editoras africanas, como se verá a seguir. Tais dados sugerem que a existência no plano simbólico dos prêmios, dos discursos diplomáticos e até de escritores de um espaço transnacional de língua portuguesa não se traduz em uma existência concreta, igual e homogênea em todas as partes do espaço.

Em Portugal, 32 obras/autores (40%) premiados não tem seus livros editados no país, pelo menos os livros laureados. Entre os grupos vencedores destaque para o Grupo Leya com seus selos (Caminho, Dom Quixote, ASA) com 21 prêmios (26,25%) e o Grupo Porto com seus selos (Assírio & Alvim, Círculo de Leitores, Porto Editora, Temas e Debates e Quetzal) com 13 prêmios (16,25%). Os dois grupos concentram 42,5% de todas as premiações. O que indica domínio de 4 grandes conglomerados editoriais no espaço literário transnacional de língua portuguesa: Leya, Porto, Companhia das Letras e Record.

Gráfico 14 – Conjunto de títulos/autores premiados publicados em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa por editoras e livros/autores não publicados

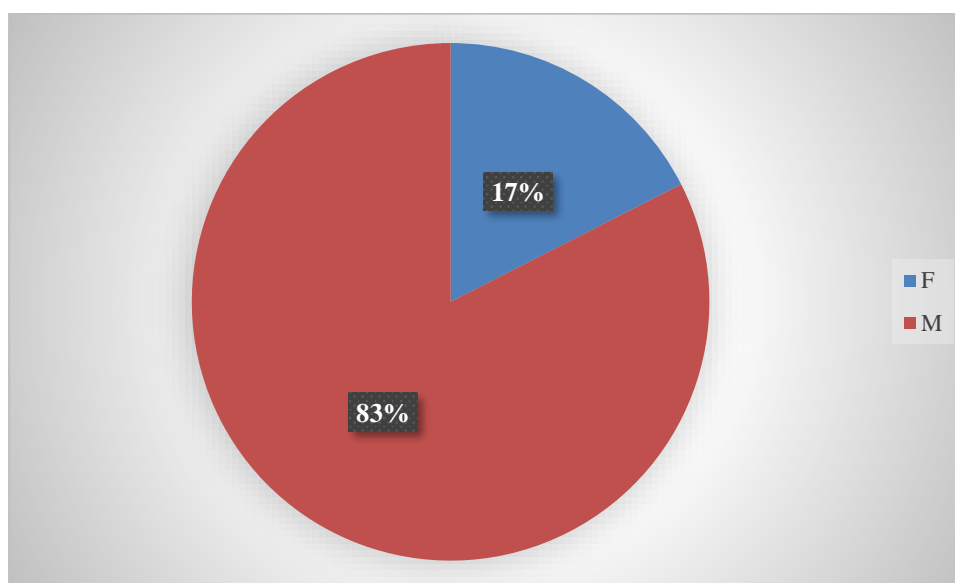


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Se alguma parcela de autores(as) e obras premiados(as) é de origem africana, quando se trata de sua participação no universo de livros publicados em conjunto com brasileiros e portugueses em solo africano, temos uma grande desigualdade. 76 autores(obras) ou 95% não tem livros editados em Países Africanos de Língua Portuguesa. E quando os tem, metade está editado(a) por dois selos do grupo Leya (Nzila para Angola e Ndjira para Moçambique) e o restante se distribui por pequenas editoras (Cavalo do Mar em Moçambique e a caboverdiana Rosa de Porcelana).

Tal desigualdade de penetração de livros e autores(as) portugueses e brasileiros em territórios africanos mostra o quanto a real integração entre e literaturas é antes projeto do que realidade, principalmente no quesito relativo ao desenvolvimento de um espaço de editorial na África de língua oficial portuguesa.

Gráfico 15 – Conjunto de títulos/autores premiados por Camões, José Saramago e Oceanos por sexo



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Tal desigualdade no campo editorial só encontra equivalente quando se trata da distribuição de prêmios por gênero. Neste quesito permanece uma grande desigualdade entre autores e autoras, sendo eles responsáveis por 83% das honras e elas por 17%. Vale lembrar, como se nota em outros quadros e tabelas, que a mesma distribuição se dá em relação à publicação de africanos(as) no Brasil, à composição das comissões julgadoras das diversas premiações analisadas e, também, como se verá a seguir, na própria política pública de subsídio de autores de língua portuguesa do governo de Portugal.

A ausência de um esforço sistemático que buscasse compreender como se deu a gênese institucional e a organização dos espaços de produção, circulação e legitimação na área de língua portuguesa que geraram os dados apresentados, justifica a presente tese que, como já sugerido, visa retomar os processos que resultaram nas presentes assimetrias e desigualdades.

Neste passo apresento no primeiro e segundo capítulo a socio gênese dos principais mentores das instituições e premiações das literaturas de língua portuguesa, a saber, do lado brasileiro o ex-presidente José Sarney e o ex-ministro da cultura José Aparecido de Oliveira e em seguida, da parte portuguesa, o ex-presidente Mário Soares e o ex-Secretário de Cultura, António de Alçada Baptista. Se para os primeiros, tratava-se de uma busca em viabilizar um legado positivo de suas atuações na vida política e cristalizar suas bases de poder simbólico e político através da cultura e da diplomacia cultural, do outro lado tínhamos por parte de Portugal a vontade de se reposicionar na Europa, visto o processo de integração da União Europeia que começava a entrar em marcha e encontrava o país em pleno período de redemocratização e de

redefinição de relações com suas ex-colônias, principalmente as africanas, então recém-independentes.

Na sequência, apresentarei os antecedentes do Prêmio Camões, e como ele, segundo nossa hipótese, relança as bases de um espaço literário transnacional de língua portuguesa, a partir de uma aliança luso-brasileira, que se utiliza da láurea para na prática monopolizar e centralizar a consagração e legitimação no espaço das literaturas de língua portuguesa, uma vez que o prêmio por sua antiguidade e acúmulo de prestígio molda-se como referência a todos os outros que vão surgindo.

A criação do Camões por outro lado não significou que os escritores e intelectuais dos PALOP também não tenham proposto outros projetos alternativos de circulação, consagração e legitimação literários. Assim, através da reconstituição do projeto da LEC (Liga de Escritores dos Cinco) e das iniciativas que ela visava contemplar, entre elas um prêmio exclusivo para os PALOP e uma revista literária, sublinharei que outras possibilidades de arranjos transnacionais eram possíveis, e não necessariamente incluíam a liderança e/ou participação de Portugal e Brasil. Porém, como mostrarei no mesmo capítulo, os autores dos PALOP enfrentavam contextos muito conturbados nos primeiros anos de independência de cada um de seus países (guerras civis, fome, analfabetismo, escassez de mão de obra qualificada, etc.) o que levou a muitos e muitas deles e delas a se concentrar numa mudança do papel social do escritor.

Se a geração anterior dos anos 1950, 1960 e 1970 tinha como objetivo principal a luta colonial e fazia da literatura uma das armas de combate para acabar com o colonialismo, a geração seguinte, uma vez derrubada a ordem colonial, tem que lidar com os sonhos e utopias da luta anticolonial que permaneceram e foram deturpados ou esquecidos pelas lideranças do combate, que da mesma maneira como os escritores, acabaram por se tornar governantes e integrantes de um Estado nacional em processo de construção. Neste passo, procuro demonstrar como além de uma nova responsabilidade e crítico de sua geração, assim como guardiões dos sonhos e das utopias da luta anticolonial, os escritores elaboraram em suas obras uma estrutura de sentimento que visava dar conta desse novo papel, a saber, uma desconfiança crescente em relação às escolhas e decisões das novas elites dirigentes, muitas das quais os autores e autoras chegaram a compor, como funcionários de alto escalão dos governos.

Se os planos como o da LEC, prêmios e revistas literárias por vezes não foram para frente, outras iniciativas como Uniões e Associações de escritores nacionais prosperaram, e também diversos selos editoriais nasceram para dar suporte a produção de livros e lançamento de autores nacionais em cada um dos territórios dos PALOP. É este processo que buscamos dar

conta no capítulo 6, onde chegamos até os dias atuais, mostrando como os projetos editoriais e associativos levados a cabo nos PALOP, geraram a base para o surgimento de editoras independentes que visam movimentar o seu espaço nacional, e através de sua atuação propor novas geografias e geopolíticas literárias, almejando alcançar um deslocamento ainda que mínimo da centralidade de Lisboa, São Paulo e Rio de Janeiro no espaço transnacional de língua portuguesa.

Por fim, trato dos subsídios brasileiros e portugueses à edição e tradução no espaço transnacional de literaturas de língua portuguesa, para observar, na esteira de Bucaioni (2020), como Portugal e Brasil, para além das premiações, estruturam políticas públicas que em interações previstas e imprevistas, acabam por gerar um incentivo à publicação de determinadas obras e autores africanos (e asiáticos) de língua portuguesa no Brasil.

2 Os Zés de todos os amigos: Sarney e Aparecido de Oliveira na gênese do Prêmio Camões, IILP e CPLP

Contei na Academia Brasileira:

- Eu era bem jovem, publicara a "Canção Inicial" e, festejado na província, elegeram me para o que se chamava o "Alto Sodalício". Escrevi ao velho avô, que morava na roça, lavrando a terra de machado e foice num lugar que ele mesmo batizara de "Salvação", dizendo do meu grande feito e da minha alegria. Com a notícia chegada, soltaram-se fogos de festa naquela casa de barro, e houve sorrisos e orgulhos. A vizinha, dona Tudinha, sem saber o motivo, perguntou ao

velho a razão da folgança:

- Meu neto José entrou para a Academia.

E ela, curiosa, perguntou:

- E o que é academia, seu Assuero?

Ele respondeu:

- Eu não sei. Eu sei que é "coisa grande".

"Coisa grande", aqui se guardam os valores espirituais. Acadêmico, no Maranhão, da Academia Brasileira de Letras, sócio da Academia das Ciências de Lisboa. É coisa grande maior de todas.

Agradeço-lhes, a todos e a cada um, a unanimidade da escolha, a grandeza do gesto. Agora peço licença. Vou sentar-me à espera da passagem do tempo. Algum dia, um estudante em tese de mestrado descobrirá o orgulho escondido desta noite em que o presidente do Brasil viveu as alegrias da generosa alma lusitana. O poder era nada, o espírito era tudo...

E se for pouco é grande. Se for grande é glória.

Vim a Portugal para aplaudir. Aplaudir o povo português, a que também pertencço por minhas origens. Aplaudir seu governo, na pessoa do presidente Mário Soares, e do ministro Cavaco Silva. Aplaudir os oito séculos de glórias de vosso passado heroico, em que também se insere a formação histórica da nacionalidade brasileira. E aplaudir, repetindo Eça de Queiroz, no fecho de *A Ilustre Casa de Ramires*, esta formosa terra de Portugal, tão cheia de graça, para que sempre bendita seja entre as terras.

(SARNEY, 1986, p. 12-13)

Tenho muito gosto em dizer, sou um português que nasceu do outro lado do Atlântico. E repito sempre esta confissão na esperança de que ela ajude os moços dos dois lados a manterem uma consciência militante na defesa dos valores que recebemos do sangue, da língua, da cultura e da alma portuguesa. Somos uma mesma gente: foram os navegantes, os guerreiros, os estadistas de Portugal que incorporaram o Brasil aos mapas do mundo atlântico. (OLIVEIRA, José Aparecido apud BRAGA, 1999, p. 137)

Os dois Josés, Aparecido de Oliveira e Ribamar Ferreira de Araújo Costa (Sarney), ficaram para a memória política brasileira como indivíduos hábeis nas negociações políticas e exímios conhecedores dos bastidores do poder. Contemporâneos, o primeiro nascido em 1929 e o segundo em 1930, trilharam caminhos que se cruzaram em diversas oportunidades. No início da carreira política no interior da União Democrática Nacional (UDN) serviram ao governo

Jânio Quadros; depois houve um distanciamento, enquanto Aparecido de Oliveira era cassado e seus direitos políticos suspensos pelo golpe militar de 1964, Ribamar Ferreira de Araújo Costa tornava-se governador do Maranhão e posteriormente teria longa atuação como parlamentar do partido dos governos militares, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

O regime militar pareceu separá-los, mas a proximidade entre eles persistiu. Uma imagem registrada no início dos anos 1980 quando José Aparecido (abaixo de gravata borboleta no centro da imagem) foi fotografado na posse de José Sarney como novo imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) sugere isso. Na imagem é possível ver o político ao lado de outro amigo de Sarney, o também acadêmico Josué Montello (de fardão).

Imagem 2 – José Aparecido de Oliveira e Josué Montello na ABL para a posse de José Sarney



Fonte: Arquivo Público Mineiro, POSSE (1980)

De qualquer modo, seria na interface dos universos da cultura e da política que as trajetórias de ambos, durante o período da redemocratização, se cruzariam novamente. Com a morte do presidente recém empossado Tancredo Neves, seu vice Sarney, herdou a Presidência da República e também um ministro da cultura mineiro muito seu conhecido.

É a partir deste reencontro no ano de 1985 que José Aparecido de Oliveira e José Sarney estreitaram ainda mais seus laços políticos e de amizade, alinhando estes dois capitais, o político e o social em projetos de política externa e cultural que nutriam há alguns anos. Dentre as várias instituições cuja criação associam as suas figuras estão o Prêmio Camões, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Tanto Sarney quanto Aparecido empenharam suas forças políticas, sociais,

diplomáticas e culturais na concepção e concretização dessas iniciativas. Tais órgãos tiveram grande impacto e carregam a paternidade dos dois Zés, que em diversas entrevistas concedidas ao longo de suas vidas fazem questão de reivindicar seus vínculos com a gênese de tais projetos.

Esse é o processo que pretendo analisar no presente capítulo. Uma primeira dificuldade que se apresenta ao se tratar desses temas é o laço íntimo que tanto as instituições culturais quanto os produtores e mediadores apresentam com relação ao Estado. Para a análise sobre o Estado, ou sobre seus funcionários e instituições, utilizaremos o ferramental analítico de Pierre Bourdieu (2007b, 2011b, 2014) elaborado em seus textos acerca do campo político e da sociogênese do Estado.

Sem ter a ambição de resumir todo o enquadramento analítico de Bourdieu a respeito do Estado, creio ser pertinente mencionar algumas precauções mencionadas pelo autor. Segundo ele, uma das principais dificuldades em se tomar o Estado como um objeto é que esquecemos que o mesmo atua como um princípio de estruturação de nossas consciências. Em outras palavras, nosso próprio pensamento sobre o Estado é construído por e pelo Estado, que ao fazer esta operação se auto afirma simultaneamente.

Para Bourdieu (2014) o Estado é um agente central de produção e de representação legítima do mundo social, detendo não apenas o monopólio da violência física legítima, como também o da violência simbólica legítima. É isto que lhe facultaria se tornar uma espécie de banco central simbólico, fiador de um consenso sobre o mundo social – resultante de seu papel como uma entidade integradora da função lógica e moral de produção da vida social e do seu sentido.

É por ser o produtor e inculcador de categorias sociais de pensamento que utilizamos cotidianamente, que o Estado atua inclusive como um regulador do dissenso legítimo, pois é ele mesmo quem define os termos de adesão à ordem social e a partir disto estabelece as formas e regras de oposição a essa ordem.

O conjunto do aparato estatal, por meio de seus funcionários, atua como produtor e canonizador de classificações sociais, estabelecendo, também, princípios de divisão do mundo social que se tornam universalmente aceitos, além de identidades legítimas. Porém, esse Estado não seria nada mais do que uma ilusão bem fundamentada, se não fosse sua existência ser condicionada e enraizada na crença coletiva em seu poder e na sua eficácia como instância última de organização e de nomeação do mundo social.

Essa autoridade política e simbólica pouco a pouco conseguiria fundar uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008). Tal comunidade se assenta na crença no consenso de sentidos

e valores criados e impostos pelo Estado, de modo que a nação e o Estado são parte de uma comunidade que reconhece e obedece aos mesmos princípios universais (BOURDIEU, 2014).

Há que se compreender, todavia, que mesmo atuando como fiador de legitimação de formas de ver e pensar o mundo social, o Estado não constitui um monólito que age de forma unificada. Bourdieu encara o Estado como um campo de disputas (2007b, 2011b, 2014). Logo, descrever a gênese do Estado é descrever a gênese do campo político, onde se disputa o poder legítimo. É simultaneamente refletir sobre as propriedades dos agentes que estão participando da construção de políticas e conectando outros campos (cultural, econômico, etc.).

O autor pressupõe existência de lógicas específicas do campo político, no interior do qual se geram capitais, alianças, disputas e interesses específicos. O próprio Estado e todas as batalhas travadas em seu interior são o resultado de lutas sucessivas para se conquistar o direito ao monopólio da competência legítima de nomear o mundo, os seres e as coisas.

Segue-se que a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção do *campo do poder*, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam *particularmente* pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar). (BOURDIEU, 2011b, p. 99-100)

Assim, no presente caso, se trata de compreender a gênese dos *habitus* dos políticos José Aparecido de Oliveira e José Sarney e da inserção de ambos no campo político brasileiro, analisando o surgimento e criação do Prêmio Camões, IILP e CPLP. Para tanto é necessário conhecer a posição deles em relação a outros setores do campo do poder nacional e também em relação aos seus pares portugueses e dos PALOP's (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

O foco nos inícios se justifica, na esteira das reflexões de Bourdieu (2011b, 2014), pois nos momentos de decomposição / crise é que se constroem consensos e dissensos sobre o que é considerado legítimo política e socialmente. O retorno aos princípios desnaturaliza o que no presente pode parecer óbvio, expondo os outros possíveis que foram suprimidos.

Esta sociologia histórica busca reconstruir um caso particular, em relação a outros possíveis. Os contornos explicitados de um caso particular devem ser suficientes para que se possa aproximá-lo de outra série de casos em que a construção realizada mostre comparativamente toda sua particularidade e generalidade (BOURDIEU, 2014).

Para se compreender o discurso sobre a criação das instituições mencionadas é preciso restituir as condições sociais de produção dos discursos e das ações de institucionalização das

mesmas. É necessário advertir que ao fazerem história os agentes também são instrumentos da história, em outras palavras, a história age através dos agentes (BOURDIEU, 2014).

Como moeda do campo político, o capital político, enraizado profundamente na crença e no reconhecimento (BOURDIEU, 2007b) é imprescindível que se faça uma avaliação e crítica rigorosa das fontes de pesquisa que embasam a reconstituição da trajetória dos agentes.

Conforme Miceli (2001), em trabalho a respeito das fontes para a realização da história social e política das elites brasileiras, a própria existência de fontes documentais abundantes sobre as elites dirigentes já traz, em si mesma, pistas sobre a própria formação e estratégias de reprodução destes grupos.

Sendo assim, é necessário deixar explícitas as condições sociais de produção destes documentos e fontes históricas, relacionando-os às propriedades sociais das frações que tematizam e visando compreender se na história de sua produção estão impressas propriedades sociais pertinentes das frações dirigentes em exame.

Subjaz a esta tarefa a concepção de que estes materiais históricos feitos por, para e/ou sobre os diversos setores da elite no poder, são produzidos por seus próprios agentes. Ou seja, são materiais expressivos de suas formas de viver, de seu poderio político e econômico, de como performam e fazem a gestão de suas identidades individuais e de classe (MICELI, 2001).

Os documentos e fontes podem registrar as alianças e rivalidades entre diferentes grupos, as hierarquias entre os mesmos no interior da elite e a posição de cada um em relação aos dominados, explicitando assim os móveis em disputa entre as diversas facções.

Como sugere Miceli (2001) através do trabalho de crítica e exposição das condições sociais de produção das fontes e documentos, se pode mesmo encontrar importantes chaves de leitura analítica para o enquadramento dos grupos dirigentes em observação.

Na senda de Miceli (2001) e Bourdieu (2007b, 2011b, 2014) argumento - a partir da crítica às fontes documentais e posteriormente de um estudo das trajetórias de José Aparecido e José Sarney - que as instituições culturais nas quais participaram ativamente em sua criação são (pelo menos em parte) produtos de suas estratégias de legitimação no campo a partir dos capitais (social, cultural e político) disponíveis; visando reforçar suas posições no interior da classe dirigente.

O poder detido por esses círculos repousa no montante de capital social que estão em condições de mobilizar de maneira a assegurar uma estabilização de sua presença no espaço da classe dirigente. Por conseguinte, as vantagens e oportunidades de toda ordem ao alcance de qualquer integrante desses círculos se definem em função do poder de barganha e da autoridade e influência exercidos em “chave coletiva” pelos demais integrantes do círculo familiar ampliado e das redes de sociabilidade nas quais esses agentes circulam (MICELI, 2001, p. 354).

Conforme Garson, Leão, Czajka e Pinheiro (2020), o estudo de trajetórias ajuda a calibrar o peso, em cada caso examinado, das ações individuais em relação às constrições de ordem estrutural impostas a elas. Pretendo, assim, a partir das trajetórias de Aparecido de Oliveira e de Sarney compreender como se introduziram na política e, especialmente, na criação de instituições culturais.

Sempre se faz necessário sublinhar os riscos e limites que tal abordagem também implica, entre eles o mais patente descrito por Bourdieu (2007c) de cair na armadilha da ilusão biográfica, de narrar uma vida como se fosse uma sucessão de eventos e etapas, com começo, meio e fim bem definidos e coerentes entre si. Comumente busca-se construir trajetórias de vida sem contradições, recuos, incertezas e desvios.

No presente trabalho retomo o percurso de vida dos dois agentes estudados, privilegiando um olhar para as posições sociais que ocuparam ao longo de suas vidas sucessivamente e os horizontes de possibilidade que lhes foram sendo abertos e também fechados. Atento às suas origens sociais e formação educacional, busco perscrutar os diferentes tipos de capitais que foram acumulando ao longo do tempo e que facultaram a eles a ocupação de diferentes espaços no interior da classe dirigente brasileira e uma disposição social específica e empenhada na criação de instituições há um só tempo políticas e culturais.

Na identificação e problematização dos gêneros biográficos podem estar inscritas já diversas estratégias que tem como objetivo o culto à personalidade do biografado ou em alguns casos o ataque à sua reputação e prestígio. No presente caso dos 9 livros sobre Aparecido de Oliveira e Sarney e suas atuações políticas em relação ao Prêmio Camões, IILP e CPLP, dois são biografias mais clássicas, uma realizada por uma biógrafa especializada no gênero e outra realizada por um amigo/colaborador do biografado; quatro livros são coletâneas de depoimentos e entrevistas concedidas pelo próprio José Aparecido e por amigos; por fim temos livros de reportagem que misturam registros e documentos diversos sobre a atuação dos políticos, no caso são 3 obras que retratam a atuação de Aparecido na fundação do prêmio Camões, IILP e CPLP e o outro livro é de denúncias de corrupção relacionadas a vida política de José Sarney.

A profusão de material biográfico sobre os dois indivíduos é expressiva de uma tendência identificada por Miceli (2001) em relação a grupos sociais que em alguma medida detém parte de seu prestígio e reconhecimento ligado aos universos da política e da cultura.

Essas fontes tendem a se multiplicar na medida em que passamos dos setores econômicos dominantes àqueles escalões graduados das corporações burocráticas e intelectuais, porque elas são a expressão mais refinada dos interesses daqueles grupos sociais que derivam sua força e seu prestígio de uma contribuição “intangível” (ou seja, cultural) e quase incomensurável nos termos de estalões puramente materiais. Nesses casos, a conservação do patrimônio familiar requer a mobilização constante do capital de relações sociais, por meio do qual os membros de dinastias corporativas (nas Forças Armadas, na burocracia civil, no estamento intelectual, nas profissões liberais, etc.) logram os postos mais cobiçados, os casamentos mais rentáveis e toda sorte de privilégios que lhes estão reservados (MICELI, 2001, p. 352).

E mesmo no presente caso, quando um dos relatos/fontes apresenta uma visão bastante crítica e negativa em relação a um dos biografados, notamos como todo capital específico (político) está sempre em cheque, exigindo uma constante gestão e controle de todo discurso para evitar a sugestão de qualquer descrédito que possa colocar em risco as biografias construídas (BOURDIEU, 2007b).

Quadro 4 – Biografias, reportagens e coletâneas a respeito da trajetória de vida ou da atuação de José Sarney e José Aparecido de Oliveira

Autor/Editor/ Organizador	Título	Editora/ Estado	Ano de publicação	Gênero
Regina Echeverria	Sarney: A biografia	Leya/SP	2011	Biografia
Palmério Dória	Honoráveis bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney	Geração Editorial/SP	2009	Reportagem
Alberico de Souza Cruz, Franklin de Oliveira, José Eduardo Barbosa, Mauro Santayana	José de Todos os Amigos	Tavares & Tristão/RJ	1979	Coletânea de depoimentos
José Alberto Braga	José Aparecido: O homem que cravou uma lança na Lua	Trinova/Portugal-Lisboa	1999	Coletânea de entrevistas e depoimentos

Alan Viggiano	José Aparecido: inventor de utopias	André Quicé editor/DF	1999	Biografia
Alan Viggiano	Uma aventura linguística	Thesaurus/DF	1990	Reportagem
Alan Viggiano	Dossiê Grupo dos Sete: Os povos e países de língua portuguesa	André Quicé editor/DF	1994	Reportagem
Alan Viggiano	Missão em Portugal: José Aparecido e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	André Quicé editor/DF	1996	Reportagem
Petrônio Souza Gonçalves	José Aparecido de Oliveira: O melhor mineiro do mundo	Realejo Edições/SP	2016	Coletânea de depoimentos

Fonte: Autoria própria com dados de ECHEVERRIA, 2011; DORIA, 2009; SOUZA CRUZ; OLIVEIRA; CARNEIRO; BARBOSA; SANTAYANA, 1979; BRAGA, 1999; VIGGIANO, 1990, 1994, 1996, 1999; GONÇALVES, 2016.

Essa preocupação com a gestão da crença, visando mitigar qualquer declínio do capital político dos agentes, é patente nos dois livros sobre José Sarney. O primeiro livro publicado em 2009⁷ foi escrito pelo jornalista Palmério Dória, paraense da cidade de Santarém e nascido em 1948, autor de *Honoráveis bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney*. Doria viveu na capital de seu estado natal até o começo da vida adulta quando se mudou para São Paulo onde teve longa carreira jornalística, passando por diversos veículos de comunicação como repórter (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e a revista *Caros Amigos*), foi também chefe de reportagem da Rede Globo até 1992 e posteriormente diretor de uma revista masculina (*Sexy*) (PORTAL DOS JORNALISTAS, [20--]b).

⁷ Momento em que Sarney ocupava a presidência do Senado e era base do governo Lula (ECHEVERRIA, 2011).

Dentre os livros que publicou se encontram: um sobre o suicídio de Getúlio Vargas, *Mataram o Presidente – Memórias do pistoleiro que mudou a História do Brasil* (1976); um sobre a guerrilha do Araguaia, *A Guerrilha do Araguaia* (1978); um sobre a candidatura frustrada de filha de José Sarney à presidência da república *A candidata que virou picolé* (2002), o livro reportagem/biografia sobre a constituição do poder da família Sarney referido acima e mais recentemente escreveu outro libelo crítico, desta vez em relação a trajetória de Fernando Henrique Cardoso e como se deram as negociações das privatizações de estatais e os arranjos políticos feitos em prol da aprovação de sua reeleição *O Príncipe da Privatária - a história secreta de como o Brasil perdeu seu patrimônio e Fernando Henrique Cardoso ganhou sua reeleição* (2013).

Tanto o autor quanto sua editora parecem ter se especializado em livros de reportagem de casos midiáticos envolvendo grandes escândalos e denúncias de corrupção no sistema político brasileiro (GERAÇÃO EDITORIAL, 2014). Tais obras caracterizam-se pelas capas chamativas e pelo tom polemista, ao se apresentarem como furos jornalísticos e fazerem de seus jornalistas emblemas de uma luta por justiça e reparação. Mas, além disso, como mostra o Portal dos Jornalistas (2017) são também best-sellers de não ficção, tendo permanecido no topo das listas de mais vendidos por semanas.

Já a segunda biografia, escrita a respeito de José Sarney por Regina Echeverria e publicada pela editora Leya do Brasil em 2011, contou com a anuência do político e com sua colaboração. Conforme narra Echeverria (2011) seu acesso ao arquivo e a conversas prolongadas com Sarney foi amplo e praticamente ilimitado. Além disso, segundo a autora, teria realizado para a escrita do trabalho mais de 100 entrevistas com pessoas próximas ao biografado amigos, familiares, aliados, etc.

Regina Echeverria é natural da cidade de São Paulo nascida no ano de 1951. Estudou Comunicação Social na FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado) e começou suas atividades no jornalismo na seção esportiva do jornal *O Estado de S. Paulo*. Deste jornal migrou para o *Jornal da Tarde* ainda na área de esportes, porém efetuando no novo trabalho uma mudança de percurso, decisiva para sua futura carreira de biógrafa, passando a se dedicar à seção de variedades.

Seria a partir daí, em meados dos anos 1970, que a jornalista iniciaria a cobertura da cena musical paulistana e brasileira, atuando nos anos seguintes na mesma rubrica em diferentes periódicos, entre eles, *Veja* e *Isto É*. No começo dos anos 1980 migrou para a televisão primeiramente na Abril Vídeos e depois na TV Gazeta.

Neste longo período escreveu reportagens e conseguiu longas entrevistas com personagens-chaves da música brasileira: Raimundo Fagner, Roberto Carlos, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Chico Buarque e Elis Regina. Foi uma longa entrevista com esta última, porém, que a projetou no meio jornalístico e a fez apostar na escrita de uma biografia sobre a cantora, lançada em 1985 com o título *Furacão Elis*. A publicação da biografia foi um trunfo importante em sua trajetória e a colocou de volta nos veículos de imprensa tradicionais desta vez nas seções de cultura, com destaque para sua atuação no *Caderno 2 do Estado de S. Paulo* fundado em 1986. Dos suplementos culturais no fim dos anos 1980, Regina migrou mais uma vez, só que desta vez, retornando ao setor de variedades/entretenimento para ser parte do projeto da revista *Caras* onde trabalhou até 1998. Em seguida mais um retorno à televisão para dirigir os seguintes programas: *Mulheres do Brasil* (TV Bandeirantes), *A Casa é Sua* e *TV Fama* (Rede TV) e *Dois a Um*, com a também jornalista Mônica Waldvogel (SBT) (MAYRINK, 2020).

Foi neste trânsito entre jornalismo impresso e televisivo, nas intersecções das rubricas de variedades/entretenimento e cultura que Echeverria construiu importante capital de relações sociais e também reputação jornalística que somada a biografia de Elis Regina a habilitou a procura de outros projetos de biografias. Assim em 1997, lança outro relato biográfico sobre a mãe de Cazuza, Lucinha Araújo. No ano seguinte um segundo livro dedicado a obra e trajetória do cantor e compositor, *Cazuza, preciso dizer que te amo* (2001). Depois deste houve mais 4 outros projetos e uma reedição da obra sobre Elis Regina.

Antes de publicar a biografia de Sarney, outras que publicou foram bastante variadas passando pela reconstrução dos percursos do fotógrafo Pierre Verger (*Pierre Verger, um retrato em preto e branco*, 2002), dos músicos Luiz Gonzaga e de seu filho (*Gonzaguinha e Gonzagão, uma história brasileira*, 2006) e por fim da mãe de santo Menininha do Gantois (*Mãe Menininha do Gantois, uma biografia*, 2007).

O amplo arco de personalidades biografadas confere à autora a condição de biógrafa profissional e é este o tom privilegiado na escrita e justificativa de escolha do projeto de narração da vida de José Sarney. Tal opção por parte de Sarney revela também uma preocupação com o controle e manejo do discurso sobre sua vida e carreira, pois anteriormente à sua biografia oficial, circulavam previamente pelo menos dois livros altamente desfavoráveis sobre ele e sua família, escritos por Palmério Dória. Nesse aspecto, a obra de Regina Echeverria se insere entre uma postura de isenção e neutralidade de um lado e, de outro lado, um tom celebratório e laudatório que o seu livro se afirma. Mesmo nesta tensão, não se pode deixar de notar a pretensão de realização de um relato reivindicado, entre os textos produzidos acerca da

vida de Sarney, como a palavra oficial, última e mais completa sobre a sua vida. Como bem salienta o título, não se trata de uma biografia ou um relato biográfico a mais sobre a vida do político, mas sim, de biografia com artigo definido a frente de seu título.⁸

Além de desacreditar outros relatos biográficos, outra estratégia narrativa é apresentar Sarney como um político que à revelia de suas vontades pessoais, mais voltadas para o mundo da cultura, das artes e da escrita, seria levado a fazer “sacrifícios” pela nação e pelo bem público, atuando em diversas posições políticas em uma espécie de auto sacrifício patriótico. Este movimento é interessante, pois demarca um contraste importante em relação a como é contada a vida de Sarney e as estratégias narrativas utilizadas para descrever a de José Aparecido. Enquanto o primeiro seria tragado pelo mundo da política e tentaria ao largo de toda sua trajetória se reaproximar e adquirir trunfos culturais e literários, o segundo teria no âmbito da cultura um recurso importante para guindá-lo de volta ao mundo da política, nos momentos em que a continuidade de seus planos políticos se viu ameaçada.

É muito comum entre os biógrafos e nos depoimentos de amigos de José Aparecido de Oliveira, que se lamenta o fato de sua cassação no regime militar, a perda da candidatura a governador de Minas Gerais durante o período da redemocratização, não ter assumido o Ministério das Relações Exteriores na década de 1990 e não ter sido indicado primeiro Secretário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), órgão que ajudou a fundar.

Todos esses reveses costumam ser explicados como meros acidentes, pois sua real missão ou destinação seria a atuação no mundo intangível da cultura e das artes. Assim vemos nos títulos de suas biografias, reportagens e livros de homenagens, títulos como: *O homem que cravou uma lança na Lua*, *O inventor de utopias* e *Missão em Portugal*.

Por ordem cronológica o primeiro livro sobre Aparecido é a coletânea de depoimentos organizada por Alberico de Souza Cruz, Franklin de Oliveira, José Eduardo Barbosa e Mauro Santayana. O primeiro é nascido na cidade de Abaeté em Minas Gerais em 1938, onde viveu até a adolescência quando então se mudou para Belo Horizonte. Era ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e exerceu ao longo da vida a profissão de jornalista trabalhando em diversos órgãos de imprensa diferentes: *Jornal da Cidade*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*,

⁸ No anexo B deste trabalho é possível ver as capas das obras mencionadas. Destaca-se na maioria a presença dos rostos dos homenageados ou criticados em destaque, normalmente em tom sóbrio. O nome dos biógrafos/organizadores é pouco destacado e ocupa baixa proporção das capas. Tanto Sarney quanto Aparecido de Oliveira têm fotos de sua velhice nas capas, conferindo ao livro e ao homenageado uma aura de experiência, sabedoria e respeitabilidade. Destaca-se que apenas um dos livros (GONÇALVES, 2016) é uma homenagem póstuma, todos os outros foram publicados enquanto os biografados, homenageados, criticados estavam vivos.

etc. Nos anos 1980 ocupou o cargo de diretor de jornalismo da Rede Globo em Minas Gerais, depois foi diretor dos telejornais comunitários da Central Globo de Jornalismo e em 1987 passou a comandar todos os telejornais da rede. Ficou na emissora carioca até 1995 e posteriormente assumiu a superintendência de jornalismo da Rede TV! Em 2001 (MUSEU DA TV, ([20--])).

Franklin de Oliveira, José Ribamar de Oliveira Franklin da Costa⁹, é maranhense de São Luís nascido em 1916. Desde os 16 anos teve atuação no jornalismo, começando no *Diário da Tarde* de sua terra natal. Tempos depois migrou para o Rio de Janeiro onde trabalhou nas revistas *Pif-Paf* e *O Cruzeiro*. Durante o Estado Novo emitiu opiniões contra o regime de Vargas e se tornou desafeto de seu patrão Assis Chateaubriand devido a uma disputa política em torno da candidatura de Chatô ao senado nos anos 1950. Depois do incidente se tornou editorialista e crítico literário do *Correio da Manhã* em 1956 substituindo Álvaro Lins. Em seguida se mudou para Porto Alegre onde tomou posse do cargo de secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, no governo Leonel Brizola (1958-1961), posteriormente assumiu a posição de delegado desse estado junto ao Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul. Às vésperas do golpe militar de 1964 trabalhava no setor administrativo da Petrobras, quando teve seus direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional nº 1, momento em que retornou ao jornalismo, trabalhando como redator do jornal *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Era membro da Academia Maranhense de Letras, faleceu no Rio de Janeiro em junho de 2000 (FGV, [20--]).

Sobre José Eduardo Barbosa há pouca informação disponível, em seu depoimento no livro em homenagem ao aniversário de 45 anos de José Aparecido, o autor conta que foi chefe de gabinete pessoal de Aparecido nos tempos em que este era Secretário de Governo na administração de Magalhães Pinto em Minas Gerais. Barbosa foi jornalista da revista *Alterosa*, periódico em que Aparecido de Oliveira era presidente (SOUZA CRUZ; OLIVEIRA; CARNEIRO; BARBOSA; SANTAYANA, 1979).

Por fim, Mauro Santayana é gaúcho nascido no ano de 1932. Assim como os outros organizadores se destacou por sua atuação no jornalismo brasileiro *Diário de Minas*, *Binômio*, *Última Hora*, *Manchete*, *Folha de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil* e *Jornal do Brasil* foram algumas

⁹ Como se verá adiante na reconstituição da trajetória pessoal e política de José Sarney, Franklin de Oliveira foi uma das primeiras pessoas que abriu a porta da política para Sarney. Que atuou na campanha do jornalista para deputado federal pelo Maranhão no final dos anos 1940. Como se nota, Sarney e Aparecido de Oliveira nutriam um círculo de amigos e aliados políticos muito próximo.

das redações pelas quais passou. Com o golpe de 1964 se exilou e trabalhou como chefe das emissões em português da rádio Havana nos anos 1960, tornou-se correspondente político do mesmo veículo em Praga até o início dos anos 1970, e entre 1970 e 1973 atuou como correspondente internacional do *Jornal do Brasil* na Alemanha.

Nos anos 1980 assumiu cargo de diretor presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, na área cultural. Era amigo e colaborador de Tancredo Neves sendo um dos articuladores da eleição do mesmo para a presidência da república em 1985. Após a redemocratização foi secretário-executivo da Comissão de Estudos Constitucionais e Adido Cultural do Brasil em Roma (PORTAL DOS JORNALISTAS, [20--]a).

Apesar da diversidade de origens e atuação dos organizadores do livro de homenagem, custeado pelos próprios autores e amigos de Aparecido, conforme se pode ler na contracapa do livro, verifica-se em todos a intersecção da atuação entre o jornalismo e a política. Essa característica se repete no elenco de amigos que escreveram na obra: Alceu Amoroso Lima, Antônio Maria, Aluísio Alves, Alberico de Souza Cruz, Pe. Antônio de Oliveira Godinho, Carlos Castello Branco, Fernando Gasparian, Jânio de Freitas, Paulo Francis, Pedro Aleixo, Rubem Braga, Seixas Dória, Ziraldo, Millôr Fernandes, etc.

Tal conjunto de diferentes personalidades e a variedade de inserções de cada organizador e dos contribuidores prestam homenagem a um político e administrador da cultura, visando fortalecer os laços de amizade entre “os integrantes de um círculo íntimo de companheiros de classe (no duplo sentido do termo), que teve continuidade mediante experiências comuns nas esferas políticas, intelectual e burocrática, dando origem a ‘panelas’ e anéis burocráticos” (MICELI, 2001, p. 350).

Os outros conjuntos de textos elaborados por Alan Viggiano (1990, 1994, 1996, 1999), José Alberto Braga (1999) e Petrônio Souza Gonçalves (2016), por sua vez emulam a própria relação entre José Aparecido e os membros mais próximos de sua equipe (MICELI, 2001). Estes livros são testemunhos de outros apoios e relações sociais que Aparecido foi granjeando ao longo de sua vida, assim o volume de Viggiano de 1999 foi realizado com patrocínio da Fundação Oscar Niemeyer, o livro de Braga (1999), também contou com o apoio da mesma Fundação, assim como de Olávo Setúbal e de órgãos de cultura e imprensa portugueses como o *Jornal de Letras* e a casa de cultura Cais de Culturas. A obra mais recente de Gonçalves (2016) foi patrocinada pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM).

O autor que mais escreveu sobre José Aparecido e sua atuação na criação do Prêmio Camões, IILP e CPLP foi Alan Viggiano, responsável por quatro volumes sobre a vida e a

atuação do político mineiro. O autor é conterrâneo de seu biografado da cidade de Inhapim, nascido em 1942. Aos vinte anos formou-se em Direito em Belo Horizonte. Nos anos 1950 exerceu o cargo de taquígrafo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e nos anos 1960 ocupou a mesma posição, desta vez no Senado Federal, quando se transferiu para Brasília. Ali se formou em Comunicação na UNB, nos anos 1970, começando alguma atividade literária e também o trabalho como assessor de imprensa da universidade e a atuação como jornalista do *Última Hora* e do *Correio Brasiliense*. Em 1980 concluiu um mestrado em literatura brasileira pela UNB e ocupou cadeira na Academia Brasiliense de Letras, sendo membro igualmente da Associação Nacional de Escritores (da qual foi também presidente) e do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal (do qual foi fundador e primeiro presidente).

Segundo relato de Viggiano (1999), o seu primeiro contato com José Aparecido aconteceu em 1982 por intermediação do amigo em comum Ziraldo. Neste momento, o autor relata um fascínio pela figura de Aparecido, entendendo-o como um político diferente dos demais que conhecia. Os contatos entre um e outro cessam e quando Aparecido retorna a Brasília para ser Ministro da Cultura por duas vezes e governador do Distrito Federal é que Viggiano se reaproxima, interessado em apoiar a ideia da criação de um órgão de incentivo, defesa e difusão da língua portuguesa e, como mencionado, se constituir no biógrafo de maior volume de obras editadas acerca da vida e das instituições fundadas por José Aparecido.

José Alberto Braga, penúltimo biógrafo, trabalhou conjuntamente com o biografado em Portugal como vice-presidente da Casa do Brasil em Lisboa (1993/1994), órgão do Itamaraty gerido pela Embaixada Brasileira da mesma cidade. Na época em que Aparecido de Oliveira foi embaixador em Portugal e se dedicou ao projeto de institucionalização da CPLP, José Braga se colocou como um de seus principais colaboradores. O autor é português da cidade de Braga, tendo nascido no ano de 1944. Imigrou para o Brasil ainda na adolescência aos 15 anos, entre os anos 1960 e 1970 trabalhou no país como atendente de farmácia, office boy, bancário, bibliotecário, e por fim, jornalista. O exercício do jornalismo se deu em órgãos como *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e revista *Vozes*. Além dos meios impressos teve atuação na TV Tupi e na TV Bandeirantes. Kursou Comunicação na Universidade Federal Fluminense onde se formou em 1974 e poucos anos depois trabalhou no *O Pasquim* (BRAGA, [19--]).

Nos anos 1980, já findo o Salazarismo, retornou a Lisboa como correspondente do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, onde permaneceu por dez anos como colunista para assuntos luso-brasileiros. Em seguida colaborou em outros veículos impressos e televisivos de Portugal sempre comentando as relações entre o Brasil e sua antiga metrópole. Após trabalhar

com Aparecido entre 1993/1994 se envolveu na fundação de periódicos ligados a lusofonia e retornou ao Rio de Janeiro em 2006.

Por último Petrônio Souza Gonçalves é um jornalista mineiro que conheceu José Aparecido em seus últimos anos de vida e desde o falecimento do biografado tem atuado como assessor político e pessoal de familiares do antigo ministro, embaixador e governador. As atividades de Petrônio se dão em torno de alguns órgãos de imprensa mineiros e na ABI – Associação Brasileira de Imprensa onde é conselheiro, para além da biografia de José Aparecido possui também livros de poemas publicados.

Em ambas as coletâneas alguns nomes presentes desde o primeiro livro de homenagem se repetem, porém, alguns novos surgiram, entre eles: Oscar Niemeyer, Ziraldo, Mauro Santayana, Wilson Figueiredo, António Alçada Baptista, Mário Soares, Eduardo Lourenço, Jorge Amado, José Craveirinha, José Saramago, Manuel Alegre, Miguel Torga, etc.

Nota-se nos livros de homenagem dos anos 1990 presença igualmente forte de jornalistas e políticos, mas nesta década se torna frequente os depoimentos de escritores portugueses e até de representante dos PALOP. Estes dois últimos grupos são frutos do cabedal de relações sociais angariadas na atuação militante de José Aparecido na fundação do Prêmio Camões, IILP e CPLP.

Todos os últimos livros mencionados foram editados por editoras pequenas em baixas tiragens e atualmente encontram-se disponíveis em abundância nos sebos virtuais a baixo custo. O único volume publicado em editora de grande porte foi a biografia de Sarney que saiu pelo conglomerado português Leya, selo este que editou também as obras literárias do ex-presidente e senador. Tal dado sugere um relativo declínio e desclassificação simbólica dos grupos dirigentes aos quais eram vinculados Sarney e Aparecido.

Porém, o recurso a essa construção memorialística visa reabilitar as figuras de uma verdadeira nobreza de Estado e “tornar público, convertendo em crédito a ser resgatado, o legado de serviços prestados por seus integrantes nessas mesmas instituições.” (MICELI, 2001, p. 351). Ao mesmo tempo, ao auxiliar na restauração ou criação de novo capital simbólico/político para seus homenageados, os autores ou aqueles que encomendaram a fabricação de uma biografia ganham igualmente dividendos simbólicos, contribuindo para a manutenção da crença e do reconhecimento de trajetórias exemplares e dos recursos e benefícios simbólicos e materiais, que estar associado a essas figuras pode gerar.

Feita a crítica às fontes e elaborado mais um argumento possível que compreende os modos como foram enquadradas as trajetórias de Aparecido de Oliveira e de Sarney por seus

biógrafos oficiais, passo a uma restituição do percurso de vida de ambos e seus momentos mais decisivos, buscando os momentos de socialização e aquisição de capitais mais centrais para que ambos ocupassem posições sociais destacadas como políticos e homens de cultura, posições que embasaram tomadas de posição bem-sucedidas na criação de um arcabouço institucional responsável pela (re)fundação de um espaço transnacional de literaturas de língua portuguesa.

Tudo isso para dizer que, no caso mais aparentemente favorável ao imperialismo cultural e ao uso nacionalista da cultura, isto é, o caso dos imperialismos universais, vê-se bem que a cultura nunca é pura, que sempre tem dimensões não só de dominação mas também de nacionalismo. A cultura é um instrumento de legitimação e de dominação (BOURDIEU, 2014, p. 297).

Penso que é uma forma de ingenuidade idealista querer a todo custo que as coisas puras sejam o produto de atos puros. Quem é sociólogo aprende que as coisas mais puras podem ter seu princípio nas pulsões absolutamente impuras (BOURDIEU, 2014, p. 610).

José Aparecido de Oliveira e José Ribamar Araújo Costa nasceram entre o final da década de 1920 e o começo da década de 1930. Além da proximidade das datas de nascimento, apresentam origens sociais semelhantes, pertencendo à oligarquias e famílias remediadas em declínio, principalmente o segundo. Foram, também, primogênitos de famílias numerosas, sobre quem recaiu a responsabilidade pela manutenção e quando possível recuperação ou ascensão social e de status do grupo familiar. O primeiro perdeu o pai jovem e teve que ajudar a mãe a cuidar dos 4 irmãos, abandonando alguns projetos pessoais, dentre eles o de cursar ensino superior. Como estratégia de sobrevivência material e também simbólica, enveredou pelo jornalismo, passando pelo sindicalismo, funcionalismo público e dali para a política. O cabedal de relações sociais herdadas, principalmente, do pai e a herança da mãe ajudaram a dar o sustento mínimo para evitar um declínio social mais pronunciado do núcleo familiar.

De família muito menos provida, José Sarney não perdeu o pai prematuramente, mas devido a vida boêmia e a problemas de saúde física e mental do progenitor, enfrentou durante a infância a dependência da influência familiar para conseguir postos de trabalho públicos a seu pai, já que a família materna era extremamente pobre. E disto, seguiu-se incontável número de mudanças de casa pelo interior do Maranhão e uma educação descontinuada. O investimento em seus estudos acabou por depender de suas próprias estratégias de sobrevivência material, inclusive, bancando parte da escolarização de outros familiares.

No início da vida adulta, devido a ampliação inesperada da família graças a uma relação não oficial do pai, ganhou mais onze irmãos. Sua luta pessoal tornou-se um verdadeiro combate por ascensão social, que conseguiu através de múltiplos investimentos: o diploma em Direito, a atuação como jornalista, como escritor em movimentos culturais e academias literárias, uma

aliança matrimonial para cima e, por fim, uma dedicação quase total à construção de uma carreira política.

Como se poderá ver a partir da análise de suas trajetórias, os dois comprometem intensamente à carreira funcional e política, das quais derivaram a influência que detinham para indicar amigos, apaniguados e familiares para ocupar postos e receber prebendas estatais. São, o que Bourdieu nomeia como oblatos, “os que devem tudo ao rei, que pode obter deles uma grande dedicação.” (BOURDIEU, 2014, p. 471/472).

Aparecido nasceu em São Sebastião do Rio Preto, à época distrito do município de Conceição do Mato Dentro no Estado de Minas Gerais, no dia 17 de fevereiro de 1929, como filho primogênito de Modesto Justino de Oliveira e Araci Pedrelina de Lima Oliveira, ganhando posteriormente 2 irmãs e 2 irmãos. O pai era conhecido como “Coronel” Modesto Justino de Oliveira, nome e patente que herdou de um tio-avô. Seu tio Clodomiro de Oliveira tinha sido secretário da Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do governo de Arthur Bernardes em Minas. Todos os tios-avôs de José Aparecido tinham formação universitária, feita em São Paulo e Ouro Preto, um tio era farmacêutico, um segundo médico e os outros dois engenheiros. Além de Clodomiro que trabalhou nas gestões de Arthur Bernardes, um dos tios engenheiros Aldrovando Augusto de Oliveira teve destacado papel na prospecção de petróleo no Brasil e um segundo, o médico Elpenor de Oliveira, foi deputado e presidente da Assembleia Legislativa de Goiás.

A mãe de Aparecido era professora do ensino primário proveniente de uma família de donos de fazendas na região de Conceição do Mato Dentro. Seu avô, Pedro Generoso, era conhecido pela grande quantidade de terras que possuía, legando a família um total de 17 propriedades na região. As estâncias partilhadas deram para cada um dos netos de Pedro Generoso, incluindo Araci (que tinha oito irmãos, 1 homem falecido ainda jovem e outras 7 mulheres, filhas de Inês Generoso Lima e João Alves de Lima) uma fazenda entre os municípios de Conceição do Mato Dentro, Serro e Dom Joaquim. Para Araci coube uma chácara na região do município de Água Santa. Ela se dedicou desde cedo ao magistério, cursando aulas de Aperfeiçoamento Pedagógico em Belo Horizonte oferecidas pela gestão de governo de Antônio Carlos de Andrada, onde pôde conhecer e tomar contato com educadores vindos de fora do país. Foi no período uma das criadoras e fundadoras da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Araci se dedicava e tomava conta com atenção do processo de educação de todos os filhos. Faleceu em 1991 aos 83 anos.

O jovem Aparecido passou sua infância em Conceição do Mato Dentro, concluindo os primeiros estudos no Grupo Escolar “Monsenhor Pinheiro”, de São João Evangelista cidade próxima a Conceição, onde sua mãe era diretora. Antes de assumir, a direção sua mãe já tinha dirigido outro Grupo escolar, na cidade de Passabém também na região de residência dos pais.

Foi entre o final de sua infância e começo da adolescência que a família passou por um momento de instabilidade econômica e que seria decisivo para o encaminhamento das escolhas de destinos possíveis do primogênito. Aos onze anos de idade, em 1940, ele ficou órfão de pai, vítima de um acidente de automóvel aos 38 anos na cidade de Belo Horizonte. Araci tinha então apenas 31 anos e José Aparecido teve que assumir o papel de chefe de sua família ajudando sua mãe na criação de seus irmãos menores. A fim de evitar o desamparo total da família o patriarca deixou como legado uma apólice de seguro de vida. Após a morte do progenitor, Aparecido se incumbiu de liquidar sociedades em negócios que Modesto participava, em Teófilo Otoni, Diamantina e outras cidades.

Concluídos os negócios do pai, seguiu o restante de sua formação educacional no colégio Dom Bosco, dirigido pelos padres salesianos da cidade de Araxá. Sua mãe optou pela mudança para esta cidade, dadas as possibilidades maiores de arrumar trabalho como professora e por ter bons colégios para os filhos. Nesta cidade, Araci foi diretora de um Grupo Escolar, acumulando a presidência da Legião Brasileira de Assistência e da Associação de Mulheres Católicas. O final da formação de Aparecido incluiu uma breve passagem no internato do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, onde foi presidente de um Grêmio literário estudantil.

Depois disso se mudou para Belo Horizonte, onde foi para continuar a estudar e arranjar trabalho. Na cidade foi recebido por seus tios Francisco Miranda e Dona Almerinda, que costumavam dar guarida aos sobrinhos e apoiá-los em sua formação educacional. Tentou realizar uma graduação em Filosofia na cidade, porém não logrou sucesso em concluí-la devido ao trabalho e à posição de arrimo de família. Após a estada na casa dos tios, Aparecido morou em um hotel, pensões de estudantes e repúblicas e nestes espaços conheceu os primeiros colegas jornalistas com quem manteria relações de amizade duradouras.

Na capital mineira iniciou a atividade de jornalista, primeiro na Secretaria de Agricultura do Estado, depois, principalmente na seção de política, estão entre os jornais que trabalhou o *Diário do Comércio*, *Diários Associados* e *Correio do Dia* (jornal financiado pela UDN para combater o governo Juscelino Kubitschek, onde foi editor político).

Em paralelo assumiu um dos seus primeiros cargos públicos, o de redator do serviço de radiodifusão do Estado de Minas, a Rádio Inconfidência. Além disso, foi líder sindical de sua

categoria, sendo eleito por diversas vezes como diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, tornando-se também dirigente da Associação Mineira de Imprensa.

Por estes cargos e pela trajetória no jornalismo foi escolhido para representar o Brasil no I Congresso Mundial de Jornalistas em 1953, realizado na capital do Chile. Neste congresso foi o orador da sessão de encerramento. Neste mesmo ano e em 1954 foi articulador/coordenador da campanha à prefeitura de Belo Horizonte de Celso Mello de Azevedo. Após a vitória do candidato se tornou seu chefe de gabinete. Foi neste trânsito entre o jornalismo político e os corredores e salas da administração pública que José Aparecido começou a assentar as bases de construção de redes de sociabilidade políticas e de seu capital político e simbólico no espaço mineiro, trunfos indispensáveis no futuro para alcançar posições na esfera federal de poder.

Filiou-se à UDN desde muito cedo e nela esteve vinculado a nomes como José Cabral (líder da UDN mineira de quem foi assessor), Américo René Giannetti (Secretário de Agricultura de Minas, depois prefeito de Belo Horizonte) Virgílio Mello Franco e Magalhães Pinto (de quem foi secretário particular).

O segundo trabalho político central na trajetória de Aparecido e na construção de seu capital político foi o de coordenador dos movimentos políticos que levaram Jânio Quadros a presidência da república em 1960 e Magalhães Pinto ao governo de Minas no mesmo período. Por esse trabalho se tornou secretário particular da Presidência da República, cargo que ocupou até a renúncia de Jânio.

No governo de Quadros, Aparecido tinha poder de realizar indicações como a de Carlos Castello Branco, seu amigo e jornalista do *Jornal do Brasil*, para a assessoria de imprensa da presidência da República, entre várias outras. Isto teria fim com a renúncia do presidente. Após a saída da secretaria da presidência se candidatou a deputado federal pela UDN por Minas Gerais, sendo eleito em 1962 - esteve entre os 10 políticos mais votados de seu estado. Nesse período integrou um grupo político dentro do partido chamado Bossa Nova, do qual faziam parte José Sarney, Ney Braga, etc. (retomarei mais adiante a descrição desta facção da UDN quando tratar da trajetória de Sarney).

Como deputado estadual, a convite de Magalhães Pinto, ocupou os cargos de Secretário de Estado da Agricultura, interinamente, Secretário de Estado de Governo e do Interior e Justiça de Minas. No período de atuação como Secretário Estadual era também presidente do *Diário de Minas* e da revista *Alterosa*, onde recrutava diversos colaboradores e funcionários. Após sua

cassação com o Ato institucional nº1 baixado pelo Regime Militar¹⁰, Aparecido, a convite de Fernando Gasparian, trabalhou em uma editora chamada Saga no Rio de Janeiro e depois, a convite de Gilberto Faria, atuou brevemente como diretor do Banco Bandeirantes de São Paulo e posteriormente esteve presente na diretoria da Nacional Companhia de Seguros, do Banco Nacional, por indicação de Magalhães Pinto, vivendo a partir de então entre Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Nesse mesmo período se aproximou dos jornalistas do *Pasquim*, jornal em que frequentemente era caricaturado; em apoio ao jornal, comprou cotas de associado para ajudar na sobrevivência do veículo e colocou sua irmã Maria Aparecida como sócia até o fim do periódico.

Casou-se em 1972 com a advogada Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, também de família mineira, os pais eram próximos de Magalhães Pinto que apoiou o casamento e foi um dos padrinhos. Com ela teve dois filhos: José Fernando Aparecido de Oliveira (1974) e Maria Cecília de Oliveira (1975)¹¹. Residiam na época no Rio de Janeiro, num imóvel na Avenida Atlântica em Copacabana. Em 1975 comprou uma fazenda colonial na região serrana do Rio de Janeiro por sugestão de Ziraldo. A propriedade localiza-se no município fluminense de Miguel Pereira.

Durante o processo de abertura política e fim dos governos militares Aparecido recebeu de Hélio Garcia uma de suas primeiras propostas de retorno à vida política. Foi convidado para ingressar no recém-fundado Partido Popular, organizado por Magalhães Pinto e Tancredo Neves. Na mesma época teve convite de Ivete Vargas para ser candidato a governador de Minas Gerais pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Não aceitou o convite à candidatura pelo PTB, mas arranhou espaço para ser candidato a vice-governador na chapa que elegeria Tancredo Neves em 1982. Já na articulação da campanha, porém, sofreu um infarto e ficou entre a vida e a morte. Sendo obrigado a ir se tratar na capital de Minas Gerais e depois, por aconselhamento de um amigo seu, Délio Jardim de Matos, Ministro da Aeronáutica à época, se afastou para realizar uma cirurgia do coração em Cleveland, Estados Unidos.

Entre o infarto e a cirurgia nos EUA, o combinado entre Tancredo e Aparecido foi desfeito sem seu consentimento e Hélio Garcia assumiu o posto de vice na chapa. Segundo

¹⁰ Possíveis motivos para sua cassação: ataques ao IBAD quando deputado em 1962, renúncia aos cargos no governo Magalhães Pinto ao saber que este tramava o golpe com os militares e uma recepção organizada em sua casa em Belo Horizonte para que Leonel Brizola defendesse as reformas de base de João Goulart. (GONÇALVES, 2016).

¹¹ O filho de Aparecido atualmente é político profissional, já foi prefeito de Conceição do Mato Dentro, deputado federal pelo estado de Minas e candidato ao governo de Minas pelo Partido Verde. A filha Maria Cecília administra a fazenda fluminense da família, que foi convertida em um hotel.

Gonçalves relata (p. 59, 2016), Aparecido teria dito a respeito do episódio “Enquanto os médicos abriam meu peito, meus amigos abriam as minhas costas”.

Fora da disputa pelo governo, Aparecido ainda saiu candidato a deputado por Minas, sendo na oportunidade o segundo deputado mais votado no estado. Logo após a sua posse, no mês de março de 1982 foi convidado por seu ex-colega de chapa, Tancredo Neves, para assumir a recém-criada Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais. Como secretário, além de propor diversos projetos de restauração de patrimônios históricos mineiros em parceria com a iniciativa privada, fundou em 1984 a Rede Minas de Televisão, emissora pública voltada para a cultura e educação, assim como criou e se tornou presidente do Fórum Nacional de Secretários de Cultura onde lançou a proposição da desvinculação da área cultural do Ministério da Educação e a criação de um ministério independente para a cultura.

Somadas a atuação política prévia, contatos com diversos jornalistas e escritores vinculados a vida cultural e artística brasileira e a recente atuação institucional em uma área burocrática em vias de consolidação. Resulta por conseguinte, logra-se uma conciliação de diferentes capitais (cultural e político burocrático) que permitiram a Aparecido realizar seus objetivos políticos e conseguir enraizar sua presença no cenário das elites culturais e dirigentes brasileiras, mitigando riscos de enfraquecimento nas disputas políticas ou de falhar na manutenção do patrimônio social, econômico, político e cultural que legaria para seus filhos e familiares.

Além deste papel, outro flanco de atuação de Aparecido foi o de articulador da eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral em 1985. Entre outras tarefas, Aparecido fazia a interlocução entre o candidato e militares do governo, entre eles o amigo Ministro da Aeronáutica –ao cumprir mais essa tarefa conseguiu a promessa de que seu nome seria indicado como Ministro da Cultura tão logo o órgão fosse criado. Com a morte de Tancredo e a posse de Sarney, que assumiu o poder em posição frágil dada a desconfiança de amplos setores quanto a seu passado no partido dos militares durante a ditadura, a manutenção das indicações do primeiro presidente civil foram mantidas e Aparecido assumiu o ministério que ajudou a criar em 15 de março de 1985.

Esta primeira passagem foi bastante curta, pois no mês de maio do mesmo ano o novo ministro viu seu nome ser indicado pela presidência para ocupar o posto de governador do Distrito Federal. Para assumir tal função passou por uma eleição indireta no Senado, onde seu nome foi ratificado. No dia 9 de maio de 1985 tomou posse como governador do Distrito Federal. Entre uma de suas principais políticas estava o resgate das diretrizes urbanísticas do

Plano Piloto de Brasília, projeto que contou com o apoio pessoal de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx.

José Aparecido e Oscar Niemeyer trabalharam lado a lado – em gabinetes vizinhos – a pedido do governador do Distrito Federal, e estreitaram laços de amizade. Devido a essa proximidade, Niemeyer construiu uma capelinha na fazenda de Miguel Pereira como presente de aniversário de 15 anos à filha de Aparecido. Tal gratidão relaciona-se, também, a outro trabalho que conduziram em conjunto cujo resultado se materializou na candidatura e posterior designação da cidade de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO no ano de 1987, sendo a primeira obra realizada no século XX a receber tal status e distinção.

Um dos aspectos pouco lembrados sobre o período no comando do Distrito Federal foi a atuação de José Aparecido de Oliveira como uma espécie de chanceler extraoficial de José Sarney. Em dezembro de 1985 realizou uma viagem de 15 dias para algumas capitais europeias como Paris, Roma, Madri e Lisboa. Nesta primeira oportunidade tratou da candidatura de Brasília a Patrimônio Cultural na UNESCO e de possibilidades de financiamento de projetos de infraestrutura em Brasília, notadamente a construção de uma linha de metrô e de projetos culturais em parceria com os países Ibéricos. Em uma segunda viagem, dessa vez em maio de 1987 o então governador percorreu em 25 dias México, Estados Unidos, França, URSS e Itália. Nesta última viagem discutiu os problemas da dívida externa brasileira com o presidente francês François Mitterrand e entregou cartas do presidente brasileiro para diversos líderes que encontrou.

Anos depois reassumiu o Ministério da Cultura, em setembro de 1988, no ocaso do governo Sarney. Permaneceu até o fim do mandato do amigo em 14 de março de 1990. Foi nesta segunda passagem que tanto o ministro quanto o presidente tiraram do papel os projetos de constituição e institucionalização de diversas iniciativas que davam contornos a uma “nova” comunidade de países de língua portuguesa: Prêmio Camões, IILP e CPLP.

A primeira iniciativa foi a criação do Prêmio Camões. O acordo que selou a estruturação da premiação foi assinado por Roberto de Abreu Sodré, Ministro das Relações Exteriores, e por Adriano Antonio de Carvalho, Embaixador de Portugal, no dia 22 de junho de 1988, antes mesmo do retorno de Aparecido ao Minc. Porém, a implantação da láurea só foi anunciada em março de 1989 e na mesma hora se pôde saber que os três primeiros jurados escolhidos pelo Ministério da Cultura, já sob comando de José Aparecido, eram Antonio Houaiss, Afrânio Coutinho e Herberto Salles.

Além disso, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1989, com aval da presidência, e em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), passou 14 dias em viagem para Portugal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, onde se encontrou com os presidentes e líderes de cada país, no intuito de angariar apoio à criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). Nesta viagem ficou acertada a data de entrega do primeiro Prêmio Camões em 10 de junho de 1989 na Ilha de São Miguel no arquipélago dos Açores em Portugal.

Finalizando o ano de 1989 foi realizado entre 31 de outubro e 2 de novembro no Palácio dos Leões, sede do governo maranhense, localizada em São Luís, o primeiro encontro entre chefes de Estado dos PALOP com os líderes de Portugal e Brasil em um contexto pós-independências nacionais africanas e brasileira. Tal reunião visou a ratificação do ato constitutivo do IILP. Tida como um dos maiores sucessos da política externa do governo Sarney, o evento em São Luís, assim como o acordo assinado, apesar de bem sucedidos caíram no esquecimento e décadas passaram até que os mecanismos acordados fossem implementados (OLIVEIRA, 2019).

Não foi só um fim de ano movimentado para os projetos relacionados às literaturas de língua portuguesa; com a aproximação das eleições presidenciais e o fim do governo Sarney, novos arranjos políticos começavam a ser tramados. Entre eles a indicação do vice-presidente na chapa de Fernando Collor de Mello para Itamar Franco, de acordo com Gonçalves (2016), devido ao aconselhamento e sugestão direta de José Aparecido a Itamar, seu conterrâneo mineiro. Se conseguiu indicar um caminho eleitoral viável para seu amigo, o mesmo não ocorreu com seus planos. Em 1990, desta vez sem percalços, José Aparecido (PSC) saiu como candidato a vice-governador de Minas numa chapa com o jornalista e deputado Hélio Costa (PRN), ambos perderam as eleições para o antigo aliado Hélio Garcia por menos de 1% dos votos.

Apesar da derrota eleitoral em 1990, foram tantas as reviravoltas da política, que com o impeachment de Fernando Collor e a posse de Itamar Franco, José Aparecido retornou ao jogo político. Ainda em dezembro de 1992, o novo presidente convidou seu colega mineiro para ocupar o posto de embaixador do Brasil em Portugal. Aparecido aceitou e assumiu o cargo no início de janeiro de 1993.

Em maio do mesmo ano, Itamar se viu obrigado a realizar uma pequena reforma ministerial devido à demissão de seu titular da fazenda, Eliseu Resende. Deslocou para o posto Fernando Henrique Cardoso, que era chanceler do Itamaraty e ofereceu o cargo vago a Aparecido. Aceito o convite, mais uma vez uma doença e uma cirurgia impediram a posse e,

como a recuperação foi mais longa do que o esperado, Aparecido acabou por não assumir o Ministério das Relações Exteriores, indicando como seu substituto o diplomata Celso Amorim, que o auxiliou diretamente na construção do encontro de São Luís do Maranhão em 1989 e na assinatura do ato constitutivo do IILP.

Aparecido acabou por retornar à embaixada brasileira em Lisboa e decidiu se concentrar na realização dos planos que ficaram parados em 1989, desta vez tentando retomar o projeto do IILP, dentro de outro quadro mais amplo, a saber no interior da fundação de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹². Para isso, o então embaixador realizou mais uma viagem aos PALOP reforçando os laços políticos e sociais com lideranças africanas já conhecidas na primeira viagem no final dos anos 1980. Novamente o mineiro teria êxito em sua empreitada, mas não seria escolhido para estar à frente e presente quando da concretização de seu projeto. Por problemas pessoais, Itamar Franco não pôde comparecer à reunião que oficializou a CPLP, a cerimônia foi remarcada e aconteceu apenas em 1996 já no governo Fernando Henrique Cardoso e Aparecido tinha já saído da cena política. E quando o Brasil teve direito de escolha da liderança da Comunidade, o nome de José Aparecido foi preterido.

Passemos à análise da trajetória de José Sarney, cujo nome de batismo é José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Um ano mais novo que Aparecido, nasceu em 24 de abril de 1930. Veio ao mundo na cidade de Pinheiro, na baixada maranhense, a 102 quilômetros da capital do estado. Sua mãe se chamava Kiola Ferreira e o pai tinha por nome Sarney de Araújo Costa. Assim como o amigo de Minas José Sarney é o primogênito da família, tendo apenas mais dois irmãos – do primeiro casamento do pai.

A mãe nasceu no ano de 1911 no interior do estado de Pernambuco. Por parte de pai, Kiola tinha ascendência portuguesa, indígena e negra. Seu pai, Assuéro Leopoldino Ferreira era piauiense, mas criado na Paraíba após a morte do progenitor, avô de Kiola, que era juiz no Piauí. Sua mãe Maria Augusta de França Ferreira era paraibana e teria conhecido Assuéro na cidade de Recife, quando este na capital pernambucana começava a vida como pequeno comerciante. Depois disso se seguiram migrações e um movimento de declínio social da família, que aumentou em tamanho (três irmãos com síndrome de Down, mais um menino e uma menina, além de Kiola) e não em patrimônio.

¹² As ambições de Aparecido nessa frente do espaço de língua portuguesa não se resumiam ao IILP e CPLP, como mostra o anexo D, o então embaixador do Brasil em Portugal, desenhou um documento que propunha a criação de um parlamento dos povos de língua portuguesa, de caráter mais consultivo, porém com um desenho institucional bastante complexo e definido. O documento foi encontrado no acervo de Mário Soares nas dependências de sua fundação em Lisboa.

Assuéro tentou a vida como fazendeiro, caixeiro viajante, outra vez fazendeiro, todas às vezes entre os estados de Paraíba e Pernambuco. Foi somente em 1927 que o chefe da família reuniu os filhos e filhas, deixados por um tempo em internato, para levá-los ao Maranhão, aonde voltou à vida de agricultor junto a outros retirantes da seca.

Já o pai de José Sarney provinha de um ramo empobrecido de uma família de políticos da cidade de São Bento, no interior do Maranhão. Segundo sua biografia (ECHEVERRIA, 2011), o primeiro representante do ramo Araújo da família paterna chegou ao Brasil em 1702 vindo do norte de Portugal, do vilarejo de Arcos de Valdevez, sobre a família Costa não há registros de origem.

O avô paterno de José Sarney, José Adriano da Costa, era professor primário itinerante, lecionava em escolas e fazendas de sua região. Segundo relato da época, era magro e não possuía o braço esquerdo. Em uma oportunidade foi contratado por um dono de engenho, coronel Guilherme Luís de Araújo Souza, que era deputado provincial e intendente de Pinheiro e São Bento. Foi no engenho dando aulas que José Adriano da Costa conheceu a filha do segundo casamento do coronel, a quem pediu em matrimônio.

A filha relutou em casar, porém, o declínio social familiar a pressionava. O engenho se encontrava penhorado e o coronel sem recursos. Após o casamento, José Adriano se fixou em São Bento, onde conseguiu um cargo de coletor de impostos do Tesouro Nacional. Foi ali na pequena cidade que com a esposa Rita Amélia teve dois filhos: Sarney (1901) e Ferdinando (1914). Assim sendo, o nome Sarney nunca foi um sobrenome familiar e sim o nome próprio do pai de José Ribamar. Por ser filho de Sarney Araújo Costa, o menino, na cidade, acabou conhecido como José do Sarney, filho de Sarney Costa e não demorou muito a incorporar o nome próprio do pai como um sobrenome.

O primogênito de José Adriano da Costa cursou Direito em São Luís antes de se casar e nessa cidade começou a ser acometido de uma doença psicomotora que causava frequentes pequenas convulsões e tiques, que o acompanharam por toda a existência. O pai de José Ribamar (futuro José Sarney) era tido como extremamente religioso e em resposta aos tiques e pequenas convulsões rezava com ainda mais ardor e frequência.

Apesar da doença, Sarney Costa era um boêmio contumaz e frequentador de bailes e festas. Quando os sintomas voltaram, acabaram-se as celebrações e acabou afastado também da faculdade, permanecendo durante três anos em recuperação. Foi nesse período de recuperação que Sarney e Kiola se conheceram. A nova empreitada do pai de Kiola no Maranhão não tinha dado certo e a filha com os irmãos vivia de doações e favores, enquanto Assuero viajava pelo

estado em busca de trabalho. Em uma das viagens conheceu Sarney Costa em São Luís e enviou através dele uma encomenda para a filha, pela qual o jovem aspirante a advogado se apaixonou.

Casaram-se em julho de 1929, Sarney Costa conseguiu terminar o curso de Direito e na sequência veio a primeira gravidez. Após o casamento e a gravidez de Kiola, Sarney Costa é nomeado, por um tio juiz federal, promotor na cidade de Pinheiro, cargo que assume em 1930 deixando a cidade de São Bento.

Nos anos seguintes uma série de transferências de cargo levaram a família a migrar para diversas cidades do Maranhão. A primeira delas em 1933, quando a família do pai de José Ribamar (José Sarney) preocupada com a saúde de Sarney Costa conseguiu que ele fosse nomeado de volta à cidade natal onde foram morar com o avô paterno. É do gosto do avô por recitar poemas de Camões que começa a admiração de José Ribamar (José Sarney) pela literatura e em especial, a literatura lusitana. Do avô veio o gosto por Camões, do pai por Padre Antônio Vieira, que tinha vivido no Maranhão entre 1652 e 1661. Além disso, Sarney Costa assinava almanaques e coleções de livros clássicos que o jovem José Ribamar tinha acesso em casa. Na casa do promotor de São Bento costumavam acontecer também encontros literários, onde a regra era a admiração e muitas declamações de poemas de poetas portugueses.

Na cidade do avô, José Ribamar aprendeu a ler e escrever com uma professora local e enveredou pelos caminhos do catolicismo guiado pela fé rigorosa e disciplinada de sua mãe Kiola. A estada na casa da família paterna teve fim em 1936, quando Sarney Costa foi transferido novamente, desta vez para São Luís, pois um amigo do promotor tinha sido nomeado procurador-geral do Maranhão e estendeu o convite para integrar sua equipe ao colega de São Bento. Nas duas primeiras semanas na capital a família hospedou-se na casa de uma tia bastante envolvida em política e quando se mudaram para um lar próprio descobriram que o pai Sarney Costa tinha uma segunda família, com uma filha já nascida, fora do casamento. Esta segunda relação gerou no total 11 filhos, que somados a prole do primeiro casamento com Kiola, resultou um total de 14 crianças.

A estada em São Luís durou apenas 10 meses, pois Sarney Costa decide contra o estado que desagradava o interventor no comando maranhense. O mesmo amigo que o nomeou conseguiu um posto para o promotor na cidade de Codó. Em 1937, uma quarta mudança, desta vez para Coroatá devido a um primo ter assumido o posto de juiz em Codó, pois ficava vedado atuarem na mesma cidade juiz e promotor da mesma família. Por esse motivo, mais uma transferência em 1939 para o sul do estado na cidade de Santo Antônio das Balsas. Em seguida, em 1941, a penúltima transferência de volta para terra natal, São Bento.

O filho de Kiola e Sarney Costa, já com 11 anos, voltava para a terra dos avós, porém, entre tantas idas e vindas, teve acesso a uma educação bastante irregular em escolas pequenas do interior ou com professores particulares. É neste momento que a família optou por enviá-lo a São Luís com o fito de completar seus estudos de maneira mais sistemática em um colégio de padres maristas, onde foi matriculado em 1942.

Aos 12 anos em São Luís e sozinho, hospedado e bancado pelos pais em um internato para meninos e meninas, foi pela primeira vez que José Ribamar teve acesso a uma educação mais ordenada e a uma consciência embrionária do seu atraso educacional devido à vida errante da família, que o fez ser o aluno mais dedicado de sua sala.

Porém, outra vez mais, as dificuldades financeiras do núcleo familiar se fizeram sentir e o jovem interiorano teve que abandonar a escola particular dos padres maristas e se mudar para outra pública e gratuita. A partir daí começou a pagar suas próprias despesas particulares e as do irmão Evandro, que se juntou a ele na capital.

Devido ao aperto da necessidade material para bancar os estudos e despesas cotidianas de duas pessoas, passou a procurar emprego, conseguiu o primeiro como cobrador de uma empresa de seguros e em seguida como contínuo numa delegacia, graças a indicação de um amigo de colégio. Nestes primeiros trabalhos permaneceu por alguns meses.

Em paralelo às primeiras ocupações, iniciou-se no Liceu público sua precoce socialização política. Um dos marcos foi a presidência do Centro Estudantil da escola por duas vezes, fundando ali um periódico da agremiação de alunos e alunas chamado *A Folha do Estudante*. Já nessa posição de liderança estudantil começava a alargar seu círculo de relações sociais e ganhar notoriedade política na cidade.

Na capital do Maranhão, reencontrou-se com seu pai e sua mãe, vindos do interior na última transferência de cargo, por influência da avó, filha do falecido coronel Guilherme Luís de Araújo Souza. Foi durante essa fase de sua juventude que conheceu aquela que seria sua esposa pelo restante da vida: Marly Macieira, filha de um famoso e rico médico da cidade de São Luís, Carlos Macieira. Esta união representou para o garoto pobre do interior um laço matrimonial ascensional que mudaria suas perspectivas e seu leque de destinos possíveis. Por um primo de Marly, colega seu, se conheceram em uma festa de aniversário familiar, dali em diante um namoro longo entre José Ribamar e Marly começou.

De presidente do grêmio da escola, a líder da Federação Maranhense de Estudantes foi uma transição rápida para prosseguir na mesma caminhada, ocupando postos também no movimento estudantil quando aluno da faculdade de Direito. Dali também iniciou uma

atividade literária com publicação de poemas em jornais e participação em agremiações literárias. Nessa época, José Ribamar chegou a integrar um grupo de jovens poetas maranhenses modernistas, entre 1948 e 1949; alguns nomes do grupo foram: Lucy Teixeira, Bandeira Tribuzi, Lago Burnett e Ferreira Gullar.

Ainda nesse momento, iniciou trajetória como jornalista, trabalhando na sucursal maranhense dos *Diários Associados*, o periódico *O Imparcial*. Ali, estreou na sessão de reportagens policiais e depois auxiliou o editor da publicação na criação de um suplemento literário onde pôde ampliar o arco de suas relações sociais para além da política, na área da cultura e das artes locais. Outra iniciativa de mesmo teor foi a fundação de uma Sociedade de Cultura Artística do Maranhão, onde recebiam pessoas para debates e concertos artísticos.

Além da posição de redator no jornal *O Imparcial*, José Sarney, ainda enquanto estudante de Direito, passou a acumular o trabalho como oficial judiciário no Tribunal de Justiça. Exerceu igualmente o papel de representante da UNE de seu estado. Aliás, devido a esta posição política viajou ao Rio de Janeiro (a vinda ao Rio de Janeiro era uma escala para um encontro realizado em São Paulo) em 1950 para um congresso da entidade, onde com auxílio de patrícios maranhenses, Josué Montello e Odylo Costa Filho¹³, se hospedou sendo introduzido à intelectualidade que vivia na então capital federal. Entre outros pôde conhecer: Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e Guimarães Rosa. Graças a grande rede de sociabilidade de Odylo, influente jornalista então, conseguiu ser contratado como correspondente do *Jornal do Brasil* no Maranhão.

A primeira entrada na política eleitoral se deu na volta do congresso da UNE, quando o jornalista e escritor Franklin de Oliveira, do PSD, o convidou para fazer parte de sua equipe de

¹³ De acordo com Costa e Junqueira (2015), Odylo nasceu em São Luís do Maranhão, em dezembro de 1914. Filho do Juiz Odylo de Moura Costa com Maria Aurora Alves Costa. Apesar de maranhense, Odylo filho passou toda sua vida escolar no Piauí, na cidade de Teresina, onde também iniciou a trajetória de jornalista, aos 15 anos, no semanário local, Cidade Verde. Muda-se para o Rio de Janeiro com os pais e 6 irmãos em 1930. Seu pai, que era desembargador, vende todas as propriedades no Piauí para viver de uma magra aposentadoria, colocando sob Odylo a função de arrimo da família. Graças ao auxílio de um conterrâneo, Félix Pacheco, entra para a redação do Jornal do Comércio, onde fica de 1931 a 1943, formando-se no período em Direito pela Universidade do Brasil, em 1933. Odylo, apesar de advogado, nunca se distanciou publicando poemas e crônicas, além de livros de crítica literária, um deles sobre Graça Aranha, premiado pela ABL. Quando se casa em 1942, no Piauí, tem por padrinhos de casamento: Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Carlos Drummond de Andrade. Assumiu, ao longo da vida, diversos cargos diretivos em jornais, mas o que o marcou definitivamente foi a reforma gráfica e de conteúdo do Jornal do Brasil e na vida pública foi secretário de Imprensa de Café Filho entre 1954 e 1955. Por fim, vale citar neste trabalho que de 1965 a 1967 ocupa o cargo de adido cultural junto à embaixada do Brasil em Lisboa, conquistando a amizade de diversos intelectuais e artistas portugueses, dentre estes personagens importantes para a criação das instituições literárias que tematizaremos adiante, notadamente, o Prêmio Camões. É graças ao círculo de sociabilidade de Odylo, que Sarney, e depois, o português António de Alçada Baptista, capilarizarão seus capitais relacionais no mundo literário.

campanha para deputado federal. A coordenação da campanha foi assumida após Sarney recusar uma candidatura a vereador, cargo ao qual indicou outro amigo, diretor do Centro Acadêmico da faculdade de Direito. Apesar da derrota de Franklin de Oliveira, a experiência no comando de uma campanha política em São Luís estreitou e alargou os laços sociais e o enraizamento do jovem aspirante a político nas elites maranhenses.

Nesse início dos anos de 1950, além da participação direta na direção executiva de uma campanha, José Sarney aprendeu mais e se inseriu aos poucos no mundo da política ao ser escalado pelo jornal *O Imparcial* para cobrir a caravana de campanha a governador do estado de Eugênio Barros. Finda a campanha e as viagens ao interior do Maranhão retornou para São Luís onde ficou noivo e após engatar oficialmente o compromisso, com a eleição de Eugênio Barros, acabou por virar seu secretário particular.

O posto foi ocupado por breve período com sua saída da equipe e a indicação de seu irmão para substituí-lo. Neste momento um desacerto sobre indicações políticas para eleições suplementares gerou atritos entre Sarney e o senador Vitorino Freire, de quem se tornaria inimigo e opositor até o final da vida. A iniciação na política se fez pouco a pouco, mas as incursões e pendores literários não eram deixados totalmente de lado. Em 1952, Sarney se candidatou a uma vaga na Academia Maranhense de Letras, tomando posse como o mais jovem acadêmico a assumir o posto.

A entrada na Academia aconteceu no mesmo ano em que formalizou e celebrou o casamento com a primeira namorada Marly Macieira. A estabilidade financeira e a ampliação de laços sociais via matrimônio e pela participação em múltiplas iniciativas culturais e políticas conferiram a Sarney grande visibilidade e o início de acumulação primitiva de algum capital político, que o cacifava a se arriscar a oferecer seu nome para alguma disputa eleitoral, desta vez não como coordenador político, mas sim como candidato.

Foi entre 1953 e 1954 que se deu esse primeiro passo, época em que chegava ao fim da faculdade, ainda como editor do *Imparcial*, professor da Faculdade de Serviço Social e auxiliar da secretaria do Tribunal de Justiça. Antes da candidatura, a primeira publicação, um livro de poemas coletivos resultantes da época em que integrou o grupo de neomodernistas de São Luís. E além do primeiro livro, a primeira filha com Marly, Roseana Sarney.

Ao sair do gabinete, onde era secretário particular de Eugênio Barros, se candidatou pelo PSD à Câmara dos Deputados. Devido a rugas no plano político local com Vitorino Freire sua candidatura teve pouco apoio e depois de uma batalha judicial acerca de votos considerados fraudulentos, conseguiu recuperar tais votos e alcançou o direito a uma suplência. O deputado

eleito, Lima Campos, morreria em março de 1955 e com isso José Sarney acabou por assumir a vaga do congressista no Rio de Janeiro, todavia não pelo PSD, mas pela UDN.

A saída do PSD se deu, sobretudo, por uma disputa em torno de uma candidatura extemporânea de Assis Chateaubriand para o Senado, pois este perdera o pleito em que concorreu primeiro no estado da Paraíba. A jogada política envolvia a renúncia do então senador e seu suplente maranhense, visando chamar novas eleições e sagrar o nome de Chateaubriand senador pelo Maranhão. A discordância pública com tal manobra tirou Sarney do PSD e o fez sair também da sucursal dos *Diários Associados* no Maranhão, o levando a UDN.

Entre 1954 e 1958 Sarney ocupou as vagas de suplência da UDN na Câmara Federal em algumas oportunidades. Durante suas idas a trabalho no Rio de Janeiro se hospedava na casa de uma tia da esposa no centro da cidade. Nessa época virou presidente da UDN do Maranhão e teve mais duas crianças com Marly, Fernando (1956) e José (1957).

Além da presidência da UDN maranhense o deputado com outros colegas começou a gestar a formação de um grupo de jovens udenistas que ficariam conhecidos como a ala Bossa Nova do partido, aparecendo entre os futuros integrantes um nome mineiro, o de José Aparecido de Oliveira. Foi aos 28 anos, no final da década de 1950, que Sarney assumiu pela primeira vez a posição de deputado federal a partir dos votos recebidos nas urnas em seu nome. Tomou posse na 41ª legislatura em 1959 e aos poucos foi consolidando a ala dissidente da Bossa Nova com outros políticos nordestinos de seu partido.

Neste mesmo ano, em um embate pela sucessão presidencial na UDN, devido a interferência e sugestão do amigo Odylo Costa, Filho, Sarney se aproximou de Magalhães Pinto e da corrente partidária que apoiava Jânio Quadros. Junto de José Aparecido de Oliveira (também aliado de Magalhães), Otto Lara Resende, Aloísio Alves e Odylo, redigiu uma biografia de Magalhães e apoiou a eleição do político mineiro contra Herbert Levy, que apoiava Juracy Magalhães, que por sua vez representava uma possível aliança com Juscelino, logo, uma oposição à possível candidatura de Jânio.

O sucesso na eleição do representante de Minas para a presidência da UDN cacifou o nome de Sarney no partido que por indicação de Afonso Arinos de Melo Franco foi nomeado vice-líder da UDN no Congresso, momento em que também passou a fazer parte das Comissões permanentes de Diplomacia e de Valorização econômica da Amazônia.

O jovem maranhense nunca deixava de ter, todavia, um pé na política e outro nas artes e na cultura. O sucesso no mundo público não tirava o interesse e os investimentos do deputado

da UDN em angariar glórias literárias e vivenciar as rodas de intelectuais, escritores e artistas. E assim, como na sua primeira passagem pelo Rio de Janeiro, continuava a frequentar os saraus na casa de seu amigo maranhense Odylo Costa, Filho, e publicava alguns contos na revista *Senhor*, além de participar das rodas de uísque com jornalistas do *Jornal do Brasil* aos fins de tarde.

No início da década de 1960, segundo Echeverria (2011), Sarney escreveu o manifesto do Movimento Renovador da UDN, apelidado de Bossa Nova pelo amigo jornalista Carlos Castello Branco. Com aprovação de Magalhães Pinto, lançou-se o manifesto em fevereiro de 1960, na ocasião assinado apenas por seu redator e os colegas Edílson Tavora e Ferro Costa. Os apoios não demoraram a vir, o texto foi aprovado integralmente por Jânio Quadros e a seu pedido foi incorporado por completo em seu programa de governo por Afonso Arinos. Vale citar um trecho do documento:

OBJETIVOS PRINCIPAIS

1) Combate ao subdesenvolvimento em todas as suas modalidades. Inclusive política e administrativa, cujas manifestações mais recentes são as tendências golpistas e militaristas, os escândalos públicos e a corrupção.

2) Política internacional própria e corajosa, com relações diplomáticas e comerciais, sem discriminações ideológicas, com todas as nações do mundo, inclusive a República Popular da China, e apoio moral e político aos movimentos de independência nacional de países afro-asiáticos.

3) Defender a reforma agrária como solução definitiva e um plano de emergência da produção agrícola, como solução imediata e urgente para atender ao setor inteiramente abandonado da agricultura e da pecuária. [...] (ECHEVERRIA, 2011, p. 101, grifo nosso)

No interior da política institucional e partidária da UDN, esta foi uma das primeiras vezes em que apareceria formulado expressamente o apoio de um de seus setores à causa dos movimentos de descolonização dos países africanos e asiáticos. Como veremos mais adiante, a partir de pesquisa de Silva (2017), havia antes do manifesto udenista, no plano do ativismo cultural e político, militantes de partidos e movimentos pela descolonização africana que estavam presentes no Brasil e se organizavam para realizar atos de propaganda e conscientização sobre suas causas e lutas.

Ao apoio de Jânio se seguiu o suporte de outros colegas, entre eles o do governador de Sergipe Seixas Dória e também de José Aparecido. Com a eleição do paulista e a ascensão de Aparecido como seu secretário particular, o núcleo do movimento Bossa Nova entrava em postos-chaves do governo udenista. Entre eles, o já citado posto de secretário de imprensa da presidência, ocupado por Carlos Castello Branco. Além do amigo que ajudou a redigir a carta manifesto, em política externa Sarney era bastante afinado e também pessoalmente íntimo de

Afonso Arinos de Melo Franco, seu padrinho de indicação para a vice-liderança do partido, que com a eleição de Jânio se converteu em vice-liderança do governo na Câmara.

Pouco antes da renúncia de Jânio em 1961, Sarney perdeu seu pai Sarney Costa, diagnosticado com um tumor na cabeça. Nesse instante assumiu o posto de chefe de uma família de aproximadamente 50 pessoas. Entre a renúncia de Jânio e a posse de João Goulart, com toda a polêmica sobre o impedimento de sua posse como presidente e a adoção de um regime parlamentarista, Sarney se desgastou em seu partido, tomando posições divergentes das linhas aprovadas pela maioria.

Neste contexto corrosivo, renunciou à posição de vice-liderança da UDN na Câmara e foi então que seu amigo Afonso Arinos lhe apresentou uma saída, um convite para acompanhá-lo em uma missão de três meses na ONU em Nova Iorque. A viagem encontrou o deputado de primeiro mandato enfraquecido politicamente em sua região, recém-enlutado do pai e também do sogro que faleceu repentinamente vítima de um aneurisma. Na XVI Assembleia Geral da ONU, o político maranhense defendeu a posição do Brasil contra o Apartheid sul-africano e falou igualmente sobre a Guerra do Congo, últimos momentos em que em sua trajetória se tematizaram as relações internacionais em relação aos países africanos, assunto e pauta a serem retomados em sua gestão como presidente apenas em 1985.

Apesar de dificuldades, conseguiu se reeleger para um segundo mandato como deputado em 1962, assumindo o cargo em 1963. No mesmo ano voltou a ocupar posição importante na UDN, a de vice-presidente, apoiado dentre outros pelo sempre presente Magalhães Pinto, com quem tinha grande afinidade. Daí em diante a velocidade da história se acelerou com o golpe de 1964, três amigos, sendo dois da Bossa Nova foram cassados (Ferro Costa e José Aparecido) e Oswaldo Lima do PTB. Outro conhecido próximo da UDN, o governador Seixas Dória de Sergipe, foi preso e levado para Ilha de Fernando de Noronha com Miguel Arraes.

Segundo conta sua biógrafa (ECHEVERRIA, 2011), seria graças à intervenção de Magalhães Pinto a seu favor que o nome de Sarney não constaria das listas de cassados. Daí em diante se aproximou do general Castello Branco, presidente no primeiro ano do golpe, e por seu apoio ao regime e oposição a João Goulart conseguiu a indicação da UDN para se candidatar a governador do Maranhão, cargo que exerceu até 1970. Depois, em 1971, foi senador eleito pelo mesmo estado, desta vez como membro do partido governista, a ARENA, até sair em 1985, quando se filiou ao PMDB, sendo indicado como candidato a vice-presidente da chapa às eleições indiretas com Tancredo Neves, assumindo como presidente após sua morte.

Para os propósitos do presente trabalho não descreverei minuciosamente todos os acontecimentos políticos, alianças e disputas que Sarney travou ou como cooperou/foi cooptado pela ditadura militar brasileira. Assim como também seria despropositado narrar em pormenores os passos que deu entre o partido do regime ditatorial e o movimento pelo retorno da democracia e das eleições diretas, embora seja importante retomar parcialmente esse contexto, no intuito de ponderar a força do governo de Sarney. Dele foi o primeiro governo liderado por um civil após a ditadura, no interior de um processo político marcado por uma transição negociada.

Antes disso, vale frisar que em todo o percurso até a presidência, Sarney continuou a alimentar suas veleidades literárias. Assim, enquanto governador escreveu o livro *Norte das Águas*, coletânea de contos lançada em 1970. Em 1979 lançou um segundo livro de poemas, *Marimbondos de fogo*. O lançamento dos dois livros deu confiança para que em 1980 entrasse em outro pleito, desta vez para uma cadeira de imortal na Academia Brasileira de Letras (ABL). Sarney ingressou na vaga do paraibano José Américo de Almeida, autor de um dos romances inaugurais da geração de 1930, *A bagaceira*. O novo postulante, assim como o antigo ocupante do posto eram políticos-escritores, Américo tinha sido ministro de Getúlio Vargas, senador e deputado por seu estado natal e até candidato à presidência.

Investiu na candidatura, fazendo até discursos na tribuna do Senado em homenagem a acadêmicos que votariam na sua eleição, como um elogio a Aurélio Buarque de Holanda por ocasião de seu aniversário de 70 anos. (ECHEVERRIA, 2011, p. 255). Mesmo eleito para a ABL e tendo por companhia em sua posse amigos diletos como Josué Montello, seu conterrâneo e futuro representante do Brasil na UNESCO e José Aparecido de Oliveira, colega de UDN, futuro Ministro da Cultura e governador do Distrito Federal, Sarney descreve essa época em sua biografia como um momento cheio de reveses políticos no interior do partido governista militar e de exaustão com a vida política.

“Minha sensação era a de que tinha abandonado a política. Eu realmente estava desencantado com ela. **Eu achava que ela tinha me roubado a oportunidade de construir uma grande obra literária a qual me julgava capacitado.**” (SARNEY apud ECHEVARRI, 2011, p. 281, grifo nosso). Para não ter o sonho de ser escritor roubado, permaneceu escrevendo e publicando livros; suas obras de ficção publicadas da posse na ABL em diante foram: *Brejal dos Guajas e outras histórias* (1985 - contos), *O dono do mar* (1995 - romance), *Saraminda* (2000 - romance), *Saudades mortas* (2002 - poesia), *Canto de página* (2002 - crônica), *A duquesa vale uma missa* (2007 - romance), etc. Algumas de suas criações foram traduzidas para

outros idiomas, publicadas em Portugal e tiveram considerável repercussão crítica entre pares políticos, críticos literários e escritores.

Se os investimentos na literatura não cessaram ao longo do tempo, o mesmo se deu com o impulso à criação e regulamentação de leis e de instituições culturais. Talvez a situação mais emblemática de todas sejam as cinco vezes em que o atual ex-senador e ex-presidente apresentou seu projeto de lei de incentivos fiscais à cultura, que ele mesmo assinou finalmente em seu governo. Além da Lei Sarney para a cultura, que seria futuramente rebatizada de lei Rouanet, levam sua marca e assinatura também o Prêmio Camões, o IILP e a CPLP.

Conforme sugerido no início da reconstituição das trajetórias pessoais e políticas de Aparecido e Sarney, observa-se uma dependência de seus percursos em relação ao Estado através dos cargos que ocuparam, indicaram para ocupar ou mesmo criaram. Ambos de origens sociais e geográficas semelhantes, com a mesma posição na fratria (primogênitos), oriundos de famílias em declínio econômico, acham no Estado e em seus cargos as trilhas para uma recuperação do status social do agrupamento doméstico e para sua própria posição no interior da classe dirigente, aproximando-se dos que Bourdieu nomeia como oblatos:

De um lado há os herdeiros, e de outro há o que chamo os “oblatos”, os que foram dados à Igreja, em geral pobres que as famílias ofereciam à Igreja desde a infância. Os oblatos são os que devem tudo ao rei, que pode obter deles uma grande dedicação. É essa uma “lei de bronze”, creio, de todas as organizações. Os partidos, em especial os partidos comunistas, ofereciam grandes carreiras aos oblatos. É uma lei dos aparelhos que os aparelhos não promovam as pessoas que tenham capital fora dos aparelhos; isso vale tanto para a Igreja quanto para os partidos; as Igrejas gostam dos oblatos porque os oblatos, devendo tudo à Igreja, são totalmente devotados à Igreja. E os bispos, por exemplo, com muita frequência são oblatos de quem a Igreja pode tudo tirar. (BOURDIEU, 2014, p. 471/472)

Mesmo com lugares de partida aproximáveis, Sarney e Aparecido, atingiram objetivos desiguais. Enquanto o segundo vê por diversas vezes seus planos políticos mais ambiciosos se frustrarem¹⁴ o primeiro é constantemente guindado aos postos mais prestigiosos e elevados na hierarquia do campo político e do campo do poder. Os dois foram políticos que souberam fazer da mistura de suas origens regionais e de múltiplos investimentos na área cultural e artística, trunfos para reservarem um espaço para si e seus aliados no seio das elites governantes.

¹⁴ Trajetória semelhante a esta é a de Olavo Setúbal, descrita por Amaral (2019) em sua tese sobre origens sociais e profissionais dos produtores culturais brasileiros contemporâneos. Sugere-se, a partir da coincidência desses caminhos, que no caso brasileiro a ocupação de postos burocráticos ligados aos mundos da cultura e das artes no interior do Estado se dava como uma estratégia de reposicionamento dos atores e de seus investimentos, tendo em vista no curto prazo se reerguerem de fracassos na consecução de planos políticos mais ambiciosos, investindo em uma área dominada dentro da hierarquia política, tento em vista no futuro um retorno aos postos dominantes.

De um lado o rebaixamento dos horizontes de expectativa políticos de Aparecido foram reconvertidos em projetos culturais que o colocaram no posto de um dos mais destacados burocratas da cultura, aquela dirigida pelo Estado, de outro lado o alcance de postos cada vez mais prestigiosos e centrais na política fez Sarney deslocar suas ambições literárias para segundo plano, tornando-o um escritor menos reconhecido do que gostaria e se sentia capaz.

Seja para se reaproximar da política ou na tentativa de construir uma reputação literária além dela, Sarney e Aparecido procuraram e obtiveram apoios decisivos da Academia Brasileira de Letras (ABL) e da Academia de Ciências de Lisboa para a construção e viabilização de suas ideias para as letras e a cultura. Dentre as instituições criadas, destaco aqui o Prêmio Camões que além de ser marcado em sua fundação pela assinatura dos dois políticos é resultado de um amplo plano de concertação diplomático-cultural. Tal iniciativa não só lhes trouxe uma possibilidade de glória político-literária, como também constituiu oportunidade para acadêmicos portugueses e brasileiros comandarem um mecanismo de atribuição de prestígio literário transnacional, contribuindo para manter as instituições apoiadoras da iniciativa segundo as regras do campo.

Tanto Sarney, quanto Aparecido de Oliveira, ambos políticos profissionais tentam angariar o prestígio da literatura e das letras (da cultura em geral) para eternizarem-se como homens de Estado ilustrados. Em síntese a principal ambição dos dois Josés pode ser compreendida como um desejo de transcendência histórica e de vinculação de seus nomes com o panteão de grandes escritores, intelectuais e políticos nacionais. Essa obsessão com o estabelecimento de uma filiação e o elogio dos ocupantes de postos nestas instituições é constantemente teatralizada e ritualizada nos discursos e intervenções políticas de Aparecido e Sarney.

“O que estava em jogo era fazer, de determinados homens de letras, sumidades nacionais aclamadas pelo povo de seu país, assim como o eram as grandes personalidades políticas.” (EL FAR, 2000, p. 132). Em outras palavras, a principal preocupação era com a gestão das biografias pessoais e do capital político amealhado. Essa administração das memórias e da história pessoal buscava via investimentos na cultura uma estabilização das trajetórias no interior do espaço da elite dirigente, hipótese formulada no início do capítulo a ser verificada na próxima seção.

A estratégia de investimento voltado ao plano internacional, com auxílio de um país vinculado a um centro cultural dominante, constituiu por parte de Aparecido e Sarney uma via

de recuperação de capital político no plano nacional, pois como veremos a seguir, tais projetos de política externa surgiram no momento de término da gestão do político maranhense na presidência, marcada por um alto desgaste pessoal, político e econômico, devido ao fracasso em sanar problemas estruturais do país tais como: inflação, dívida externa, desemprego, desigualdade de renda, entre outros.

Esta última tentativa de deixar uma marca positiva na história política, cultural e social do país se deu por uma incursão, diplomático cultural que privilegiou um modo acadêmico e oficialista de olhar para a literatura e a cultura. Tinham em mente a criação (resgate) de um imaginário transnacional para a comunidade de países de língua portuguesa. Prevalencia entre os brasileiros a ideia de que Portugal, Brasil e PALOP eram um grupo de nações irmãs, fraternal e naturalmente unidas por uma língua comum. Como veremos, tal percepção se apoiava principalmente em resquícios da concepção lusotropicalista freyreana, e sobretudo, na cosmologia política filosófica proposta por Agostinho da Silva, filósofo português e amigo de Aparecido.

3 Um dialeto na Europa? António Alçada Baptista e Mário Soares, reposicionando Portugal e a língua portuguesa nos anos 1980/1990

Se do lado brasileiro as figuras fundamentais da sócio-história e da gênese do Prêmio Camões, IILP e CPLP foram Aparecido e Sarney, do outro lado do Atlântico, no continente europeu temos uma dupla que atuou de forma homóloga, a saber, o ex-presidente português Mário Soares e o ex-presidente do Instituto Português do Livro, António Alçada Baptista. Assim como feito com os políticos brasileiros, procurarei, através do estudo das trajetórias de ambos portugueses citados, aquilatar o peso de suas origens sociais, capitais herdados e construídos, disposições incorporadas e tomadas de posição efetivadas, no processo de invenção das instituições que foram o pontapé para uma reconfiguração do antigo espaço colonial português, que se tornou ou passou a se chamar espaço /ou comunidade de língua portuguesa.

Tal virada histórica não deve ser encarada com naturalidade e como um movimento que se explica por supostos laços de fraternidade que vigoraram sempre entre os povos que os portugueses dominaram e governaram por séculos, mas sim, como um movimento de invenção política e social, uma maneira de classificação e ordenamento do mundo social, reivindicada e chancelada por membros do campo político (e do campo do poder), que ambicionou e em boa

medida se tornou, a nova forma dominante de nomear um conjunto de países e nações (e literaturas) a partir do compartilhamento de um idioma comum.

Por meio da reconstrução das trajetórias de Mário Soares e Alçada Baptista, podemos ter acesso a pontos de vista privilegiados para a compreensão de como campos de lutas como o Estado e o campo político, determinantes para se alcançar o monopólio legítimo da violência simbólica e o poder de nomeação dos princípios de visão e divisão do mundo social, intervêm não somente em um território geográfico nacional circunscrito, mas, também, dada a centralidade da antiga metrópole, em espaços transnacionais, que poderiam, entretanto, ter recusado essa política de imposição literária que teve a língua portuguesa como eixo e substrato comum.

Sugiro a partir disso que Baptista e Soares trabalharam em conjunto para reposicionar Portugal e a língua portuguesa no mundo, com um olhar especial na maneira de reatar os laços com suas ex-colônias, em especial com o Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Como já mencionado, o Brasil vivia seu processo de distensão e abertura democrática entre os anos 1980 e 1990, os países africanos mencionados nessas duas décadas completavam seus primeiros 10 anos de independência e pelo menos Angola e Moçambique enfrentavam conflitos armados internos muito complexos e custoso do ponto de vista econômico e também social. Se os antigos territórios lusos encontravam-se em períodos de mudanças intensas e velozes, o mesmo se aplicava à própria ex-metrópole, que em 1985 completava 11 anos do fim da ditadura salazarista que durara mais de 40 anos.

Nesse contexto de redemocratização portuguesa e brasileira e de consolidação das independências africanas, coube a Portugal inventar novas estratégias e enquadramentos para suas relações com territórios que não mais estavam sob seu controle e domínio direto. E uma das frentes de reinvenção privilegiado dessa forma de tratar com suas antigas colônias se deu na arena cultural. A cultura nas gestões presidenciais de Soares, entre 1986 e 1996, foi um laboratório de criação e experimentação de renovação de vínculos com o Brasil e os PALOP e, também, com intelectuais e escritores portugueses que durante o salazarismo encontravam-se proscritos ou cooptados pelo regime. Depois da Revolução dos Cravos, disputaram entre si acerca do novo papel social dos escritores e intelectuais, dividindo-se entre os que acreditavam na participação ativa na vida política ou os que concediam primazia a autonomia da arte (GEORGE, 2002; PINTO, 2008).

Esse duplo reenquadramento de relações, com escritores portugueses e países, teria como base a ênfase na língua portuguesa como um referente comum e renovado, que

simbolizava a possibilidade de construir arranjos institucionais entre países independentes e autônomos politicamente. Ao fazer isso, privilegiando o plano da cultura, todavia, Portugal sub-repticiamente continuava a se colocar como um vértice/eixo privilegiado das interações entre o Brasil e as antigas colônias africanas com Portugal e a Europa.

Havia um temor em parcela dos intelectuais e dos políticos portugueses, de que com a integração à Comunidade Econômica Europeia (CEE em 1986), sendo Portugal um pequeno país já que despojado dos territórios ultramarinos, a nação e sua língua se tonariam marginais no interior da grande e poderosa “comunidade”. Esse medo, no caso de Alçada Baptista, se mostrava bastante intenso e foi um dos estimulantes a uma série de iniciativas que capitaneou, como, promoção de feiras do livro nos países africanos recém-independentes de Portugal, *lobby* por candidaturas de escritores portugueses ao Nobel e o encorajamento de iniciativas que juntassem Portugal, Brasil e PALOP em novas configurações.

Assim não é de se estranhar que tanto Soares quanto Baptista encorajaram e chancelaram de forma entusiástica os projetos de Sarney e Aparecido: IILP, CPLP e Prêmio Camões. Quando olhamos as correspondências oficiais e pessoais entre esses atores, atentando somente aos intercâmbios luso-brasileiros, tudo parece muito harmoniosa e sem conflitos. Contudo, ao acessarmos mais documentações, cartas e portarias oficiais portuguesas, notamos que a confluência com os brasileiros não era total, como veremos ao longo da reconstituição das trajetórias de Baptista e Soares.

Manter Portugal como um país dominante cultural, política e economicamente era um dos objetivos da dupla Baptista e Soares. Para atingir esses objetivos, os dois optaram por promover um reposicionamento do país. Analisarei a dimensão cultural desse processo a partir da construção conjunta do Prêmio Camões, IILP e CPLP. Mesmo que em todos esses casos a iniciativa tenha partido do Brasil, sugiro que a ideia de ênfase na língua portuguesa como elo para o lançamento de um novo espaço/comunidade transnacional já se encontrava na mente dos portugueses muito antes de ser proposta pelos brasileiros.

Ainda quando as iniciativas institucionais estiveram a cargo do Brasil, Portugal não deixou de acompanhar de perto todas as movimentações e costuras promovidas por Aparecido e Sarney, e a concretização dos projetos modelos portugueses de construção institucional foi privilegiada, como tentarei demonstrar a propósito do Prêmio Camões no próximo capítulo e neste a respeito do IILP (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, [198-]).

Com o esforço de garantir o controle do desenho e ordenamento final das iniciativas luso-brasileiras, Soares e Baptista procuravam também consolidar suas posições políticas e de

prestígio no interior da elite portuguesa. Assim como Sarney e Aparecido, usaram as instituições culturais e diplomáticas para se aproximar de escritores, intelectuais e críticos literários, realizando dessa maneira, ainda que parcialmente, os próprios anseios literários que a profissão política tende a excluir.

Dessa forma, podemos enxergar uma convergência de sentido na ação dos quatro indivíduos, a saber, a tentativa de converter capital político em capital cultural, a partir de iniciativas institucionais que visavam um alargamento de seus poderes políticos por meio da legitimação de suas posições dominantes no interior das suas respectivas elites dirigentes.

Diferentemente dos brasileiros, os portugueses são marcados por origens sociais mais favoráveis, as quais condicionaram projetos mais amplos e ambiciosos. A política para Mário Soares, e principalmente seu papel de oposição a Salazar, no começo de sua trajetória acabou impedindo a dedicação mais exclusiva a uma carreira literária ou intelectual, mas a aposta foi recompensada no período democrático com sua eleição para dois mandatos presidenciais. Já Alçada Baptista, dos quatro o com origem social mais abastada, teve problema inverso ao de Soares, a possibilidade de dedicação exclusiva a um empreendimento cultural (uma editora) se mostrou um erro estratégico e no longo prazo gerou um processo de descenso social compensado pelo capital de relacionamentos e cultural acumulado e pela assunção de uma trajetória mais burocrática e política, que, por outro lado, também inviabilizou voos literários maiores. Passemos às trajetórias.

“as lutas culturais europeias supõem que uma vontade se exprima claramente” (BAPTISTA, 1989).

Deparei-me com essa frase, contida numa carta de Baptista a Soares (1989), ao pesquisar um conjunto de documentos no acervo da Fundação Mário Soares, de textos e cartas que registram o lobby português para apoiar a candidatura do poeta António Ramos Rosa ao Prêmio Nobel. Baptista cita uma edição francesa feita pela Biblioteca Real de Bruxelas e encaminhada aos jurados do prêmio pela mesma instituição. Havia também uma menção à revista *Courrier* da Unesco, que faria um número especial sobre Rosa, e também ao Centro Internacional de Estudos Poéticos, que prepararia uma edição de luxo em bilíngue (francês-português) sobre o poeta [veja se era esse o sentido que você queria dar ao texto]. A carta de Baptista (1989), além da admoestação a Soares, ao sugerir que a vontade de Portugal por um Nobel não estava se exprimindo claramente em meio às lutas culturais europeias, solicita ao então presidente um texto de sua autoria sobre Rosa que pudesse integrar a publicação bilíngue.

Este trecho é uma evidência de como Portugal, capitaneado por Soares e Baptista, estava investindo para prevalecer e ter destaque nas trincheiras culturais europeias. A disputa por um prêmio Nobel era uma das frentes, a criação de prêmios literários em língua portuguesa, a participação das autoridades em agremiações literárias internacionais e júris de premiações, convites a escritores para compor comitivas presidenciais, realização e participação em feiras internacionais que destacassem Portugal (SORÁ, 2012) eram outras estratégias mobilizadas.

Para compreender melhor em que momento e com quais capitais, Baptista entrava no campo de batalha cultural europeu, retomarei o percurso de vida do escritor e político português, e como os brasileiros, seguindo as indicações de Miceli (2001), tentar problematizar e analisar as fontes disponíveis para a reconstituição de sua trajetória.

Alçada Baptista é reconhecido em Portugal como escritor, mas muito mais como um autor de memórias. Isto porque um de seus livros mais importantes são seus dois volumes de memórias intitulados *Peregrinação Interior*¹⁵ (1971 – volume 1 e 1982 – volume 2). Além destes livros, são marcantes as edições em que registrou diversas entrevistas com o sucessor de Salazar, Marcelo Caetano, *Conversas com Marcelo Caetano*, 1973. As primeiras obras de Baptista foram publicadas por sua própria editora, a Moraes (à qual voltaremos adiante) e, posteriormente, com a falência da mesma, o autor passou a publicar mais regularmente pela Editorial Presença

Segundo Maués (2019), a Editorial Presença teve em seu início uma atuação mais vinculada a oposição durante o salazarismo e depois passou a publicar obras políticas, porém buscando preservar neutralidade entre as diferentes correntes e partidos. Fundada em Lisboa em 1960 por Francisco Espadinha e António Barata, o primeiro um jovem bacharel em Direito e sem muita experiência no meio editorial, foi o que deu o pontapé inicial. Já António Barata tinha uma livraria própria desde 1957 e desde pelo menos 1946 trabalhava no universo livreiro com seu irmão José.

A ideia inicial do projeto editorial da revista, segundo entrevista concedida por Espadinha a Maués (2019), era se contrapor à cultura do regime salazarista sem aderir automaticamente à corrente literária dominante portuguesa que se opunha a Salazar, o neorrealismo. A corrente defendida por Espadinha era mais ligada ao existencialismo sartriano e ao teatro de Beckett e Ionesco. No campo de edições de ensaios mais políticos, a preferência foi dada a um marxismo mais heterodoxo, afastado do leninismo e mais crítico à ortodoxia.

¹⁵ O primeiro livro foi publicado quando o autor tinha ainda, apenas 41 anos.

A editora permaneceu desde a sua fundação aos dias atuais como uma empresa familiar, gerida por Espadinha e seus filhos, depois da morte de Barata em 1983. Segundo seu editor, após o 25 de abril houve uma maior abertura do mercado editorial a novos títulos e correntes de pensamento, além de um crescimento nas vendas, e o catálogo da editora passou a incluir best-sellers internacionais, obras infantis, livros escolares, entre outros.

Em todos esses casos, porém, Espadinha reafirma a tentativa de manutenção da coerência de seu projeto editorial, muito próximo do projeto político e literário de António Alçada Baptista:

Os meus horizontes foram essencialmente a democracia no seu sentido mais amplo e profundo, nós vivíamos num ambiente terrivelmente fechado, então era o combate por aqueles direitos. [...] Houve de facto um conjunto de editoras que começaram a publicar fortemente, em sucessivas edições, obras do marxismo-leninismo, designadamente Lenine foi publicado consecutivamente. A Presença não foi por aí. A Presença continuou na sua leitura democrática e publicando sobretudo temas de debate, sobre a mulher, tudo quanto fosse contra as restrições à liberdade, formas de racismo, de colonialismo, tudo isso nós começamos a publicar. (ESPADINHA apud MAUÉS, 2019, p. 336 – 338).

Ainda que também tenha publicado Lenin e outros marxistas, a ideia que aproxima os projetos da Presença aos de Baptista é a de exprimir outras tendências e modos de pensar para além do pensamento de direita conservador da época do Salazarismo e do pensamento de esquerda revolucionário que se impunha em Portugal pós-Revolução dos Cravos. Segundo Baptista (1998, p. 68), o país teria vivido “uma ditadura política de direita e uma ditadura cultural de esquerda”. O autor, então, como um católico de direita e com apreço pela democracia, decidiu criar uma série de iniciativas como uma editora e uma revista para posicionar uma fração de católicos como oposição a Salazar, e tentava simultaneamente não se confundir demasiadamente com as ideias oposicionista e de esquerda, vistas por seu ponto de vista, como muito radicais.

As obras a que recorremos para reconstituir a trajetória de Baptista são *Um Olhar à nossa volta* (2002), que reúne um conjunto de crônicas do autor publicadas entre os anos de 1976 e 1985 nos jornais portugueses *O Dia* e *A Tarde*, as quais reconstituem as posições de Baptista enquanto presidente do Instituto Português do Livro e *A pesca à linha: algumas memórias* (1998), livro condensado de memórias do autor, publicado aos 71 anos, no qual passa em revista aos momentos que considera mais destacados de sua vida. Diferentemente de Sarney e Aparecido, biografados por terceiros, Baptista se aventurou por si mesmo na redação e organização de suas memórias, indicando capacidade e confiança como escritor, mas também sugere sua posição relativamente mais marginal no campo político e literário. Seus livros

permaneceram atrelados a uma editora familiar de porte médio e nunca teve sua vida contada por biógrafos profissionais ou amigos em uma edição alentada.

“Para o José Rabaça, o Jacinto Simões, o Raul Solnado e o Carlos Monjardino, do lado de cá do Equador e para o José Aparecido e o José Sarney do outro lado do mar” (BAPTISTA, 1998, p. 7). A dedicatória aos amigos do outro lado do Atlântico sugere a proximidade aludida acima. Como veremos um pouco mais adiante, isso não se resumiu a todas as manifestações de proximidade entre Baptista e brasileiros. O autor também foi membro correspondente da ABL, convidado por Jorge Amado e esteve no Brasil por diversas vezes em viagens pessoais e oficiais. Em Portugal, Baptista era interlocutor privilegiado de Aparecido e Sarney, sendo costumeiramente prefaciador das edições portuguesas das obras de Sarney editadas em Portugal.

Antes de abordar esses pontos em maior detalhamento, passemos ao escrutínio da trajetória do autor, mostrando como no seu caso um movimento de rebaixamento socioeconômico acabou compensado por trunfos políticos burocráticos, que permitiram uma interferência no posicionamento literário de Portugal em um emergente e renovado espaço transnacional de língua portuguesa.

Nascido na aldeia de Covilhã, pequena cidade no centro-norte de Portugal, próxima da fronteira com a Espanha, em 1927, era neto, por parte de mãe, do advogado António Mendes Alçada e filho de Luís Vítor Tavares Baptista e de Maria da Natividade da Fonseca de Moraes Alçada.

A mãe foi educada em casa rigidamente, neta de um juiz de Covilhã, recebia professoras particulares de inglês e pouco saía devido a um trauma familiar, relativo à perda da primeira menina da prole ainda recém-nascida. Já o pai era bisneto de um farmacêutico da cidade de Covilhã, e neto de um advogado, António Baptista Alves Leitão, nascido na mesma cidade em 1828, formado em farmácia no Porto. Ele herdou os negócios do pai, mas desempenhou uma carreira política de província como vereador e vice-presidente da Câmara Municipal, além de ser fundador da Associação dos artistas e classes laboriosas covilhanenses. Depois em 1874, com a fundação do Banco da Covilhã, por comerciantes da cidade do Porto, António Baptista Alves Leitão assumiu a direção da instituição, na qual se manteve até morrer, em dezembro de 1896.

Alçada Baptista, não conheceu pessoalmente o avô Alfredo, morto cinco anos antes de seu nascimento. Dele, no livro de memórias, fala-se muito pouco, apenas que teria sido o

segundo proprietário de um automóvel na região de Covilhã. Sobre o pai, médico, morto em 1959. Baptista discorre um pouco mais, por ser médico militar o autor discorre sobre as missões paternas por conta de uma Revolta na Ilha da Madeira em 1931, e outros períodos de ausência paterna.

Além dessa lembrança, o pai é recordado quando o autor menciona a quinta herdada do avô, em que ia sempre em setembro e maio, o que somado ao automóvel e outros detalhes vão dando notícias da condição social privilegiada do autor. “Andava na escola oficial. O meu calção curto de fazenda, a camisola de lã, as meias e as botas, o sobretudo com que enfrentava aqueles terríveis invernos, eram o sinal exterior da minha condição face às alpergatas e às calças remendadas de muitos dos meus companheiros.” (BAPTISTA, 1998, p.31), além dessa descrição dos colegas de escola, o contraste também aparece na descrição dos filhos do caseiro da Quinta, em relação ao autor e seu irmão Luís Victor e irmã Maria Eugénia.

O pai era presidente da Câmara Municipal, intercalando esse cargo, com os atendimentos particulares e missões militares, e a família vivia em uma boa situação. Alçada foi deixando a cidade a medida em que progredia em sua escolarização, os últimos anos de educação formal foram cumpridos no colégio jesuíta Nun'Álvares, em Santo Tirso, próximo da cidade do Porto e o curso de Direito foi realizado em Lisboa, até o ano de 1950, data de sua formatura.

Como nota Baptista em diversos momentos de seu livro de memórias, sua origem social pode ser descrita como burguesa e provinciana, meio letrada, rural e extremamente católica. Não é difícil em seu livro identificar histórias sobre antepassados que eram presbíteros, frades e ordenados católicos, assim como personagens vinculadas ao mundo do direito e da política e outras profissões liberais das aldeias, como a de farmacêutico.

Vale mencionar aqui dois pontos de contato familiares de Baptista que são expressivos da proximidade dessa pequena elite ou burguesia rural, do regime salazarista e de figuras da intelectualidade portuguesa de cariz mais conservador e católico. Um tio seu, do lado materno, chamado Ayres, foi alto funcionário no Ministério das Finanças de Salazar, tendo, segundo relata, despachado com o próprio ditador. Já o pai era amigo e próximo de Dom Tomaz de Mello Breyner, avô da poetisa, futura vencedora do Prêmio Camões, Sophia Mello Breyner Andresen, todos simpáticos a posições monarquistas.

Essa proximidade de meios monárquicos desde sua adolescência o marcaram e infundiram uma admiração por intelectuais e escritores dessa corrente, uma visão do escritor

que mesclada com sua educação católica o fazia ver a figura de um autor como “um ente que participava do dom divino da criação.” (BAPTISTA, 1998, p. 48).

A ideia da fundação de uma editora, segundo Baptista, se inscreve em um movimento mais amplo de filhos da burguesia católica tradicional, que em um primeiro momento queriam se posicionar moderadamente contra Salazar, mais no plano ético do que político. Assim, segundo Baptista, os fundadores da editora (e de outras instituições) não se tornariam políticos profissionais findo o Salazarismo.

Sua situação econômica estável possibilitou assumir uma atitude baseada no cristianismo, sem impacto na situação material imediata.

Apesar de longa, a passagem que mostra o espírito que plasmou a criação da editora é bastante eloquente:

Eu não tinha ainda trinta anos, exercia advocacia em Lisboa com algum êxito profissional, mas, como não fora educado a “tratar da minha vida”, a profissão de advogado dava-me uma certa incomodidade de viver. Coincidente com essa minha fase de desajustamento interior, estava à venda uma livraria-editora, a Livraria Moraes. Editar e vender livros tinha mais que ver com a minha relação com o mundo e, juntamente com um livreiro e dois amigos e dois amigos meus, resolvemos comprá-la. [...] Com a vinda daquele grupo, a Livraria Moraes começou a viver a sua epopeia. Esta atitude épica e apostólica iria determinar em grande parte o fracasso da empresa. A verdade é que nunca me passou pela cabeça que tínhamos nas mãos uma empresa comercial sujeita a critérios de rentabilidade e julgava que, como nós, alguns milhares de portugueses estavam ansiosos de livros que iam ao encontro de preocupações comuns, quer no que dizia respeito à Liberdade da Igreja quer à liberdade do cidadão. [...] Foi um cálculo errado (BAPTISTA, 1998, p. 62/63).

Apesar de um cálculo economicamente equivocado, simbólica e politicamente, a “aventura da Moraes”, como o autor, gosta de chamá-la, rendeu muitos dividendos. A partir dela, começaram a publicação de uma revista intitulada *O Tempo e o Modo*, cujo objetivo era ser uma plataforma de intervenção política para católicos de diversas correntes políticas e membros da esquerda distante da órbita do Partido Comunista Português.

A revista visava aproximar os democratas católicos de outros partidos e correntes da democracia cristã europeia e fazer-se ouvir no continente, bem como, angariar apoios nacionais e se inserir concretamente no jogo político, como de fato aconteceu com o escritor quando saiu candidato a Deputado pela Oposição Democrática na Beira Baixa, do Distrito de Castelo Branco, em 1961 e 1969, posicionando-se como um dos primeiros católicos a lançar uma candidatura anti-regime.

O primeiro número da revista saiu em 1963, e como mencionado, o projeto incluía amear apoio, diálogo e alianças com a oposição tradicional. E aqui se cruza pela primeira vez o caminho de Baptista e Soares, pois é este último que aproximará a revista de uma fração

da esquerda aberta à construção de uma frente mais ampla do que a tolerada pelos comunistas tradicionais. Assim, tanto Mario Soares como Francisco Zenha (futuro ministro dos governos Soares), tornaram-se parte do Conselho Consultivo do periódico e no seu lançamento publicaram artigos.

Ao rever o papel da revista em seu livro de memórias no campo cultural propriamente dito, Baptista faz considerações interessantes que reforçam parte da argumentação aqui traçada, a saber, do uso de instituições culturais para cultivar uma proximidade com autores e intelectuais diletos, e também como instrumento de reconversão de capitais.

Também me parece que O Tempo e o Modo teve uma especial importância na área das artes e das letras. É possível dizer-se que estávamos perante uma ditadura política da direita e uma ditadura cultural da esquerda e que certos nomes como os de Jorge de Sena, Vergílio Ferreira, Augustina Bessa Luís, António Ramos Rosa, Sophia de Mello Breyner, Ruy Belo, não estavam valorizados de acordo com seu talento. A Revista, além de acolher a sua colaboração, soube dar-lhes o relevo que mereciam e criou um espaço cultural onde, na literatura e nas artes, se exprimiam outras tendências e outros modos de pensar. (BAPTISTA, 1998, p. 68)

À lista de autores e autoras citados(as) vale acrescentar o nome também de Eduardo Lourenço, colaborador frequente do periódico. Como se verá adiante, quando teve a oportunidade, com Mário Soares, José Aparecido de Oliveira e José Sarney, de (re) criar o Prêmio Camões, foram a esses nomes que recorreu frequentemente para composição de júris ou que foram premiados. Como que reeditando a missão da Revista em outra escala (GEORGE, 2002).

Tais autores, no período posterior à Revolução dos Cravos, estabeleceram, via de regra, uma relação mais neutra ou menos engajada com ideais de esquerda, afinando-se a um dos objetivos de Baptista, que era o de fortalecer um partido de direita em Portugal, que tivesse apreço pelo jogo democrático. Um partido que também necessitava de seus intelectuais e escritores.

Todavia, se politicamente foi alcançando êxitos, o autor não deixou de experimentar severas restrições econômicas advindas da gestão perdulária da editora e da publicação da revista, sempre operando no prejuízo. Ao redor dos 30 anos, Baptista se casou com a filha de um engenheiro chamado Nobre Guedes, o fundador e primeiro dirigente da Mocidade Portuguesa, espécie de juventude salazarista, inspirada em suas homônimas alemãs, italianas e espanholas. Com a filha deste último, Baptista teve 7 filhos e mais tarde 9 netos, a extensa família era um motivo a mais de preocupação para o editor falido, que recorria diversas vezes a seu círculo social para amealhar empréstimos ou, praticamente, doações a fundo perdido. E foi essa rede de apoio herdada de sua família, nutrida por ele em sua editora e pelo casamento

que sustentou o autor nos períodos mais difíceis (BAPTISTA, 1998). As dificuldades materiais se encerrariam com a assunção de cargos na burocracia cultural na virada dos anos 1970 e 1980, e depois com as aposentadorias advindas do exercício de tais postos.

Vejamos como Alçada Baptista alinhou suas relações e experiências com o Brasil e os brasileiros. Ressalto que o autor veio ao Brasil pela primeira vez durante o breve governo de Jânio Quadros, dois dias antes de sua renúncia para tentar dar vida a um projeto de comunidade de vida antissistema vigente e consolidado em Portugal, que bebia nas fontes de um cristianismo primitivo e segundo, o próprio autor, ingênuo (BAPTISTA, 1998). Tal projeto não vingou e o autor não se demora em sua descrição, mas a relação com a literatura brasileira e seus escritores é abundantemente recordada.

Baptista cita os primeiros contatos com livros brasileiros e seus autores entre os anos 1940 e 1950, não só menciona autorias brasileiras, mas até mesmo traduções de autores contemporâneos que eram lidos em Portugal, a partir de edições da Editora Globo de Porto Alegre. Em relação aos escritores do outro lado do Atlântico, Baptista cita: Monteiro Lobato, Érico Veríssimo, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado. Além dos autores, costumava ler a crítica de Álvaro Lins, que acessava no *Correio da Manhã*.

A primeira vinda ao Brasil, em 1961, teve como mote a eleição de Jânio Quadros e a esperança de que a mensagem que passou para os brasileiros, pudesse ser transmitida a jovens portugueses que começavam a sonhar com possibilidades de transformação e oposição ao salazarismo. O contato de Baptista no Brasil era Cândido Paula Machado, editor da Agir, que conheceu em uma viagem deste a Lisboa. Esperava igualmente apoio dos católicos Dom Helder Câmara e Alceu Amoroso Lima, figuras com quem tinha algum contato e começavam a despontar, em suas palavras, como “patriarcas do catolicismo de esquerda”.

Mas foi Murilo Mendes, amigo de Baptista, que o introduziu na intelectualidade carioca em um almoço no Clube Ginástico Português. Lá estavam Manuel Bandeira, Otto Maria Carpeaux, Di Cavalcanti, entre outros. Além deste primeiro contato intermediado pelo poeta mineiro, foi central a sua amizade com Odylo Costa Filho, e aqui sua trajetória se cruza às de diversos brasileiros centrais no futuro para a concretização dos projetos comuns luso-brasileiros, entre eles José Sarney, Josué Montello, Afonso Arinos de Mello Franco e José Aparecido de Oliveira.

Nesse salão, temos o primeiro ponto de contato entre boa parcela dos intelectuais, políticos e escritores analisados nesta tese. Baptista conheceu Odylo quando este esteve em Portugal em 1965 como conselheiro cultural da Embaixada do Brasil. Segundo o autor, em

paralelo ao trabalho jornalístico, Odylo teria feito grandes laços de amizade com escritores e escritoras portugueses. Outro autor e intelectual brasileiro conhecido em circunstâncias parecidas por Baptista, foi Otto Lara Resende, que ocupou a mesma posição de Odylo na embaixada brasileira.

Como faz questão de ressaltar em suas memórias (BAPTISTA, 1998), ele foi sócio correspondente em três academias literárias diferentes, sendo que a primeira academia que o acolheu foi a brasileira, no ano de 1982, a convite de Jorge Amado, Baptista assumiu a vaga de Marcelo Caetano, seu antigo professor e amigo. Anos, depois, um dos jurados mais frequentes do novo Prêmio Camões, Luis Forjaz Trigueiros, o convidou para ser sócio da Academia de Ciências de Lisboa e outro amigo português, Adriano Moreira, o chamou para ser membro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

Em suas memórias, Baptista transcreveu o discurso de recepção feito por Jorge Amado na ABL, bem como sua réplica ao confrade. Porém, antes dos discursos refletiu sobre sua posição nas Academias, a seu ver

não tenho perfil do Académico mas cheguei a conclusão que é possível fazer parte de uma ou mais dessas honrosas instituições não tanto pela nossa erudição e dedicação ao estudo e à investigação mas, simplesmente, pela amizade que nos liga a certas pessoas que nos colocam na impossibilidade de dizer não. (BAPTISTA, 1998, p. 237)

Como o autor faz notar, é sua rede de relações de amizade, em outras palavras, seu capital social que o coloca em uma posição de possível candidato e membro das instituições. O curioso é que a montagem dessa rede de vínculos com personalidades tão variadas em origens geográficas e posições políticas foi remota, no caso de Jorge Amado, o conhecimento entre os dois se deu por uma carta escrita por Baptista ao autor em 1946, quando Amado era deputado da Assembleia Nacional Constituinte eleito por São Paulo, na legenda do Partido Comunista. Baptista e um amigo chamado José Rabaça, escreviam para Amado contando das agruras e sofrimentos pessoais e políticos vividos sob o Salazarismo. Depois, em suas outras vindas ao Brasil e idas do brasileiro a Portugal, os laços foram se estreitando, por almoços, ou encontros oficiais entre o grande escritor brasileiro e o presidente do Instituto Português do Livro.

Interessante notar que apesar de terem orientações políticas bastante diferentes, Amado, em seu discurso sobre Baptista, chama-o de “essencialmente liberal”, “democrata aberto ao diálogo”, “jamais conformado com o sectarismo”, indicando que mesmo para um comunista, a posição de certas frações da direita católica portuguesa não era tão indigesta.

Essas diferenças políticas eram dirimidas por uma posição acerca da língua portuguesa como elo de união entre Portugal e suas ex-colônias mobilizada por Jorge Amado em seu discurso de recepção de Baptista

Além do livro, o autor; além do prazer da leitura, da paixão do saber, o gosto da amizade, do relacionamento com os escritores e com os artistas, **na consciência de que somos realmente membros da mesma família, brasileiros, portugueses, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, guineenses, irmãos pela língua que falamos e na qual escrevemos**, mas também – e sobretudo – pelo sangue misturado que corre nas nossas veias. (Jorge Amado apud BAPTISTA, 1998, p. 239, grifo nosso).

Essa reivindicação da língua portuguesa como elo foi para Baptista o eixo de sua atuação à frente do IPL, também mobilizada por Mário Soares como estratégia de diplomacia cultural para lidar com todas as ex-colônias portuguesas independentes e, também, para reforçar o processo de redemocratização em Portugal. Em suas memórias abundam afirmações sobre a cultura e a língua como fatores de união e não de divisão. Baptista criticava a massificação e popularização das artes e da literatura e propunha um modelo baseado na cultura clássica, lida como uma forma de educação e acesso à sensibilidade artística e uma espécie de devotamento místico pela criação encarada como uma espécie de missão divina (BAPTISTA, 1998, p. 158).

Se tinha uma visão da cultura que privilegiava um enfoque clássico e espiritualista, do ponto de vista de suas preocupações práticas enquanto presidente do Instituto Português do Livro, Alçada Baptista pensava a questão cultural e linguística com muita concretude, conferindo prioridade estratégica para a sobrevivência da própria cultura nacional portuguesa, dado que o país começava a abraçar o sonho de integração europeia e temia perder sua voz no interior do continente.

Esses temas foram tratados com frequência em suas crônicas nos jornais *O Dia* e *A Tarde*, em Portugal, entre 1976 e 1985. Duas crônicas nesse sentido chamam muito a atenção e são expressivas do que tentamos demonstrar, uma de 22 de maio de 1984 do jornal *A tarde*, intitulada “A situação do livro português nos PALOP” e outra de 22 de abril de 1985, no mesmo jornal chamada “Escritores Brasileiros em Portugal”.

No primeiro texto, o autor tece um panorama de como se encontrava a situação da produção de livros e da disponibilidade de público leitor nos países africanos de língua portuguesa, buscando demonstrar que Portugal apareceria ainda como um primeiro interlocutor natural com os PALOP, dado que o Brasil não possuiria meios de relação com os países para substituir a matriz europeia. Por conseguinte, o país deveria lutar para manter e ampliar essa posição estratégica em relação a suas ex-colônias. Vejamos:

Em primeiro lugar, existe já, em grandes áreas da população, uma apetência cultural pela leitura que não pode ser ignorada se tivermos em atenção a sua importância na projecção livre desses povos. A produção editorial própria é praticamente inexistente e, de qualquer modo, ainda incapaz de responder à pluralidade e à polivalência indispensáveis a uma resposta cultural sã. Esta situação é irresolúvel nos tempos mais próximos: um parque gráfico, a refazer-se, incidirá prioritariamente na área do livro escolar e, secundariamente, na veiculação de escolhas parciais, incapazes de abranger, por enquanto, a multiplicidade de títulos exigidos pela pluralidade essencial da cultura. Portugal exerce, neste domínio, uma função que, na prática, não pode ser substituída. Em primeiro lugar, pelo uso da língua comum, e segundo lugar, porque a produção brasileira não possui, de momento, os meios de relação que permitam substituir a apetência natural daqueles países perante a sua fonte tradicional de abastecimento de livro. [...] **No caso português – face às perspectivas de integração europeia – poderemos mesmo dizer que a recusa de vivificação do espaço cultural da língua portuguesa nos coloca na alternativa de ficarmos reduzidos a um dialecto na Europa. É por isso que se pode dizer, sem exagero, que estamos perante um caso de sobrevivência nacional: é a situação da nossa cultura e da sua importância essencial como meio de reconhecimento da identidade nacional.** (BAPTISTA, 2002, p. 264-265, grifo nosso).

A retórica da cultura e da língua como formas de integração e união é acompanhada pelo receio do enfraquecimento da identidade cultural portuguesa, assim todos os esforços de fortalecimento de um espaço transnacional de língua portuguesa eram vitais a Portugal, para que o país e o idioma não ficassem à margem da União Europeia. O tema aparece mais uma vez em 1985 em uma das últimas crônicas de Baptista:

Portugal vai ser integrado na Europa e é natural que, progressivamente, a linguagem incolor da política, da economia e da administração progressivamente se substitua à linguagem da cultura. Não sei se, sozinhos, seremos suficientemente fortes para aguentar um embate tão decisivo, mas seremos, de certo, inteiramente irresponsáveis se dispensarmos esta ajuda que se oferece, generosa, da parte de cento e quarenta milhões de pessoas que falam a nossa língua e que estes escritores, como outros, representam. **“A nossa Pátria é a língua portuguesa” não é um lugar-comum: é uma realidade que depende podermos continuar a ser reconhecidos como identidades e como específica força criadora.** (BAPTISTA, 2002, p. 350, grifo nosso).

Desta vez o escritor relata a passagem de uma comitiva de escritores brasileiros em Portugal, capitaneada por uma jornalista portuguesa baseada no Brasil e vinculada ao jornal *O Estado de São Paulo*. O autor celebra a vinda de Ivan Ângelo, Nélida Pinon, Márcio Souza, Ricardo Ramos, Ignácio de Loyola Brandão, Adélia Prado, Moacir Scliar, Lygia Fagundes Teles, entre outros e outras. Se estava contente com a visita, por outro lado, se mostrava descontente por seu caráter episódico e pelo fato de os governos luso-brasileiro não procurarem tornar tais eventos em rotina.

Talvez esse seja o fundamento ideológico das iniciativas institucionais de defesa do idioma e depois de um Prêmio para todos os autores e autoras da língua portuguesa. Assim, não é estranho o relato de Viggiano (1999, p. 271) sobre um encontro entre José Aparecido de

Oliveira e Alçada Baptista, no primeiro semestre de 1985 em Brasília, no qual a ideia de um instituto ou organismo em prol da valorização da língua portuguesa que interessasse aos sete países de língua oficial comum foi discutida. Tal projeto seria retomado com força por Sarney e Aparecido quando este último retornou ao Ministério da Cultural em 1988, e nesta época contou com apoio entusiasmado de Alçada Baptista.

Não há relatos de que Oliveira e Baptista tenham se conhecido pela primeira vez quando o último veio ao Brasil no início dos anos de 1960. Porém, é provável que o encontro com Sarney e Aparecido tenha se dado no salão de Odylo Costa Filho, no Rio de Janeiro. Depois disso, Baptista frequentaria a ABL a partir dos anos 1982, onde Sarney tinha recém-chegado, tomando posse em 1980, reforçando o contato entre os dois.

A relação com Sarney não se dava apenas institucionalmente, em, pelo menos, duas edições portuguesas dos livros de Sarney, *Norte das águas* (SARNEY, 1980) e *Marimbondos de Fogo* (SARNEY, 1986a), verificamos que o prefaciador é António de Alçada Baptista. Apesar de tentar separar o escritor do político, Baptista (1980; 1986a) acaba por ressaltar nos prefácios um projeto político que une ambos:

A sua relação com Portugal não é uma conveniência, ainda que legítima, do político. Como homem de cultura, Sarney tem consciência de que laços que mergulham no âmago duma história que em parte nos é comum, determinam a nossa identidade e condicionam a projeção no futuro de ambas as comunidades. (BAPTISTA, 1986, p. 13)

Mais uma vez estava lançado o argumento da centralidade do zelo, revisitava a defesa do espaço de língua portuguesa, no qual o idioma e a literatura aparecem como vínculos entre os países. Prova disso é a própria edição de *Marimbondos de Fogo* (1986a) em celebração à visita de José Sarney em Portugal como presidente no mesmo ano, com tiragem especial de 250 exemplares numerados e assinados pelo autor.

A gentileza portuguesa seria retribuída por Sarney (1986a) que abre o livro comemorativo com uma epígrafe de Miguel Torga, poeta e escritor de grande predileção do grupo de Mário Soares e Alçada Baptista. Além disso, Sarney ofereceu à Associação Portuguesa de Escritores os direitos de publicação de *Marimbondos de fogo*, sendo indicado com o embaixador brasileiro em Portugal à época, Alberto da Costa e Silva, para ser sócio honorário da instituição (JORNAL DAS LETRAS, ARTES E IDEIAS, 1987).

As trocas entre Baptista e os brasileiros eram, assim, simultaneamente literárias e políticas, como tentei demonstrar no episódio relatado. Outro caso comentado por Baptista é, também, significativo:

Em rigor, para nós, a memória é a principal testemunha da nossa passagem sobre a Terra, o que quer dizer também que nos espera o esquecimento. Uma vez, no Brasil, um escritor amigo, o Josué Montelo, mostrava-me a sua casa, de São Luís do Maranhão; transformada já em Casa-Museu e, meio a sério meio a brincar disse-me: “António, se não somos nós a tratar da nossa posteridade, quem vai tratar?”. (BAPTISTA, 1998, p. 13).

Apesar de na sequência do texto dizer que não procurar se preocupar tanto com a posteridade quanto seu amigo Josué, reconhecemos na extensa produção memorialística do autor o mesmo objetivo e, especificamente, seu envolvimento apaixonado na política do livro e da língua portuguesa, destacados por ele mesmo em sua trajetória. Sua origem católica e posicionamento político à direita democrática portuguesa formataram sua visão de mundo da arte e da cultura como uma missão elevada, que deveria se vincular aos ideais clássicos e se apegar a seu caráter inefável e metafísico. Isso, por um lado; por outro, sua dedicação à cultura, no período em que foi editor e esteve à frente da Editora Moraes, resultou em uma situação de descenso social. Mas ele soube se utilizar desse investimento a fundo perdido na cultura, propondo na sequência formas de atuação e institucionalização bastante concretas e duráveis para a língua portuguesa e, simultaneamente, em que fazia isso, recuperou parte de seu capital econômico, conquistando, também, capital político. Assim mesmo, embora muito importante nos bastidores, a obra de Baptista permanece em grande medida desconhecida e seu público como memorialista se restringe a especialistas. E podemos dizer que uma de suas maiores ambições, a intensificação dos laços de uma comunidade de língua portuguesa, permanece incompleta.

Passemos agora a trajetória de Mário Soares, destacando seu papel como fiador dos projetos de Baptista, Sarney e Soares. De origem mais modesta que Baptista, os projetos de Soares envolveram outros riscos, mais ligados a uma vida dedicada à política, que embora sacrificassem as ambições artísticas do ex-presidente português em simultâneo, o guiaram para consolidar uma trajetória tida como exemplar e admirável entre seus pares.

Como já sugerido anteriormente, diferentemente de seu aliado cultural, António de Alçada Baptista que tinha origem social francamente favorável a familiarização precoce na área cultural, Soares sempre esteve mais próximo do universo da política do que da cultura.

Essa proximidade resultou de suas escolhas, um tanto por vontade própria, outro tanto pelos horizontes de possíveis que foram se abrindo a Soares ao longo de sua trajetória. Pretendo analisar a sociogênese do líder político Mário Soares, mostrando como em seu percurso de vida

a esfera da política serviu de base para intervenções no mundo da cultura e como a própria esfera das artes, da literatura e da língua portuguesa, significavam uma nova política interna e externa em relação às ex-colônias portuguesas e uma vontade de reposicionar Portugal democrático no mundo.

Segundo o ex-presidente, tanto sua família materna quanto paterna era de origem humilde, camponeses ou pequenos trabalhadores rurais. Como faz questão de afirmar com veemência, não teria nenhum traço remoto ou sangue de aristocrata, mas sim o sangue de seu povo (POUCHIN, 2012). A família do pai era da região de Leiria, habitavam perto do vale do rio Lis e eram camponeses, e do lado materno tínhamos um agrupamento doméstico de origem também rural, mas do vale do Tejo, da vila de Pernes, próxima de Fátima.

O pai foi um revolucionário antimonarquista, professor do Instituto de Pupilos do Exército, deputado no período da república, membro do Conselho Superior de Finanças, depois governador-civil e até ministro. Nascido em dezembro de 1924, Mário Soares enfrentou com sua família, desde a tenra idade, principalmente após 1926, ano do golpe contra o regime republicano, um processo de perseguição a seu pai, que até sua morte na década de 1970 viveu sob o marco da clandestinidade, risco de aprisionamento e todas as ameaças que pesavam para um opositor à ditadura.

Apesar de republicano, seu pai provinha de família católica e, como o filho diz, era um católico progressista. A educação de Soares, devido à errância familiar decorrente das ameaças da ditadura, acabou por ficar na maior parte do tempo a cargo de sua mãe. A família ainda contava com dois filhos mais velhos, um que se encontrava nos anos 1920/1930 próximo a se graduar em medicina e outro que estudava artes plásticas e acabou virando contador.

Seria apenas no final da década de 1930 que Soares encontraria uma relativa estabilidade escolar, ao se mudar com a mãe para Estoril, cidade em que ela fundou um pensionato para alunas e alunos de um colégio do qual o pai de Soares era sócio com um amigo poeta, o que garantia o sustento da família e o ensino do filho. Após passar pelo liceu de Leiria, Mário Soares terminou seu percurso escolar no Colégio Moderno, escola fundada por seu pai assim que este voltou do período de prisão e exílio. Este estabelecimento educacional lisboeta permanece sob controle da família e é atualmente dirigido por uma das filhas de Soares. Por ser um liceu privado, o futuro presidente de Portugal contava com alguma proteção em relação a certos rituais impostos pelo salazarismo nas instituições públicas, como, por exemplo, o uso de uma farda para todos e todas as jovens e a participação na Mocidade Portuguesa, espécie de juventude salazarista oficial.

Não seriam somente os exílios forçados e prisões que fariam da figura paterna uma personagem um pouco frágil e errática, apesar de muito admirada por sua capacidade de resistência política. Em fins de 1939, o patriarca perde uma das pernas devido a uma doença infecciosa e a família passa a contar outra vez com o suporte de sua rede de amigos para poder passar por mais esse período de dificuldades.

Além do exemplo de envolvimento político paterno, seja em sua atuação em cargos, no período de prisão e exílio, em casa com amigos do movimento e ouvindo a rádio que narrava os acontecimentos da Guerra Civil espanhola, Soares começou por volta dos 18 anos, no início da década de 1940, sua participação pessoal em atividades políticas. Em 1941 e 1942 ingressou na Faculdade de Letras, buscando uma formação em história e filosofia. Nesse ambiente, à época, a única oposição organizada à ditadura que havia era galvanizada em torno do Partido Comunista.

Soares herdou de seu pai uma resistência aos comunistas, que eram vistos pelos dois como sectários, e gostava de se autodenominar republicano e antifascista, não obstante, para poder integrar a luta contra Salazar, entre 1944 e 1945 integrou a juventude comunista e também o partido, mas assim que pôde buscou empreender novos rumos políticos, mais distanciados dos comunistas.

Suas primeiras detenções datam desse primeiro envolvimento na juventude comunista, uma delas motivadas por uma denúncia de acólitos de Salazar, que viam em atividades culturais promovidas pelos jovens, eventos de fachada para a mobilização política. Em outro momento, na fundação do Movimento da Unidade Democrática (1945 – MUD), Soares foi preso após ter participado da redação de um manifesto e petição antissalazarista - nos anos seguintes alternaria períodos na cadeia e sob vigilância.

De todo modo, seria desde a participação na fundação do MUD em 1945, movimento que reunia diversas correntes políticas de esquerda, mas que se centrava na defesa da democracia e da República em Portugal, que Soares começaria um caminho de afastamento da órbita de influência comunista, culminando em 1949 com seu apoio à candidatura à presidência da República de um general, antigo ministro da Primeira República (1910 – 1926), chamado Norton de Matos e amigo próximo de seu pai. Apesar de ser um anticomunista declarado, o general teve suporte do PC e Soares foi secretário-geral de seu comitê de campanha, isso com apenas 23 anos. Para essa tarefa, mesmo com o apoio dos comunistas, Soares preferiu se cercar de amigos e colegas do MUD, o que renunciava sua tentativa de independência em relação às diretrizes do PC.

Essas eleições em 1949 ocorreram devido à pressão internacional para que o regime se adequasse ao jogo democrático. Salazar rebatizou o nome de seu regime que deixou de ser “Estado Novo” e passar a ser denominado “Democracia Orgânica” e eleições foram convocadas. A própria participação no pleito, que se mostrava um processo meramente de fachada, estava em debate entre a oposição. Parte considerava que a participação podia enfraquecer Salazar, parte dizia que poderia legitimar seu poder. Norton de Matos acabou por aderir à segunda corrente e retirou sua candidatura, dois dias antes da votação, e todos que participaram de sua campanha foram presos, incluindo Soares, que ficou três meses encarcerado.

Soares se casou na prisão através de uma procuração no final da década de 1940 e afastou-se do comunismo soviético. Gradualmente, o jovem militante aderiu às correntes do neutralismo e do socialismo democrático, tentando construir um lugar na esquerda que não fosse necessariamente alinhado às diretrizes soviéticas. Isso se concretizou em 1951 quando o PC expulsou formalmente Soares. Nesse período, ele fez o curso de Direito, pois estava impedido de ensinar filosofia nas escolas e liceus, mas até se formar advogado trabalhou no colégio fundado pelo pai como administrador (ele tinha dois filhos para sustentar).

Em 1958 houve a segunda eleição em Portugal para presidente e um brigadeiro, Humberto Delgado, aceitou se candidatar representando a oposição a Salazar. Apesar de ser um antigo salazarista, também teve passagens por representações internacionais e depois de alguns anos se convenceu de que Portugal necessitava de um regime democrático. Soares e seu grupo político deram suporte oficial a Delgado e participaram de sua campanha, construída conjuntamente.

Apesar de sua inexperiência política, Delgado conseguiu galvanizar a oposição em torno de si e também arregimentar uma grande mobilização popular. De acordo com Soares, todos e todas acreditavam que o general ganharia de Américo Tomás, preposto de Salazar, porém o que se viu foi uma derrota de 75% contra 24% a favor do regime. Denúncias de fraude e também de sabotagem de sessões eleitorais corriam por todo país, mas não seria naquele momento que se daria a primeira derrota da ditadura.

Com medo de intimidações que vinha sofrendo, após o pleito Delgado se refugia na embaixada brasileira, dado que até ali o Brasil era ainda uma nação com regime democrático. Acolhido pelo crítico literário Álvaro Lins, então embaixador brasileiro, Delgado foi enviado ao Brasil onde retomou suas atividades como opositor e seguiu na sequência para a Argélia, onde se uniu aos comunistas e tomou a frente do movimento oposicionista chamado Junta Patriótica de Libertação Nacional.

Nesse período Soares era o advogado encarregado da defesa e proteção da família de Humberto Delgado, já que este fora assassinado em circunstâncias controversas pela polícia política na fronteira com a Espanha e somente após a Revolução dos Cravos é que seus algozes puderam ser julgados e condenados. Além da defesa de Delgado, nesse momento Soares defendeu uma série de opositores das mais diversas correntes políticas, como destaca o próprio, essa posição o tornou bastante reconhecido entre os opositores ao regime.

A defesa de Delgado e seus posicionamentos contra a guerra colonial que começava a acontecer nos anos 1960, sobretudo, nas colônias africanas, implicaram nova prisão, agravada por uma deportação para ilha de São Tomé e Príncipe em fins de 1967. Na então colônia, o jovem advogado ficou isolado por um período de praticamente um ano, e somente com a doença de Salazar e sua substituição por Marcelo Caetano, antigo professor de Direito de Soares na Faculdade de Lisboa, seu exílio forçado terminaria. Ao assumir, Caetano libera Soares, sinalizando que o regime lentamente iria se abrir.

O saldo da deportação, segundo o próprio Soares (POUCHIN, 2002, p. 62), se do ponto de vista pessoal foi bastante penoso e aflitivo, do ponto de vista do prestígio político acabou se convertendo em um ativo altamente rentável. O exílio em São Tomé o constituiu como uma referência entre certos membros da oposição e, assim, na década de 1970, o seu grupo político pode iniciar a formação da Ação Socialista Portuguesa que, com os católicos progressistas, se reuniram na CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) se opondo a ANP (Ação Nacional Popular) de Caetano.

Apesar de nas eleições legislativas a esquerda conseguir um bom percentual de votos, com 20% para comunistas e católicos e 7% a 8% para socialistas em algumas cidades, o grupo de Soares ainda não tinha força para ser reconhecido institucionalmente e continuava a sofrer com perseguições e prisões arbitrárias, assim Soares decidiu deixar o país em 1970, quando circulou pelo Brasil, Venezuela, México e Estados Unidos. Suas viagens foram interrompidas somente com a morte de seu pai nos anos 1970, quando tentou regressar a Portugal, mas continuou a receber ameaças de deportação, decidindo novamente deixar o país, mulher e filhos para viver no exílio em Paris e tentar articular a oposição portuguesa desde a França.

Sua esposa permaneceu em Lisboa com os filhos, e assume a direção do colégio fundado pelo sogro, enquanto Soares em Paris se torna professor de português na Universidade de Vincennes, dando continuidade à escrita de um livro de intervenção política a respeito do presente e futuro de Portugal. Ainda na França, deu aulas na Universidade de Rennes, na

Sorbonnes-Paris IV, trabalhando, também, em um banco franco-português, no qual conseguiu estabilidade financeira para não depender mais de remessas vindas de sua família.

Nesse momento conheceu importantes personalidades do socialismo francês, opositores espanhóis a Franco também no exílio, opositores gregos, e, por fim, um político socialista em início de carreira, mas que se converteria em um símbolo maior do movimento e presidente da França (entre 1981 e 1995) François Mitterrand. Quando Mitterrand assume a direção do partido na França, Soares já o frequentava regularmente e a amizade entre os dois seria persistente. Com o apoio francês e do Partido Socialista Alemão, Soares fundou em Bonn, em 1973, oficialmente o Partido Socialista Português, retornando a Portugal depois do 24 de abril.

Após a Revolução dos Cravos, o general António de Spínola, antigo governador militar da Guiné-Bissau, assumiu a presidência e, por intermédio de um ex-professor de Direito e também amigo do pai de Soares, Palma Carlos, Soares ao cargo de ministro dos negócios estrangeiros. Não nos cabe retomar a história das descolonizações em detalhes, assim como a atuação de Soares nesse processo, mas vale ressaltar que esse papel traria a ele bastante destaque, positivo e negativo, interna e externamente. Além disso, foi através desse cargo que Soares travou conhecimento com lideranças políticas influentes africanas em África e também na Europa, entre outros Léopold Sedar Senghor, Agostinho Neto, James Callaghan.

Soares atuou na pasta e foi o avalista de alguns acordos de reconhecimento de independências nacionais (Cabo Verde e São Tomé) até 11 de março de 1975, quando saiu do cargo após uma tentativa de golpe de Spínola, tornando-se ministro sem pasta e se dedicando mais à liderança do Partido Socialista, preparou o partido com o intuito de participar das primeiras eleições livres do país para a Assembleia Constituinte que construiu a carta constitucional portuguesa, acabando com os anos de ditadura e o conturbado período de transição liderado pelo Movimento das Forças Armadas após 1974.

Vale ressaltar, como sublinha o próprio Soares (POUCHIN, 2002, p. 112) que no próprio novo governo havia muitas divergências quanto ao destino das negociações e acordos a serem realizados com as antigas colônias, de um lado havia Spínola que desejava manter as antigas possessões lusas no interior do que seria uma “*Commonwealth* portuguesa”, de outro lado os comunistas que desejavam aproximar Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé da órbita de influência soviética e Soares que defendia uma descolonização negociada, com cessar-fogo imediato e a sugestão de criação de partidos e realização de eleições nos países recém-independentes.

Após essa atuação e a dedicação à construção da 1ª constituição portuguesa pós-salazarismo, outorgada em 1976, Soares tornou-se primeiro-ministro e optou por políticas de austeridade, desestatização, medidas que, apesar de impopulares, contavam com apoio decisivo no campo socialista do amigo, François Mitterrand. Soares permaneceu primeiro-ministro até 1978 e depois teve outra passagem pelo cargo de 1983 e 1985, lançando sua candidatura à presidência em fins de 1985 e conseguindo a eleição em 1986. Sua presidência coincidiu com a do amigo francês, que se deu entre 1981 e 1995, e também com a ascensão de José Sarney e Aparecido a seus cargos no Brasil.

À esquerda de seus pares brasileiros, Soares compartilhava com eles uma aversão ao comunismo em sua vertente soviética, certa proximidade ao catolicismo, apesar de não ser devoto e nem praticante, e uma opção pela democracia em seus moldes ocidentais (POUCHIN, 2002; SOARES, 2013).

Em suas próprias palavras, o projeto e os objetivos da Revolução dos Cravos deveriam ser:

uma revolução democrática de tipo ocidental, com três objetivos essenciais: descolonizar, como forma de pôr fim às guerras coloniais; democratizar, legitimando o poder político, segundo às indicações do voto popular; e desenvolver, aproximando-nos da Europa da CEE, que seria o contraponto da perda das colônias, que julgava inevitável (SOARES, 2013, p. 141).

Destaca-se entre as prioridades a reaproximação da Europa como compensação à perda das colônias, mas como sugerido em nossa hipótese, Portugal, através de Soares e Baptista, não descuidou de suas relações atlânticas, apenas se dedicou a elas por meio de políticas culturais e diplomaticamente. E contaram com aliados brasileiros, que se dispunham de bom grado em fazer parte desses projetos. Vejamos uma carta de José Aparecido de Oliveira à Mário Soares, quando este deixou a embaixada brasileira em 1995:

Telegrama transmitido do Banco Nacional
Avenida Rio Branco Rio de Janeiro - terceiro andar - 6 de março de 1995

Excelentíssimo senhor presidente Dr Mário Soares em fonte Embaixador José Aparecido de Oliveira

Excelentíssimo senhor, Presidente da República e meu caríssimo amigo doutor Mário Soares,

Ao voltar a Minas Gerais, a reencontrar as minhas paisagens, quero reafirmar o quanto me gratificou, nos últimos dois anos, a oportunidade do convívio com vossa excelência. A missão recebida do nosso amigo comum, Presidente Itamar Franco, foi o ponto alto de uma vida pública iniciada ainda na adolescência, na luta contra a opressão. Já naquele tempo, a presença de homens como o advogado Mário Soares, que deu voz aos perseguidos e vilipendiados pela ditadura, repercutiu junto aos democratas brasileiros.

Ao desatar os laços de dependência que uniam politicamente o Brasil a Portugal, o jovem príncipe da casa de Bragança deu-nos o privilégio de trocar a submissão pela aliança, o domínio pela amizade, o passado pelo futuro, incluindo a resistência democrática aos regimes ditatoriais nos dois lados do Atlântico.

Ambos temos advertido agora que não podemos renunciar ao espaço construído pela parceria ao longo de cinco séculos. Sabemos que quaisquer que venham a ser os rumos do mundo, no milênio que vemos despontar no horizonte, devemos percorrê-los juntos. E precisamos ter, próximos a nós, outros povos que se fizeram estados tendo a língua portuguesa como base essencial da civilização. Por isso mesmo com todos os inevitáveis percalços, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa está construída. Faltam-lhe apenas os atos formais que a institucionalizarão.

Como o caro Presidente, acredito também que, a amizade é mais poderosa das situações humanas. Assim, sem prejuízo de suas altas responsabilidades e de minha tarefa em Lisboa, consolidamos e fizemos mais densas as nossas relações pessoais. A elas devo as imerecidas, mas sempre generosas, homenagens que vossa excelência e a excelentíssima senhora Maria de Jesus Barroso Soares prestaram a Leonor e a mim, durante a nossa permanência em Portugal.

Sou lhe particularmente grato pela condecoração concedida a este velho jornalista que o destino chamou a outros caminhos. Os sinais de reconhecimento nacional não valem só pelo seu alto simbolismo, eles expressam tanto a força do Estado que os outorga, como a grandeza da autoridade que decide concedê-los. Não é o mesmo receber a medalha de um tirano que recebê-la das mãos de um dos mais eminentes lutadores pela liberdade e pela democracia. Vejo na inscrição do meu nome nos livros da Ordem de Cristo, junto a gratidão que devo a Portugal, o benefício de uma amizade que é, em si mesma, uma honra.

Os anos que viverei estarão marcados por este convívio com o grande povo português, do qual vossa excelência é, pelos títulos políticos, e pela profunda identidade com sua agente, a mais alta expressão em nosso tempo.

Receba, com empenho da alma e do coração, a gratidão de minha mulher de meus filhos, e o reconhecimento, para sempre seu amigo e velho admirador.

Datilografado: José Aparecido de Oliveira e assinado José Aparecido de Oliveira (OLIVEIRA, 1995).

A convivência mais próxima entre Aparecido e Soares se deu nos anos 1990, mas como dito acima, desde 1987 havia contatos entre os dois políticos, que tinham vários conhecidos e amigos em comum, entre eles Alçada Baptista e também Jorge Amado. A primeira viagem de Mário Soares ao Brasil se deu em 1970, após seu regresso da deportação para São Tomé. Após passagem curta por Portugal, veio passar os dias de carnaval na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontrou com os velhos republicanos portugueses exilados, como Sarmento Pimentel, Jaime Moraes, Adolfo Casais, Monteiro, entre outros. Além dos portugueses, teve contatos com intelectuais e políticos brasileiros, Hélio Jaguaribe, Darcy Ribeiro, na cidade de São Paulo falou com Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Mario Covas e chegou a palestrar na USP sobre a questão colonial e a política interna portuguesa no pós-salazarismo.

Não seria só no Brasil que travaria relações com brasileiros, em Paris, durante seu exílio, se aproximou de Celso Cunha e estreitou a amizade com Darcy Ribeiro. Mais tarde, como presidente, recebeu visita de Tancredo Neves antes de sua posse e morte inesperada. A

primeira visita que recebeu de um governante estrangeiro foi a de José Sarney, que indicaria como embaixadores os escritores Alberto da Costa e Silva e José Aparecido de Oliveira.

Esse círculo de amigos e conhecidos se constituiu pelos contatos mencionados, mas também por compartilharem uma percepção do que deveria ser a comunidade dos países de língua portuguesa.

Ainda que alegue ter tido uma certa desconfiança em relação à Gilberto Freyre¹⁶, devido a este ser tratado muito bem por Salazar, e por estar engajado na luta anticolonialista, Soares aceita o pressuposto do ensaísta brasileiro de que a colonização portuguesa teria diferido das outras, e decidiu, como presidente, visitá-lo, em uma de suas passagens pelo Brasil, em Apipucos, e o condecorou solenemente.

Foi a melhor maneira que encontrei para lhe demonstrar o respeito e a gratidão do Portugal de Abril por ter compreendido e explicado tão bem as diferenças do colonialismo português, em relação ao britânico e ao francês, que subsistiram para além da política agressiva e tão negativa de Salazar e do crime das guerras coloniais. (SOARES, 2013, p. 140).

Segundo Soares, as especificidades da colonização portuguesa no Brasil explicariam o sucesso da CPLP e das relações fraternas com o Brasil. Apesar de reconhecer que o Brasil esteve à frente da fundação do IILP (1989), Soares, que sempre afirmou seu entusiasmo pelo reforço das relações luso-afro-brasileiras, não mencionou o posicionamento muito mais cauteloso de Portugal que se adverte em documento da Secretaria de Estado da Cultura portuguesa:

Presidência do conselho de ministros
Secretaria de Estado da Cultura
Gabinete
Proposta brasileira

Criação Instituto Internacional de Língua Portuguesa

- 1 – O presidente Sarney pretender reunir os chefes de Estado dos países de língua portuguesa no início de novembro, em São Luís de Maranhão, para patrocinar o lançamento de um Instituto Internacional de Língua Portuguesa.
- 2 – A fim de garantir a realização deste encontro, o Ministro da Cultura do Brasil está a proceder a mais um “round” de diligências em Portugal e nos PALOP.
- 3 – Apesar do curto espaço de tempo, não é impossível que o presidente Sarney consiga reunir os restantes 6 chefes de Estado. O Ministro da Cultura, disse-me que o Presidente Soares se tinha mostrado disponível para estar presente, por se conjugar com o seu Doutoramento Honoris Causa pela Universidade do Rio de Janeiro.
- 4 – Informei o Ministro da Cultura do Brasil de que Portugal não tem quaisquer objeções à existência de um organismo internacional que se dedique à promoção da língua portuguesa; considera que o projeto necessitaria de ser mais reflectido e que se está internamente a repensar a coordenação dos organismos nacionais que intervêm na ação cultural externa.
- 5 – De acordo com as informações que disponho, através dos Ministros da Cultura de Cabo-Verde e da Guiné, estes países gostavam de estudar o projeto em primeiro lugar

¹⁶ Soares (2013, p. 26) também era próximo de outro intelectual dileto dos brasileiros, o português Agostinho da Silva, com quem teve conversas sobre cultura geral andando por Lisboa, quando jovem, por indicação de seu pai.

a nível técnico. Nessa ocasião não era ainda conhecida a intenção do governo brasileiro de reunir uma cimeira.

6 – Dado o empenho com que o Brasil assumiu esta proposta – inicialmente formulada pela Academia de Ciências Portuguesas – (sob designação do Conselho Internacional de Língua Portuguesa) parece-me que conviria Portugal posicionar-se de forma a que, não sendo o incentivador ficasse em posição de orientar a respectiva concretização.

7 – Este aspecto assume alguma relevância na medida em que a última proposta conhecida brasileira, prevê, desde logo, um esquema de Organização que no mínimo parece complexo e dispendioso. Dados os interesses mais gerais de Portugal no seu relacionamento com os PALOP parece haver interesse em favorecer um tipo de estrutura muito embrionária, susceptível, de no futuro poder evoluir para outros domínios designadamente de carácter mais político.

8 – Segundo informações que me chegam, na próxima Cimeira de Chefes de Estado dos PALOP (Outubro?) haveria intenção de debater o tema de língua portuguesa (Ver também nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

9 – Em todo o caso, e nesta fase, julgo que se pode sempre concordar com a necessidade da iniciativa; a convicção de que uma eventual cimeira se deve dedicar a uma Declaração de Intenções devendo a elaboração dos Estatutos de um futuro Instituto ser preparada a nível técnico. Julgo que Portugal poderia então assumir uma intervenção maior na definição do modelo a adoptar. (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, [198-]).

O parecer favorável à iniciativa brasileira na criação do IILP deixa transparecer em diversos momentos a necessidade de adesão cautelosa, com o objetivo de Portugal assumir a orientação do processo, com o aceite de uma declaração de intenções e, quando da formulação de uma proposta mais técnica, o modelo a ser adotado deveria contar com uma contribuição mais incisiva dos portugueses.

Ainda, o documento afirma que a autoria da proposta teria sido originalmente da Academia de Ciências Portuguesas, embora o Brasil a reivindicasse. As ambições brasileiras eram bastante significativas e, em junho de 1993, Aparecido de Oliveira (1993) enviou para Soares, por telegrama, uma proposta de constituição de um Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa, documento ao qual tive acesso no acervo do presidente Mário Soares, hospedado em sua Fundação em Lisboa. Todo o empenho brasileiro fica explícito em carta do mesmo ano enviada pelo presidente da Academia Brasileira de Letras solicitando a Soares, de maneira bastante eufemizada, a necessidade de retomar o projeto começado em São Luís do Maranhão em 1989¹⁷, vejamos:

Brasão da Academia Brasileira de Letras no alto da página à esquerda
Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1993
Excelentíssimo Senhor
Doutor Mário Soares
DD. Presidente da República de Portugal,
Prezado e ilustre companheiro:

¹⁰ Anos após assinado o acordo para a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), José Aparecido (OLIVEIRA, 1997a, 1997b, 1997c) escreveu uma série de artigos de opinião cobrando a efetivação e concretização da instituição que demorava a ganhar corpo. O IILP como já mencionado só viria de fato a luz nos anos 2000.

A Academia Brasileira de Letras, que tem a honra de tê-lo como seu Membro Correspondente, e empenha-se na implantação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e do novo acordo ortográfico a ser firmado entre o seu país e o nosso, numa demonstração desse vivo interesse que consideramos de suma importância para as nossas relações culturais, decidiu enviar à Lisboa, como seu representante, uma das mais ilustres figuras que compõem o quadro efetivo da Academia Brasileira de Letras, o acadêmico Senhor Lêdo Ivo, poeta, romancista, homem de jornal e ensaísta, com alto prestígio na vida literária brasileira.

Relembro o Encontro que em novembro de 1989 realizou-se em São Luís do Maranhão, por iniciativa do presidente José Sarney, que é para nossa honra também membro da Academia Brasileira de Letras. Em São Luís os Presidentes e Chefes de Estados dos sete países de Língua Portuguesa, ou sejam, Portugal, Brasil, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, assinaram um ato Constitutivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Naquela oportunidade tivemos à frente dessa iniciativa, apoiando-a afincadamente o grande filólogo e acadêmico Senhor Antonio Houaiss, hoje Ministro da Cultura a serviço do governo Itamar Franco.

A Academia Brasileira de Letras congratula-se também com a nomeação de uma personalidade de alta expressão na vida cultural deste país e, agora, gratamente exercendo a nobre função de Embaixador do Brasil em Portugal, Doutor José Aparecido de Oliveira.

Contamos ainda com o apoio da Academia de Ciências de Lisboa, da qual dez membros são Sócios Correspondentes da Academia Brasileira de Letras e que se acham, com o mesmo empenho, devotados à criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em cada um dos países onde se fala o nosso idioma. Hoje, como Vossa Excelência tão bem sabe, cerca de duzentos milhões de pessoas do mundo culto e civilizado, em universidades, centros científicos e filosóficos, além de Instituições como a ONU, a UNESCO e a OEA oficializam o nosso idioma.

O português é, como língua, um instrumento político a reafirmar o propósito da Academia Brasileira de Letras na participação desse esforço de fortalecimento e difusão, cuja defesa figura no artigo 1º da Academia Brasileira de Letras, como sua finalidade precípua.

Agradecendo a Vossa Excelência a atenção dada a esta carta, mais uma vez cumpre-me louvar o seu apoio para essa obra comum de vinculação ainda mais forte entre os nossos dois países, fraternos e inseparáveis.

Peço-lhe que receba, mais uma vez, o testemunho da admiração e afeto que lhe dedico
Assinatura Austregésilo de Athayde (ATHAYDE, 1993)

Diversos aspectos desta missiva são interessantes, dentre eles o claro enquadramento da língua portuguesa como um instrumento político, potencialmente utilizável por órgãos internacionais de prestígio e poder. Além disso, notamos que o então presidente da ABL abria a carta destacando a função de membro correspondente exercida por Soares na ABL, assim como outros membros da Academia de Ciências de Lisboa.

Todos esses elementos são utilizados para angariar apoio de Soares ao pleito de Athayde. Aqui é preciso atentar para uma estratégia do presidente da ABL que tem relação com o uso dos postos na academia como trunfos para o reforço de laços políticos e sociais com personalidades importantes da política. Este é o caso de Soares, mas vale destacar que antes dele e de Alçada Baptista, foi sócio correspondente português entre 1970 e 1980 o sucessor de Salazar, exilado no Brasil, Marcelo Caetano. Baptista ocupou a convite de Jorge Amado a posição que era do antigo prócer salazarista. Na ABL há 20 posições de sócios correspondentes

e no histórico dos ocupantes se nota que a maioria é constituída por portugueses, dado que se pode interpretar como uma estratégia de aproximação com Portugal estabelecida por meio da construção de redes de influência políticas e literárias.

Tal estratégia também não era estranha à Academia de Ciências de Lisboa que tinha igualmente entre seus membros, sócios correspondentes estrangeiros, entre eles José Sarney, como já aludido. Tais movimentos de cooptação recíproca de escritores e políticos reforçam o argumento de George (2002), de que no governo Mário Soares houve um grande investimento na esfera da cultura, considerada decisiva para a política externa de Portugal.

Se Portugal e Soares/Baptista buscavam fazer da cultura um instrumento de luta simbólico e político, havia do lado brasileiro figuras muito dispostas a se envolverem na mesma trincheira. Além de Aparecido e Sarney já mencionados, gostaríamos de esmiuçar brevemente a trajetória de Austregésilo de Athayde para contextualizar mais detalhadamente essa imbricação entre literatura e política.

Austregésilo de Athayde nasceu em 1898 no interior do estado de Pernambuco, na cidade de Caruaru. Ele foi o presidente da ABL mais longo, ocupando o posto por 34 anos a partir do ano de 1958. Cunha (2017) afirma que seu período na presidência da ABL foi marcado por sua proximidade com o regime militar. Vale mencionar que, assim como Sarney e Aparecido, teve um percurso educacional acidentado, em parte suprido pelo apoio paterno que o teria ajudado no processo de aprendizagem do latim, depois reforçado em sua formação católica. Crescido no Ceará, desde 1905, realizou sua primeira comunhão e se tornou coroinha em sua igreja, manifestando o desejo de se tornar padre. Aos 12 anos, tendo em vista seu forte vínculo com o catolicismo, seu pai o inscreveu em um seminário de Fortaleza, do qual seria expulso em 1916. No seminário teve aulas de grego, latim, estudos bíblicos; teologia, direito canônico, etc. E além das aulas, teve a oportunidade de realizar leituras mais sistemáticas de autores como Rui Barbosa, Leconte de Lisle, Machado de Assis, José de Alencar, Olavo Bilac, etc. A leitura de autores proibidos no estabelecimento, teria sido um dos possíveis motivos para seu afastamento da instituição, aos 18 anos, segundo Cunha (2017). Os padres dirigentes teriam justificado a sua saída pelo fato de não possuir vocação para o sacerdócio, mas sim para o jornalismo. Entre 1916 e 1918, Athayde passou o início da vida adulta como professor em estabelecimentos católicos e aos 20 anos contatou um tio médico no Rio de Janeiro, chamado Antônio Austregésilo de Lima. Esse tio neurologista era presidente da Academia Nacional de Ciências e membro da Academia Brasileira de Letras e foi na casa dele que Austregésilo decidiu largar alguns postos de professor de latim na capital fluminense com empenho em se tornar

jornalista. Isso teria se dado em um jantar no qual a família recebeu Assis Chateaubriand, quem se tornaria seu patrono e depois confrade de ABL a partir de 1954. O primeiro trabalho como jornalista de Austregésilo será no jornal *A Tribuna* (RJ) e depois em *O Jornal* (RJ), em 1924.

Diferentemente de Sarney e Aparecido que contaram com pouco capital social familiar para se inserirem nas capitais por onde passaram, Athayde através do tio contava com um esteio seguro que lhe facultava travar conhecimento com toda a intelectualidade brasileira de vulto nos anos 1920, dentre eles Prudente de Moraes Neto, Mário de Andrade, Graça Aranha, Ronald de Carvalho, etc. O jovem jornalista demonstraria resistência ao núcleo modernista paulista e pouco entusiasmo com as ideias de Mario de Andrade.

A distância do modernismo não o impediu de aderir ao movimento constitucionalista de São Paulo, onde se alistou como combatente, em oposição a Vargas. Sendo preso e exilado por dois anos, retornou ao Brasil em 1935, para se tornar editor do *Diário da Noite*, veículo comprado por Chateaubriand, o qual dirigiu até o ano de 1962. Em suas colunas cotidianas se posicionou contra Getúlio Vargas e o Estado Novo, aderindo na abertura de 1945 ao liberalismo de feição conservadora da UDN, apoiando em 1964 o golpe militar.

Entre as décadas de 1940 e 1960 destaco alguns momentos chaves de sua trajetória. Em 1948 teve participação na 3ª Assembleia Geral das Nações Unidas e como representante do Brasil participou da redação da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em seguida ingressou como estudante na Escola Superior de Guerra (ESG) onde, posteriormente, tornar-se-ia conferencista. Sua presença na ESG foi um fator crucial para o fortalecimento de seus vínculos com a elite militar golpista de 1964. Por fim, temos que citar sua eleição para a ABL em 1951, assumindo a cadeira que pertencera à Oliveira Vianna. Sua candidatura contou com o apoio do tio e da roda de amigos próximos pessoais e da família (CUNHA, 2017).

Sua ascensão na instituição foi rápida e em 1956 já era primeiro-secretário, no ano seguinte se tornou secretário-geral e em 1958 assumiu a presidência logo no primeiro turno de votação, no qual permaneceu até sua morte em 1994. Embora não seja o objetivo desta tese desenvolver minuciosamente toda a trajetória de Athayde e suas relações com os militares, vale mencionar que um dos seus principais feitos enquanto presidente da ABL foi garantir a sustentabilidade financeira da instituição, o que assegurou com a construção do Centro Cultural do Brasil, prédio comercial da ABL que levou seu nome.

A reconstituição breve da trajetória de Athayde oferece elementos para se compreender sua participação empenhada no projeto literário-político com Portugal após a redemocratização. A posição de presidente da ABL facultava a Austregésilo controlar o

ingresso de brasileiros e portugueses na instituição. Assim, não é estranho notarmos a eleição de Sarney, Alçada Baptista, Marcelo Caetano, Mário Soares e outros durante sua gestão.

O ingresso de tais políticos na ABL dependeu, entretanto, das ambições literárias desses agentes. Como lembrado por George (2002), Mário Soares aproximou-se de intelectuais, artistas e escritores com intenções políticas, mas, também, literárias. Soares entretinha relações de amizade com uma série de autores e autoras portugueses e brasileiros, aos quais enviava seus próprios livros para apreciação e frequentemente pedia obras originais autografadas. Em autobiografia, dizia ter almejado ter uma vida devotada aos livros e a escrita, o que não ocorreu devido à sua intensa vida política.

Ao longo destes trinta anos pus quase tudo entre parêntesis, por força das circunstâncias e das exigências políticas. Poderia ter sido advogado, professor, jornalista, talvez escritor. Só episodicamente percorri cada um desses caminhos possíveis. Mas nunca me queixei – nem queixo – porque sempre fiz política com convicção, alegria e satisfação pessoal. As circunstâncias empurraram-me para a política – antes e depois do 25 de Abril, onde aliás, dada as funções que exerci, ultrapassei largamente, tudo o que algum dia poderia ter ambicionado ou sequer imaginado... (SOARES, 2012, p. 321).

O principal interesse da citação reside na espécie de inventário de profissões ou papéis sociais não exercidos no mesmo nível de dedicação que a política: “advogado, professor, jornalista, talvez escritor”. Diferentemente de Sarney e Baptista que enveredaram para os caminhos da prosa de ficção ou do memorialismo, a maioria dos livros de Soares ficaram restritos ao campo da política, sobretudo, a vasta obra do ex-presidente que aglutina todos os seus discursos políticos, em nove volumes, intitulado *Intervenções*, publicado pela Imprensa Nacional Portuguesa. Além desse amplo e vasto conjunto de discursos políticos, pelo menos três livros de entrevistas se encontram publicados e algumas edições foram traduzidas ao menos para inglês, francês, espanhol e italiano. O capital político de Soares influenciou decisivamente no leque de idiomas para os quais foi traduzido, e seu reconhecimento como uma liderança de esquerda internacional impulsionou o interesse pela história da resistência à ditadura salazarista, narrada do ponto de vista de quem participou ativamente do enfrentamento ao regime e, posteriormente, se tornou uma das figuras emblemáticas da redemocratização do país.

Em Portugal, além da Imprensa Nacional, suas obras foram publicadas pela editora do Círculo de Leitores, e pelo selo Temas e Debates, o qual faz parte com o Círculo do atual grupo BertrandCírculo, que um dia já foi propriedade do grupo de mídia alemão Bertelsmann e atualmente é propriedade do Grupo Porto Editora, desde 2010. Como destaca Beja (2012), o Círculo de Leitores, que nasce como um clube do livro, se destacou pela capilaridade de leitores

que conseguiu por todo o país, publicando obras de interesse da população, que se encontrava ávida por desbravar temas antes proibidos pela ditadura.

De acordo com George (2002), Soares e o Partido Socialista tentavam atrair escritores descontentes com outras alas de esquerda, principalmente com o Partido Comunista Português, investindo fortemente no campo da cultura como um espaço privilegiado de batalha para formular uma nova imagem de Portugal como um país democrático, pretendendo, também, resgatar a grandeza lusa (SOARES, 2013; POUCHIN, 2013). Tais foram os objetivos que guiaram o esforço político de Soares concretizado nas instituições literárias e diplomáticas criadas com seu apoio direto: Prêmio Camões, CPLP e IILP. Mas não se pode negligenciar a construção de vínculos de amizade com escritores brasileiros e portugueses como meios e fins de tais iniciativas.

Como tivemos oportunidade de notar em seus arquivos, Soares enviava seus livros de discursos para diversos autores e autoras, notadamente aqueles aos quais o PS se vinculava, mas não somente isso, o ex-presidente buscava jantar com os autores, homenageá-los em discursos, além de pedir contribuições em forma de prefácios para suas próprias obras como comprova esse telegrama de José Saramago, que envia uma contribuição para uma publicação de Soares, quando este estava para deixar o último mandato de presidente de Portugal em 1996 :

Lanzarote 19 de novembro de 1995

Presidência da República Lisboa

Junto segue o texto de 3 páginas destinado ao livro sobre o senhor presidente que me foi pedido rogo o favor de me informar se chegou em ordem,

Cumprimento
José Saramago

Ustop 335572 X Lanzarote Canárias

Cinco milhões e meio de analfabetos funcionais em um país de 10 milhões de habitantes são pesadelos a mais para qualquer governante, em particular, para um presidente da república, uma vez que, ele está obrigado a ser por propósito, quando não por definição a ser um presidente de todos ou com mais rigor, presidente para todos. Na hora de deixar por imperativo Constitucional a função mais alta do Estado que durante 10 anos desempenhou, o presidente Mário Soares irá provavelmente fazer um balanço de sua magistratura ponderando os acertos e os erros os seus próprios decerto, mas também os do país que é o seu, sem esquecer as ilusões perdidas e as frustrações mais ou menos dolorosas que são a inspiração de todo homem, seja ele Presidente ou cidadão comum.

Um tal balanço, para ser completo, não poderá ignorar o que foi a ação política anterior de Mário Soares e, isto é, desde a Revolução que nos trouxe a liberdade e a possibilidade de uma democracia até a primeira eleição que o tornou presidente. Em tudo aquilo que é hoje Portugal, encontra-se, mais do que outra qualquer, a marca indelével, positiva ou negativa, em branco ou em cinza, da pessoa de Mário Soares e das suas ideias e práticas políticas, tanto no plano nacional como europeu. Esse balanço político, ardentemente desejo poder ouvir ou ler, em caso

algum deverá representar um adeus a vida pública. Tal como entendo, representaria, isso sim, a assunção do significado pessoal e público de uma vida que ininterruptamente tem acompanhado, e em não poucos momentos determinou de forma decisiva, o rumo da vida coletiva portuguesa. Representaria, igualmente, o modo mais aberto e generoso de avançar no caminho onde mais me agradaria encontra-lo a partir do dia em que deixa o cargo de presidente da república e os seus condicionamentos constitucionais, táticos ou apenas prudentes: a luta, como simples e pedestre cidadão, pela sobrevivência Cultural de Portugal. Por mais que as orelhas nos gritem os pregoeiros da chamada modernização, quase todos eles meros adventícios deslumbrados pelo exercício de um poder afinal mais fácil do que imaginavam, a nossa terra está doente de gravidade, como doente também o está a nossa democracia, tão levemente invocada quando se trata de chamar ao voto. Aqueles cinco milhões e meio de analfabetos funcionais, conviria não esquecer, são, na sua maioria, eleitores. Eleitores que vão votar sem terem percebido com suficiente clareza o conteúdo real das propostas políticas, sociais e econômicas dos partidos, eleitores a quem, quantas vezes, honestamente não se poderia aplaudir a consciência da opção, baixamente se vai lhes lisonjeando o extinto, como se o não saber, fosse afinal, uma expressão superior de sabedoria. Não faltam a Portugal problemas, mas o menor não é decerto a questão cultural coletiva, isto é, nacional, diante de cujas dimensões perde algum sentido, por exemplo, a habitual e interminável discussão sobre os dinheiros públicos destinados a subsidiar o teatro, o cinema ou a ópera. A doença está na raiz. As folhas, quando murchas, os frutos, quando desenhados, representam somente os sinais mais evidentes do mal profundo que nos está correndo.

A cultura portuguesa, aquela que segundo a gíria tecnocrática desses tempos, se veio processando e desenvolvendo nos itens superiores da criação artística e literária, investigação científica, música, teve sempre em Mário Soares, quando o Presidente da República, não apenas o observador atento, aqui em todos os casos o cargo o estava obrigando, mas a presença calorosa e interveniente de alguém que, por vocação e exercício, é, e foi sempre, um homem de Cultura. A partir da hora em que deixar o Palácio de Belém, Mário Soares não terá mais de cumprir o dever protocolar, mas para ele sempre grato, de proferir discursos, inaugurar congressos e entregar prêmios. Deixará os palcos e as cadeiras de espaldar alto, tornar-se-a um simples cidadão português entre cidadãos portugueses. Rendo homenagem, como escritor que sou, a esse presidente da república para quem a cultura nunca foi uma palavra vã nem um pretexto demagógico. E, como cidadão que acima de tudo me prezo de ser apelo ao cidadão Mário Soares para que, a partir daquele dia, já liberto de travas institucionais, com seu prestígio pessoal e a sua influência cívica se ponha ao serviço da batalha por uma educação e para uma formação seriamente entendidas. É o futuro dos portugueses que está em causa. Por muito importantes que sejam as memórias políticas que Mário Soares venha a escrever, é ainda para o futuro do país que deverá olhar. Será uma maneira também de continuar a ser presidente; a melhor de todas.

Assinaturas a caneta de José Saramago (SARAMAGO, 1995)

Talvez uma das chaves do texto de Saramago seja o reconhecimento de Mário Soares como um homem de cultura, por vocação e exercício institucional. Embora o texto tenha algum viés crítico e convoque o cidadão Mário Soares a continuar sua batalha no campo da cultura, mesmo desinvestido do papel de presidente, em linhas gerais é bastante elogioso. Além de Saramago, em seu arquivo pudemos ver trocas de correspondências, envios e recebimentos de livros, comentários sobre leituras de: Miguel Torga, Augustina Bessa-Luís, Urbano Tavares Rodrigues, Eduardo Lourenço. EM relação ao Brasil, despontam Alberto da Costa e Silva, José Sarney e Jorge Amado, quem o indicou para a cadeira de sócio correspondente da ABL.

Ademais dos pedidos de leitura, textos e livros, também eram comuns trocas de mensagens de congratulações por prêmios e mudanças na trajetória política e pessoal:

Salvador 8 de março de 1996

Papel timbrado da fundação Jorge Amado

“quando o ilustre Presidente da República de Portugal se prepara para transmitir o governo a seu sucessor, após 10 anos de mandato exemplar, Zélia eu queremos saudá-lo afetuosamente no orgulho de tê-lo como amigo.

com os melhores votos
assinado Jorge Amado” (AMADO, 1996, n.p.).

Fax/telegrama de 28 de março de 1995

“Ao escritor Jorge Amado,

Felicito-o muito calorosamente pela justíssima atribuição do prêmio Camões de 1994, anunciada no Rio de Janeiro.

A sua obra tão rica, vasta, exuberante em permanente renovação honra a língua portuguesa e tem dado uma inestimável contribuição para a projetar no mundo. Brasileiro de uma fidelidade absoluta à sua Bahia natal, grande amigo de Portugal e dos portugueses, o meu querido amigo representa um exemplo vivo da fraternidade existente entre os nossos dois povos irmãos. Em nome de Portugal e no meu próprio, seu velho admirador e amigo, renovo neste dia de júbilo com afetuoso abraço, minha fiel estima, respeito e consideração.

Mário Soares
Presidente da República” (SOARES, 1995a, n.p.)

Telegrama a Jorge Amado de 28 de Março de 1995

“Ao escritor Jorge Amado,

Enviamos um afetuoso abraço pela merecidíssima atribuição do prêmio Camões, com a velha admiração e amizade de sempre.

Os seus muitos dedicados,
Maria Barroso e Mário Soares.” (SOARES, 1995b, n.p.)

Ainda que contenha uma mensagem bastante curta, o telegrama enviado por Jorge Amado ao final do mandato presidencial de Soares é revelador da amizade que os unia, como sugere, também, o texto de Saramago. A recíproca parece verdadeira, quando ao examinar a longa troca de postais, fax, telegramas e cartas entre Soares e Amado, notamos que quando do anúncio do Prêmio Camões, com um telegrama protocolar (SOARES, 1995a) que enviava para todos os ganhadores felicitando-os, desde Miguel Torga, Soares juntou uma segunda mensagem mais íntima, em que assina com a esposa, felicitações mais afetuosas e menos institucionais.

Vale mencionar, porém, que nem sempre a ponte com os escritores se deu somente envolvendo Soares e os autores, como alguns documentos mostram, muitas vezes estiveram políticos e secretários mediando as relações, como se deu em almoço na casa de Jorge Amado no qual compareceram Alçada Baptista e José Aparecido de Oliveira.

Salvador 24 de março de 1994

Queridos Pilar e José:

Ontem Mário Soares almoçou aqui conosco, felizmente tudo correu bem. Com ele estavam António Alçada Baptista e José Aparecido de Oliveira. Ele me disse que almoçou com vocês na casa da Tias, falou maravilhas do almoço, da casa e da ilha. Está marcado nosso encontro em Paris, para Zélia e para mim será uma alegria imensa estar com Pilar e contigo.

Beijos de Zélia, abraços afetuosos do velho amigo Jorge Amado

(Jorge Amado apud AMADO, CAPINAN, VIEL, p. 42, 2017)

A rica coletânea de cartas trocadas entre Jorge Amado e José Saramago nos anos 1990, organizada por Amado, Capinan e Viel (2017), registra a proximidade de ambos com a família Soares e também de Soares com Baptista e Aparecido.

Imagem 3 – Mário Soares, José Sarney, Jorge Amado e Zélia Gattai em visita oficial do presidente do Brasil à Portugal em 1986



O casal Zélia Gattai e Jorge Amado, Mário Soares e José Sarney durante visita de estado do presidente Sarney a Portugal, Palácio da Ajuda, maio de 1986. (Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares)

Fonte: SOARES, 2013, p. 192/193.

Nesta foto podemos notar outra mediação, desta vez por José Sarney, que leva Jorge Amado como membro de sua comitiva de visita a Portugal, logo após assumir a presidência do Brasil. É significativo que Amado esteja utilizando o fardão da Academia Brasileira de Letras,

pois além de figurar como escritor, apresenta-se como representante da instituição, onde era colega de Sarney. Tal prática de convidar escritores para viagens oficiais de Estado, era também utilizada por Soares, em seus arquivos identificamos convites feitos a Eduardo Lourenço, José Saramago e Miguel Torga nesse sentido.

Registrando esse entrelaçamento de vínculos políticos, culturais e pessoais entre escritores políticos, e políticos escritores, acredito comprovar a centralidade da dimensão da cultura para Sarney, Aparecido, Soares e Baptista, e seu uso como mecanismo de reconversão de capitais para projetos políticos, econômicos e diplomáticos.

Esses projetos luso-brasileiros se galvanizaram no bojo de um espaço literário transnacional de língua portuguesa então em gestação institucional, com as criações sucessivas do Prêmio Camões, do IILP e do CPLP. Como tentamos demonstrar, do lado de Portugal havia o interesse de incentivar a iniciativa dos amigos brasileiros, porém, sem perder ao final dos processos o controle dos processos de implantação e funcionamento das instituições.

Essa supervisão portuguesa das iniciativas, confirma que o espaço atlântico era bastante central para o país, embora sua elite política, incluindo Soares e Baptista, ainda estivesse bastante envolvida com o processo de integração à União Europeia. A atuação dos dois portugueses sugere o investimento das presidências de Soares em uma projeção portuguesa no mundo que apagasse as marcas do salazarismo e reposicionasse o país na Europa como uma grande potência cultural, ao mesmo tempo, em que se afirmava como liderança cultural e política principal de seu antigo espaço colonial.

4 Prêmio Camões e a (re)fundação das bases de um espaço literário transnacional de língua portuguesa

Tendo em vista o que foi apresentado anteriormente sobre as trajetórias de José Sarney, José Aparecido de Oliveira, António de Alçada Baptista e Mário Soares, o objetivo central deste capítulo será reconstruir as condições sociais de estruturação do espaço literário transnacional de língua portuguesa no final do século XX, focalizando a instituição literária que envolveu o empenho dos quatro agentes citados. Destaco, assim, o Prêmio Camões, criado entre os anos 1980/1990 por uma concertação literário-diplomática envolvendo, principalmente, mas não somente, os governos de Portugal e Brasil. Sugiro que a instituição do prêmio foi central para legitimar uma comunidade literária supranacional de países de língua oficial portuguesa que, embora com conteúdo novo, importou velhos enquadramentos geopolíticos e literários. Foi a

partir do prêmio Camões que o adensamento de um espaço literário transnacional de língua portuguesa se efetivou. Analiso aqui os 30 primeiros anos da premiação.

Apoio-me, principalmente, em análises de Pierre Bourdieu (2002) sobre as “condições sociais da circulação internacional de ideias”. Tais análises foram expandidas e aprofundadas por Joseph Jurt, Gisèle Sapiro, Pascale Casanova, etc. Incorporo, também, as contribuições recentes de John B. Thompson, Stefan Helgesson, James F. English, etc, que mobilizam esse esquema analítico para interrogar outros campos ou espaços literários que não os dominantes. Mais recentemente, trabalhos como os de Claire Ducournau (2017), Madeline Bedecarre (2018), Tristan Leperlier (2020) e Sébastien Rozeaux (2019), tem utilizado a teoria dos campos em investigações sobre realidades pós-coloniais e periféricas. Por fim, devo mencionar os trabalhos de João Pedro George (2002) e Rui Pedro Pinto sobre a história social da literatura portuguesa (2008), que foram fundamentais para a contextualização histórica das premiações portuguesas e para se compreender como o atual Prêmio Camões resultou de uma (re) criação institucional que estabeleceu novas fronteiras geopolíticas culturais, conectadas com formas pretéritas de projeção internacional e dominação simbólica.

Antes de avançar na análise, gostaria de explicitar algumas escolhas conceituais. Primeiramente, adoto a noção de espaço, e não a de campo, para designar estruturas sociais e literárias pouco autônomas, dependentes de outros domínios sociais, econômicos e políticos, sobretudo. Em seu interior, a competição entre escritores por capitais específicos é ativada em circunstâncias específicas, havendo grande instabilidade e descontinuidade histórica e geográfica, e diversidade interna. O espaço é, portanto, pouco institucionalizado, instável e subordinado à economia e à política. (BEDECARRE, 2018; DUCOURNAU, 2017; LEPELIER, 2015, 2020).

Quanto à circunscrição “transnacional”, destaco que ela se refere “a um espaço que funciona além das fronteiras nacionais, sem ser organizado por um organismo internacional ou regional” (SAPIRO, LEPELIER, BRAHIMI, 2018, p. 8). Mesmo que se possa entender que o espaço transnacional de língua portuguesa seja apenas português e brasileiro (binacional), como pressuposto pela bibliografia dedicada aos estudos de ciência política, relações internacionais e diplomacia cultural, tal avaliação me parece insuficiente e redutora, já que os países africanos de língua portuguesa (independentes desde 1975) desempenham um papel relevante, mesmo que subordinado — principalmente no começo da premiação — sendo fiadores de prestígio para o Brasil e Portugal. Para entender melhor a dinâmica entre o Brasil, Portugal e os PALOP, fazemos uso também da noção de “área linguística”, conforme definida

por Tristan Leperlier (2020), entendida como um espaço intermediário entre o nacional e o global, com a língua como fator unificador e, simultaneamente, produtor de desigualdades e tensões.

O capítulo é fruto de pesquisa documental alentada, com visitas nos últimos anos aos arquivos das bibliotecas nacionais brasileira e portuguesa e ao acervo da Fundação Mário Soares. Entrevistei jurados e premiados do prêmio Camões e funcionários do setor cultural português, notadamente, da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) órgão responsável atualmente por diversas políticas setoriais de apoio e incentivo ao setor editorial e aos escritores.

A análise de atas das reuniões do júri¹⁸, do recrutamento social tanto de jurados quanto de laureados, o escrutínio dos diferentes regimentos estabelecidos para a concessão da premiação, dos diplomas oferecidos aos autores(as) agraciados permitem advertir os contornos expressivos do processo sócio-histórico de refundação do espaço literário transnacional de língua portuguesa, em bases aparentemente novas, mas que a todo momento recupera, em movimento ambivalente, elementos herdados do passado colonial.

Examino resumidamente a seguir o processo de surgimento e legitimação dos prêmios literários ao longo do século XX, inserindo a história específica do Camões no movimento de expansão dessas instituições literárias específicas. Tentarei demonstrar a relação da láurea com projetos políticos mais amplos de Portugal e Brasil. Políticos e burocratas dos dois países, supracitados, utilizaram o prêmio como dispositivo de conversão de capital político em literário e/ou cultural, tendo em vista a consagração nos dois planos.

Passo depois a uma análise morfológica (na acepção que lhe dá Durkheim) dos premiados e jurados e das disputas registradas em algumas atas de reunião do júri, sugerindo que a premiação é estratégica para a construção de um espaço transnacional de língua portuguesa. Por fim, argumento que as ambiguidades e tensões existentes nas origens da premiação, voltada formalmente a abranger todos os países de língua portuguesa de forma equânime, implicaram a constituição de um consórcio de dominação simbólica luso-brasileiro.

Ao longo do século XX, a evolução e ampliação dos modos e das autoridades de consagração acompanhou as mudanças estruturais mais amplas dos mercados de bens

¹⁸ Todas as atas do júri que tive acesso, 15, (1995, 1996, 2001, 2002, 2004, 2008, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020) estão disponíveis no presente capítulo e no Anexo E da tese, visando sua publicização para futuras pesquisas.

simbólicos, sobretudo, o processo de relativa democratização de acesso à leitura e à cultura que teve como contraponto formas de renovação de desigualdades de promoção e circulação das produções culturais e artísticas. (BOURDIEU, 2018 [1999]; SAPIRO, 2016; THOMPSON, 2013)

A fase do *boom* do lançamento de premiações literárias se deu no bojo da autonomização do campo literário, que teria se intensificado na França desde a segunda metade do século XIX até o início do XX (BOURDIEU, 1996; SAPIRO, 2019a; CASANOVA, 2012). Neste período, o fortalecimento de um mercado consumidor privado, a existência de um grupo profissionalizado de autores e de instituições de legitimação e consagração específicas, deslocou o controle estatal da atividade literária, que passaria a ser regulada pelo mercado e, mais tarde, por mecanismos e instâncias internas ao campo. A autonomização da produção literária, porém, não se deu nunca de forma absoluta e irreversível, de modo que a atividade dos escritores estaria sempre pressionada pela economia e pela política. Por mais que autores e autoras buscassem atrelar seus projetos criadores à ideia da arte pela arte, ou de respeito inequívoco, as lógicas literárias, em alguma medida, sempre tiveram que lidar com tais restrições.

Tal movimento pendular entre autonomia e heteronomia que conecta os campos literário, político e econômico pode ser exemplificado através da própria história de criação do primeiro prêmio Camões em 1937, pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN, instituído em 1933) salazarista. Pinto (2008), em análise bastante alentada, mostra como o SPN e seu diretor António Ferro buscaram montar uma política cultural para o regime de Salazar, que se baseava por um lado na censura às obras consideradas ofensivas e contrárias ao regime e, por outro lado, se empenhava na criação de mecanismos de relação com os agentes culturais, tendo em vista incentivar e apoiar artistas e obras afinados com os preceitos ideológicos e políticos da ditadura.

O Camões era um prêmio inicialmente destinado a autores estrangeiros que publicassem no exterior, obras sobre Portugal. Tal critério de premiação se coadunava com um objetivo político mais amplo, o de patrocinar, via prêmios culturais, uma projeção de imagem favorável do Portugal salazarista no exterior. E não era somente para o estrangeiro que se visava controlar a imagem pública que se tinha do país, o SPN, na gestão Ferro o tornou uma verdadeira máquina de indução e inculcação de formas legítimas de produção da cultura e arte, segundo as expectativas da ditadura (PINTO, 2008).

Os prêmios eram meios de conferir crédito e organizar a hierarquia interna do campo cultural e de definir os critérios legítimos de apreciação e validação. E o Camões era

especificamente tido em grande conta, considerado uma espécie de síntese de todos os galardões nacionais, contava com uma equipe de jurados estrangeiros exclusiva e também com um regulamento próprio diferente das outras premiações. A opção por Camões como símbolo da premiação também já trazia inscrita o tamanho da ambição que se tinha.

Além do Camões, que vigorou como premiação até 1945, outra agência de governo salazarista, a Agência Geral das Colônias, concebeu a partir de 1926 os concursos de Literatura Colonial. Salazar e a Agência Geral das Colônias através de seu Ministério das Colônias decidiram difundir a literatura para despertar o interesse pelo patrimônio colonial português, por meio de uma premiação a ser atribuída anualmente (GARCIA, 2008; NOA, 2015). Estava embutido na criação dos concursos/prêmios a noção de que a cultura imperial deveria também ser transmitida através de uma educação literária e da divulgação da língua e literatura portuguesa. Em síntese, além da premiação, havia um projeto de estímulo à leitura, que previa, inclusive, compra e envio de exemplares premiados para os territórios ultramarinos e também para a metrópole.

O prêmio dispunha de recursos abundantes advindos dos Ministérios, da Agência Geral das Colônias e também de empresas coloniais extrativistas controladas por Portugal. Se de início o prêmio foi distribuído entre um 1º e 2º vencedor, depois conheceu uma reformulação. A partir de 1933, já com Salazar como ditador, houve alteração no sistema de premiação, e o diretor da agência perdeu poderes de nomeação dos laureados. A outra alteração importante foi a divisão em três categorias: ficção, biografias e literatura científica.

Outra função importante dos concursos era definir as fronteiras de um espaço literário controlado ou sob influência portuguesa. E para tanto, a instituição de uma premiação seria uma forma de estabelecer um cânone de autores coloniais e tentar fazer com que um laço literário fosse tecido a partir da liderança portuguesa. Tal projeto só teve fim com a Revolução dos Cravos em 1974, quando os concursos foram descontinuados.

Mesmo com o fim das duas iniciativas, o que vemos no Prêmio Camões que ressurgirá em 1989 sob as iniciativas de Mário Soares, António Alçada Baptista, José Sarney e José Aparecido de Oliveira é, de um lado, ruptura com o tom e objetivos dos prêmios vinculados ao passado ditatorial e colonial, e de outro, continuidade pela manutenção da liderança de Portugal, progressivamente dividida com Brasil, sobre a área literária de língua portuguesa. Pinto (2008) e George (2002), destacam a recriação do Camões em 1989, mas não exploram as relações com os projetos políticos de seus artífices - e como lograram estabelecer uma instituição que

preservou objetivos estratégicos, políticos e culturais, embora revestidos de novos conteúdos, o que possibilitou tomar alguma distância das origens coloniais e ditatoriais.

É necessário lembrar que até os anos de 1960 e 1970, permanecia como uma questão para escritores e críticos portugueses a definição de quem deveria ser considerado escritor português ou não (GEORGE, 2002). Deveria ser premiado como escritor português um autor que escrevesse e falasse o português de Macau ou de Angola? Legitimar as formas de falar o idioma nas colônias e em outros territórios poderia fortalecer a reivindicação de autonomia política dos mesmos em relação a Portugal.

Em 1965, a atribuição do Grande Prêmio de Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), ao livro *Luanda*, do angolano Luandino Vieira, gerou grande polêmica e levou ao fechamento da Sociedade pela ditadura. Preso pelo regime de Salazar, na prisão do Tarrafal, e cumprindo pena de 14 anos por estar supostamente envolvido em atividades terroristas, o autor vinha ganhando desde o início dos anos de 1960 alguns prêmios de menor expressão, mas ser agraciado com uma das premiações mais importantes para autores portugueses, patrocinado pelo Estado, foi uma provocação grande demais para a ditadura (George, 2002).

A premiação de um autor contrário ao regime e a favor da independência das colônias, no entanto, não estava livre de ambiguidades. George (2002) sugere que autores como Vergílio Ferreira e Jorge de Sena defendiam que a indicação de Luandino a láurea da SPE implicava seu reconhecimento como autor português, à revelia de sua posição política de afirmação de sua identidade enquanto angolano, engajado nos movimentos de independência nacionais.

As propostas de conciliação das ambiguidades e tensões mencionadas em torno da língua e do reconhecimento de seus escritores ganharam força a partir de iniciativa brasileira capitaneada por José Sarney e José Aparecido de Oliveira. As propostas dos dois políticos foram acolhidas entusiasticamente por seus pares portugueses Mário Soares e António Alçada Baptista e africanos, como José Eduardo dos Santos, de Angola, Joaquim Chissano, de Moçambique, Aristides Pereira, de Cabo Verde, João Bernardo Vieira, de Guiné-Bissau e Manuel Pinto da Costa, de São Tomé e Príncipe. Embora não caiba nesta tese a reconstituição de todas as tessituras políticas e diplomáticas envolvidas na criação de Camões, IILP e CPLP, é necessário resumir os acontecimentos que permitiram o alinhamento entre o Brasil, Portugal e PALOP.

José Sarney, então em fim de mandato presidencial no Brasil, e José Aparecido de Oliveira, ocupando pela segunda vez o posto de Ministro da Cultura, investem nesses órgãos culturais visando remediar a crise do governo. Como presidente, Sarney sofrera diversos

reveses e terminava seu mandato com a popularidade em baixa. Aparecido, que almejava voos maiores na política, via seu futuro político em xeque. Logo, não é estranho terem se voltado à cultura e à literatura como estratégia de recuperação, tentando converter capital político em capital cultural para obter, com nova conversão ao final, um excedente de capital político. Ambos procuravam deixar um legado que pudessem capitalizar futuramente, e viram no mundo da língua portuguesa uma possibilidade viável.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa completou um ano de existência. Até o momento, a instituição tão ardentemente sonhada para dar uma dimensão ecumênica às sete nações lusófonas da África, da América e da Europa continua como uma forte esperança de nossos povos. Que forças estão retardando o crescimento da CPLP? [...] É urgente por outro lado, a criação de um banco de dados enquanto lutamos pela implantação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, criado há oito anos por proposta do Ministério da Cultura que eu tinha a honra de ocupar, no governo do presidente José Sarney. **Na vertente do Instituto está também o Prêmio Camões, instituído pelos governos de Portugal e do Brasil, ainda na gestão dos presidentes José Sarney e Mário Soares. Esse prêmio foi uma espécie de ato precursor da Comunidade, rompendo a rotina das conveniências bilaterais, para abranger todo o universo da lusofonia.** (OLIVEIRA, 1997, p. 11, grifo nosso)

Neste excerto de artigo escrito para um jornal brasileiro, um ano depois da reunião que oficializou a assinatura do acordo de fundação da CPLP, Aparecido manifesta toda sua decepção e desapontamento com a morosidade da implantação dos projetos que ajudou a inventar. Vale ressaltar, que ele era o nome mais cotado para assumir o cargo de primeiro-secretário da CPLP até a eleição de Fernando Henrique Cardoso, o que não ocorreu. Chama a atenção o fato de o Camões ser tomado como um precursor de outros projetos, entendido como um primeiro passo para toda uma agenda de política externa luso-brasileira, despontando dentre as instituições citadas, como a mais longa e prestigiosa, mesmo não sendo diretamente diplomática, mas sim literária.

Do lado de Portugal, o país estava envolvido em sua integração à Comunidade Econômica Europeia, mas a temer a perda de controle sobre seus antigos territórios coloniais. Como nota Viggiano (1990), havia o receio de que o português se tornasse uma língua marginal no interior do continente europeu. Visando minimizar esse processo, ganhou força a opção estratégica de posicionar o país como propulsor do contato entre o Brasil e os PALOP. A língua portuguesa passou a ser reivindicada como um fator positivo para a inserção das antigas colônias no mercado mundial de bens simbólicos que se globalizava. Entendida como um referente universal compartilhado entre os luso-afro-brasileiros, a língua portuguesa demandava, então, um aparato específico para sua difusão e valorização.

Esta é uma situação que tem de ser vista através duma perspectiva não puramente economicista porque as nossas relações culturais com os países de expressão portuguesa condicionam, decisivamente, a nossa própria sobrevivência cultural. [...] A nossa integração na comunidade económica europeia deixa-nos completamente desamparados quanto à afirmação da nossa identidade nacional se não robustecermos as nossas fronteiras culturais, e elas passam pelo Brasil e pelas ex-colónias através dum fortalecimento recíproco numa das raras situações em que só há beneficiários. Encarar este problema com audácia é saber passar além da política de curto prazo a que temos estado atolados e saber projectar uma política cultural que tenha a ver com o futuro duma comunidade que deve continuar a identificar-se como povo e como nação, com todo o significado cultural desse projeto. (BAPTISTA, 2002, p. 146, grifo nosso)

Neste trecho da coluna de Alçada Baptista, antigo secretário do Instituto Português do Livro (IPL), nomeado pelo amigo Mário Soares, pode se notar a visão de que o fortalecimento da identidade nacional portuguesa, de sua língua e de suas fronteiras, passava por um alargamento delas, que incluía o Brasil e PALOP. O texto foi publicado no jornal *A Tarde*, em 8 de junho de 1983, com o título “Livros portugueses em Moçambique”, no qual o autor narra sua ida a ex-colônia para inaugurar uma exposição-feira do livro português, patrocinada por órgãos estatais lusos. Vale destacar a precocidade da discussão acerca da integração cultural dos países de língua oficial portuguesa e de como o Portugal democrático deveria se reposicionar em relação a todos eles.

Quanto aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a associação a Portugal e Brasil era uma oportunidade de fortalecer-se nas disputas por capital simbólico em espaços transnacionais, mas também significava um ativo político-diplomático utilizado para trocas e agendas multilaterais dos países africanos. De modo que em negociações de seu apoio às iniciativas de luso-brasileiros se podem ver as demandas de africanos por cooperação e formação de quadros técnicos, acordos comerciais, perdão de dívidas, etc. Isso era crucial, pois os principais parceiros de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde enfrentavam dificuldades no final do século (notadamente a URSS) e não tinham mais força e capacidade econômico-política de apoiar os PALOP em suas mais variadas demandas (guerras civis prolongadas, herança colonial de desigualdades estruturais, pobreza, etc.) (VIGGIANO, 1990).

São esses os condicionantes gerais da aproximação entre a Europa, a América e a África de língua oficial portuguesa. Contudo, como argumentarei, sob a égide de criação de uma comunidade de países plurinacional e diversa, prevalece um domínio de Portugal e Brasil. Assim, em nome de toda a língua portuguesa, em um primeiro momento do Camões (1989 – 2001) luso-brasileiros formaram a grande maioria do júri e dos premiados. Uma maior abertura

da premiação à participação de jurados e escritores de outros países somente se deu a partir de 2002, ainda assim de forma tímida. Essa monopolização se concretizou por meio da atuação das academias nacionais, brasileira e portuguesa, às quais estavam ligados Sarney, Aparecido, Baptista e Soares. E desse modo, nos deparamos com um prêmio que guarda atribuições semelhantes às desempenhadas pelo antigo Camões do Salazarismo e dos Concursos de literatura colonial, mas com novos conteúdos.

Para se compreender as intersecções do prêmio com as esferas política e econômica, devemos notar, como sugerem English (2005) e Sapiro (2016), que uma premiação nunca é puramente literária. English (2005) é enfático ao afirmar que uma premiação qualquer está sempre imbricada nas esferas do simbólico e do econômico. O autor afirma que os prêmios seriam, na verdade, dispositivos eficientes de conversão de capitais, em outras palavras, seriam como casas de câmbio nas quais seria possível ingressar com um tipo de capital e sair com outro tipo e volume (ENGLISH, 2005).

Diante do que foi exposto acima, podemos interpretar a criação do Prêmio Camões, como resultante de ações cruzadas de políticos, escritores e outros produtores culturais brasileiros e portugueses. Especialmente os primeiros seriam movidos pela estratégia de converter capital político sob risco em capital cultural, para reforçar no final das contas o primeiro. Nessa direção, o investimento na criação de órgãos culturais pretendia reforçar as posições sociais e políticas de José Sarney e José Aparecido de Oliveira no seio da classe dirigente brasileira. E no caso português, como inferido acima, Soares e Alçada Baptista também visavam legitimação política e buscavam reposicionar o Portugal europeu em relação a suas antigas colônias.

A primeira notícia oficial de criação do Camões apareceu na *Resenha de Política Exterior do Brasil*¹⁹, publicação trimestral do Itamaraty na qual se registravam discursos dos presidentes e ministros das relações exteriores, agendas de viagem, acordos e notícias relacionadas à atuação do órgão e do governo brasileiro no campo das relações exteriores. Em

¹⁹ Apesar de oficialmente aparecer pela primeira vez apenas no ano de 1989, nos livros de homenagem a José Aparecido há menções da ideia de criação de instituições para a difusão e valorização da língua portuguesa pelo menos desde 1985, quando o então Ministro da Cultura recebeu o escritor português António Alçada Baptista entusiasta da ideia e dos projetos (BRAGA, 1999; VIGGIANO, 1990). Depois, em visita do presidente português Mário Soares ao Brasil em 1987, Aparecido teria avançado com a ideia da premiação. Neste ano Soares viajou a cidade do político mineiro, então Governador do Distrito Federal, para ser padrinho de casamento de seu filho mais velho. Além do apadrinhamento, como conta Braga (1987) em matéria do *Jornal do Commercio*, saiu da reunião com a definição da criação do Prêmio Camões e de alguns outros acordos culturais.

seu número 60 (janeiro/fevereiro/março de 1989), no último ano do governo Sarney, o periódico noticia a assinatura de um Protocolo Adicional a um Acordo Cultural anteriormente assinado por Brasil e Portugal que instituía as regras de funcionamento de uma premiação luso-brasileira que deveria abranger escritores de língua portuguesa:

Criação do prêmio Luís de Camões

Nota de Imprensa, de 27 de março de 1989

O Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre Brasil e Portugal, criando o Prêmio Luís de Camões, foi assinado em 22 de junho de 1988, em Brasília, por Suas Excelências o Senhor Roberto de Abreu Sodré, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e o Senhor Adriano Antônio de Carvalho, Embaixador de Portugal.

Segundo consta do artigo 6 do referido Protocolo, o Secretariado do Prêmio será assegurado pelo Instituto Português do Livro e da Literatura, em Portugal, e pelo Instituto Nacional do Livro, no Brasil. Conforme previsto no artigo 7, o Governo português designou três personalidades de reconhecido mérito cultural e literário para comporem a parte portuguesa do júri do Prêmio em questão, a saber: Professora Maria de Lourdes Belchior, da Academia das Ciências de Lisboa; Professor Eduardo Lourenço, considerado o maior ensaísta português contemporâneo, e Professor Victor Aguiar e Silva, catedrático de teoria literária da Universidade de Coimbra. Por sua vez, a parte brasileira, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Cultura, Doutor José Aparecido de Oliveira, designou os Senhores Acadêmicos Antônio Houaiss, Afrânio Coutinho e Herberto Salles, para comporem o júri brasileiro.

Em conformidade com o artigo 8, que prevê a primeira reunião do Júri do Prêmio Luís de Camões em Lisboa, no primeiro trimestre de 1989, as partes brasileira e portuguesa concordaram em realizar a mencionada reunião no período de 17 a 19 de abril próximo. O valor do Prêmio é de 10 milhões de escudos, cabendo cinco milhões ao Brasil e cinco milhões a Portugal, sendo o objetivo do Prêmio manifestar publicamente, todos os anos, o apreço e a homenagem da Comunidade a um escritor que, pela sua obra, tenha contribuído para o engrandecimento e projeção da literatura de língua portuguesa e do patrimônio literário das culturas que encontram expressão na Língua portuguesa.

A divulgação dos nomes dos jurados do Prêmio Luís de Camões está ocorrendo nesta data, simultaneamente em Brasília e Lisboa. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1989, pp. 93 – 94)

Que a notícia tenha saído primeiro como publicação oficial de um órgão estatal dedicado a política externa brasileira, deriva o peso das políticas estatais para a cultura em relação aos outros agentes e interesses envolvidos, literários/escritores, econômicos/editores, tanto de Portugal quanto do Brasil. Apesar de o prêmio não prever a exclusividade de nomeação de autores nascidos em solo português ou brasileiro, foram os dois Estados inicialmente que ficaram responsáveis pela indicação do júri, organização da cerimônia de entrega do diploma e pagamento do prêmio financeiro ao escritor vencedor. Inicialmente, o Camões ocorria um ano no Brasil e outro em Portugal e o júri era composto por três portugueses(as) e três brasileiros(as) indicados pelos respectivos órgãos de cultura nacionais competentes.²⁰

²⁰ As regras da premiação mudaram apenas no ano de 1999, com novo protocolo assinado, ampliando a possibilidade de participação dos PALOP na composição do júri. Comentarei mais sobre isso adiante.

Outro aspecto que vale a pena ser mencionado é que desde o fim dos Concursos de Literatura Colonial/Ultramarina e o do primeiro Camões, Portugal só possuía grandes prêmios nacionais, ao contrário da Espanha e da língua espanhola que tinha o prêmio Cervantes atuante desde a década de 1970.

Prémio literário no valor de dez mil contos

Os presidentes José Sarney, do Brasil, e Mário Soares, de Portugal, debateram a possibilidade e a utilidade da criação de um grande prémio literário para distinguir, anual ou bienalmente, uma obra de criação escrita em língua portuguesa – soube o JL de fonte absolutamente fidedigna. Esse prémio deveria atingir um montante muito elevado, atendendo às verbas em geral atribuídas nos dois países aos galardões literários, apontando-se para alguma coisa como dez mil contos.

Tratar-se-ia, assim, de um prémio que representaria, para os países de língua portuguesa – incluindo, obviamente, os de África – algo de semelhante ao que representa o Prémio Cervantes para os países de língua espanhola, e de montante pecuniário também semelhante. A ideia, ou mesmo acordo de princípio (dado que o Chefe de Estado português não tem poderes executivos), deve agora ter seguimento pelos canais adequados.

Recorde-se que quer Sarney quer Soares são figuras muito dadas às letras e artes: o Presidente brasileiro é ele próprio um escritor, poeta e ficcionista, de conhecidos méritos, desde há vários anos membro efectivo da Academia Brasileira de Letras, da qual, aliás, Soares foi agora feito sócio-correspondente. Aliás, um poema (inédito e antigo) de Soares dedicado à mulher, e escrito na prisão, acaba de ser incluído por Vitor de Sousa num disco de poesia. Além disso, Sarney também pintou – como tantos escritores – e aquando da sua visita a Portugal ofereceu um quadro ao seu homólogo e amigo, que Mário Soares tem, em lugar de destaque, na sua casa do Vau. (BALSA, 1987, p. 7)

A afinidade literária dos dois presidentes é destacada como justificativa para o interesse mútuo na concepção do prêmio, além de ambos, serem confrades na Academia Brasileira de Letras e Sarney indicado para a Academia de Ciências de Lisboa, na qual tomara posse em sua primeira viagem oficial a Portugal como presidente. Veremos que essa aliança se traduziu na indicação de jurados pertencentes aos círculos políticos de ambos e de seus assessores (Baptista e Oliveira), durante um bom tempo.

Tabela 1 – Total de autores premiados por nacionalidade pelo Prêmio Camões entre 1989 e 2018

PAÍSES	PREMIADOS	% DO TOTAL GERAL
ANGOLA	2	6,67%
BRASIL	12	40,00%
CABO VERDE	2	6,67%
MOÇAMBIQUE	2	6,67%
PORTUGAL	12	40,00%
TOTAL GERAL	30	100,00%

FONTE: elaboração própria com dados da SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA ([20--?]).

Observa-se que desde sua criação até o ano de 2018 o Camões privilegiou brasileiros(as) e portugueses(as), que somados corresponderam a 80% de todos os(as) escolhidos(as). Os PALOP foram celebrados pela premiação apenas em 6 oportunidades, equivalente a 20% do total, com 2 prêmios para cabo-verdianos, moçambicanos e angolanos (nenhum escritor são-tomense ou bissau guineense foi galardoado).

À estrutura da distribuição dos prêmios correspondeu a divisão entre os jurados selecionados pelos organizadores da premiação.

Tabela 2 – Total de jurados por nacionalidade pelo Prêmio Camões entre 1989 e 2018

Países	Jurados	% Total Geral
Angola	9	5,00%
Brasil	75	41,67%
Cabo Verde	6	3,33%
Moçambique	13	7,22%
Portugal	73	40,56%
São Tomé e Príncipe	4	2,22%
Total Geral	180	100,00%

FONTE: elaboração própria com dados da SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA ([20--?]).

Como cada júri é composto por 6 pessoas, após 30 edições haveria o total de 180 posições disponíveis. Estas por vezes foram ocupadas muitas vezes pelos mesmos indivíduos, de modo que o total de participantes nas comissões somou apenas 92 pessoas. Das 180 posições na comissão de julgamento, elas foram ocupadas 148 vezes (82%) por brasileiros e portugueses, restando aos africanos (desta vez a Angola, Moçambique e Cabo Verde, se juntou São Tomé e Príncipe) 32 participações (18%).

Tabela 3 – Total de indivíduos que participaram do júri por nacionalidade no Prêmio Camões entre 1989 e 2018

Países	Indivíduos	% Total Geral
Angola	4	4,35%
Brasil	41	44,57%
Cabo Verde	3	3,26%
Moçambique	6	6,52%
Portugal	37	40,22%
São Tomé e Príncipe	1	1,09%
Total Geral	92	100,00%

FONTE: elaboração própria com dados da SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA ([20-?]).

Tal predomínio luso-brasileiro pode ser explicado, em primeiro lugar, pelo regulamento da premiação estabelecido em 1988, no qual se previa que a comissão julgadora seria composta por 6 pessoas, 3 brasileiros e 3 portugueses a serem escolhidos pelas autoridades competentes de cada nação. É importante lembrar que a entrega do diploma e dos cheques de premiação é feita pelos presidentes de Portugal e Brasil ou por representantes seus (normalmente os respectivos Ministros da Cultura).

Art. 5.º O júri será composto por três representantes de cada um dos países designados, entre personalidades de reconhecido mérito cultural e literário, pelo respectivo membro do Governo responsável pela área cultural.

Art. 8.º A reunião do júri terá lugar no 1.º trimestre de cada ano, em Lisboa e Brasília, alternadamente. A primeira reunião realizar-se-á em Lisboa no 1.º trimestre de 1989.

Art. 9.º O presidente do júri será, também alternadamente, um membro de cada país, devendo o júri, em cada ano, no início da reunião, designá-lo por cooptação entre os membros do país a que nesse ano cabe a presidência.

Art. 11.º Quaisquer instituições de natureza e vocação cultural dos países membros poderão apresentar candidaturas ao Prémio no ano anterior àquele em que vai ser atribuído, remetendo-as ao Secretariado respectivo, não estando o júri obrigado a fazer a sua escolha apenas entre as candidaturas propostas.

Art. 13.º O Prémio está aberto à adesão de outros países de expressão portuguesa através de prévio acerto com os dois primeiros signatários deste Protocolo, ao qual se farão, se necessário, adaptações, resultantes da participação de novos países subscritores.

Art. 14.º O Prémio destina-se a autores de língua portuguesa, qualquer que seja a sua nacionalidade. (PORTUGAL, 1988, n.p., grifo nosso)

Como previsto pelo regulamento, a autonomia da comissão seria total, não havendo a necessidade de atender a pedidos e/ou candidaturas realizadas por países membros. O

regulamento previa a premiação de autores de língua portuguesa de qualquer nacionalidade, mas não impunha nenhuma obrigação ou rotatividade de escolha entre nacionalidades, assim como deixava em aberto a adesão de outros países de língua portuguesa.

Este regulamento só recebeu alterações no ano de 1999, quando passou a estabelecer nova distribuição da composição do júri, alargando o acesso dos países africanos de língua portuguesa em sua organização e funcionamento.

1 — O júri é composto por seis membros, dos quais dois são de nacionalidade portuguesa, dois de nacionalidade brasileira e dois de diferente nacionalidade de outros Estados de língua oficial portuguesa.

3 — Os jurados de nacionalidade portuguesa e brasileira serão designados, de entre personalidades de reconhecido mérito cultural e literário, pelas entidades competentes em cada Estado Parte em matéria cultural.

4 — Os restantes jurados serão designados de comum acordo pelos Estados Partes, em obediência ao critério previsto no número anterior, sob proposta feita alternadamente, para cada biénio, por um e outro Estado. (PORTUGAL, n. p., 1999, grifo nosso).

Não obstante, essa mudança na composição do júri, o prêmio preservou a maioria luso-brasileira, descartando júris exclusivamente compostos por africanos ou por uma minoria de portugueses e brasileiros. Além dessa alteração, ficou definido um mandato de dois anos para cada comissão e também outras obrigações relacionadas à transparência da escolha e ao trabalho coletivo do grupo (PORTUGAL, 1999).

O novo regramento deveria começar a funcionar a partir do ano 2000, porém os primeiros africanos a tomar assento no júri só o fizeram no ano de 2002 (passadas já 12 edições). Foram eles o poeta moçambicano, premiado em 1991, José Craveirinha e o romancista angolano, galardoado em 1997, Pepetela. Ambos participaram da eleição da escritora portuguesa Maria Velho da Costa.

Pepetela e Craveirinha, aliás, foram os únicos escritores não luso-brasileiros escolhidos nas 13 primeiras edições do Camões. De 2002 até 2018 o número de africanos eleitos dobraria (José Luandino Vieira, Arménio Vieira, Mia Couto e Germano Almeida), além de aumentar sua participação no júri.²¹

O primeiro júri brasileiro foi todo indicado por José Aparecido de Oliveira. Antônio Houaiss, Herberto Salles e Afrânio Coutinho foram os escolhidos para participar da escolha de Miguel Torga (em 1989) e de João Cabral de Melo Neto (em 1990). As escolhas de jurados e premiados, mesmo após a saída de Aparecido e Sarney, seguiram um mesmo padrão,

²¹ Apesar do aumento, em média o Camões elegeu 2 autores não luso-brasileiros por década nas suas duas fases.

privilegiando escritores próximos dos círculos acadêmicos e político-burocráticos do ex-ministro e do ex-presidente.

Algo semelhante se deu, também, do lado português. Se atentarmos aos autores portugueses premiados pelo Camões e seus primeiros jurados, como Miguel Torga, Vergílio Ferreira, Eduardo Lourenço, Arnaldo Saraiva, David Mourão Ferreira e Luís Forjaz Trigueiros, veremos que alguns eram como nos Casos de Lourenço e Ferreira, colaboradores assíduos da revista *O Tempo e o Modo*, dirigida por Baptista, e que o restante se caracterizou por uma relação mais moderada com a política após a Revolução dos Cravos. Boa parte encontrava-se afastada da órbita do Partido Comunista Português (GEORGE, 2002, p. 152). Essas duas características têm afinidade com a trajetória de Soares que ao fundar o Partido Socialista e se eleger por ele, tentou trilhar um caminho independente dos comunistas, embora muitas vezes tenha feito composição com os mesmos.

Considerando outro parâmetro, a composição dos júris da primeira fase da premiação, entre 1989 e 2001, de domínio luso-brasileiro, incluiu membros da Academia Brasileira de Letras nos júris (1999 e 2000). Entre 12 edições, em 7 havia pelo menos 50% de acadêmicos ou mais e nas demais 3 comissões pelo menos 1 ou 2 representantes.

Quadro 5 – Presença de Membros e não Membros da ABL nos júris do Prêmio Camões entre 1989 e 2001

Ano da premiação/Comissão julgadora	Nacionalidade	Não Membro da ABL	Membro da ABL
1989		2	4
Afrânio Coutinho	Brasileiro		1
Antônio Houaiss	Brasileiro		1
Eduardo Lourenço	Português		1
Herberto Salles	Brasileiro		1
Maria De Lourdes Belchior Pontes	Portuguesa	1	
Vítor Manuel Pires De Aguiar E Silva	Português	1	
1990		2	4
Afrânio Coutinho	Brasileiro		1
Antônio Houaiss	Brasileiro		1
Eduardo Lourenço	Português		1

Herberto Salles	Brasileiro		1
Maria De Lourdes Belchior Pontes	Português	1	
Vítor Manuel Pires De Aguiar E Silva	Português	1	
1991		3	3
Afonso Romano De Sant'anna	Brasileiro	1	
Arnaldo Saraiva	Português		1
David Mourão Ferreira	Português		1
Jorge Fernandes Da Silveira	Brasileiro	1	
Luís Augusto De Sampaio Forjaz De Ricaldes Trigueiros	Português		1
Márcio De Souza	Brasileiro	1	
1992		5	1
Ivo De Castro	Português	1	
Aníbal Pinto De Castro	Português	1	
Cleonice Berardinelli	Brasileiro		1
Fernando Cristovão	Português	1	
Jorge Fernandes Da Silveira	Brasileiro	1	
Márcio De Souza	Brasileiro	1	
1993		3	3
João Escatimburgo	Brasileiro		1
Maria Idalina Cobra Pereira Resina Rodrigues	Portuguesa	1	
Arnaldo Niskier	Brasileiro		1
Carlos Reis	Português	1	
Fernando Guimarães	Português	1	
Óscar Dias Correia	Brasileiro		1
1994		3	3
Maria Idalina Cobra Pereira Resina Rodrigues	Portuguesa	1	
Afonso Romano De Sant'anna	Brasileiro	1	
Carlos Reis	Português	1	

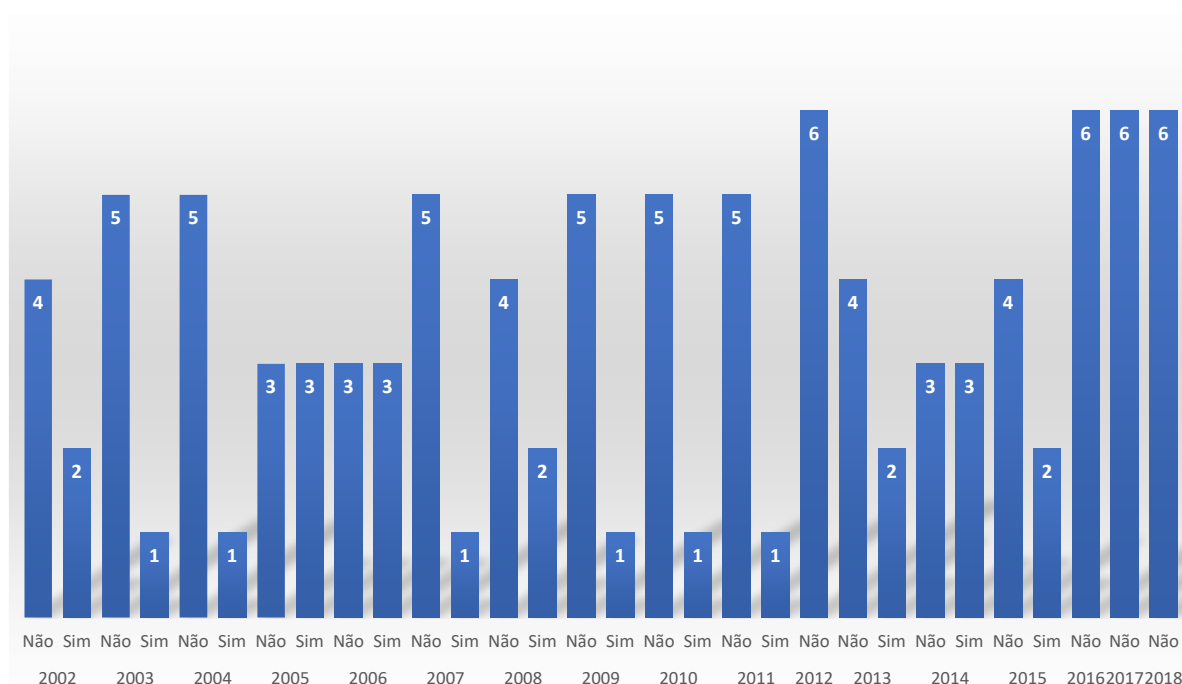
Cleonice Berardinelli	Brasileiro	1	
João Ubaldo Ribeiro	Brasileiro	1	
Urbano Tavares Rodrigues	Português	1	
1995		4	2
Maria Idalina Cobra Pereira Resina Rodrigues	Portuguesa	1	
Afonso Romano De Sant'anna	Brasileiro	1	
Antonio Torres	Brasileiro		1
Carlos Reis	Português	1	
Márcio De Souza	Brasileiro	1	
Urbano Tavares Rodrigues	Português		1
1996		3	3
Maria Idalina Cobra Pereira Resina Rodrigues	Portuguesa	1	
Afonso Romano De Sant'anna	Brasileiro	1	
Carlos Reis	Português	1	
Cleonice Berardinelli	Brasileira		1
Eduardo Portella	Brasileiro		1
Urbano Tavares Rodrigues			1
1997		3	3
Antônio Alfredo Alçada Baptista	Português	1	
Carlos Nejar	Brasileiro		1
Eduardo Portella	Brasileiro		1
Fernando J. B. Martinho	Português	1	
Nelida Piñon	Brasileira		1
Óscar Luso De Freitas Lopes	Português	1	
1998		4	2
Antônio Alfredo Alçada Baptista	Português	1	
Eduardo Portella	Brasileiro		1
Fabio Lucas	Brasileiro	1	
Fernando J. B. Martinho	Português	1	
Maria Alzira Seixo	Portuguesa	1	

Moacyr Scliar	Brasileiro		1
1999		6	
Luiz Costa Lima	Brasileiro	1	
Antônio Alfredo Alçada Baptista	Português	1	
Elmer C. Corrêa Barbosa	Brasileiro	1	
Leyla Perrone Moises	Brasileira	1	
Maria Alzira Seixo	Portuguesa	1	
Maria			
Irene Ramalho De Sousa Santos	Portuguesa	1	
2000		6	
Silviano Santiago	Brasileiro	1	
César Leal	Brasileiro	1	
José Manuel Mendes	Português	1	
Maria Alzira Seixo	Portuguesa	1	
Maria			
Irene Ramalho De Sousa Santos	Portuguesa	1	
Mário Chamie	Brasileiro	1	
2001		4	2
Isabel Allegro De Magalhães	Portuguesa	1	
Alberto Da Costa E Silva	Brasileiro		1
Carlos Heitor Cony	Brasileiro		1
Dionysio De Oliveira Toledo	Português	1	
José Manuel Mendes	Português	1	
Maria			
Irene Ramalho De Sousa Santos	Portuguesa	1	
Total geral		48	30

FONTE: elaboração própria com dados da SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA ([20-?]).

Na segunda fase do prêmio Camões, em nenhum momento, membros da ABL ocuparam mais da metade das vagas nos júris, apenas por 3 vezes (2005, 2006 e 2014) tiveram metade dos assentos, porém nos anos de 2012, 2016, 2017 e 2018 não ocuparam nenhuma vez o posto e das outras vezes estiveram apenas com 1 ou 2 representantes.

Gráfico 16 – Presença de Membros (Sim) e não Membros (Não) da ABL nos júris do Prêmio Camões entre 2002 e 2018



FONTE: elaboração própria com dados da SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA ([20-?]).²²

A prevalência e depois o declínio de influência da ABL no Camões se vê também na quantidade de autores premiados.

²² Para a Tabela completa com todos os jurados da segunda fase do prêmio (2002 – 2018) conferir o apêndice C (tabela 19).

Quadro 6 – Presença de Membros e não Membros da ABL entre os laureados do Prêmio Camões entre 1989 e 2018

Ano/Autor premiado	Não Membro da ABL	Membro da ABL
1989 – Miguel Torga	1	
1990 – João Cabral De Melo Neto		1
1991 – José Craveirinha	1	
1992 - Vergílio Ferreira		1
1993 - Rachel De Queiroz		1
1994 - Jorge Amado		1
1995 - José Saramago		1
1996 - Eduardo Lourenço		1
1997 - Pepetela	1	
1998 - Antonio Candido	1	
1999 - Sophia De Mello Breyner Andresen	1	
2000 - Autran Dourado	1	
2001 - Eugénio De Andrade	1	
2002 - Maria Velho Da Costa	1	
2003 - Rubem Fonseca	1	
2004 - Agustina Bessa-Luís		1
2005 - Lygia Fagundes Telles		1
2006 - José Luandino Vieira	1	
2007 - António Lobo Antunes	1	
2008 - João Ubaldo Ribeiro		1

2009 - Arménio Vieira	1	
2010 - Ferreira Gullar		1
2011 - Manuel António Pina	1	
2012 - Dalton Trevisan	1	
2013 - Mia Couto		1
2014 - Alberto Da Costa E Silva		1
2015 - Hélia Correia	1	
2016 - Raduan Nassar	1	
2017 - Manuel Alegre	1	
2018 - Germano Almeida	1	
Total geral	18	12

FONTE: elaboração própria com dados da SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

Na primeira fase da premiação (em 12 anos) os acadêmicos levaram seis diplomas (metade das honras distribuídas), nas demais 18 edições o total de autores consagrados caiu para um terço, contando a mesma quantidade de 6 autores(as).

Em relação aos países, nota-se um descompasso entre o discurso da premiação que prevê equilíbrio entre eles, mas distribui desigualmente as honorarias e as participações no júri. Apesar disto, o Camões é tido como a maior e mais importante láurea para o espaço de língua portuguesa. Por alguns anos a premiação reinou sozinha, mas assim como aconteceu com outros prêmios, passou a enfrentar a concorrência de outros palmares como o, Oceanos (antigo Portugal Telecom), criado em 2003 e o José Saramago, criado em 1999. Este último, voltou-se desde seu início para a premiação de escritores de todas as nacionalidades do espaço de língua portuguesa e o primeiro passou a abranger Portugal e PALOP a partir de 2007.

Se muito pouco se pode saber sobre os mecanismos e dinâmicas de escolha dos premiados, não se pode falar o mesmo acerca das polêmicas e debates realizados em torno das escolhas. A notoriedade do Camões também se fez por meio dos escândalos e entreveros que tematizaram as opções feitas pelos jurados. De acordo com English, entendemos essas escaramuças midiáticas como parte da produção simbólica de visibilidade, prestígio e reconhecimento dos prêmios (ENGLISH, 2005, p. 192-193). Talvez por sua antiguidade, o Camões tornou-se o prêmio de língua portuguesa dotado de maior acervo de matérias

jornalísticas e na mídia em geral, favoráveis ou contrárias às suas escolhas, mas que garantiram uma atenção constante aos seus consagrados.

Imagem 4 – Acta da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 1995 – p.1

ACTA DA REUNIÃO DO JÚRI
DO PRÉMIO LUÍS DE CAMÕES DE 1995

Aos sete dias do mês de Novembro de mil novecentos e noventa e cinco, reuniu em Lisboa, para atribuição do Prémio Camões, o Júri composto pelos Professores Doutores e Escritores - Affonso Romano de Sant'Anna, António Torres e Márcio de Sousa, Maria Idalina Resina Rodrigues, Carlos Reis e Urbano Tavares Rodrigues, representantes respectivamente do Brasil e de Portugal.

Nos termos consignados no artº 9º do Protocolo, compete este ano a Portugal a Presidência da reunião, tendo sido para o efeito designado o Prof. Urbano Tavares Rodrigues.

O Prof. Urbano Tavares Rodrigues sugeriu que fosse adoptada a mesma metodologia da reunião ocorrida no Rio de Janeiro. Assim, elegeu-se a qualidade literária como critério orientador da escolha, tendo sido sugerida a apresentação de nomes de escritores considerados incontornáveis e que projectam a importância do Prémio.

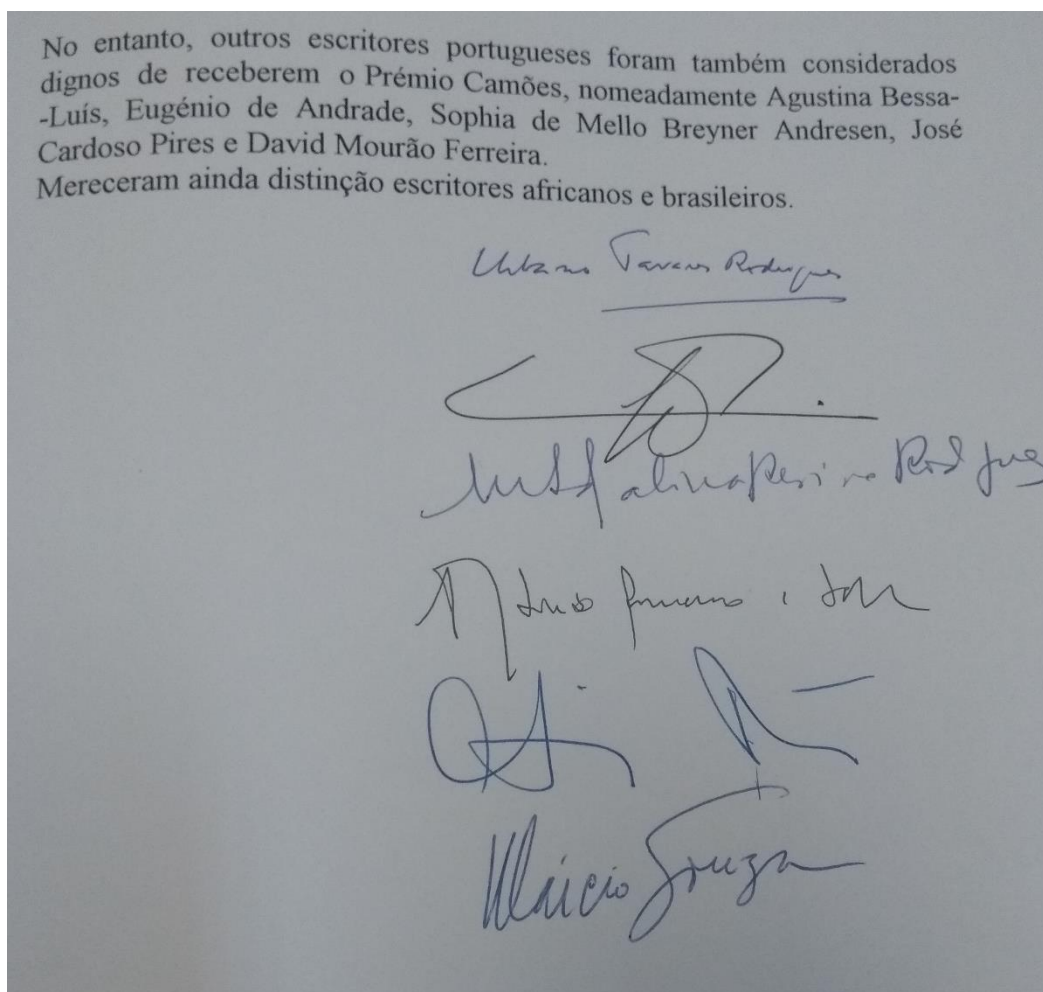
Na sequência da proposta apresentada pelo Dr. Affonso Romano de Sant'Anna, o Júri deliberou por unanimidade atribuir o Prémio Camões ao escritor José Saramago.

Foi consensualmente reconhecido o seu valor no contexto das literaturas de língua portuguesa, distinguindo-se a sua projecção internacional designadamente no Brasil, o que concorre também para a valorização deste Prémio. É autor consagrado de um conjunto significativo de obras que marcaram a história literária contemporânea.

Fonte: Foto feita pelo autor a partir de (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1995) - Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

Imagem 5 – Acta da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 1995 – p.2

No entanto, outros escritores portugueses foram também considerados dignos de receberem o Prémio Camões, nomeadamente Agustina Bessa-Luís, Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner Andresen, José Cardoso Pires e David Mourão Ferreira. Mereceram ainda distinção escritores africanos e brasileiros.



Fonte: Foto feita pelo autor a partir de (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1995) – Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

Imagem 6 – Ata da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 1996

**ATA DA REUNIÃO DO JÚRI
DO PRÊMIO LUÍS DE CAMÕES DE 1996**

No dia 15 de abril de 1996 reuniu-se em Brasília, no Gabinete do Ministro da Cultura, o Júri do Prêmio Camões/96, composto de Carlos Reis, Urbano Tavares Rodrigues, Fernando J. B. Martinho, Eduardo Portella, Vamireh Chacon e Affonso Romano de Sant'Anna, representando Portugal e Brasil.

Cumprindo o art. 9 do Protocolo, a Presidência da reunião coube este ano ao Brasil, sendo indicado para isto Affonso Romano de Sant'Anna.

Abrindo os debates o Presidente fez algumas considerações sobre a importância e a natureza do Prêmio. Dada a palavra ao Júri, Eduardo Portella lembrou o nome do ensaísta literário português Eduardo Lourenço, sugerindo que este ano fossem considerados preferencialmente escritores portugueses e africanos de expressão portuguesa. A seguir fez uma série de ponderações justificando sua indicação. Os membros portugueses do Júri destacaram igualmente os nomes de Pepetela e David Mourão Ferreira como possíveis candidatas ao Prêmio.

Depois de circunstanciada discussão o Júri fixou-se no nome de Eduardo Lourenço como ensaísta por Excelência, dentro da tradição moderna inaugurada por Montaigne, nele convivendo harmoniosamente o vigor poético da linguagem e o rigor reflexivo do pensar.

Urbano Tavares Rodrigues
Fernando J. B. Martinho
Carlos Reis
Vamireh Chacon
Affonso Romano de Sant'Anna

Fonte: Foto feita pelo autor a partir de (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1996) - Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

Observemos agora algumas atas de reunião dos jurados constantes no acervo da Biblioteca Nacional brasileira. Apesar dos documentos não revelarem à primeira vista os impasses e negociações que se deram para a nomeação dos respectivos ganhadores, as duas atas sugerem algumas possíveis tensões. De qualquer forma, a escolha do líder do júri seguiu à risca a regulamentação da premiação estabelecida em 1988 para evitar que a presidência fosse ocupada por mais de 1 ano consecutivo por um brasileiro ou português.

Apesar de tidas como critérios principais as qualidades literárias dos autores, as decisões tomadas pelos juris certamente levaram em conta outros parâmetros como as origens nacionais dos premiados. A primeira ata, de 1995, registra a indicação pelos jurados brasileiros do escritor português José Saramago. Nesse caso, além do prestígio literário, certamente pesou a notoriedade do autor no espaço internacional, da qual poderia derivar a valorização do próprio Prêmio Camões. No final da ata são citados alguns outros autores e autoras portuguesas(as) aventados(as) e uma distinção genérica é feita a autores africanos e brasileiros. Na última parte do documento destacam-se as assinaturas dos jurados, conferindo caráter oficial e legítimo à decisão tomada. No ano seguinte, com o júri estabelecido no Brasil e realizado no gabinete do Ministro da Cultura, mais uma vez a parte brasileira sugere um nome de autor português, o de Eduardo Lourenço. Diferentemente do nome de Saramago, que teria sido escolhido por unanimidade, tal decisão foi dividida. Evidência disso é o fato de a representação portuguesa ter sugerido outros nomes, o de David Mourão Ferreira e de Pepetela.

No final da ata, uma justificativa literária circunstanciada chancela a escolha de Eduardo Lourenço. Mais uma vez percebe-se a tensão entre os critérios de escolha literários e não literários - políticos, no caso em questão. Defendo, assim, que o Prêmio Camões se ajustou à intersecção entre interesses literários e políticos, ligados às relações exteriores dos países membros. Verifica-se sua eficiência como instrumento de conversão de capitais para os diversos agentes envolvidos e os seus patrocinadores (Estados, políticos de Portugal e Brasil e escritores). Quando o júri decide homenagear determinado autor, o faz igualmente à sua tradição nacional e à maneira de se falar e escrever em português. Em jogo, na interface com o campo econômico e os interesses das editoras e demais instituições envolvidas na comercialização de livros, também estão o possível crescimento da circulação e vendas do conjunto da obra do escritor/escritora, além da visibilidade que o nome proporciona ao próprio Camões.

Essas múltiplas tensões e disputas são, a cada momento, avaliadas no contexto das indicações possíveis e das descartadas. Vejamos as polêmicas envolvidas nas duas atas da premiação, nos anos de 1993 e 1994, da brasileira e do brasileiro Rachel de Queiroz e Jorge Amado, respectivamente.

De acordo com Figueiredo (1995), haveria uma regra informal, estabelecida desde a primeira premiação do Camões de laurear a cada 3 anos um português, um brasileiro e um africano. Os três primeiros nomes obedeceram a esse critério, Miguel Torga, João Cabral de Melo Neto e José Craveirinha. Esperava-se que em 1993 se retomasse um nome português,

porém como contam os jornalistas literários do período, os membros portugueses do júri (COURI, 1993a, 1993b) teriam denunciado os brasileiros por um conluio a favor da indicação do nome de Rachel de Queiroz.

Ainda segundo as matérias de Couri (1993a, 1993b), os portugueses sugeriram os nomes de Jorge Amado e Haroldo de Campos como opções descartadas pelos brasileiros que insistiram veementemente na escolha de Queiroz. No Brasil, a autora foi acusada junto ao presidente da ABL, Austregésilo de Athayde, de manipulação da escolha dos julgadores brasileiros para favorecê-la no pleito.

Mesmo em momentos de menor polêmica pública, as atas da premiação permitem ter a percepção de quanto pesou a composição do júri na apreciação dos candidatos e candidatas à láurea.

Imagem 7 – Acta da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 2012

ACTA DO JÚRI DA 24ª SESSÃO DO PRÉMIO CAMÕES

No dia 21 de Maio de 2012, reuniu-se o júri do Prémio Luís de Camões, constituído por Silviano Santiago, que presidiu, e por Alcir Pécora, pela parte brasileira, por Rosa Maria Martelo e por Abel Barros Baptista, pela parte portuguesa, por Ana Paula Tavares e por João Paulo Borges Coelho, em representação dos países africanos de língua oficial portuguesa, que deliberou por unanimidade outorgar no corrente ano o Prémio Camões ao escritor Dalton Trevisan.

Dalton Trevisan significa uma opção radical pela literatura enquanto arte da palavra, tanto nas suas incessantes experimentações com a língua portuguesa, muitas vezes em oposição a ela mesma, quanto na sua dedicação ao fazer literário, sem concessões às distrações da vida pessoal e social.

Lisboa, ao vigésimo primeiro dia do mês de Maio do ano de 2012.

Fonte: DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS, 2012.

Assim, na eleição de Dalton Trevisan, ao contrário dos critérios de eleição de Saramago, ao menos para o público externo, ficou registrado a opção radical de Trevisan pela “arte da palavra” e o fato de não fazer concessões às distrações da vida pessoal e social. Se em 2012 os jurados fazem um elogio da arte pura, em 2013 outros critérios se destacam, para a opção por Mia Couto.

Imagem 8 – Ata da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 2013

Em trinta anos de publicação, Mia Couto construiu uma vasta obra ficcional caracterizada por uma profunda humanidade e pela inovação estilística, que tem sabido renovar e enriquecer ao longo da sua produção.

Com livros traduzidos em cerca de trinta idiomas e uma já ampla fortuna crítica, tornou-se um dos autores de língua portuguesa mais conhecidos para além das fronteiras moçambicanas, circunstância que evidencia a articulação entre local e global, decisiva na sua obra.

Fonte: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2012.

Dessa vez, embora se destaque a inovação estilística de Couto, frisa-se o fato de o autor já ter sido largamente traduzido e ter vasta fortuna crítica, além de ser o escritor mais conhecido para fora das fronteiras moçambicanas, e seu prêmio também é um elogio à capacidade de articulação do global e do local. Após Mia Couto, Alberto da Costa e Silva é premiado, e na justificativa circunscrita se ressalta a sua capacidade de estabelecer pontes e relações entre os povos de língua portuguesa.

A justificativa mais política para a premiação de Costa e Silva, nome ligado à Sarney e Aparecido, e ao serviço diplomático brasileiro, apoia-se em uma justificativa literária duvidosa. E mais tarde, no momento da premiação de Raduan Nassar, mesmo destacados suas qualidades literárias, vemos o júri se dar a liberdade em um parágrafo à parte, apresentar uma moção encorajadora para que as partes contratantes do Camões abram adesão a outros Estados Partes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em acordo com o protocolo mais recente da premiação.

Imagem 9 – Ata da Reunião do Júri do Prémio Luís de Camões de 2016

O júri deliberou por unanimidade apresentar uma moção em que se encoraja as Partes contratantes do Prémio Luís de Camões a abrir à adesão os outros Estados Partes da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, de acordo com o Art.º 9 do Protocolo Modificativo do Protocolo Que Institui o Prémio Camões.

O júri deliberou por unanimidade outorgar o Prémio Camões de 2016 ao escritor brasileiro Raduan Nassar. Através da ficção, o autor revela, no universo da sua obra, a complexidade das relações humanas em planos dificilmente acessíveis a outros modos do discurso. Muitas vezes essa revelação é agreste e incômoda, e não é raro que aborde temas considerados tabu. Essa possibilidade dá-se no uso rigoroso de uma linguagem cuja plasticidade se imprime em diferentes registos discursivos verificáveis numa obra que privilegia a densidade acima da extensão.

Fonte: DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS, 2012.

A reivindicação do júri não fora noticiada nas páginas da imprensa, mas sua presença na ata, única manifestação de uma comissão (pelo menos nas atas que temos disponíveis) que registra uma posição quanto às regras do prêmio, demonstra um incômodo com o fato de que o Prêmio Camões continue sendo uma instituição notadamente feita por luso-brasileiros, para luso-brasileiros. Mesmo com parte dos jurados a partir dos anos 2000 vindos de Países Africanos de Língua Portuguesa, a estrutura do Prêmio permanecia muito vinculada a estratégia luso-brasileira de Sarney/Aparecido e Soares/Baptista. Outros momentos deram destaque a premiação, envolvendo a esfera política.

Na década de 2000, o Prêmio ocupou as páginas dos jornais quando em 2006 José Luandino Vieira recusou-se a receber a láurea (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006). Mais recentemente, com o acirramento da polarização política no Brasil, chamam a atenção os casos de Raduan Nassar (G1, 2017) e de Chico Buarque (RIBEIRO, 2019). O primeiro teceu críticas duras ao governo Michel Temer e a seu ministro da Cultura, Roberto Freire, na cerimônia de entrega do diploma e do cheque. O segundo, além de ter sua indicação vista como uma espécie de cópia do Nobel de literatura que indicou o também músico Bob Dylan para ganhar a prestigiosa medalha de ouro, viu seu nome ser atacado pelo presidente Jair Bolsonaro, que ameaçou não assinar o diploma no ano de 2021.

Como sugerido, a premiação teve presença constante nas páginas da imprensa, às vezes diretamente envolvida quando algum jornal teve um de seus colunistas galardoados, ocasião em que houve cobertura destacada da cerimônia de entrega e empenho de capitalizar a escolha para aumentar o prestígio da marca e da equipe de colunistas do periódico (exemplos dos casos de Ferreira Gullar e João Ubaldo Ribeiro articulistas do jornal *O Estado de S. Paulo*).

31 de maio

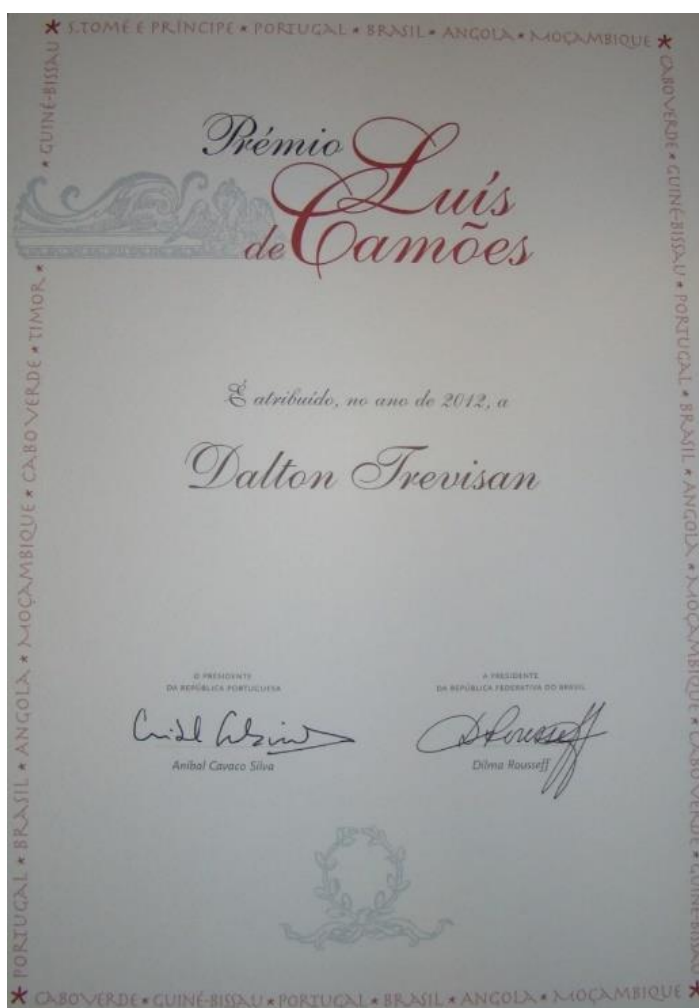
Lisboa. [...] Demos o prêmio a José Craveirinha, de Moçambique, embora nosso candidato fosse Luandino Vieira. Mas o júri, na parte portuguesa, achou que seria ruim o prêmio para Luandino, pois ele é do PMLA e isso poderia ser mal-entendido. Os portugueses preferem Craveirinha. [...] Com efeito, nesses dias a UNITA [...] e o PMLA [...] acabam de assinar um tratado de paz em Lisboa. (SANT'ANNA, 2017, p. 175)²³.

O excerto do diário do jurado brasileiro com mais participações na premiação, Affonso Romano de Sant'Anna é interessante por diferentes razões. A primeira relaciona-se com a predileção por Craveirinha, pela intervenção de um critério de escolha político, da parte portuguesa, que no momento de celebração de um acordo de paz para a Guerra Civil angolana, não quis beneficiar uma das partes (MPLA, ao qual Luandino era vinculado) e causar qualquer mal-estar. A segunda é que a preterição de Luandino remete a impugnação anterior sofrida pelo escritor durante o salazarismo, em 1965, quando teria sido julgado por intelectuais que não se posicionaram de forma contundente em sua defesa, como Luís Forjaz Trigueiros (GEORGE, 2002).

Ainda que não possamos atestar a veracidade da informação de Sant'Anna, é razoável afirmar, que tanto na primeira fase (1989 – 2001) quanto na segunda (2002 – 2018), a premiação pareceu se equilibrar numa linha tênue entre os polos da cultura e da política. As taxas de investimento e reconversão de capitais entre os dois lados variaram bastante conforme os contextos mais ou menos politizados em cada lado do Atlântico responsável pela premiação. Apesar de uma maior abertura a partir de 2002, a participação de jurados não luso-brasileiros nas bancas da premiação e a quantidade de escritores e escritoras africanos(as) de língua portuguesa laureados(as) permaneceu bem inferior à de brasileiros(as) e portugueses(as). O mesmo fenômeno se dá quando comparamos a participação de jurados africanos em toda história do Camões, muito por conta das 12 primeiras edições em que portugueses e brasileiros se revezavam no júri.

Imagem 10 – Diploma de premiação do Camões entregue para Dalton Trevisan

²³ Mantivemos o provável erro de escrita do acrônimo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), redigido por Sant'Ann como PMLA, que sugere o possível desconhecimento do jurado sobre a situação política e social angolana.



Fonte: DIPLOMA, 2012

Possivelmente, essa tensão entre a orientação política e cultural do prêmio está cristalizada materialmente no próprio diploma entregue aos autores vencedores. Como se pode ver na imagem 4, as assinaturas dos chefes de Estado brasileiro e português situam-se logo abaixo da identificação do(a) laureado e da logomarca e nome da premiação, as duas informações em maior destaque.

Às margens do papel se lê o nome do conjunto de países de língua oficial portuguesa em letras menores, perfazendo uma borda contínua nos quatro lados da folha (se pode ler Portugal, Brasil, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Timor e Cabo Verde). Talvez fosse possível incluir a assinatura de todos os líderes dos outros Estados, porém nunca se teve notícias de que qualquer outro país tenha tentado assumir formal e oficialmente com o Brasil e Portugal os custos e benefícios associados à gestão do Camões.

Isto mostra que apesar de ter sido anunciado como uma premiação feita em nome de toda a comunidade de países de língua oficial portuguesa, e mesmo quando houve maior abertura aos países africanos, a premiação permaneceu essencialmente uma instituição política-

cultural luso-brasileira. Mais especificamente, em seus primeiros momentos respondeu aos investimentos políticos de Sarney e Aparecido que com a criação da instituição puderam postergar no tempo sua influência política-cultural e garantir prestígio como patrocinadores das artes e da literatura, apoiados pela Academia Brasileira de Letras.

Pelo lado português, a premiação confirmava a eficácia simbólica da literatura (GEORGE, 2002) nas disputas políticas. Mário Soares e Alçada Baptista ressuscitaram o antigo prêmio salazarista, estabelecido com uma nova roupagem, mas ainda servindo à promoção de Portugal e da língua portuguesa no exterior e como uma forma de garantir e adensar suas fronteiras e mercados culturais preferenciais. Ainda que com o protagonismo dividido com o Brasil, a antiga metrópole continuava a se posicionar no centro da arbitragem das literaturas de língua portuguesa. E assim como Sarney e Aparecido, os compatriotas lusos, também se promoviam acompanhados de seus críticos e escritores diletos.

Portugal e Brasil se associaram, portanto, como controladores privilegiados do acesso, consagração e legitimação de escritores, livros e literaturas de mercados emergentes de língua oficial portuguesa. A inserção dominada no interior do mercado linguístico, apesar das desvantagens evidentes, também interessava aos PALOP e asiáticos (Macau e Timor-Leste) enquanto a “parceria” em diplomacia cultural podia render frutos, trunfos e poder de barganha para poderem se beneficiar em assessoramento e treinamento técnico, trocas comerciais e outras agendas com Portugal e Brasil, além de garantir algum possível meio de acumulação de capital literário e cultural em espaços transnacionais, tão importantes no mundo atual (ENGLISH, 2005, SAPIRO, 2019a, THOMPSON, 2013).

Em tais direções, a premiação atuou como dispositivo de conversão de capitais (desta vez entre países) por meio de trocas entre capitais literários e recompensas políticas, econômicas e diplomáticas. Tal parece ter sido a orientação central do Prêmio Camões, diretamente envolvido na delimitação dos novos contornos de um espaço transnacional de literaturas de língua portuguesa. Um espaço imaginado como igualitário, plural e diverso, mas concretizado como um consórcio disputado entre portugueses e brasileiros.

5 Romances decoloniais: sonho e desconfiança

Da memória viva e pungente da guerra, na qual os homens são protagonistas, os sonhos e fantasmas, desse testemunho do caos e do holocausto, a responsabilidade do escritor – hoje em Moçambique – passa por uma utopia que é a da reconstrução de

uma sociedade sonhada, sem martírio individual ou coletivo, sem violência e sem guerra. (SAUTE²⁴, 1993, p. 68, tradução nossa)²⁵

Se no capítulo anterior analisei como Portugal e Brasil capitaneados por seus respectivos presidentes e burocratas da cultura se posicionaram e reposicionaram em períodos de transição política para se colocarem como vértices privilegiados de um espaço transnacional de língua portuguesa que começava a ser (re) inventado, devo mencionar o papel ativo que escritores, intelectuais e políticos dos países de língua portuguesa tiveram, também, nesse processo, mesmo que não tenham logrado na maioria das oportunidades obter resultados que posicionaram seus países e autores, na liderança de processos e instituições. Como afirma Bourdieu (2011b, 2014), a história dos campos e instituições desses campos, omitem com frequência os relatos sobre suas gêneses e como os arranjos vencedores são fruto da derrota de outros projetos possíveis de estruturação e organização de instituições dos mesmos.

Tentando dar conta de contar dos possíveis não realizados e relegados ao esquecimento e contrabalançando a atuação de portugueses e brasileiros, em um primeiro momento chamarei a atenção para algumas tentativas de criação de instituições transnacionais que reunissem os Países Africanos de Língua Portuguesa, sem a intervenção ou presença de atores brasileiros, ou portugueses. O exemplo mais marcante nesse sentido é o da Liga dos Escritores de Língua Portuguesa (LEC), organismo criado e inaugurado, mas que não prosperou segundo muitos de seus membros devido a incapacidade orçamentária.

O argumento da escassez de recursos financeiros que gera o fim da ideia da LEC, se é verdadeiro e praticamente unânime entre escritores e escritoras que tentaram levar a frente a iniciativa, não nos parece inteiramente suficiente. Como argumentei até aqui, a falta de recursos financeiros se mesclava a um direcionamento de recursos – simbólicos, políticos e econômicos – por parte de Portugal e Brasil, na criação de instituições literárias transnacionais de língua portuguesa que acabavam, na prática, por minar e encobrir iniciativas independentes e autônomas dos PALOP que pretendiam instituir desenhos geopolíticos literários outros, que não fossem aderentes ao espaço literário transnacional de língua portuguesa tal qual começava a ser construído por Portugal e Brasil.

²⁴ Nascido em 1957, é um escritor, jornalista, professor universitário de comunicação moçambicano, que editou uma série de antologias de contos e poemas moçambicanos, objetivando divulgar os trabalhos de novos escritores e escritoras no país e em todo o espaço de língua portuguesa.

²⁵ No original, “De la mémoire allumée et poignante de la guerre, dont les hommes sont les acteurs, les rêves et les fantômes, de ce témoignage du chaos et de l’holocauste, la responsabilité de l’écrivain - aujourd’hui au Mozambique - passe par une utopie qui est la reconstruction d’une société rêvée, sans martyr individuel ou collectif, sans violence et sans guerre.

Junte-se a esse cenário os desafios internos diversos que as ex-colônias africanas viviam (guerras civis, crises econômicas, analfabetismo em massa, etc.) e como nesse contexto escritores e intelectuais angolanos, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos e são-tomenses tiveram que recalcularem seus posicionamentos em relação aos governos nacionais recém-instituídos. Como colocado na epígrafe deste capítulo, Saúte tratava da “reconstrução de uma sociedade sonhada”, e como veremos nesta reconstrução o(a) escritor(a) precisou enfrentar desafios institucionais, políticos e criativos que os(as) obrigaram a rever seu papel e função na nova sociedade nacional independente que os levaram a se distanciar da liderança de projetos de promoção de instituições e projetos transnacionais de língua portuguesa.

Objetivando compreender como esse processo se deu concretamente nas trajetórias biográficas e literárias de autores e autoras africanos(as) de língua portuguesa, mobilizarei as noções de “responsabilidade do escritor” (SAPIRO, 2015) e “estrutura de sentimento” (WILLIAMS, [1958] 2017) para examinar algumas obras do período de 1985 – 1995, sublinhar a mudança de rumo e o reposicionamento ficcional e institucional de autores e autoras em um contexto bastante desafiador e ambivalente.

Isso porque muitos autores e autoras africanos de língua portuguesa participaram, empunhando armas em muitos casos, das lutas de libertação de seus territórios, e uma vez conquistadas as independências passaram a integrar os Estados nascentes. Foram então construtores literários e político-burocráticos das nações simultaneamente. Por engajarem a si mesmos e a suas literaturas em prol da luta anticolonial, muitos no período pós-colonial acabaram se desiludindo com os rumos e fracassos de parte dos projetos de independência. Todavia, assim como Sanches (2017), não desejo abordar esse sentimento de desilusão a partir de um olhar derrotista sobre utopias não confirmadas e horizontes de expectativa frustrados, mas sim encarar as transições nas trajetórias biográficas e estilísticas como um processo criativo, de reinvenção do papel do escritor e da literatura em espaços conflagrados, porém, prenhos de sonhos depositados e conquistados arduamente em situações de conflito.

Pretendo demonstrar que os escritores dos PALOP migraram de uma posição à outra, entre a responsabilidade do escritor, empenhado nas lutas de independência por todos os meios disponíveis (inclusive os literários) e a responsabilidade do escritor detentora de consciência crítica a ser exercida em todas as direções do presente, tocando a quem tivesse que tocar, mesmo os antigos companheiros de luta, atuais chefes de Estado e governantes. Analisarei o projeto da LEC e como ele vincula uma série de criações institucionais do passado, dirigidas entre outros

pela figura central do angolano Mário Pinto de Andrade e retomadas pelo seu compatriota José Luandino Vieira.

“Nós escritores de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, numa manifestação consciente da nossa responsabilidade e vontade e no espírito de unidade que nos identifica, proclamamos solenemente a nossa constituição em Liga dos Escritores dos Cinco (LEC)” lê-se no documento que representantes dos países africanos de língua oficial portuguesa assinaram a 1 de julho em São Tomé e Príncipe.

Em reunião informal na “Quitanda das Letras” (a livraria da UEA, no centro da baixa luandense) Luandino Vieira e Pepetela, secretário-geral e secretário para as relações internacionais da União dos escritores angolanos, e Rui Nogar, da congénere moçambicana, fizeram o ponto da situação sublinhando, entre os antecedentes a experiência vivida pelos então jovens africanos que nos anos 1950/1960, imprimiram à Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, uma dinâmica cultural cujos frutos estão na origem da associação recém-nascida. De resto, a decisão fora já ratificada pela cimeira de Maputo, sendo os chefes de Estado dos Cinco indicados como seus presidentes de honra.

Os fundamentos da proclamação da LEC indicam, noutro passo, que os signatários procederam “cientes da necessidade de estimular à criação literária, nos nossos países, a atenção aos valores e modelos consagrados, o surgimento e a promoção de novos valores, assim como de novos estilos, géneros, e formas de expressão literária” e “persuadidos da urgência na criação de um organismo capaz de orientar e coordenar a acção comum em defesa das nossas culturas e revoluções e de dignificação crescente das literaturas dos nossos cinco países.”.

Reuniram-se em São Tomé para o efeito, além da representação da casa, constituída por Alda do Espírito Santo, Albertino Bragança e Armindo Vaz de Almeida, nomes conhecidos como Mendes de Carvalho, Luandino Vieira e Pepetela (de Angola), Rui Nogar (de Moçambique), Corsino Fortes e Jorge Miranda Alfama (de Cabo Verde), Agnelo Regala e Domingas Smay (da Guiné-Bissau). Luandino Vieira seria proposto, no desenrolar dos trabalhos, para secretário-geral da LEC.

Entre as decisões de vulto está a instituição do “Grande prémio de Literatura dos Cinco”, no valor de 2 mil e quinhentos dólares, divididos em contribuições equitativas, e a sua organização foi entregue a Cabo Verde. Ficou também assente a publicação de uma revista literária anual, tarefa a cargo de Angola.

“Para nós, o que importa assinalar é a síntese criadora de homens comprometidos com a sua época histórica e os desafios inerentes”, destacaria o presidente Pinto da Costa no acto de proclamação da Liga dos escritores dos Cinco, pois “foi longo e tortuoso o caminho que percorremos para que nos fosse possível estar aqui hoje representando escritores de cinco países independentes e soberanos e nos entendermos através de uma língua que se tornou comum”, como afirmaria por seu turno Alda do Espírito Santo, a quem os escritores que na pousada de Ribeira Peixe se encontraram no projecto comum, designam como “mãe” da LEC, e a quem dedicaram um poema colectivo sintomaticamente intitulado “Mãe”. (MESTRE, 1987, p. 10)

“LCP: Anoto a palavra carrilhar de que Rui Nogar se socorre, ou que dentro dele pulsa, quando se refere à língua de Pessoa como RN “plataforma de abertura para o mundo”. LCP: Língua que já não é só do poeta do “Ode Marítima”, e que para Liga dos Escritores dos Cinco serve para RN “potenciar a capacidade deles em relação a outros blocos literários regionais. Trata-se de fazer do português um elo de ligação, uma base de compreensão, uma plataforma de continuidade.”. (PATRAQUIM, 1987, p.8)

Diversos aspectos podem ser destacados nos excertos de jornais transcritos acima, destaque primeiramente o trecho de abertura da declaração de criação da LEC em que os escritores se dizem conscientes de sua responsabilidade e vontade, além de sugerir a ideia de

um espírito de unidade que galvanizaria os diversos países africanos que eram então ex-colônias portuguesas. Gostaria de destacar ainda a ideia de formar um organismo de ação comum entre os países, a iniciativa de criação de um prêmio literário com contribuições financeiras equitativas entre os membros e uma revista literária também.

Mesmo que não tenha se concretizado, há referência à LEC no livro de Viggiano (1990), há instituição, uma vez que nas viagens de Aparecido de Oliveira para angariar apoio ao IILP ele se encontrou com Luandino Vieira e Alda do Espírito Santo, figuras bastante engajadas na criação da instituição e seus porta-vozes. O primeiro foi eleito secretário-geral da instituição (função que também exerceu na União dos Escritores Angolanos – UEA) e a segunda foi presidente da instituição no curto período em que ela existiu (também foi ministra da cultura em seu país natal).

A liderança angolana e são-tomense não significava a exclusão dos outros países, como menciona a reportagem, havia fundadores das cinco nações recém-independentes e também a premiação e a revista literária tinham sua organização partilhada, apesar de estarem oficialmente atribuídas a um determinado país, respectivamente Cabo Verde e Angola.

O que importa sublinhar é que a existência de um plano, ou ao menos o desejo de criação de um prêmio da LEC, reforça o argumento mobilizado de que o Prêmio Camões idealizado em 1989, não era o único arranjo possível existente para o enquadramento das literaturas de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe entre os todos os países que falavam e falam português.

Além disso, o trecho de entrevista do moçambicano Rui Nogar, leva a crer que havia um pensamento estratégico geopolítico literário de posicionar as novas literaturas nacionais em lugar mais favorável, utilizando-se para isso do português, que deixa nesse sentido de ser uma herança indesejável do colonizador e passa a ser um espólio de guerra conquistado pelo colonizado, que se apropria do idioma para melhor se posicionar em relação a outros blocos literários regionais.

Apesar de aparentemente ser uma instituição literária, a LEC já nascia com uma intersecção forte com o campo político, além de ter entre seus presidentes de honra os chefes de Estado dos Cinco. Seus primeiros líderes, Luandino Vieira e Pepetela, a colocavam na linha direta de descendência de outras criações institucionais e literárias forjadas a partir da experiência social de escritores e intelectuais africanos dos PALOP. O período de mobilização e agitação política e cultural da Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, nos anos 1950/1960, é o principal marco.

Assim, não é estranho acharmos uma correspondência entre Luandino Vieira e Mário Pinto de Andrade, em que o primeiro conta de maneira bastante otimista e alegre da viagem que fará para a celebração da criação da LEC, reproduzimos um trecho da missiva na sequência: “Parto amanhã para STomé com o Pepetela, a proclamar a continuação do sonho antigo: MAC, CONCP, etc etc. É a nossa LEC – Liga dos Escritores dos Cinco de que te mando cartaz.” (VIEIRA, 1987, n.p.).

A citação do MAC (Movimento Anti-Colonialista, criado em 1957, em Paris) e da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, de 1961) não é casual, uma vez que Mário Pinto de Andrade ajudou a fundar a primeira na França e dirigiu enquanto secretário-geral durante muitos anos a segunda (KAJIBANGA, 2000). Fora essas organizações, Mario Pinto de Andrade, foi um dos fundadores do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e esteve presente como organizador e partícipe de vários momentos-chaves na história da luta anticolonial. Por seu lado, Luandino Vieira manteve os sonhos antigos, criando a União dos Escritores Angolanos, o projeto da LEC, além de ter tido uma participação imprescindível no estímulo ao ressurgimento de uma produção editorial angolana, no período pós-independência, tema este que retomaremos no próximo capítulo.

A dupla Vieira e Pinto de Andrade é utilizada aqui como exemplo expressivo da mudança da responsabilidade do escritor encampada por diversos autores dos PALOP. Para tal, em um primeiro momento retomo a trajetória de Mário Pinto de Andrade, mostrando como este se construiu como autor e intelectual engajado na luta anticolonial em seu pensamento, escrita e ação, e em um segundo tempo apresento algumas concepções de Luandino Vieira que tendem a pensar o lugar do escritor menos como um combatente revolucionário permanente e disposto a tudo pela luta, e mais como um agente crítico, que aponta erros e falhas da realidade e tenta endereçar soluções para melhorar o panorama que o deixa inconformado. Por fim, após estes procedimentos, tentarei mostrar, a partir da leitura e análise de algumas obras e trajetórias de autores e autoras, como essa nova noção de responsabilidade acaba por se expressar em uma estrutura de sentimento, entendida aqui no sentido atribuído a ela no capítulo *Romances Industriais* do livro *Cultura e Sociedade* (WILLIAMS, [1958] 2017), consciência comum de uma geração de autores, cristalizada em um conjunto de obras, que estabelecem uma relação entre a origem social do produtor e o modo como ele expressa sua percepção e relação com outra classe/grupo social.

No caso dos romancistas industriais, Williams identifica uma crítica “moral” ao industrialismo inglês com um reconhecimento do mal social que ele gerava, mas haveria um

medo de envolvimento na luta contra esse mal, e a empatia que se expressava nos livros em relação à classe trabalhadora, frequentemente acabava por ser acompanhada de um temor de uma resposta violenta e desmedida da mesma. Tal temor subentendia um pertencimento comum de classe dos autores, mais próximos dos estratos médio e altos da sociedade britânica do século XIX, mais afeitos a soluções reformistas em resposta ao mal industrial, do que uma explosão revolucionária desordenada e violenta do proletariado.

No caso em questão, defendemos que o apoio ao processo revolucionário, à população pobre, humilde e rural e à luta pelas independências se encontra minado pelo receio de que as novas elites dirigentes nacionais desvirtuem as utopias e sonhos pelas quais combateram, agora que se transformaram em elites dirigentes e governantes. Em muitos casos essa relação de temor é expressa em direção a antigos colegas de trincheira e escritório, já que muitos escritores e escritoras, lutaram nas guerras de independência e depois assumiram cargos nos governos recém-construídos. Porém, no período escolhido temos o exato momento em que autores e autoras acabam se desligando das funções burocráticas e políticas. Entre aqueles que conseguiram galgar tais posições temos os de origem social mais favorável e abastada, e temos também escritoras e escritores que por suas origens mais modestas, nem chegam a ocupar postos burocráticos/políticos expressando suas desconfianças por outros caminhos, mas ainda com o mesmo receio, o do descaminho e malversação dos sonhos e utopias das independências.

Vejamos antes a trajetória de Mario Pinto de Andrade e na sequência a de Luandino Vieira para compreender como transitaram entre uma noção de responsabilidade a outra, e depois como ela se expressa em uma determinada estrutura de sentimento.

Mário Pinto de Andrade nasceu em agosto de 1928 e faleceu em Londres em agosto de 1990, aos 62 anos. A sua origem remonta à província do Kwanza Norte em Angola, no município de Golungo Alto (a 160 km de Luanda). Seu pai se chamava José Cristino Pinto de Andrade, e segundo Kajibanga (2000) era membro de uma das famílias mais antigas e influentes de Luanda, foi bancário e contava entre os seus familiares religiosos, professores, funcionários públicos coloniais e homens de letras. O nascimento na cidade do Golungo Alto se explica pela família materna que possuía fazenda naquele local, a influência materna cessaria neste momento, pois posteriormente, com a separação dos pais, uma madrasta, Consuelo de Peso e Sousa, filha de um tenente do exército português que tinha também entrada e circulação nos meios sociais de elite luandense, representaria uma influência importante e porta de entrada para Mário Pinto de Andrade nos espaços das camadas dominantes angolanas.

Vale destacar que essa origem social favorável de Mário Pinto de Andrade lhe facultou ingressar desde cedo, para estudos, no Seminário Católico de Luanda, espaço onde pôde conviver com crianças e jovens de procedências variadas, permanecendo ali de 1939 a 1944, sendo dispensado do colégio por indisciplina. Tal dispensa omite os diversos aprendizados que teve no estabelecimento, seja o estímulo a criar uma rotina e disciplina de estudos, até o contato precoce com idiomas estrangeiros como o latim e a aprendizagem intensiva do português. Depois da expulsão concluiu seus estudos em 1948 no Colégio das Beiras, atuando por alguns anos como professor de latim e português na mesma escola e no colégio Portugal, por poucos anos.

Principalmente de seu pai, veio a diretriz do investimento nos estudos, pois segundo o próprio Andrade, José de Andrade era um assimilado e nacionalista, que lutava pela afirmação social das elites autóctones e acreditava no caminho de ascensão social via ocupação de postos burocráticos e aquisição de títulos escolares. Esse empenho na promoção social dos próprios familiares e dos angolanos em geral se concretizou na criação da Liga Nacional Africana, instituição erigida em 1930 que almejava o advento da independência nacional e a defesa das populações nativas (KAJIBANGA, 2000).

Teria sido seu irmão mais velho, Bento Falcão Pinto de Andrade, a trazer uma politização um pouco mais consistente do que as ideias proferidas pelos colegas de geração paternos. É depois de 1948, após chegar em Lisboa para estudar Filologia Clássica, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, que Andrade se ligou mais ativamente a processos de agitação cultural e formas de engajamento que resultariam em embates cada vez mais concretos com a ditadura salazarista.

Temos que o alargamento de sua perspectiva política se dá no corpo a corpo com círculos da oposição portuguesa ao salazarismo e com jovens de estudantes africanos pertencentes à Casa dos Estudantes do Império (CEI). A experiência da CEI foi marcante para Andrade e outros diversos nomes de sua geração, como: Francisco José Tenreiro, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Humberto Machado, Noémia de Sousa e Alda do Espírito Santo.

Originalmente pensada para ser um lugar de formatação e adequação aos preceitos salazaristas, logo a CEI se mostrou um espaço de reafirmação dos espíritos, segundo Amílcar Cabral (apud KAJIBANGA, p. 205, 2000). Em outras palavras, a CEI passou a servir a um propósito diametralmente inverso ao que foi o do seu projeto original, a saber, se tornou uma trincheira da luta anticolonial e um espaço de afirmação e descoberta da africanidade dos estudantes que vinham dos territórios dominados (BOAVIDA & FARIA, 2000; MATA, 2000).

Nesse período Andrade se dedicou a um grupo de estudos com os colegas, à agitação cultural e também a um trabalho editorial com produção de publicações e coleções da CEI, além da dedicação ao estudo de linguística na universidade, curso que não terminaria, dada a perseguição de que começou a ser alvo por parte do salazarismo. A atenção da polícia política portuguesa aos seus movimentos o obrigou a um exílio em Paris, que durou de 1954 a 1959.

O período parisiense foi central para a trajetória de Andrade, ali ele trabalhou como secretário-particular de Alioune Diop (humanista e ensaísta senegalês, fundador da revista *Présence Africaine*), além de ter atuado como chefe de redação da revista fundada por Diop. A função de editor da *Présence Africaine* conectou Andrade a todos os intelectuais de maior proeminência e influência da gênese do movimento da negritude francês, entre eles Aimé Césaire, Léopold Senghor, Cheik Anta Dioup, Frantz Fanon, entre outros. Além desses teve contatos com Albert Camus, Jean-Paul Sartre, René Maran, Bernard Dadié, etc.

E aqui encontramos o primeiro possível contato entre a noção de responsabilidade do escritor tal qual elaborada por Sartre nos anos da Liberação francesa no pós-Segunda Guerra Mundial e como o escritor deu sinais de atualização dessa noção em contato com textos de Senghor, Fanon e outros intelectuais engajados na luta anticolonial, os quais leu, prefaciou e publicou em sua revista *Les Temps Modernes* (SAPIRO, 2015; N'GORAN, 2009).

A concepção sartriana de responsabilidade do escritor, tal qual formulada no período da Liberação, visa responder aos processos de julgamento por traição dos intelectuais franceses colaboracionistas, que aderiram à estratégia do regime de Vichy de estimular alguns homens de letras a se manifestar favoravelmente ao governo de Pétain. Nesse sentido, a concepção de Sartre acerca da responsabilidade do escritor encampa os esforços de parte do campo literário no processo de resistência à ocupação alemã e Vichy, bem como, premia autores e autoras que lutaram pela reconquista da autonomia literária ao mesmo tempo em que batalhavam pela independência nacional.

Não cabe aqui remontar toda a história-social da noção de responsabilidade do escritor contada por Sapiro (2015), mas vale mencionar que desde a declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1793, o direito de resistência à opressão se torna praticamente um dever, e os intelectuais tidos como encarnações da liberdade de expressão e guias da opinião pública pareciam e se sentiam melhores posicionados para se apropriar desse dever. Com o passar do tempo, especialmente durante o *Affaire Dreyfus*, essa noção inicial que em primeiro lugar tinha um alcance nacional, passou a se exercer em nome de valores universais. Já no período dos julgamentos dos intelectuais e escritores colaboracionistas, houve nova alteração,

principalmente no corpo a corpo com a criação de um arquétipo do traidor nacional que era o negativo do que seria o herói nacional, a saber, o escritor/intelectual engajado e resistente.

É essa figura do intelectual/escritor engajado e consciente de seu poder simbólico que Sartre irá transformar em pináculo da forma mais intensa e profunda do exercício da responsabilidade e liberdade na escrita. Para ele a literatura é um ato em si, sua teoria da literatura engajada dá fundamento filosófico à crença coletiva no poder das palavras (SAPIRO, 2015).

Para compreender brevemente sua noção de responsabilidade, vale reconstituí-la em linhas gerais na sequência. Em o *Ser e o Nada*, Sartre funda a responsabilidade no sentimento individual, e a define no seu sentido banal de ter consciência de ser o autor incontestável de um evento ou objeto (SAPIRO, 2015, p. 668). A essa noção subjetiva Sartre adiciona uma noção de responsabilidade objetiva, que preexiste à consciência reflexiva individual e nasce da facticidade do mundo.

Sartre exemplifica esse dualismo entre responsabilidade subjetiva e objetiva a partir do exemplo da guerra, por simplesmente participar da guerra, todos se encontram contaminados por ela e assim tem total responsabilidade sobre ela também. O mesmo raciocínio é aplicado a Ocupação, os ocupantes ocupavam o território e o mal estava por todos os lados, mas, ainda assim, cabia escolhas, ainda que ruins e más, mas por ainda poder escolher todos e todas permaneciam responsáveis.

Sartre opera uma passagem da responsabilidade objetiva à subjetiva, pela liberdade de escolha de cada um, fundando a responsabilidade no livre arbítrio e não em uma concepção mais determinista. O que ele inova, no mesmo passo, é fazer da liberdade de escolha o fundamento da responsabilidade objetiva, quando passa a considerar a passividade e a recusa de agir uma escolha também.

Daqui segue que assumir uma responsabilidade absoluta (quase divina e onipotente) significa alcançar o máximo e a verdadeira liberdade (SAPIRO, 2015). Tendo por enquadramento o período da Ocupação, a concepção sartriana da responsabilidade celebra como sua expressão máxima o escritor/intelectual engajado, que segundo o autor, seria aquele que assumiu a responsabilidade e a liberdade máxima, pois frente a um poder dominante que negava o direito ao futuro, os resistentes souberam escolher retomar a capacidade de se projetar no futuro, negando uma submissão aos “fatos” do presente (submissão aos “fatos” que é vista como característica do colaborador) eles retomam para o autor aquilo que significa a própria capacidade humana, ou seja, assumir a consequência de seus atos, tomar para si sua

responsabilidade subjetiva, neste exemplo, expressa em um projeto criador de outro futuro negado pelo ocupante.

A partir dessa teorização que Sartre redefine a função social do escritor na guerra e no pós-guerra, pondo fim à oposição entre pensamento e ação e entre liberdade e responsabilidade. Em primeiro lugar o autor deve ser profissional, assim como todo outro trabalho, o autor deve seguir os preceitos de seu papel social, evitando duas posturas irresponsáveis: a da arte pela arte, que para marcar uma diferença do utilitarismo burguês assumiram uma gratuidade total da obra de arte; e a postura dos realistas que querem descrever a realidade de forma distanciada e imparcial. Essas duas formas de se encarar o fazer literário, podiam, de acordo com Sartre, colocar o intelectual numa torre de marfim, esperando por glórias póstumas e o afastando do engajamento na realidade de seu tempo.

Para Sartre, como vimos acerca da responsabilidade objetiva, o escritor será sempre engajado, não havendo possibilidade de escapar disso, e mais, seu pensamento e sua literatura são encarados como formas supremas de ação. Em sua genealogia do intelectual engajado Sartre erige o escritor como modelo paradigmático, ela faz isso ao considerar a escrita como a ação que nomeia e dá sentido a todos os atos, os fazendo existir assim à consciência comum geral. Neste passo, temos uma responsabilidade do escritor com características divinas, pois passa a ser seu atributo a nomeação das coisas do mundo e do próprio mundo em si.

A transferência desses poderes ao sujeito criador (escritor) lhe confere uma liberdade extrema, assim como, uma responsabilidade extrema. Essa liberdade plena é carregada de um dever de a garantir para todos e todas, um dever cidadão de sempre ser solidário à democracia (SAPIRO, 2015). Aqui o autor, busca transformar o imperativo de garantir a liberdade dos homens, não em um dever abstrato, mas sim político, embora não partidário, que se funda no trabalho literário de objetivação e desvelamento do mundo através das obras, objetividade que visa colocar o leitor face a face com sua responsabilidade sobre o mundo que está sendo mostrado e nomeado.

Não é descabido pensar que a partir do contato com diversos autores de territórios sob domínio colonial e, nos anos 1950, as experiências da guerra de independência da Argélia e também de países asiáticos (VALENTIM, 2017), Sartre tenha revisto e ampliado sua noção de responsabilidade do autor, assim como, tenha havido escritores e intelectuais anticolonialistas que tenham esposado a concepção sartriana de responsabilidade como forma de legitimar e embasar seu engajamento nas lutas de independência.

Aqui retomo Mário Pinto de Andrade (LABAN, 1997) que conta da participação de Sartre como membro do conselho da revista *Présence Africaine*, e vale destacar o prefácio sartriano à obra de Fanon, *Os condenados da Terra*, em que em linhas gerais o autor valida e aprova o argumento de Fanon, sugerindo que só haveria um objetivo para os povos colonizados, a saber, expulsar o colonialismo por todos os meios disponíveis (SARTRE, 2020).

O emprego da violência contra o colonizador não era entendido como um símbolo de retomada da barbárie, justo o oposto, uma ação de emancipação progressiva do combatente. Neste sentido, a guerra, como sugere Fanon (2020), era também um ato de cultura para os povos colonizados, uma vez que o próprio confronto direto ao colonizador produziria o fim do apagamento do sujeito colonial, recuperando o status de humanidade negado e desapropriado pelo ocupante.

Não é estranho localizar assim na produção literária e na trajetória pessoal de Mário Pinto de Andrade e de seus contemporâneos, principalmente Agostinho Neto e Amílcar Cabral (convertidos depois em líderes revolucionários e de suas nações independentes), o engajamento político da literatura (CHAVES, 2009; MATA, 2017; MOURÃO, 1978) que no período foi veiculado principalmente através da forma poética.

O que sugiro, retomando e ampliando o argumento, é que com as independências e instalação de novos regimes políticos houve novas condições de exercício da atividade literária que se criaram em todos os PALOP, com um fortalecimento do campo de produção ideológica e o surgimento de um campo político nacional e autóctone que coloca em cena a possibilidade de profissionalização da política e de sua correlativa autonomização com relação a outros campos. Vale dizer também que com a expulsão do colonizador, há o fim de uma censura imposta pelo poder colonial, mecanismo que envolve um critério exterior ao campo literário e acaba também por plasmar a produção literária dos territórios até então sob domínio de um poder estrangeiro (ZIMBLER, 2009).

Além dos elementos mencionados, a própria trajetória de Mário Pinto de Andrade é paradigmática dos novos desafios que se impõe para escritores e intelectuais em suas jovens nações, como mostra Kajibanga (2000), Andrade sai de Angola logo após a independência nacional devido a um conflito entre frações internas do MPLA, seguindo para Guiné-Bissau, onde se tornou Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Cultura (1974-1978) e Ministro de Informação e Cultura (1978-1980). Neste país, seguindo sua atuação como editor, escritor e agitador cultural, Andrade lançou uma série de antologias poéticas, uma antologia do partido revolucionário local, o PAIGC, criou um grupo de ballet e o Instituto Nacional de Cinema.

Depois ainda foi consultor da UNESCO e professor na Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique. Terminou seus dias na Inglaterra, sem um documento oficial angolano e só retornando ao solo natal para ser enterrado. Como sugere Kajibanga (2020), há um estranhamento evidente nesse processo “ironias da história, o fundador do moderno movimento nacionalista angolano nunca conseguiu um passaporte angolano” (TOMÁS apud KAJIBANGA, 2000, p. 211).

E aqui menciono o primeiro traço que, a nosso ver, corrobora a ideia de uma estrutura de sentimento que expressa uma desconfiança dos escritores em relação às classes dirigentes dos países recém-independentes. Muitos autores e autoras logo após as revoluções acabaram por entrar no aparelho de Estado devido à sua participação nas lutas anticoloniais, mas também pela escassez de pessoal qualificado para o exercício de múltiplas funções, sejam na área de educação, finanças, cultura, relações exteriores e tantas outras. Tal processo, somado às rivalidades e discordâncias no interior dos movimentos independentistas convertidos em partidos, geravam rachas e disputas por posições de poder que começaram a incomodar alguns autores e autoras e, como mostraremos, passaram a fornecer material para criação literária.

Há um depoimento eloquente de Alda do Espírito Santo sobre isso, em que ela vocaliza uma posição de Luandino Vieira sobre escritores e escritoras que assumiram funções burocráticas nos estados recém independentes:

P. – Quer falar das actividades oficiais que tem tido ao longo destes anos, depois da independência?

A. E. S. – Nunca colidiram com a visão que eu tinha da cultura, nunca – tanto assim que o Luandino Vieira, quando chegou aqui, disse: ‘A Alda é uma pessoa diferente porque os cargos não a impedem de ser aquilo que é!’. (LABAN, 2002, p.103)

A citação da fala de Luandino ganha interesse à medida em que aponta que os cargos assumidos pelas pessoas depois das independências estariam as impedindo de ser quem são. Tal fala é mais contundente do que o tom que adotou em entrevista Michel Laban em 1988 (LABAN, 1991a), em que perguntado sobre uma crise que teria advindo aos escritores após as independências, que saíram da posição de lutadores contra um sistema, para a de partícipes da (re)construção de um país.

Na resposta a essa questão que Luandino reivindica o papel/função social do escritor como uma consciência crítica ampla, que deve atuar não como um mistificador à serviço do poder instalado, mas mais como uma espécie de esclarecedor da opinião pública, que escreve para dar a ela os meios para que julgue os fatos por si mesma.

Na minha ideia, seremos cada vez mais a levamos a literatura às últimas consequências – portanto, às consequências a que deve ser levada a grande literatura

-, seremos cada vez mais filhos da sociedade angolana e enteados do Estado angolano ... – quando à partida éramos filhos dilectos e queridos do Estado angolano... Isto, sem apreciações de valor. Não é que uma coisa já má, outra coisa boa... Estou a tentar ver como é que a história nos vai passando rasteiras ao longo destes anos! (VIEIRA apud LABAN, 1991a, p. 428).

Apesar da ambiguidade da colocação de Luandino Vieira, somando-se esse trecho a sua consideração sobre Alda, penso que o autor tinha consciência de que a responsabilidade do escritor, seu papel e função social, mudavam quando se estava do lado dominante do poder – sem colocar o mérito de se o exercício deste poder monopoliza o espaço de produção simbólica e ideológica do território, trazendo implicações ainda mais complexas.

As informações biográficas acerca de Luandino Vieira são bastante esparsas e escassas, dado que o autor nunca foi muito afeito e sempre foi bastante econômico ao tratar do tema. Nasceu em Vila Nova do Ourém (Lagoa do Furadouro) em Portugal, 1935, e logo após entre um a dois anos já se mudou para Angola com sua família. Do pai sabemos que além de português, era sapateiro, dono de um pequeno negócio em Luanda, onde empregava poucos funcionários, isso até ficar doente e retornar a Portugal em 1967. Luandino realizou os estudos primários e secundários em Angola, preso em 1961 por atividades anticoloniais e condenado a 14 anos de cadeia. Depois de passar por algumas cadeias luandenses foi encaminhado para o campo de concentração do Tarrafal aproximadamente em 1964, lá ficou até 1972, quando retorna à Lisboa em regime de prisão aberto, mas com vigilância. Entre 1972 e 1974 trabalha na Edições 70 com o editor Soares da Costa, que publica a maioria dos seus trabalhos. Nessa editora também atua divulgando outros compatriotas e depois se utilizou do contato com Soares da Costa para um acordo com a União dos Escritores Angolanos que fundou e foi secretário-geral durante muitos anos. Retornando a Angola depois de 1975, ainda ocupou os cargos de diretor de programas de televisão popular, Diretor Nacional do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA e depois Coordenador da comissão estruturadora do Instituto Angolano do Cinema (LABAN, 1980).

Embora haja alguns trabalhos na área de literaturas africanas de língua que começam a se debruçar sobre a recepção dessas literaturas no país (ALVES, 2019; CRUZ, 2018) e também sobre os mecanismos de consagração e circulação que as regem no espaço mundial (BUCAIONI, 2020), pouco se escreveu relacionando o recrutamento social dos escritores às suas produções simbólicas. Talvez o trabalho mais próximo ao que tento realizar aqui seja o de Nazir Can (2020), focado no campo literário moçambicano.

Este tipo de enquadramento proporcionado pela sociologia da literatura permite lançar foco para temas pouco observados na bibliografia geral a respeito dessas literaturas que

comumente buscam análises literárias centradas em temas como: memória, nacionalidade, identidade, etc. Além disso, costuma-se estudar trabalhos individuais de um(a) determinado(a) autora de maneira isolada, evitando-se dar tratamento aos criadores dentro de espaços coletivos mais amplos (ALVES, 2019). Não obstante, essas diferenças, concordo com Can (2020) e Noa (2015) em suas leituras gerais acerca das literaturas produzidas nos países africanos de língua oficial portuguesa no momento pós-independência, principalmente com os contrastes que os autores estabelecem entre a literatura colonial que existia no pré-independência.

Prevalencia uma literatura colonial que tendia a representar o colonizado como mero objeto de uma paisagem selvagem e homogênea, uniformizando todo o continente e silenciando todas as vozes locais que eram tratadas sempre de modo unifocal, com desconforto e colocando o colono em um papel de herói. As literaturas nacionais que surgem, de diferentes modos e maneiras, tendem a representar a população local em sua diversidade, de modo multifocal e plural, apresentando inclusive, em diferentes níveis, as diversas contradições impostas pela história naqueles territórios e gentes (CAN, 2020).

Buscamos nesse capítulo mostrar como essas novas representações, que apresentam variações entre os diversos países que compõem os PALOP, são expressivas também de uma nova noção de responsabilidade do escritor, como um crítico mais generalista e amplo de sua realidade e do próprio processo de descolonização, e como essa nova posição e responsabilização engendrou uma estrutura de sentimento de simpatia pelo processo revolucionário, pela população pobre, humilde e rural e pelas independências com um temor de que as novas elites dirigentes nacionais desvirtuassem os sonhos e utopias que gestaram a luta anticolonial, uma vez erigidos em condutores e líderes de novos Estados nacionais.

Para análise da responsabilidade do escritor e da estrutura de sentimento foi selecionado um corpus de 10 livros, de 7 autores, com um representante ao menos de cada país dos PALOP. Os critérios de escolha foram livros de estreia de ficção ou o segundo livro de autores(as) que publicaram tais obras entre 1985 e 1995²⁶. Isso porque a tentativa foi de captar quais as principais questões que se colocavam entre os escritores dos países de língua portuguesa, pensando que neste período acabaram por não se engajar tanto em projetos

²⁶ Procuramos selecionar ao menos um autor de cada um dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), bem como apresentar obras de mulheres e não somente de autores homens. A tentativa foi de diversificar ao máximo o corpus visando saturar e testar o enquadramento analítico aos mais diversos contextos, mostrando o que há de singular em cada experiência e o que também haveria de comum.

coletivos como os da LEC e nem participaram tão ativamente quanto os burocratas de Portugal e Brasil na criação do Prêmio Camões.

Quadro 7 – Autores selecionados para análise e suas obras

Autores	Livros	País	Ano de Estreia da Obra
Abdulai Sila	Eterna Paixão	Guiné-Bissau	1994
Abdulai Sila	A última tragédia	Guiné-Bissau	1995
Germano Almeida	O testamento do senhor Napumuceno	Cabo Verde	1989
Germano Almeida	O meu poeta	Cabo Verde	1990
Mia Couto	Terra Sonâmbula	Moçambique	1992
Olinda Beja	15 dias de regresso	São Tomé e Príncipe	1993
Paulina Chiziane	Balada de amor ao vento	Moçambique	1990
Paulina Chiziane	Ventos do Apocalipse	Moçambique	1993
Pepetela	A Geração da Utopia	Angola	1992
Ungulani Ba Ka Khosa	Ualalapi	Moçambique	1987

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dos autores e autoras selecionados, uma exceção foi feita ao livro de Pepetela que não se trata nem de obra de estreia e nem de uma segunda obra, mas já o sétimo livro. A obra *A Geração da Utopia* foi incluída, pois apareceu citada em uma entrevista com um dos autores da lista (Germano de Almeida) e no prefácio ao primeiro romance de Abdulai Sila como um texto que serviu de influência para a escrita dos livros *O meu poeta* e *Eterna Paixão*. Dada esta circulação da obra e sua citação como inspiração a trabalhos que se enquadravam na amostra, resolvi incluí-la na análise.

A seguir apresento os dados morfológicos de origem social dos escritores e escritoras para comentar algumas características compartilhadas entre autores e autoras, bem como ilustrar também algumas singularidades, para passar na sequência a uma apreciação circunscrita das obras e de trechos de entrevistas concedidas pelos autores que deixam entrever a ideia da nova noção de responsabilidade do escritor que emergia e a estrutura de sentimento que a acompanhou nos romances.

Quadro 8 – Prosopografia dos sete escritores selecionados

Nome	Ano de Nascimento	Sexo	Raça (atribuída pelo pesquisador)	Idade (2018)	Origem (País)	Cidade	Ocupações	Formação (Graduação)	Formação (Pós - Graduação)
Abdulai Sila	1958	M	Negro	60	Guiné-Bissau	Catió	Engenheiro, Economista, Empresário (dono de uma empresa de comunicação em Guiné Bissau), Editor (Ku Si Mon)	Engenharia Electrotécnica	Engenharia Elétrica (Mestrado)
Germano Almeida	1945	M	Branco	78	Cabo Verde	Ilha de Boa Vista	Advogado e Alto funcionário Público	Direito	Não
Mia Couto	1955	M	Branco	63	Moçambique	Beira	Jornalista, Escritor e diretor da empresa Impacto Ambientais	Biologia	Não
Olinda Beja	1946	F	Negro	72	São Tomé e Príncipe	Guadalupe	Professora Ensino Secundário	Letras (Francês e literaturas africanas)	Não
Paulina Chiziane	1955	F	Negro	63	Moçambique	Gaza	Escritora	Letras (incompleto)	Não
Pepetela	1941	M	Branco	77	Angola	Benguela	Escritor	Sociologia	Não
Ungulani Ba Ka Khosa	1957	M	Negro	61	Moçambique	Inhaminga	Escritor, Professor; Diretor do Instituto Nacional do Livro e do Disco (Funcionário Público de Médio Escalão)	Direito, Licenciatura em História e Geografia	Não

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Quadro 9 – Dados sobre a profissão e escolarização dos pais dos autores e autoras

Nome	Profissão do Pai	Profissão da Mãe	Escolarização do pai	Escolarização da mãe
Abdulai Sila	Motorista de Caminhão	Do lar	*	*
Germano Almeida	*	*	*	*
Mia Couto	Jornalista, escritor e editor	*	Ensino Médio	*
Olinda Beja	Enfermeiro	Camponesa/ Do lar	Técnico	Básico
Paulina Chiziane	*	*	*	*
Pepetela	Comerciante	Do lar	Básico	Básico
Ungulani Ba Ka Khosa	Enfermeiro	Enfermeira	*	*

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dos 7 autores selecionados 3 são mulheres e 4 são homens, 4 são negros e 3 brancos melhor diferenciar x homens brancos, y mulheres brancas, w homens negros e z mulheres negras, 6 tem ensino superior completo (Direito, Biologia, Engenharia, Letras, Sociologia e História e Geografia). Três autores são nascidos dos anos 1940 e 4 na década de 1950, assim nos anos 1980/1990 quando escreveram/publicaram suas obras contavam entre 40 a 50 anos de idade, e vivenciaram as lutas de libertação nacional entre seus 20 a 30 anos, portanto, bastante jovens. Nenhum possui pós-graduação a exceção de Abdulai Sila que terminou estudos superiores na área de engenharia, e no que tange as origens sociais familiares temos uma maioria de filhos de profissionais liberais e de comerciantes, com exceção de Mia Couto que tinha um pai jornalista e que talvez entre toda a amostra, seja o que tinha o maior nível de escolarização, apesar dessa informação ser escassa e quase inexistente para a maioria dos selecionados. Chama a atenção a profissão das mães, boa parte delas dedicadas ao lar, uma camponesa e uma enfermeira, mas nenhuma próxima do mundo das artes e das letras.

Entre autores e autoras Pepetela, Mia Couto, Ungulani Ba Ka Khosa e Germano de Almeida tiveram cargos nos governos no período pós-independência cumprindo diferentes funções, de ministro como Pepetela, a diretor de jornal ou do setor de comunicações como Mia Couto, procurador-geral como Germano de Almeida, até educador e editor como Abdulai Sila e diretor de instituto como Ungulani. Olinda Beja foi durante muitos anos escritora e Paulina

Chiziane atuou com educação e como trabalhadora rural para si e sua família na sua região, atualmente vive parcialmente da remuneração de seus livros e da atividade de escritora.

Entre os escritores e escritoras temos níveis e alcances de consagração bastante variados, com quatro galardoados com o prêmio Camões (Mia Couto, Pepetela, Paulina Chiziane e Germano de Almeida), quatro agenciados pela principal agência para os países de língua oficial portuguesa, a Mertin (Mia Couto, Germano de Almeida, Pepetela e Paulina Chiziane) e um autor como o mais traduzido entre todos os autores africanos de língua portuguesa (BUCAIONI, 2020), Mia Couto, seguido nesse quesito por outros escritores não listados e na sequência por Pepetela, Germano Almeida e Paulina Chiziane – Olinda Beja, Ungulani e Abdulai não constam da lista dos mais traduzidos.

Excetuando Mia Couto, talvez o escritor com origem social mais favorável e privilegiada entre todos e todas da lista, esses autores e autoras em sua maioria serão os primeiros e primeiras das suas respectivas famílias a avançar em suas escolarizações, a menos ao ponto de frequentar no mínimo o ensino superior em suas trajetórias, titulação bastante escassa em seus contextos, principalmente no período pós-independência, o que os qualificava ao exercício de postos na burocracia nascente nas várias frentes que eram possíveis de serem aproveitados: comunicação, ensino superior, ministérios, institutos de cultura, etc.

São esses autores, porém, que diferente dos nomes mais próximos da geração de Mario Pinto de Andrade e Luandino Vieira (nascidos em meados década de 1930), que ao final dos anos 1980/1990 continuaram bastante ativos literariamente e na arena pública de suas nações, falando na maioria dos casos não mais como políticos ou funcionários públicos, mas sim como escritores e intelectuais mais profissionalizados e fazendo valer suas vozes a partir de seus instrumentos criativos, as palavras e os livros. Passemos aos livros e como eles dão expressividade em seus estilos, escolhas e narrativas ao movimento que estamos buscando descrever.

Pepetela – *A geração da utopia*

Livro publicado em 1992, primeiro em Portugal pela editora Caminho e depois publicado no Brasil somente em 1997, a obra é o sétimo livro do autor, que nos anos seguintes permaneceu produzindo constantemente. O livro é um romance dividido em quatro partes: “A Casa - 1961”, “A Chana - 1972”, “O polvo – 1982” e “O templo -1991”. Os quatro capítulos percorrem no total um arco de 30 anos, e neles acompanhamos a história de 4 personagens principais: Sara, angolana branca e estudante de Medicina; Malongo, seu namorado de Sara, um jovem imigrante angolano que vem para Portugal estudar e buscar alcançar o sonho de ser

jogador de futebol, porém é indisciplinado e nunca consegue ter a disciplina necessária para deixar de ser suplente no Benfica F.C.; Victor Ramos, é o colega de quarto de Malongo segue o curso de Medicina Veterinária, embora mais centrado que o colega, tem dificuldades em prosseguir com os estudos, amargando constantes reprovações; por fim, Aníbal, que estuda História e Filosofia, sendo o mais politizado das quatro personagens, é tido como uma referência no grupo, sendo bastante respeitado e ouvido.

Em “A Casa” temos a referência à Casa dos Estudantes do Império, com a apresentação das personagens, suas origens, os conflitos pessoais e políticos que vivenciavam e as suas rotinas. Depois, em “A Chana” temos um capítulo que trata de um episódio de combate no interior do país vivenciado por Aníbal, codinome de guerra Sábio e Victor, codinome de guerra Mundial, em que somos apresentados a uma quase deserção sem honras de Victor e por uma sorte do destino, há uma reviravolta e uma situação de quase abandono da guerra e do combate, vira um trunfo para uma futura promoção a ministro. Em seguida, em “O Polvo” temos Aníbal em um momento de autoexílio, vivendo em uma cidade litorânea de Benguela, afastado de tudo e todos, sobrevivendo de um pequeno auxílio de alimentação e combustível fornecido pelo quartel militar mais próximo. Nesta seção aparecem as reflexões mais radicais e que constantemente geram interpretações do livro como uma obra da desilusão e da desesperança. Isso porque Aníbal se apresenta muito decepcionado e desiste de todo engajamento que teve anteriormente que era total e fonte de inspiração para seus amigos e amigas próximas, principalmente Sara. Por fim, na seção “O Templo”, acompanhamos o desenlace da história de Malongo que se torna um intermediário de grandes empresas em Angola e favorecido por Victor, então ministro do país. Além das transações escusas e indecorosas que realiza, Malongo resolve investir em um pretense sacerdote que deseja fundar uma nova igreja em Angola, baseada em uma cerimônia pirotécnica cheia de luzes e músicas, como um show pop.

Os personagens mais criticados no livro são Victor (Mundial) e Malongo, a crítica é vocalizada principalmente por Aníbal e em boa medida também por Sara, mas é o Sábio que encarna a figura do ex-combatente que se retira do mundo dado o tamanho da decepção que o atinge ao ver os rumos que tomaram o projeto utópico de sua geração.

Como todos, enquanto são dirigentes. São todos capazes e honestos, sem exceção. Quando um deixa de ser dirigente, então é que se sabe que afinal era um incompetente e um corrupto. A mitologia do poder, ou a mitificação dos homens do poder. Passa-se em qualquer religião ou seita. O chefe da seita é um santo, um desinteressado, adorado pelos fiéis. Quando cai, descobre-se que era o diabo e tem uma conta secreta na Suíça com milhões. Tudo isso é tão antigo e repete-se sempre em todos os regimes. Mas as pessoas não veem, porque acham que a sua experiência é única e melhor que as outras. Uma fé, como a religiosa. Ora, uma fé não se combate, nem por explicações racionais. [...]

Isso de utopia é verdade. Costumo pensar que a nossa geração se devia chamar a geração da utopia. Tu, eu, o Laurindo, o Vítor antes, só para falar dos que conhecestes. Mas tantos outros, vindos antes ou depois, todos nós a um momento dado éramos puros e queríamos fazer uma coisa diferente. Pensávamos que íamos construir uma sociedade justa, sem diferenças, sem privilégios, sem perseguições, uma comunidade de interesses e pensamentos, o paraíso dos cristãos, em suma. A um momento dado, mesmo que muito breve nalguns casos, fomos puros, desinteressados, só pensando no povo e lutando por ele. E depois... tudo se adulterou, tudo apodreceu, muito antes de se chegar ao poder. Quando as pessoas se aperceberam que mais cedo ou mais tarde era inevitável chegarem ao poder. Cada um começou a preparar as bases de lançamento para esse poder, a defender posições particulares, egoístas. A utopia morreu. E hoje cheira mal, como qualquer corpo em putrefação. Dela só resta um discurso vazio. (PEPETELA, 2013, p. 245/246)

Tens razão – disse o Sábio. – O mais importante para uma geração é dar qualquer coisa de bom à seguinte, um projeto, uma bandeira. No fundo, é o pai a deixar uma herança para o filho. E é triste sentir que a nossa geração, que vos deu apesar de tudo a independência, logo a seguir vos tirou a capacidade de gozar. Como o pai que, ao oferecer um brinquedo ao filho, o monopoliza, só ele brinca com ele, com o pretexto de que o filho o vai estragar. Não é mesmo tragicabsurdo? [...] Nós, os intelectuais, sempre tivemos belas ideias, mas nunca fomos capazes de as defender a sério. [...] Tornaram-se intelectuais com vergonha de o ser. Não exerceram o seu papel de intelectuais, aqueles que mostram o caminho. Chegaram ao ponto de aceita serem considerados por alguns ditos dirigentes como inimigos de classe por terem estudado mais que outros. [...] Quando os intelectuais se demitem, é evidente que a sociedade perde o norte, vai buscar outros valores, geralmente à mediocridade. Esse é o problema que estamos com ele (PEPETELA, 2013, p. 369/370/371)

A longa citação explicita meu argumento, a saber, a crítica feita pela personagem Aníbal, se dirige não à utopia de sua geração, mas sim aos dirigentes e líderes que a adulteraram, a colocaram para apodrecer, a corromperam com seus particularismos e egoísmos. Há ainda a simpatia pelo sonho, mas é necessário que, no trecho citado, o intelectual assuma um papel de “aquele que mostra o caminho” que aponta um norte.

E aqui desponta a responsabilidade do escritor, como um crítico de seu tempo que deseja apontar incongruências e maus comportamentos de seus colegas a eles mesmos e à população de leitores, tendo em vista diminuir a distância que os escritores viam entre as palavras e as ações que os dirigentes tomavam.

“P. – Gostaria de saber como é que concilia as funções de escritor crítico – em relação à sociedade pós-independência – e de responsável político que foi, diretamente, até 1983.

Pepetela – Bom, era difícil conciliar – na época era extremamente difícil conciliar. A escrita aí aparecia, realmente como um contrabalanço do outro lado, do outro “eu”. Às vezes, precisava de me dividir – muitas vezes perguntava-me a mim mesmo: “Neste momento o que é que eu sou? Estou a tomar uma decisão, mas estou a toma-la como governante ou como escritor do livro que estou a escrever?”. Exactamente o inverso... Era difícil conciliar. Agora, de qualquer modo, digamos os aspectos críticos que aparecem nesse livro não são fundamentalmente críticas estruturais, são de comportamentos – que eu considerava, e considero, comportamentos errados... E aí já a conciliação é mais possível – é vista em termos de militante, militante que critica comportamentos errados. De maneira que havia o

fim de atingir um objectivo – objectivo esse que o governante percebe, também. A conciliação fazia-se a esse nível. (PEPETELA apud LABAN, 1991b, p. 804)

Na entrevista dada a Michel Laban, fica mais clara o ajuste proposto na função social do escritor, que enquanto fazia parte do Estado tinha que lidar com seu próprio *habitus* cindido, de exercício de uma atividade literária que tinha que tatear suas críticas ao próprio aparelho da qual emanava e estava vinculada, e, por outro lado, o papel do político que tinha que seguir as razões de Estado e/ou partidárias, muitas vezes contrárias ao desejo do escritor²⁷.

Assim, seja a responsabilidade de apontar caminhos ou de criticar comportamentos errados, reitera a posição pleiteada do autor como aquele que tem no exercício crítico de todas as dimensões da sociedade o seu fundamento, e que ao virar texto se volta principalmente aos dirigentes e aos ideais que defendiam, procurando reanimá-los desconfiados que se não lembrarem dos motivos que os levaram à luta, suas utopias e sonhos serão esquecidas e perdidas, e é papel dos escritores então, lembrá-las.

Germano de Almeida – *O Testamento do sr. Napumoceno da Silva Araujo e O meu poeta*

O livro *O Testamento do sr. Napumoceno da Silva Araujo* foi publicado em 1991 em Portugal pela editora Caminho e depois em 1996 pela editora Companhia das Letras no Brasil, mas teve sua primeira edição num selo editorial próprio criado por iniciativa dele mesmo e de alguns outros escritores cabo-verdianos, que desejavam publicar seus trabalhos por fora dos circuitos oficiais e estatais de edição, naquele período bastante subfinanciados e dominados por setores do regime do partido único, o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) (VARELA, 1993).

A Ilhéu Editora, como veremos no próximo capítulo apresentou uma iniciativa semelhante a outros casos dos PALOP, como a Kusimon em Guiné-Bissau de Abdulai Sila. Em ambas as casas editoriais um dos principais objetivos de seus criadores foi a edição de suas próprias obras, então dificultada por questões de relacionamento político com o poder instalado no país, ou mesmo por falta de financiamento e estrutura das editoras nacionais/estatais.

A Ilhéu Editora publicou a maioria das obras de Almeida, fazendo com que suas obras primeiro estreassem em Cabo Verde e depois seguissem o circuito de alguns países de língua

²⁷ Pepetela em sua trajetória ocupou os seguintes cargos políticos: Diretor do Departamento de Educação e Cultura e do Departamento de Orientação Política; em 1975, até à data da independência de Angola, foi membro do Estado Maior da Frente Centro das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) e participou na fundação da União de Escritores Angolanos; de 1976 a 1982 foi vice-ministro da Educação, passando posteriormente a lecionar Sociologia na Universidade Agostinho Neto, em Luanda, até 2008. Desde sua fundação, desempenhou cargos diretivos na União de Escritores Angolanos.

portuguesa, nomeadamente Portugal e Brasil. Se o *Testamento* é um caso bem-sucedido de circulação nos três espaços, não se pode falar o mesmo da obra *O Meu Poeta*, publicada a primeira vez no arquipélago em 1989 e depois em Portugal, pela Caminho, em 1992, mas nunca trazida ao Brasil.

O primeiro livro (por ordem cronológica) trata da vida de um comerciante da ilha de São Vicente, em Cabo Verde, os acontecimentos se passam entre 1940 e 1975. O mote da história é a leitura do testamento, o Sr. Napumoceno da Silva Araújo, que tomou a decisão de o escrever dez anos antes de sua morte, totalizando 387 páginas em papel almaço pautado.

O tamanho inédito e pitoresco do testamento já em si chama bastante a atenção, mas depois ainda o leitor vai sendo cada vez mais surpreendido com a história de um rapaz que de pés descalços vendendo guarda-chuvas em uma terra que não chove nunca, fez fortuna.

O Sr. Napumoceno funda a Araújo Ltda., na qual trabalha com importação e exportação de mercadorias, e sua personalidade se cinde em dois momentos, do homem pacato e calmo, ao homem mais arrojado e ligado à tecnologia depois de conhecer a América (Estados Unidos). Ao longo da leitura revela-se a existência de uma filha não reconhecida oficialmente em vida, mas que herda todos os bens da Araújo Ltda, Maria da Graça. Fruto de um caso do sr. Napumoceno com a empregada que fazia limpeza de seu escritório, Dona Chica. Quando estava grávida de Napumoceno, ela saíra do trabalho e passara a viver em Lombo de Tanque, ganhando uma pensão mensal trazida por envelope, por Ramires, um portador da firma Araújo Ltda.

Embora aborde menos diretamente as questões que estamos tratando a respeito da noção de responsabilidade do escritor e sua relação com as elites dirigentes, vemos desde o título da obra uma preocupação com um certo legado, no caso o legado propiciado pelo comerciante Napumoceno, que apesar de ser um simples homem de negócios decide deixar um relato minucioso de sua vida em que tece críticas aos seus compatriotas, o que permite interpretar o livro por meio do argumento em desenvolvimento:

E sua própria experiência ensinara que esta ilha transforma as pessoas, tornando-as ligeiras, quase que desprendidas, preocupadas apenas em ganhar dinheiro para festejar, como se esta fosse a única coisa válida da vida. E acabou por ensaiar uma análise cuja tese principal era a seguinte: S. Vicente é uma ilha de povoamento recente, feito com recurso aos naturais das outras ilhas que a seca, falta de trabalho e outras misérias forçaram à migração. Ora essas criaturas abandonam ilhas de fortes tradições próprias e já com enraizadas formas de estar no mundo, para de repente se lançarem num espaço hostil e onde, para sobreviver, são obrigadas a miscigenar diferentes culturas regionais com o conseqüente prejuízo de nenhuma delas ser suficientemente maioritária para se impor. E é esta circunstância, mais a ausência de uma ancestral ligação a esta terra, que faz do homem de S. Vicente um ser leviano e fluido, sem a salutar verticalidade e firmeza natural de Santo Antão ou Santiago onde os valores sociais e regionais se mantiveram intangíveis. E é sem dúvida interessante verificar a perda de robustez, quer física, quer espiritual, desses povos específicos quando postos

em contacto estreito com S. Vicente. Porque de indivíduos calados, pensados, cuidadosos no uso das palavras, transformam-se em palavrosos fala-baratos em constante necessidade de afirmação pessoal. (ALMEIDA, 200, p. 140)

Pessoas preocupadas apenas em ganhar dinheiro e festejar como se fosse a única coisa válida na vida, sem robustez física e espiritual, indivíduos palavrosos e em constante busca de afirmação pessoal, críticas dirigidas, em geral, às pessoas de São Vicente se voltará com força a elite política e intelectual cabo-verdieana em *O Meu Poeta*.

Nesta obra, o narrador principal é o secretário do “Poeta”, convidado por uma editora, uma ex-revolucionária, pela qual o secretário morre de amores, a escrever o perfil biográfico do “Meu Poeta”, e assim o funcionário do Poeta passa a escrever à editora sobre o livro. De modo que se trata de uma narrativa do que o secretário pretendia escrever e não o livro propriamente. A personagem principal é, além disso, um narrador sem nome e bastante volúvel e irônico o tempo todo.

Os fatos narrados teriam ocorrido dez anos depois da independência de Cabo Verde, e a biografia do Poeta, Deputado e Embaixador Itinerante da Cultura de Cabo Verde, tem como principal mote e conflito a mobilização do secretário e do político-escritor em torno do fechamento “abusivo” de um bar na ilha, o “Retiro Fechado”. É criado um movimento contra a extinção do bar com discussão sobre a necessidade de estabelecimento de luto nacional e de se colocar a bandeira do país a meio mastro por todo território, uma vez que o bar não seria mais somente um bar, mas sim uma instituição de carácter nacional. Poderíamos citar os diversos episódios irônicos e satíricos mobilizados no enredo de *O Meu Poeta* (e também no *Testamento*), os quais são abundantes e bastante eloquentes das críticas à classe dirigente do país que o autor pretende tecer, mas para fins de argumentação selecionei alguns trechos em que o ataque aos governantes mostra o escritor se colocando como responsável pela vigilância e correção do mundo político, núcleo da estrutura de sentimento de desilusão em relação à classe dirigente condutora do processo de independência nacional

Eu não sei se te consideraste satisfeita, mas por mim, achei que ele não respondeu coisa nenhuma e mesmo já começo a pensar se de facto fizeste uma escolha acertada ao preferi-lo para abrir a colecção dos imortais. Por exemplo, lembras-te da parte em que lhe perguntaste se ele se assumia como poeta da situação? Eu ainda estou a vê-lo a atirar garfadas de arroz c’atum como deve ser, obrigatoriamente tem de ter aquele queimado no fundo da panela ao qual o nosso povo dá o gostoso nome de cocorota, e a responder que todos os artistas assumem uma posição em todas as situações, que a poesia é a arma política por excelência e que nenhum artista devia envergonhar-se de alinhar com os mais nobres ideais do seu povo porque a missão do intelectual não é outra senão servir.

Por acaso reparei no levantar das suas sobranceiras e acho que ele também viu porque logo se apressou a corrigir que servir não significa **servir a qualquer preço e a todo o custo, mas sim servir criticamente porque por mais engajado que esteja um intelectual com um determinado regime ou uma determinada política, ele**

tem como dever supremo não se silenciar face a abusos, injustiças e outros desmandos. (ALMEIDA, 1992, p. 249, grifo nosso).

Uma das principais críticas que se faz ao Partido, disse-lhe, é que o Partido como que considera que quem não é por ele é contra ele. Ora a gente já ouvia isto no tempo de Salazar. No entanto, **não ser do Partido não significa forçosamente contra o Partido; criticar o Partido sempre que se achar que ele não age correctamente não deve ser interpretado como ser-se da oposição.** Ora a verdade é que o Partido tem-se rodeado de oportunistas e tachistas que menos por ideologia que por ganância se apresentam como militantes e aderentes a filhados e apenas buscam os seus interesses. (ALMEIDA, 1992, p. 252, grifo nosso)

Porque a independência provocou um corte e um vazio. Corte para os tradicionais escritores e vazio para os engajados. Os engajados já não podem continuar a falar da luta; os tradicionais sentem que o paradigma desapareceu, que já não podem continuar descrevendo como estática uma realidade que sentem estar em constante e permanente mudança. (ALMEIDA, 1992, p. 286)

Em diversas passagens do livro identificamos discussões acerca do papel dos intelectuais em Cabo Verde, como no primeiro excerto citado, no qual aparece a censura ao servilismo dos intelectuais e escritores a um regime ou política, e a indicação de que devem denunciar abusos e injustiças mesmo dentro do seu próprio campo ideológico. Além dessa defesa há a tentativa de manifestar uma crítica quem nem sempre implica uma oposição frontal. Tal posicionamento, recorrente em livros, entrevistas e iniciativas institucionais dos escritores, buscava ampliar a possibilidade de dissenso em seus territórios, sem que isso fosse de imediato criminalizado ou censurado.

Sugere-se, a partir dessas leituras, que a estrutura de sentimento também visa abarcar a ampliação dos horizontes de dissenso possível entre intelectuais e escritores e sua nascente classe dirigente, sem que isso fosse interpretado como um gesto de oposição absoluta e agressão a determinada facção ou fração dos governantes no poder no momento da emissão da crítica.

Em entrevista à Michel Laban (1992), com os colegas de revista literária Ponto & Vírgula, Leão Lopes e Rui Figueiredo, gestada no mesmo espírito da Ilhéu Editora, Germano de Almeida afirmou reforçando as ideias mobilizadas nos trechos citados e algumas até formulando, quase *ipsis litteris*:

G.A. – Eu não estou essencialmente em desacordo com aquilo que disseram agora o Rui e o Leão; mas, a mim, parece-me o seguinte: é que essa afirmação de que “já não somos os flagelados do vento leste” é uma afirmação, evidentemente política. Se repararmos nos escritores cabo-verdianos seguintes à geração de Certeza, todos eles embandeiraram como políticos – e políticos partidários evidentemente – e, enfim, escreveram muita poesia, escreveram alguma prosa – sobretudo poesia, alguma prosa – quando se questionavam sobre a fome cabo-verdiana, a miséria cabo-verdiana, a falta de chuva, sobre os homens não nos chamarem irmãos, isto tinha em vista atacar o regime colonial. Depois, o regime colonial acaba, os escritores entram no esquema político, no esquema partidário, e eles não são capazes de continuar a combater isto. É claro que, pode-se dizer, efetivamente, por mais que se queira fazer, por mais que se tenha feito, em dez anos não é possível mudar-se a estrutura dum país. Mas o

escritor ligado partidariamente tem dificuldade em assumir isto. Uma coisa que se constata, aqui em Cabo Verde, é que nossos poetas praticamente calaram-se. Começaram a produzir poesia – uma poesia menor. Porquê? Porque os valores que lhes eram gratos, o ataque, de certo modo, formal, ao regime colonial deixou de ter razão de ser. Já não podem continuar a combater as coisas que já acabaram: o regime colonial já acabou, agora combate-se o quê? Já não se pode combater o Governo nacional, não se pode combater o Partido nacional, na medida em que eles estão engajados nesse partido e continuam acreditando que esse Partido pretende modificar a face do país. Daí que podíamos dizer, efetivamente: eles podiam falar desse país enquanto ele está a ser mudado. Até hoje não se fez isto. (ALMEIDA apud LABAN, 1992, p. 638-639)

A dificuldade da geração engajada e da geração anterior que ascendeu ao poder seria discutir o país enquanto ele está passando por um período de mudanças intensas, sem renunciar a emitir seus pontos de vista sobre o próprio processo, mesmo fazendo parte do governo que promove as políticas de transformação. O dilema que se apresentava, para Germano era descrever uma sociedade estática que já não existia mais, ou aderir a uma descrição do presente conforme as lentes do partido no poder. Foi a esse projeto de alargamento do espaço crítico que o projeto literário de Germano de Almeida se dedicou ao decorrer de sua trajetória literária, sempre usando e abusando de muito humor, ironia e sátiras.

Abdulai Sila – *Eterna paixão* e *A última tragédia*

Eterna Paixão pelo país e pelas gentes, a confiança na pureza do ser humano, nos que resistem aos males da sociedade, quais tentáculos de um polvo enraivecido e ávido de prazeres maléficos. Perguntamo-nos como foi possível isto e aquilo. Como é que fulano de tal que fez escola comigo, andou comigo na militância, partilhou esta e aquela ideia e ação, pode agora ser o símbolo da corrupção que Pepetela tão bem descreveu na sua Geração da Utopia (LOPES, 1995, p.8).

Apesar de não ter ocupado postos nas altas hierarquias da administração estatal bissau-guineense, como o fizeram Pepetela e Germano de Almeida, em Angola e Cabo Verde, respectivamente, antes de sair do seu país natal para estudar Engenharia na Alemanha, Sila se envolveu diretamente ainda em sua adolescência na mobilização política e nos projetos de alfabetização da população da Guiné-Bissau no período pós-independência.

De modo que não é estranha a citação de Carlos Lopes em prefácio à primeira obra publicada de Sila, *Eterna Paixão*, do romance de Pepetela, *A Geração da Utopia*, já comentado aqui neste trabalho. Viemos argumentando até aqui a respeito da mudança ou reajustamento da noção de responsabilidade do escritor, e de uma estrutura de sentimento que expressa simpatia pelo processo, ideais e sonhos da luta anticolonial, mas que se mostrava um temor por parte dos escritores, em relação às práticas e ações das novas elites dirigentes. Além disso, vale mencionar a vontade de ampliação das possibilidades de críticas internas aos regimes, sem necessariamente envolverem-se no campo opositor a todo processo de descolonização. Por fim,

no caso de Sila e na citação de Lopes, vemos os escritores a todo momento realizando um contraste entre as expectativas geradas pelo engajamento a favor das independências e os resultados concretos que foram sendo obtidos e construídos anos depois.

A disparidade entre o que era esperado como um futuro desejável e a realidade que se impunha nos diferentes contextos (guerras civis, golpes de estado, pobreza, censura, corrupção, etc.), os levava a buscar por meio de seus livros também uma proposta de ajuste entre expectativa e realidade, ou ao menos tentava-se denunciar a discrepância entre o que foi sonhado e o que de fato estava sendo implantado.

É esta outra camada que os romances de Sila *Eterna Paixão* e *Última Tragédia*, expressam com bastante força. O primeiro se trata do primeiro romance publicado em seu país, de uma obra nunca publicada fora da Guiné-Bissau, o segundo título foi publicado diretamente no Brasil pela editora Pallas somente no ano de 2006, mais de uma década depois de sua estreia. As primeiras edições na Guiné, a exemplo do que ocorreu com Germano de Almeida, foram possíveis graças a uma editora própria, Ku Si Mon, construída por Sila com mais duas pessoas próximas (Terena Montenegro e Fafali Koudawo), a ideia era ter uma instituição independente do Estado, que pudesse publicar os trabalhos dos próprios criadores que encontravam dificuldades de edição devido aos seus posicionamentos críticos em relação às lideranças do país.

O primeiro livro conta a história do jovem estudante de Agronomia, afro-americano, Daniel Baldwin. O jovem conhece através dos estudos universitários nos EUA uma África totalmente diferente da que acaba por conhecer quando se muda para o continente, graças a um convite de um embaixador, seguido de uma premiação de sua monografia de formatura em um concurso chamado “As Vias para o Desenvolvimento”. Na premiação e nos eventos que se seguiram a ela, Daniel conhece a africana Ruth, por quem se apaixona e casa, mudando-se com ela para o continente Africano.

O embaixador fez uma pausa e aproveitou para abrir uma lata de Coca-Cola para se servir. Lançou um olhar de cumplicidade ao seu colega para logo a seguir continuar.

- Eu e meu amigo e colega aqui ao lado, estivemos a conversar sobre o assunto já várias vezes, não é assim?, e temos já mais ou menos elaboradas algumas ideias. Todavia, pela nossa própria experiência... Nós também fomos estudantes, não é verdade, Excelência? – e voltando-se para o colega, bateu duas vezes nas suas pernas; como se quisesse tirá-lo daquele estado de quem não parecia escutar a conversa, fumando o tempo todo. Bebeu mais um gole e prosseguiu: - Pois é, meus caros amigos, nós já não somos tão jovens como sois e, como devem imaginar, a vida ensinou-nos entretanto muita coisa útil, importante, ganhámos experiência da vida, mas, com os anos que lá vão também perdemos alguma coisa – apontou com o polegar esquerdo para o outro embaixador e enquanto olhava para o grupo de estudantes que tinha à frente, foi falando: - O meu amigo aqui disse-me há dias que com a idade a gente tinha perdido a imaginação e aquela capacidade de sonhar característica da juventude. Nós

os dois aqui – voltou a apontar com o polegar para o seu colega, batendo depois com a mesma mão repetidas vezes no seu próprio peito – nós dois pertencemos à geração da juventude que conquistou a independência política. Nós acabámos com o colonialismo e fizemos nascer uma nova era de esperança. Uma esperança que nos fazia crer num futuro maravilhoso, uma esperança que nos fazia sonhar. Durante anos vivemos dessa fé e dos sonhos. Todos nós tínhamos muitos sonhos, muitos sonhos... Mas onde é que eles estão? E tu, diz-me, onde ficaram as nossas esperanças? (SILA, 1994, p. 47)

Como sugere o excerto, Daniel é chamado pelo embaixador que foi pessoalmente aos EUA para conduzir o júri do concurso e a cerimônia de entrega da premiação. Porém, ao chegar ao continente, Daniel só encontra frustração. Primeiro vai morar em um bairro artificial construído para os colonizadores, que após a independência passou a ser o bairro de embaixadores, funcionários das representações e outros funcionários internacionais como ele. Sua empregada e cozinheira, Mbubi, havia trabalhado para os antigos colonos, mas não havia melhorado suas condições objetivas de vida, e por fim Ruth se mostra uma mulher muito diferente da que conheceu, se envolvendo em conspirações e jogadas sujas para sua ascensão, resultando no divórcio dos dois ao longo da narrativa.

As denúncias das difíceis realidades vividas pelo continente contrastam fortemente com a África que Daniel lia, aprendia e sonhava nos Estados Unidos. Ainda que em tom de forte denúncia do descompasso entre o projeto idealizado das independências e o processo extremamente complicado e tortuoso em que ele se dava, vemos o ajuste da responsabilidade do escritor proposto por Sila, quando aponta no romance para a educação como saída principal para a superação de todos os problemas encarados. Dan participa de uma missão de alfabetização de jovens e adultos no interior do país (Woyowayan), e após isso é convidado novamente para trabalhar no Ministério da Agricultura, mas em um governo diferente do anterior sinalizando uma possibilidade de sobrepujar as dificuldades do continente pela educação e mobilização popular

Se em *Eterna Paixão*, isso fica evidente ao final do livro, na *Última Tragédia*, essa sugestão já se dá toda ao longo da narrativa:

A escola é primeiro de tudo um sítio onde as pessoas aprendem a pensar. É isso mesmo: aprender a pensar. Depois é que vem o resto. As pessoas às vezes pensam muito e podem esquecer, logo é preciso escrever para não esquecer. Daí as pessoas aprenderem a escrever na escola. [...] Ele estava mesmo a pensar numa coisa que ainda não disse a ninguém. Se um dia os brancos forem embora, não devia haver mais nem polícia, nem cipaio, nem nada parecido. Devia haver muitos professores para ensinar. O branco não vai nunca? Aí é que está o problema do preto, não quer pensar como é que o branco veio, por isso não sabe que um dia tem que ir. Mas tem que ir mesmo! [...] O professor e a sua escola é que vão ter força. Até porque devia então sair uma lei: toda a gente tem que pensar. Artigo único. Quem não tem cabeça para pensar, não serve: não pode ser chefe, não pode ser professor e nem vai poder ter filho, que é para evitar o problema da herança. Se um homem não pensa e depois casa com uma mulher

e tem um filho, pode passar isso para o filho e ele também fica sem capacidade de pensar. (SILA, 2011, p. 100 – 101).

Na segunda obra temos três protagonistas, Ndani, o Régulo Bsum e o Professor. A jovem Ndani surge no livro como uma adolescente de 13 anos, sobre quem paira uma maldição, a de que seu destino sempre seria marcado por tragédias. O Régulo Bsum era o líder da vila de Quinhamel, ali ele decide se sublevar contra os colonizadores, se valendo de uma jogada como as que o sistema colonial promovia. E por fim o Professor, personagem inicialmente assimilado, que ao se colocar cada vez mais do lado dos negros e não mais do lado dos brancos, começa a sofrer as consequências de seus posicionamentos.

A crença na educação como forma de emancipação e libertação do jugo colonial, seja ele em sua forma simbólica ou concreta, aparece bem descrita no trecho que se refere a um momento de reflexão do Régulo, que em sua missão contra o domínio lusitano começa a implantação de uma escola em Quinhamel, que infelizmente não duraria muito tempo, dada sua morte e a necessidade que o professor e Ndani, se mudassem, uma vez que eles formaram um novo casal. No seu novo destino o professor começa a ensinar em uma nova instituição e Ndani começa a se restabelecer, mas em uma partida de futebol, o educador é acusado de agressão ao dirigente colonial e condenado sumariamente a morte, sem nenhum julgamento.

JB – O que tem a dizer aos aspirantes a escritores?

AS – Devo dizer que faço questão de dedicar uma parte do meu tempo de trabalho para apoiar os jovens escritores. Eu sei o que é que custa escrever e não poder publicar. Eu escrevi e levei mais de 10 anos para poder publicar o meu primeiro trabalho. Eu tentei. Por exemplo, havia a UNAE, a União de Artistas e Escritores, para a qual eu mandei, enquanto estudante, um manuscrito, manifestando o interesse em publicar através da UNAE, mas nunca me deram um sinal. Eu sei que teve a ver com a censura que havia na altura. Se só se publicava poesia, aquilo poderia servir de motivação para fazerem outras coisas. Eu sei o que é que custa, por experiência própria. Sou muito sensível a isso. Dedico voluntariamente uma parte do meu tempo a falar com gente que quer comunicar. Leio os seus trabalhos e opino sobre os que me chegam à mão, com o objetivo claro de contribuir para que haja, mais e melhor, literatura neste país (SILA apud LEITE, 2014, p. 272).

Além da ampliação do sistema educacional e de sua oferta para toda a população, pelas próprias iniciativas de Sila, criação de uma editora independente, da disponibilização de seu tempo para estimular jovens autores e autoras, além de publicá-los em seu selo editorial, vemos que a responsabilidade do escritor se assemelha aquela defendida por Pepetela e Germano de Almeida, ou seja, que este tenha um papel crítico amplo e não partidário em relação à sua realidade, apontando caminhos possíveis para a ultrapassagem de obstáculos e óbices a concretização dos objetivos e ideais da luta anticolonial, como vimos, ideais estes mostrados a luz de uma estrutura de sentimento que expressava um temor de que dirigentes e políticos dos

novos regimes estivessem minando a consolidação das independências, por seus desvios morais e éticos, sobretudo.

Mia Couto – *Terra sonâmbula*

Mia Couto, filho do escritor e jornalista moçambicano Fernando Leite Couto, é o autor de língua portuguesa ao lado de José Eduardo Agualusa mais traduzido no mundo, e talvez se possa afirmar que seja o autor mais prestigiado e com maior notoriedade do espaço das literaturas de língua portuguesa (BUCAIONI, 2020). *Terra Sonâmbula* é seu primeiro romance, antes escreveu um livro de poesias e outro de contos, mas durante e depois da luta de libertação de Moçambique esteve engajado em redações de jornais simpáticos à causa anticolonial, produzindo muitas crônicas e artigos de notícias.

Seu primeiro romance estreia em seu país em 1992 sendo publicado em Portugal e Brasil logo no ano seguinte, em 1993. Além da inserção de Mia nos jornais, vale dizer que contribui para sua rápida publicação a herança dos laços sociais de seu pai, que além de escritor e jornalista, também trabalhava como editor e conhecia pessoalmente diversos nomes da edição portuguesa, entre eles o editor da Caminho, Zeferino Coelho, o que facilitou a abertura dos caminhos literários para seu filho.

O romance em exame trata da história de Muidinga e Tuahir, uma criança e um ancião respectivamente, que buscando abrigo em meio a fuga dos embates provocados pela guerra civil, encontram abrigo provisório em um ônibus abandonado no meio de uma estrada. No veículo inutilizado e parcialmente queimado, Muidinga descobre uma mala com alguns cadernos dentro dela, que contam a história de Kindzu. Dali em diante a narrativa se cinde em duas, reconstituindo a trajetória de Muidinga e Tuahir e a leitura que Muidinga faz dos cadernos do garoto Kindzu, a pedido do velho ancião, que não sabe ler, mas adora escutar as histórias contadas pela criança.

No desenrolar do enredo as histórias vão se entrecruzando, gerando uma possibilidade de comunicação entre os dois eixos narrativos, que fica sugerida como uma possibilidade de leitura. Marcado por sua prosa mais poética e pelo uso de imagens bastante oníricas, pode-se dizer que dos livros examinados até aqui este seja o que denuncia menos diretamente através de seu enredo as classes dirigentes, não obstante, aparecer em alguns trechos o processo de fuga dos conflitos e perigos da prolongada guerra civil que Moçambique enfrentou entre 1975 e 1994:

Confuso, procurei meu antigo professor, o velho pastor Afonso. A escola tinha sido queimada, restavam ruínas de cinza. Fui a casa dele, lá na localidade. O pastor morava em madeira-e-zinco. Cheguei na ordem dos respeitos: encontrei foi luto. O professor tinha sido assassinado. Acontecera na noite anterior. Cortaram-lhe as mãos e deixaram-lhe amarrado na grande árvore onde ele teimava continuar suas lições. As

mãos dele, penduradas de um triste ramo, ficaram como derradeira lição, a aprendizagem da exclusiva lei da morte. (COUTO, 2014, p. 17)

Quis entender melhor o que dizia. Ele se esticou na cadeira e me lembrou da oficial política do governo. Não havia racismo, nenhuma discriminação. Até ministros indianos havia. Contudo, havia aqueles que estavam descontentes. Queriam fechar porta aos asiáticos, autorizar os acessos do comércio apenas aos negros. Assane desfiou politiquices, deixei de lhe escutar. Surendra já me havia falado desse perigo. Pagaria por todos de sua raça, pelos erros e pela ambição dos outros indianos. Seria preciso esperar séculos para que cada homem fosse visto sem o peso da sua raça. (COUTO, 2014, p. 68)

No centro se erguia uma estátua. Era um monumento aos heróis da Independência. A estátua tinha sido levantada a substituir uma outra, antiga, de política avessa, gloriando os coloniais guerreiros. Derrubaram-na no dia da Independência, quebraram a pedra em mil pedrinhas. E edificaram uma outra, disseram que provisória, mas que ainda durava. Estava suja, coberta de pó, com lixos ao redor. Ninguém parecia lhe dedicar grande respeito. Excepto uma mulher que ali se postava, horas a fio. Eu olhava essa mulher, vestida de negro, e acreditava tratar-se de uma viúva. (COUTO, 2014, p. 70)

Nos trechos selecionados vemos vários apanhados críticos implícitos, na cena da escola queimada, a figura do professor tão central para a maioria dos autores aqui examinados, principalmente de Sila, é torturada e aparece agredida de maneira torpe e vil, sugerindo os impactos negativos que a guerra trouxe para o sistema educacional e a possibilidade de emancipação da população via ensino e aprendizagem. Em seguida, o trecho que sugere a permanência de discriminação da população indiana no território é completado pela imagem da nova estátua implantada que substituiu a do líder colonial e gerava a expectativa de novos caminhos, mas aparece suja, cheia de lixo e abandonada, assim como o discurso de fim da discriminação, a implantação de novos monumentos, seriam então mudanças apenas cosméticas, discursos sem efeitos práticos, processo que Mia Couto chama a atenção em entrevista igualmente:

Comenta o trecho de um poema lido por Laban:

M.C. – Existem de facto neste poema dois grupos de homens e neles se retratava o conflito com as estruturas dominantes do poder. É preciso ver a coisa assim: em Moçambique, a poesia sempre foi muito prestigiada, porque os dirigentes da luta armada, quase todos eles fizeram poesia – não digo que tenham sido poetas, mas estiveram poetas num certo momento. Alguns, de boa qualidade até. Havia portanto esta valorização: o poeta tinha um estatuto especial, quase mágico. Mas como te disse, essa poesia era uma poesia que, publicamente, valorizava certo tipo de posições de ética, mas que era negada pelo conhecimento mais profundo da vida privada desses mesmos homens ou daquilo que eles propunham. Há aqui, de facto, esta angústia da percepção desta falsidade. [...] Era uma certa ruptura com o cinismo deste discurso que não correspondia, afinal, a uma prática (LABAN, 1998, p. 1003 – 1004).

M.C. – Eu não quero fazer este discurso de, agora dizer mal do que se fez. Não tenho esse discurso dos ressentidos sabes, dos desiludidos, que agora procuram encontrar culpados a todo o custo e tudo é facilmente analisado e simplificado. Não, as coisas são mais complexas: em todo este movimento pós-independência houve muita coisa que foi positiva. Muitos erros foram praticados ingenuamente. Mas havia alguns

indivíduos, algumas forças e tendências que tinham outro projecto. Por exemplo, por vezes eram presos companheiros profundamente dedicados, leais, que toda a sua vida tinham feito opções que eram muito caras do ponto de vista pessoal e que, em nome de situações muito pouco claras, eram presos, eram magoados pessoalmente, eram ofendidos. Isso foi o princípio que me levou a alertar de que havia qualquer coisa que não era totalmente verdadeiro. Tenho amigos meus que, em nome de simples razões de segurança do Estado, foram presos sem saber porquê, sem nenhuma justificação. [...] Embora, houvesse esses sinais de desencanto, acreditava-se ainda. Nós, quase com desespero, para não aceitarmos a derrota, pensávamos: “Bom, são coisas que aparecem, mas que são transitórias, são sinais frágeis.” (LABAN, 1998, p. 1005-1006).

Crítica a quebras de condutas éticas, a falsidade e ao cinismo das lideranças e entre uma inadequação entre discurso e prática são mais uma vez registradas em um terceiro país dos PALOP, e podemos observar a tomada de responsabilidade do autor no sentido de denunciar ou dar um tratamento literário possível que vise contrabalançar essas tendências de desvios morais e éticos de seus dirigentes, visando preservar as ideias gerais e as conquistas do movimento pós-independência, como fica claro na resposta de Mia Couto.

Em *Terra Sonâmbula*, fica sugerido o tempo todo o cotejamento entre expectativas geradas pelos novos tempos de independência e o que de fato se coloca como realidade da guerra civil e dos posicionamentos tomados pelas novas elites dirigentes. Mia Couto, que trabalhava para os jornais do partido que se consolidou à frente do governo independente moçambicano, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), se afasta assim como outros autores nesse período de suas funções oficiais em jornais e órgãos de comunicação do partido, visando romper com as questões colocadas em seus livros e entrevistas, porém sem necessariamente como opositor do movimento anticolonial e o que ele trouxe de conquistas.

Interessante notar que em 2013, com seus familiares e após a morte de seu pai, Mia Couto decide criar a Fundação Fernando Leite Couto, que além de homenagear o patriarca visa estimular o ecossistema literário de seu país, oferecendo cursos, *workshops*, bolsas e espaços de troca para jovens aspirantes a escrita literária (FUNDAÇÃO FERNANDO LEITE COUTO, 2022). Isto sugere que além de se colocar como um crítico geral e amplo do processo de condução do período pós-independência, ou ao menos de parte das decisões e iniciativas tomadas pelas elites dirigentes, no longo prazo, assim como Almeida e Sila, que fundaram suas próprias editoras, Mia Couto também adicionou ao rol de missões do escritor o cuidado e estímulo a escrita e a literatura, através da criação de uma instituição especializada em sua promoção, incentivo e mediação.

Paulina Chiziane – *Balada de amor ao vento e Ventos do apocalipse*

Balada de amor ao vento é o primeiro romance de Paulina Chiziane; publicado em 1990 em seu país natal, saiu em Portugal pela Caminho apenas em 2003 e no Brasil 32 anos depois de sua estreia, foi editado pela Companhia das Letras em 2022. Já *Ventos do Apocalipse*, seu segundo livro, estreou em 1993, com publicação portuguesa também pela Caminho em 1999 e até 2022 não foi publicado no Brasil. A primeira edição de uma obra de Chiziane no Brasil se deu no ano de 2004 com o livro *Niketche: Uma História de Poligamia*.

As obras de Chiziane dão tratamento, entre outros temas, à questão dos efeitos da guerra civil moçambicana na vida das populações e locais, mas principalmente abordam a questão do papel da mulher na sociedade moçambicana, sua força de resistência à dura dominação masculina no período colonial e também no pós-colonial.

Como sugere em entrevista a Laban (1998), Chiziane se preocupava em tratar dos problemas atuais e candentes da população moçambicana, e achou na temática da mulher a veia que de uma só vez, como procuro argumentar, traz elementos da estrutura de sentimento de desconfiança dos rumos tomados pelos homens do poder no período pós-independência, ao mesmo tempo, em que reivindica o papel de mantenedoras da esperança de um futuro melhor que as mulheres trazem em si, por sua resistência às opressões que sofrem cotidianamente.

Assim, em *Balada do amor ao vento*, acompanhamos a história de Sarnau, narradora protagonista, abandonada por Mwando (homem cristão) que após viver uma paixão com ela a deixa grávida, à mercê da própria sorte. Sarnau tenta o suicídio, após fracassar nesse intento acaba por ser escolhida como mulher do rei, por sua beleza, bondade e engenho. Na sequência da narrativa vemos uma Sarnau que vai se fatigando das rotinas e engrenagens do poder, chegando a odiar sua posição de rainha e até suas próprias filhas.

“O poder é como o vinho. No princípio confunde, transtorna, quase que amarga; pouco depois agrada, e, no fim, embriaga.” (CHIZIANE, 2003, p. 50).

Reencontra fôlego ao se reencontrar com Mwando e fugir com ele, alegria que dura pouco, pois é abandonada mais uma vez por sua grande paixão, levando a uma grande frustração.

As línguas do povo começaram a actuar, o caso não era vulgar. Onde já se viu um homem colar-se como um piolho nas capulanas da mulher, cozinhar para ela, lavar para ela? As gentes conspiraram, pois o casal seria capaz de contaminar a aldeia com aquele modo de vida. [...] Homem que se deixa dominar por uma mulher, não merece a dignidade de ser chamado homem, e muito menos de ser considerado filho de Mambone. Não se compra uma mulher para trazer prejuízo à família, antes pelo contrário, o lobolo é uma troca de rendimentos. Mulher lobolada tem a obrigação de trabalhar para o marido e os pais deste. Deve parir filhos, de preferência varões, para engrandecer o nome da família. Se o rendimento não alcança o desejável, nada há a fazer senão devolver a mulher à sua origem, recolher as vacas e recomeçar o negócio com outra família. Mulher preguiçosa não pode ser tolerada, muito menos a libertina. (CHIZIANE, 2003, p. 62 - 63)

A crítica ao papel reservado às mulheres pela tradição e a incorporação/manutenção do que de mais regressivo há nas regras tradicionais no período pós-colonial é bastante contundente no livro. O surpreendente é que a crítica não se dá apenas na negatização do papel do homem, mas também na positização do papel da mulher, que mesmo em condições extremamente difíceis e desfavoráveis é quem acaba por manter a vida fluindo e funcionando, quem sobrevive às guerras comandadas pelos homens e tenta reunificar as famílias e as comunidades, cuidar das crianças e da sobrevivência da sociedade.

É o que acompanhamos mais claramente em *Ventos do Apocalipse*, seguindo a trajetória do casal Sianga e Minosse. Passando-se no período da Guerra Civil, a história acontece na Vila de Mananga que é atingida pela fome e seca, e não bastasse isso ainda é alvo de um conflito militar. Sianga acaba por morrer ao tentar recuperar sua vila, e Minosse fica sozinha com a morte do marido e de todos da antiga aldeia, parte em caminhada buscando uma nova aldeia para recomeçar sua vida, e no caminho passar por provações e agruras que a deixam à beira da loucura, contudo, ao final, consegue achar um local seguro onde se recompõe, adota três órfãos e passa a ensiná-los sobre a vida, sobre o que passou, almejando para eles um novo futuro

O êxodo aumenta em Mananga, Sianga está bem informado sobre isso. O amor é uma fantasia inventada pelos homens, não existe e nunca existirá, isso é claro e evidente. No passado, os homens organizaram exércitos e mataram-se por amor à terra, em defesa do território, da soberania, e agora que a coitadinha já não tem nada, deu tudo o que tinha a dar, foi terrivelmente sugada, os homens abandonaram-na porque está na desgraça. Os mais fortes foram trabalhar nas minas das terras do Rand e um dia voltarão com motorizadas, bicicletas e roupas baratas para aliciar mulheres da terra. As mulheres mais jovens foram para os subúrbios das cidades vender a sua honra em troca de pão, fazendo reviver, subtilmente, os antigos centros de prostituição já banidos pela lei. (CHIZIANE, 2016, p. 74)

A denúncia da lógica predadora da dominação masculina que suga a terra e as mulheres, para depois as abandonar para buscar outras paragens para explorar é bastante patente, além, do que como já pontuado, a sugestão de uma continuidade da exploração feminina no pré e pós-colonial, como colocado no trecho, é a revivescência dos antigos centros de prostituição, desta vez recebendo mulheres refugiadas da guerra civil e da tirania dos homens de sua comunidade.

P. – A política seguida desde a Independência agudizou com certeza a situação, provocando reações...

P. C. – Existe, de facto, uma reacção forte. Para quem pertenceu a uma geração que sofreu a opressão colonial, e que ambicionava a independência para uma liberdade espiritual e física, quando surge uma nova forma de opressão, essa reacção surge. Por outro lado, eu não consigo conceber que um indivíduo que se advoga ministro, que eu sei de onde vem e onde nasceu, seja capaz de ir prender o pai ou o avô porque fez uma ofertazinha aos defuntos! Não consigo aceitar isso. (LABAN, 1998, p. 983).

P. C. – Vi que, de facto, existem muitas coisas escritas, que falam de tudo, dos colonos, mas, da mulher propriamente, pouco ou nada. E quando se fala da mulher, a opinião que prevalece é a do homem – ou porque é o homem que escreve, ou porque é o homem que sugere, ou por isto e mais aquilo. E, por outro lado, no meio em que eu vivo, existe a opinião de que a mulher é um ser que deve se submeter aos desejos e aos princípios que o homem determina. Daí comecei a pensar que podia ter interesse falar da mulher (LABAN, 1998, p. 984).

Contudo, o posicionamento da autora, apesar de focalizar um tema ausente do centro das narrativas da reflexão dos autores até aqui examinados, continua trazendo em seu bojo uma vontade de ao colocar tal temática se posicionar como uma escritora crítica da atualidade e de seu tempo, tendo por responsabilidade denunciar e expor a subjugação de suas contemporâneas, com isso também problematiza o papel das classes dirigentes do pós-independência em relação a promessa modernizante e de mudança que traziam. Como fica mais explícito no excerto há um questionamento do que é considerado pertinente e deve ser mantido dos aspectos africanos tradicionais e o que deveria ser superado, nomeadamente neste último caso, a concepção de que as mulheres devem ser submissas aos desejos e vontades dos homens.

Aqui entra a estrutura de sentimento também em seu componente de desejo de alargamento do escopo da crítica do presente e das direções tomadas pela vitória que depôs o colonialismo, almejando apontar perspectivas de melhoria sem necessariamente se colocar contra tudo que foi feito. Uma posição como vimos delicada para os homens do período, ainda mais para autoras como Paulina Chiziane, que em muitos sentidos nesse aspecto, se aproxima de suas próprias criações, representando por si mesma uma figura de resistência em um espaço literário dominado majoritariamente por homens (CAN, 2020).

Olinda Beja – *15 Dias de regresso*

Publicado em 1994 apenas em Portugal, o livro teve uma segunda edição no país apenas em 2007, nunca tendo sido publicado no Brasil ou em África. No Brasil saiu em 2009 pela primeira vez, tendo a autora publicado desde esse ano até 2018 apenas 3 livros no mercado brasileiro, a maioria de poesias e um de conto.

Em *15 dias de regresso*, ela nos conta a história de Olívia-Xininha, que vive desde pequena dilacerada por sua matriz identitária crioula: negra, pelo lado materno e branca, pelo lado paterno. A obra constitui quase um diário de viagem à medida que reconstitui os 15 dias que contam o retorno de Xininha para a terra de sua mãe, São Tomé e Príncipe, para rever a matriarca e toda sua família local, após ter crescido e vivido quase toda sua existência com a família paterna portuguesa, num vilarejo do interior lusitano.

Escrevi esta história com amor, para meu filho, meus netos e todos os meus vindouros, para que eles saibam sempre, que suas raízes mergulham em África e lá se perdem na imensidão dos tempos...

Escrevi-a também para todos os que, como eu, foram e são discriminados racial e socialmente, no seu país ou fora dele, e esperam sorrindo que uma nova Primavera lhes traga os frutos maduros dum Outono de paz. (BEJA, 1993, p. 5)

Mas Abril de 74 já estava longe, do outro lado da História; eu não podia fazer comparações. Estava de regresso às origens, e boas ou más, era com aquelas que tinha de me enfrentar.

- Branca... branca...

O coro continuou mais forte.

- Branca ê...

- Os miúdos estão a chamar-te.

- A mim? Estás doida...

Não podia acreditar. Impossível. Eu, branca? Não... tudo menos isso. Durante tantos anos ouvira o inverso.

- “Ó preta, ó preta...”

E este apelido depreciativo veio de toda a gente – colegas, amigos, familiares, desconhecidos, na escola, no colégio, na rua, no trabalho e mesmo mais tarde, por uma questão social, quando havia qualquer dúvida, sussurravam quase a medo:

- é aquela que é ... de cor...

Utilizavam a expressão “de cor” como quem não quer ofender, como uma espécie de atenuante no vocábulo, talvez para não ferir, para não doer tanto ao ouvinte. É claro que não doía, nem dói nunca, porque de cor é toda a espécie humana. Subira um pouco na craveira racial e afora dava-me só para rir.

- Quer dizer, na terra dos brancos fui preta e agora na terra dos pretos sou branca...

Tem piada. (BEJA, 1993, p. 30)

Apesar de podermos colocar como centro o tema do resgate das matrizes culturais e de sua identidade, Xininha se depara a todo momento em seu regresso com os contrastes, ambiguidades e ambivalências de sua condição de mestiça, ou de cidadã de dois mundos diversos, e também com as contradições de cada um dos mundos. Assim, vemos na nota introdutória ao livro a posição de Beja em desejar um retorno às raízes africanas e também o desejo de que a obra sirva para aqueles que sofrem discriminação por seu perfil racial, em seus próprios países e/ou fora deles.

Neste passo é interessante notar o trecho em que Xininha na condição de mestiça elabora o seu entre lugar nas classificações raciais dos diferentes territórios a que pertence, branca na África e negra na Europa, a autora parece apontar que em ambos os territórios, embora com pesos e consequências diferentes, a classificação racial continua a ser um elemento central da identificação de uma pessoa, objetiva e subjetivamente.

Durante a narrativa do livro, também vamos tendo notícias a respeito da educação em São Tomé e Príncipe e da evolução e entraves que o país tem enfrentado depois do período colonial. Se por um lado o livro é uma celebração do reencontro com os antepassados e com raízes esquecidas e apagadas, por outro, como Beja faz questão de sinalizar em entrevista, suas

obras buscam chamar a atenção da população são-tomense para a responsabilidade que assumiu ao decidir tomar conta dos rumos do próprio destino:

O.B. – [...] Como dizer que estamos mal, com vinte e poucos anos de independência? Isso é uma gota de água no oceano... No entanto, convém alertar para certos perigos, pois hoje não estamos como há oitocentos anos atrás, é tudo muito mais, não é? Em poucas horas se chega a São Tomé, quando há quinhentos anos se demorava um mês e tal, dois meses.... Depois passou-se a demorar quinze, dez dias, de barco, e agora são oito horas de avião... [...] Porque é que se dá a independência? Dá-se porque as pessoas não querem mais estar sob o jugo dos outros, é porque elas têm nas mãos o leme da canoa. Porque o povo são-tomense – isto aplica-se a todos os outros povos que durante quinhentos anos estiveram sob o colonialismo português – entendeu que era chegada a hora de ter nas suas mãos o seu próprio destino. Por vezes não é isso que se passa... (LABAN, 2002, p. 291 – 292 – 293).

Como sugere a autora e tenho destacado, há um alerta a certos perigos que não devem ser lidos como uma crítica desmedida a um país com apenas vinte e poucos anos de independência. Apesar de o trecho não mencionar as temáticas abordadas em toda a entrevista, vemos Beja se preocupar com a construção de empreendimentos turísticos nas ilhas e a devastação ambiental que promovem, sem haver nenhum tipo de compensação acordada, investimentos em educação, por exemplo.

Tais preocupações amplas com o país e a baixa participação popular na política, a leva a assumir posição crítica, todavia sem oposição frontal. Aqui temos a autora mais uma vez, como seus colegas, em cenário diferente, reivindicando uma posição de analista crítica de seu país em nome de valores universais como educação, democracia, proteção ao meio ambiente, entre outros; se expressando literariamente por meio de uma estrutura de sentimento que visa corrigir ou indicar caminhos de retificação de rumo dos processos desencadeados pela independência nacional, sem romper com o que de valioso houve nesse processo.

Ungulani Ba Ka Khosa – *Ualalapi*

Primeiro romance moçambicano do período pós-independência, *Ualalapi* é publicado somente 20 anos após a formalização da descolonização moçambicana, mostrando por um lado como o gênero romance é uma forma de desenvolvimento bastante tardia no território (cf. CAN, 2020) e, por outro, como a partir dali esta forma vai ganhando destaque entre os outros gêneros como plataforma para exercício da nova noção de responsabilidade de escritor, acima descrita.

A obra só foi publicada no Brasil em 2012, pela editora mineira Nandyala, e em Portugal saiu em 1990 pela editora Caminho. O livro é dividido em seis capítulos independentes, formando um retrato polissêmico do imperador Gungunhana, que visa relativizar uma (re)construção da figura do imperador africano como símbolo de resistência da luta nacionalista pela independência moçambicana, proclamada em 1975.

É verdade irrefutável que Ngungunhane foi imperador das terras de Gaza na fase última do império. É também verdade que um dos prazeres que cultivou em vida foi a incerteza dos limites reais das terras a seu mando. O que se duvida é o fato de Ngungunhane, um dia antes da morte, ter chegado à triste conclusão de que as línguas do seu império não criaram, ao longo de sua existência, a palavra “imperador”. Há quem diga que esta lacuna foi fatal para sua vida, debilitada pelos longos anos de exílio. (BA KA KHOSA, 2018, p. 13)

A nota introdutória do autor já deixa bastante explícito o tom de ironia que irá cercar a figura de Gungunhana, a ideia é não admitir a construção europeia do imperador bárbaro, diabólico e sangrento inventada pelos portugueses, que depois o levaram preso para morrer no exílio, e nem cair numa glorificação de sua figura de monarca, que entre 1884 e 1895, como se tivesse governado o território de Gaza no atual Moçambique legitimamente, ou sem desejos expansivos de sua soberania e poder.

U. B. K. K. – A partir de 1977 verifíco, em relação aos meus colegas e a mim próprio, que é ali que se encontra o ponto de ruptura. De ruptura porque, até 1977 nós estávamos quase todos em Grupos Dinamizadores, fazíamos trabalhos extracurriculares: por exemplo, em Quelimane, lembro-me de ir aos bairros e fazer jornais de parede, que na altura se chamavam “jornais do povo”, entregávamo-nos de corpo e alma a esse tipo de trabalho. Uns eram trotskistas, outros eram maoístas, outros não sei o quê, e tínhamos grandes discussões nesse sentido. [...] Eu fui colocado em Fevereiro de 1978 na província do Niassa. Eu cheguei a Lichinga numa quinta-feira e, no domingo seguinte, houve uma coisa incrível que começou: houve uma rusga, dessa rusga foram encontradas pessoas, alguns funcionários públicos e reeducandas também – as pessoas que estavam na reeducação. Lichinga era o ponto de passagem para os campos: os que vinham ficavam em Lichinga, ou os que saíam dos campos para tratamento no hospital de Lichinga. Então no domingo há uma coisa incrível: miúdos da escola primária foram mobilizados e vão seguindo o cortejo. Portanto as pessoas que foram encontradas levam cartazes: “Eu sou ladrão”, ou “Nós somos corruptos” – um casal encontrado de noite... Os miúdos da escola primária iam apedrejando as pessoas até o local do comício, coisa que eu nunca tinha visto. E aí, no próprio comício, o governador, que era na altura o coronel Manave, fez um discurso tão impositivo, tão de esquerda – naquele sentido de extremo -, onde pela primeira vez eu ouvi a palavra *chamboco*. *Chamboco* é o chicote com que as pessoas eram chicoteadas. “Leva tantos chambocos...” Quando uma das mulheres se recusou a responder, ele disse aos polícias: “Dêem trinta chambocadas a essa mulher.” Isso chocou-me. (LABAN, 1998, p. 1052)

O tratamento dado a Gungunhana, de certa forma emula o tratamento dado ao próprio partido e dirigentes que comandam o período pós-independência, se por um lado o autor participa ativamente das atividades políticas como professor, depois diretor de órgãos de cultura, e também como voluntário em atividades extracurriculares, não perde a sua capacidade de espanto com situações de incongruência entre o discurso revolucionário e de construção de um novo país versus situações de opressão, desmando e corrupção por parte das novas autoridades africanas.

Apesar de mais polifônico e bem menos linear do que todas as outras narrativas apresentadas, identificamos no livro a estrutura de sentimento recorrente, no sentido, de uma

busca do autor em sua obra de marcar uma equidistância entre um posicionamento de defesa acrítica e adesão automática dos rumos tomados no processo de independência e outra posição de oposição irredutível a toda a luta anticolonial, que resultaria no limite, numa espécie de nostalgia dos tempos coloniais.

Nem nostalgia do colonialismo e nem alinhamento automático a todas as decisões e escolhas das novas elites dirigentes, se traduz na opção por uma reorientação da função e papel do escritor, que passa a se colocar como responsável por meio de sua literatura e intervenção pública como um defensor do fim de qualquer opressão, cerceamento de liberdade e exercício da dominação, em nome da defesa da autonomia da literatura e de valores universais e universalizantes, que colocassem os escritores como críticos amplos e generalistas de seu tempo, evitando um enquadramento de opositores frontais a seus regimes, ao mesmo tempo, que não os colocava como próceres cegos dos mesmos.

Diferentemente de seus predecessores, como Mário Pinto de Andrade e Luandino Vieira, que engajaram-se na luta anticolonial e esposaram uma responsabilidade de escritor que visava como objetivo principal a luta pela independência nacional e a construção de uma nova nação e identidade, a maioria dos autores aqui examinados chegou a integrar esses mesmos esforços, mas desenvolveram suas trajetórias literárias e pessoais majoritariamente em países recém-independentes lidando com as consequências e legados que o colonialismo deixou em seus territórios: analfabetismo, ausência de mão de obra qualificada, pobreza, fome, racismo, conflitos civis, etc.

Ao desenvolverem suas obras em novos contextos políticos, os autores e autoras examinados buscaram novas balizas e diretrizes para guiar suas produções, reajustando sua responsabilidade do escritor, que não necessitava mais aderir sem freios ao processo de luta anticolonial, uma vez que as independências já tinham sido formalmente reconhecidas. Se tratava, pois, de compreender o que da nova experiência estava direcionando o país e seu povo no rumo dos sonhos e utopias da luta coletiva e o que estava os afastando daquilo pelo que combateram.

Nesse processo se deparam, entretanto, com suas próprias elites dirigentes, antigos colegas de *front*, como possíveis alvos de suas críticas e para poderem expressar reservas aos comportamentos e escolhas dos velhos camaradas de batalha, elaboram obras que expressam uma estrutura de sentimento simpática aos processos de independência e aos sonhos e utopias

que os motivaram, simultaneamente, apontam desvios e desvirtuamentos (éticos e morais, sobretudo) dos atuais dirigentes do país, antigos guerrilheiros e guerrilheiras.

Em posição bastante delicada nos seus contextos nacionais, onde em grande medida passaram a atuar como funcionários dos novos Estados nacionais, depois renunciando a essa posição para se dedicarem ao exercício mais frequente e intensivo da literatura, tais autores e autoras acabaram por se distanciar de projetos de criação de instituições transnacionais, como foi o caso de parte da geração de Luandino e Mário Pinto de Andrade.

Brasil e Portugal souberam ocupar o espaço de criação e invenção institucional, gestando um ordenamento que acabava por favorecer as literaturas, instituições culturais e diplomacias dos dois países. Se as instituições transnacionais não foram o foco principal dos autores e autoras examinados, muitos acabaram por criar editoras privadas nacionais, projetos fundamentais que serviram de base para as gerações posteriores também criarem selos nos PALOP, buscando gerar uma dinâmica nova de publicação e edição que gerasse ao menos uma possibilidade de intervenção no domínio luso-brasileiro, do espaço transnacional de literaturas em língua portuguesa, ainda que em boa medida, as pequenas editoras independentes criadas permaneçam respondendo às oportunidades criadas por instituições brasileiras e portuguesas, o que examinarei a seguir.

6 Editar nos PALOP: entre engajamento, independência e precariedade

Apesar de a globalização neoliberal ter sido considerada um movimento de expansão da livre circulação de mercadorias e pessoas em um espaço econômico mundial, como nota Bourdieu (2002), tanto bens econômicos quanto bens simbólicos têm encontrado barreiras e constrições diversas para atravessar fronteiras. Daí a necessidade de se pensar como instituições e agentes tem se movimentado e circulado suas produções entre enquadramentos nacionais e transnacionais (Sapiro, 2019). Tentando fazer uma análise que supere o nacionalismo e o monolinguismo metodológico (Leperlier, 2020) este capítulo tenta dar conta da emergência de iniciativas editoriais nacionais nos PALOP, focalizando dois casos para uma análise mais detida, o de uma editora fundada em Cabo Verde no ano de 2013 e o outro de uma editora moçambicana criada em 2018. Baseado em entrevistas realizadas com os seus criadores, o cabo-verdiano Filinto Elísio e a brasileira Márcia Souto, e a moçambicana Sandra Tamele e em pesquisa documental sobre suas atividades, a análise sobre suas trajetórias editoriais e pessoais buscamos discutir a luta contra heranças coloniais que insistem em se fazer presentes e a procura pela construção de novas geografias e geopolíticas literárias pós-coloniais.

Estudos recentes em sociologia da literatura como os de Ducournau (2017), Bedecarre (2018) e Leperlier (2020) chama a atenção para a necessidade de análises sobre instituições literárias (prêmios, festivais, editoras, revistas literárias, etc.) para constituir um modelo alternativo de crítica pós-colonial a respeito da produção de assimetrias materiais e simbólicas promovidos pelas antigas metrópoles via organizações literárias, políticas e econômicas nacionais, supranacionais e transnacionais. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Bedecarre (2018) sobre os prêmios literários criados no quadro da francofonia institucional, que segundo a autora, se tratam de formas de autopropetuação e recriação da noção mesma de francofonia. Em outras palavras, através de prêmios, festivais e organismos francófonos, a antiga metrópole mantém um controle sobre a circulação, consagração e legitimação de literaturas de países independentes e de mercados simbólicos nacionais emergentes.

Se por um lado os antigos impérios visam alimentar laços de pertencimento com suas antigas colônias, naturalizando estes laços e as classificações deles derivadas, por outro lado, um grande conjunto de iniciativas e de agentes tem batalhado para contrabalancear tais políticas. É o que tentaremos mostrar a partir do trabalho efetuado pela editora cabo-verdiana Rosa de Porcelana, fundada e gerida por Filinto Elísio e Márcia Souto, e pela editora moçambicana Trinta Zero Nove, de Sandra Tamele.

Vale ressaltar que a iniciativa de Souto e Elísio e de Tamele em criar uma editora e começar do zero um empreendimento literário e cultural não foi um fato isolado no panorama da edição dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (daqui em diante referidos pela sigla PALOP). Entre outros projetos que surgiram nas duas primeiras décadas do século XXI podemos listar os editores Miguel de Barros e Tony Tcheca (da Corubal de Guiné-Bissau), Abdulai Sila (da Kusimon de Guiné-Bissau), Luiz Vicente (da Nimba Edições de Guiné-Bissau/Portugal), Ondjaki (da Kacimbo, editora angolana criada pelo próprio autor) e Mbate Pedro (da Cavalo do Mar, de Moçambique).

Todos os projetos mencionados tem por motivação central o trabalho de resistência ao domínio das lógicas econômicas no trabalho editorial (como, por exemplo, a opção por publicação de trabalhos que não visem somente o interesse comercial, mas que se pautem por outros critérios como de [biblio]diversidade ou artísticos), a criação e estímulo a novos públicos leitores, valorização de línguas africanas maternas e da publicação e edição de autores africanos em África, o estímulo a novas geografias e geopolíticas literárias (como maior integração entre os PALOP sem a intermediação de Portugal ou Brasil e a construção de pontes editoriais com países africanos de outras áreas linguísticas).

Criadas, sobretudo, a partir da década de 2010, os projetos editoriais mencionados também procuram preencher lacunas deixadas pela expansão dos grandes conglomerados transnacionais de edição e resistir a políticas e espaços controlados pelas antigas metrópoles. Não obstante, essas políticas, o recurso a instâncias transnacionais e/ou nacionais dos antigos impérios ainda se faz necessário, como, por exemplo, a participação na Feira de Frankfurt no *Invitation Programme*, iniciativa da Feira em parceria com a UNESCO que, mais intensamente desde os anos 2000, convida editores independentes de regiões ‘periféricas’ do mundo da edição para *workshops*, treinamentos e *networking* durante a realização do evento em Frankfurt a cada ano (as editoras Trinta Zero Nove, Cavalo do Mar e Rosa de Porcelana foram contempladas com bolsas para participação na Feira através deste programa).

Como veremos mais adiante a iniciativa de Filinto Elísio e Márcia Souto, de produzir livros traduzidos em língua cabo-verdiana (crioulo) e a criação de um festival literário sediado em seu arquipélago natal apontam para saídas e soluções editoriais e culturais contra hegemônicas. Do lado moçambicano o investimento de Tamele em um catálogo composto majoritariamente por traduções, autora mulheres e também na publicação de obras em línguas nacionais também representam novidades no panorama editorial do espaço transnacional de literaturas de língua portuguesa.

Em um primeiro momento tentaremos tratar do conjunto emergente de editores independentes dos PALOP do qual a Rosa de Porcelana e a Trinta Zero Nove fazem parte, ao mesmo tempo em que procuraremos indagar o conceito de editor e edição independente, traçaremos um panorama da história editorial dos PALOP e qual é o seu momento atual. Em seguida em seção dedicada ao trabalho de Filinto Elísio e Márcia Souto, de Cabo Verde e de Sandra Tamele, de Moçambique, reconstruo suas trajetórias biográficas e editoriais para dar conta de esmiuçar seu projeto editorial e as estratégias adotadas em um panorama editorial nacional complexo e a um espaço transnacional pleno igualmente de oportunidades e de constrições.

A pesquisa como sobre a edição independente nos PALOP conta com 12 entrevistas semiestruturadas (10 delas foram feitas através de videoconferência, uma foi respondida por e-mail - por um editor sénior de uma editora transnacional de Moçambique -, as conversas decorreram entre outubro de 2020 e março de 2021, durante a pandemia de Covid-19; o encontro com Filinto Elísio e Márcia Souto se deu remotamente em outubro de 2020 e com Sandra Tamele em março de 2021).

O único fundador e proprietário não entrevistado foi Ondjaki, devido às dificuldades em definir um calendário para a conversa. Um primeiro dado a ser trabalhado é o problema de anonimato dos entrevistados nestes estudos. Na maioria das vezes, manter um nome não identificado nesses setores muito restritos é quase impossível, então as editoras e os editores serão citados por extenso na maioria das vezes, e tentaremos preservar suas estratégias e identidades individuais sempre que estiverem tratando diretamente de questões sensíveis a seus negócios²⁸.

O período coberto por este capítulo são os vinte primeiros anos do século XXI. Analisaremos em um primeiro momento as editoras e seus proprietários, fazendo recurso principalmente ao trabalho seminal de Sophie Noël sobre a edição independente na França, de 2012. Noël examina a edição crítica de ciências sociais e humanas francesa, também qualificada, principalmente por seus protagonistas, de subversiva e engajada.

Apesar de não estarmos examinando editoras científicas e políticas, e nossa população cobrir empreendimentos de vocação mais literária, algumas características apontadas por Noël (2012) permanecem relevantes. Como ela sugere, o surgimento de um número significativo de editoras autodenominadas independentes está relacionado a uma crise econômica que a indústria e o mercado de livros estavam enfrentando durante as décadas de 1980 e 1990. Para a autora, a criação de muitas pequenas estruturas editoriais foi uma resposta à generalização de severas restrições econômicas no mundo editorial.

Ainda que neste cenário extremamente desfavorável, a expansão mercantil permitiu às editoras recém-criadas explorar alguns nichos de mercado deixados ao largo pelos gigantes do setor. É nessa posição que encontraremos o espaço independente de publicação.

Destaco também pesquisas recentes no Brasil como a de Muniz Júnior (2016) e na Argentina, Gerbaudo (2020) e Venturini (2019), que juntamente com diversos outros pesquisadores e pesquisadoras vem estudando o universo editorial, desde suas iniciativas mais vanguardistas e não convencionais, como as editoras Cartoneras²⁹, até as editoras independentes mais tradicionais, bem como festas e festivais literários.

Entre os resultados de minha pesquisa, uma primeira similaridade com as descobertas de Noël (2012) é confirmar a posição instável da edição independente em relação à economia, à

²⁸ Apesar de ainda não incluídas entre as editoras pesquisadas, destaco as editoras Ethale Books e Fundza de Moçambique. Seus dois fundadores, respectivamente, Jessemusse Cacinda e Dany Wambire foram entrevistados e seus catálogos e trajetórias serão incorporados futuramente.

²⁹ Editoras que publicam livros a partir de materiais recicláveis, feitos a mão de modo artesanal e não em grande escala.

política, à universidade e à literatura. As editoras se esforçam para manter um equilíbrio entre essas quatro esferas da vida social, mas se trata sempre de uma operação muito conturbada e delicada, pois manter uma relativa independência em relação a tais espaços implica que se deve contar com alguns deles em determinados momentos, mas não indefinidamente. Não é possível, portanto, apoiar-se em uma única dimensão, sob pena de perder autonomia política ou econômica, ou valor literário, ou crenças e valores políticos e de engajamento crítico.

Logo, estes(as) editores(as) estão sempre lidando com a necessidade de encontrar soluções, financiamentos, parcerias, projetos que atendam seus objetivos e, também, às suas necessidades essenciais para sobreviver. Neste caso específico, o dos PALOP, acresce ao exposto, que tudo se passa em mercados relativamente desfavoráveis para a literatura.

Ao mesmo tempo, essa posição instável pode ser vista como um de alto valor simbólico por remeter aos valores de autonomia do campo literário: a crença no poder transformador, emancipatório e revolucionário das palavras e da literatura, sua capacidade insurgente intrínseca e de promoção de uma sociedade mais democrática.

Em suma, podemos afirmar que essas editoras e editores ocupam posições divididas entre a precariedade econômica e a valorização simbólica altamente positiva. Isso tudo se passa em espaços editoriais bastante restritos, frágeis e em permanente disputa. Vale destacar, que a autonomia é sempre relativa. Ou seja, ela existe enquanto estabelece uma relação de distanciamento ou proximidade a outras esferas sociais, portanto, deve ser sempre examinada à luz de situações sócio-históricas bem localizadas e verificada a partir do sentido empregado por cada agente individual em relação a sua posição no espaço social em que está inserido.

A seguir tentarei traçar uma linha do tempo concisa da construção da edição nos PALOP, para isto proponho quatro períodos históricos, semelhantes aos definidos por Hamilton (1994): 1- Anos coloniais (fim do século XIX até metade do século XX), 2 - Anos pós-coloniais de esperança (de meados dos anos 1970 até o início dos anos 1980), 3 - Meados dos anos 1980/1990: Encruzilhadas econômicas e políticas e 4 - Renovação e re-independência? (2000/2020).

Sem a pretensão de esgotar o assunto, acreditamos que a trajetória da edição das literaturas africanas de língua portuguesa passe por balizas semelhantes, com algumas variações importantes dependendo das especificidades de cada país³⁰.

³⁰ É sempre fundamental destacar as importantes tradições orais pré-coloniais desses países, que terão um papel decisivo nos anos de luta pela Independência, e nas literaturas pós-coloniais emergentes, especialmente na poesia, por isso não pretendemos afirmar que a história literária desses países começou com a chegada do colonizador,

É no final do século XIX e início do século XX que se dá a instalação das primeiras máquinas de imprensa ligadas a administração colonial, destinadas à impressão de boletins oficiais da metrópole e ao começo da publicação dos primeiros jornais, onde alguns naturais da terra e missionários cristãos escreviam, basicamente o que se poderia chamar de elite da época colonial. Isso acontece mais cedo em Angola e Moçambique, pela metade do século XIX (entre 1842 e 1857), Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, só para o fim do XIX, de 1879 em diante. Esse movimento do final do XIX, coincide com os acordos da Conferência de Berlim realizados em 1884/1885 e a necessidade de os portugueses comprovarem uma ocupação efetiva dos territórios africanos que reivindicavam perante outras potências europeias. O fato é que até esta data, boa parte da colonização portuguesa se restringia a postos e entrepostos comerciais no litoral dos países e uma ou outra base para reabastecimento destinada a facilitar o ingresso no interior do continente.

Ainda neste primeiro momento, conforme relembra Hamilton (1994) e Moser (1993), já chegando à metade do século XX, uma nova produção literária se dá em jornais e revistas, dessa vez realizada por autores alinhados a reivindicações com cores nacionalistas e críticas ao domínio colonial, podemos citar a revista *Claridade* (1936-1966) em Cabo Verde; *Mensagem* (1951-1952) e *Cultura* (1957-1961) em Angola e *Itinerário* em Moçambique (1941-1953). Além destas revistas baseadas no continente africano, outra revista *Mensagem* (1949 – 1964), sediada na Casa dos Estudantes do Império, agremiação de jovens oriundos das colônias portuguesas para estudar na metrópole, que se constituiria em celeiro de líderes e apoiadores das libertações nacionais, editava poesia crítica de seus membros angolanos, moçambicanos, cabo verdianos, são-tomenses e guineenses (Moser, 1993). É nesta mesma instituição que o primeiro livro com a ideia de ‘literatura africana de expressão portuguesa’ surge, resultado de um trabalho conjunto do escritor e intelectual angolano Mário Pinto de Andrade com o poeta são-tomense Francisco José Tenreiro, intitulado *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa* (1953). O angolano ainda publicaria mais dois livros, uma *Antologia de poesia negra de expressão portuguesa* (1958, Paris) e *Literatura africana de expressão portuguesa* (em 2 volumes, na cidade de Alger, nos anos de 1967 e 1968) (Hamilton, 1994).

Com as lutas anticoloniais de libertação em relação a Portugal, os movimentos independentistas pouco a pouco vão assumindo o controle dos territórios e optando por governos socialistas de matizes diversos, mas, em geral, com uma característica comum de

mas sugerimos que o esquema de evolução da edição das literaturas dos PALOP é basicamente o mesmo, não obstante algumas variações importantes a depender de cada contexto nacional.

centralização de poder nas máquinas burocráticas estatais, além da adoção do monopartidarismo. Os novos governos investem em um modelo de editora oficial, os Institutos Nacionais do Livro e do Disco, criados nos anos 1970, geralmente, com as Uniões ou Associações Nacionais de Escritores.

Quadro 10 – Uniões e Associações de Escritores dos PALOP

União e Associações de Escritores	
Instituição	Fundação
UEA - União dos Escritores Angolanos	1975
UNAE - União Nacional de Artistas e Escritores da Guiné-Bissau	1976
AEMO - Associação dos Escritores Moçambicanos	1982
UNEAS - União Nacional dos Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe	1986
AEC - Associação de Escritores Cabo-Verdianos	1999

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa e das entrevistas realizadas com os editores e Magnier *et al*, 1993a, 1993b, 1994.

Quadro 11 – Institutos dos Livros e dos Discos dos PALOP

Institutos Nacionais do Livro	
INLD - Instituto Nacional do Livro e do Disco - Moçambique	1975
INALD – Instituto Nacional do Livro e do Disco - Angola	1975
ICLD - Instituto Cabo Verdiano do Livro e do Disco	1976
Departamento de Edição/Difusão do Livro e do Disco e INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - Guiné-Bissau	1978

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa e das entrevistas realizadas com os editores e Magnier *et al*, 1993a, 1993b, 1994.

Quase todas essas instituições literárias se inspiram no modelo soviético de Uniões de Escritores, e de controle do espaço literário através de uma centralização estatal das infraestruturas culturais e literárias (Dragomir, 2007). De acordo, com Dragomir (2007), antes de se espalharem por todos os países do Leste Europeu quando da formação do bloco soviético,

a primeira União de Escritores surgiu a partir de decisão do Comitê Central do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) de 23 de abril de 1932 que estipulava congregar todos os escritores sob a plataforma de poder soviético, liquidando assim a possibilidade de existência de outras associações de autores, que não aquela ligada ao partido único.

Em se tratando de espaços literários recentemente criados e adensados (Casanova, 2002; Helgesson, 2011; Leperlier, 2020) e com pouca autonomia relativa, a criação de organizações nacionais únicas para o agrupamento de escritores, se torna um trunfo político dos novos dirigentes e carrega consigo a possibilidade permanente de intervenção política no campo literário em detrimento de suas regras próprias de funcionamento e da autonomia artística do escritor. Por isso, não é de se estranhar, como mostra Landgraf (2018), a ocorrência de conflitos e protestos quando da criação da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO). Esses espaços são, conforme Dragomir (2007) e Landgraf (2018), lugares privilegiados de observação de tensões e ambivalências entre o espaço político e o literário nos PALOP. As Uniões e Associações, em alguns casos mais ou menos poderosas, terão, todavia, impactos duradouros na configuração dos espaços literários nacionais, isto devido ao monopólio que exerceram durante muito tempo no setor da edição de livros e enquanto instituições que detinham o poder de consagração/legitimação de novos(as) escritores(as), assim como de controlar a circulação.

Não obstante, esses tensionamentos, tanto as Uniões de Escritores, quanto os Institutos serão responsáveis pela produção de livros ao baixo custo e em larga escala, que serão impressos ou nas gráficas nacionais remanescentes do período colonial, ou nos jornais, aproveitando-se de sua infraestrutura, ou ainda, como Angola houve parcerias com editoras portuguesas (como a Edições 70). Neste caso os livros eram produzidos em Portugal e levados de avião para Angola. Esta última estratégia de publicação, como se pode notar a partir das entrevistas reunidas na coletânea de Magnier (1994) e pela entrevista realizada para esta pesquisa com o escritor Pepetela (antigo Ministro da Educação de Angola e antigo membro da União dos Escritores), era viável, pois os escritores da UEA conseguiram uma taxa de câmbio favorável para a importação de livros de Portugal. Funcionava assim: o antigo editor do selo Edições 70, Joaquim Soares da Costa, amigo do escritor José Luandino Vieira – que nos anos 1960 trabalhou para Soares da Costa na editora e costurou o acordo, como já mencionado –, imprimia uma quantidade de livros para serem vendidos em Portugal e outra maior para ser enviada para Angola, com o logotipo da UEA em sua capa, ao custo de pouco mais de um ou dois dólares. A UEA pagava a edição de, por exemplo, 6.000 exemplares, desses 1.000 ficavam em Portugal para serem comercializados por Soares e outros 5.000 eram despachados para

Angola. Estes quando chegavam, devido à política cambial do Banco Nacional de Angola, de pareamento com o dólar, custavam algo como um a dois dólares, em moeda nacional angolana, da época, o Kwanza, significava 30 a 60 Kwanzas, o que colocava o livro entre os produtos mais baratos que havia, mais barato até do que frutas.

Na mesma coletânea de Magnier (1994) e na entrevista concedida por Pepetela, coincidem os marcos de esgotamento dessa política de popularização e barateamento dos livros. Rapidamente de edições que vendiam 60.000 a 300.000 exemplares, em poucos anos, passa-se a livros que demoram de cinco a dez anos para vender 10.000 exemplares.

Este momento de declínio é motivado por diversos fatores internos de cada país, mas em alguma medida todos vivenciaram conjuntamente a partir dos anos 1980/1990: os efeitos da crise econômica internacional e local (devido às políticas econômicas de planificação e de câmbio adotadas, a dependência de matérias-primas, falta de infraestrutura, extrema pobreza, oscilações dos preços do petróleo, etc.), conflitos e guerras civis internas, fim da URSS (1991) e desmembramento do bloco de países soviéticos/comunistas e socialistas (que não podiam mais apoiar os países africanos até ali bastante associados a eles) e por fim, um último fator que, paradoxalmente, estimularia a criação de editoras privadas que seria a crescente interferência de organizações internacionais nas políticas públicas e financeiras africanas, notadamente o FMI e o Banco Mundial.

O estímulo a adesão dos PALOP a políticas neoliberais de diminuição de gastos estatais (que resultou em uma redução do poder dos partidos e elites partidárias no controle da máquina estatal) em diversas esferas da vida social (notadamente na cultura e educação), acabou por abrir espaço para a emergência dos primeiros projetos editoriais privados nos PALOP.

Em todos os casos, mesmo onde não houve presença destacada do FMI ou Banco Mundial, a conjunção de fatores de crise conduziria à transição abrupta de economias estatais centralizadas para economias de mercado mais descentralizadas. A retração do Estado acabou gerando também a necessidade de associação à intermediários culturais locais como ONGS e outras instituições culturais transnacionais para angariar financiamentos para projetos de edição de livros, no caso de não se poder ou querer fundar uma nova editora.

Entre os anos 1990 e 2000, editoras como Ilhéu Editora (1989, Cabo Verde), Chá de Caxinde (1989, Angola), Kusimon (1994, Guiné-Bissau), Ndjira, Nzila (1996, Moçambique e Angola) - essas duas últimas associadas à editora portuguesa Caminho, posteriormente incorporadas em conjunto pelo grupo Leya em 2007 -, Alcance (2007, Moçambique) e Índico Editores (2007/2008, Moçambique), enfrentaram período extremamente difícil, mas

conseguiram, em sua maioria, retomar seu caminho no final da década de 2000 ou início da de 2010. O fator decisivo foi a diminuição de conflitos internos e o processo de estabilização, com formulação de arranjos para a paz e consolidação de regimes políticos mais democráticos, com a introdução do multipartidarismo. Não obstante, esse novo cenário, todos os editores entre o século XX e o XXI enfrentaram grandes dificuldades, paralisando ou trabalhando em condições muito desfavoráveis muitas vezes por uma década.

A Kusimon, dentre as citadas, foi a editora que retomou sua trajetória com maior vigor e se recolocou entre as editoras recém criadas: Corubal, Rosa de Porcelana, Cavalo do Mar (esta é herdeira da experiência do seu editor com a Índico Editores), Trinta Zero Nove, Kacimbo e Nimba.

Enfatizo alguns desafios que eles(as) estão enfrentando e algumas inovações que estão promovendo a partir do caso da Rosa de Porcelana e da Trinta Zero nove nas próximas seções. Antes passo brevemente em revista a alguns dados de origens sociais dos(as) editores(as):

Quadro 12 – Editoras e Editores Independentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal.

Editora	Data de Criação	Fundador(a)	País	Formação Educacional	Formação educacional (pai/mãe)	Profissão (pai/mãe)
Kusimon	2013 (1994)	Abdulai Sila	Guiné-Bissau	Graduação e Mestrado em Engenharia	Ensino básico / Analfabeta	Motorista de caminhão- Mecânico / dona de casa
30.09	2018	Sandra Tamele	Moçambique	Graduação em Arquitetura e Estudos de Tradução	Licenciatura / Licenciatura	Professor / Professora
Rosa de Porcelana	2013	Filinto Elísio e Márcia Souto	Cabo Verde/Portugal	Graduação e Mestrado em Literatura (Marcia) e Graduação em Biblioteconomia (Filinto)	-	Professor / Professora
Corubal	2012	Miguel de Barros	Guiné-Bissau	Graduação em Sociologia, Especialização em Planejamento e Políticas Públicas	-	-
Nimba	2019	Luiz Vicente	Guiné-Bissau/Portugal	Graduação em Administração de Empresas, Especialização em Administração de Políticas Públicas	Graduação / Ensino Básico	Contador / Operária Fabril
Cavalo do Mar	2017	Mbate Pedro	Moçambique	Graduação em Medicina	Ensino Básico / Ensino Técnico	Carpinteiro / Enfermeira
Kacimbo	2020	Ondjaki	Angola	Graduação em Sociologia, Doutorado em Estudos Africanos	Graduação / Ensino Básico	Ministro / Professora

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa e das entrevistas realizadas com os editores.

Como se pode notar, a maioria dos(as) editores(as) tem origem social desprivilegiadas, apenas um entre oito é filho de altos funcionários; na maioria dos casos, vemos filhos(as) de professores primários, trabalhadores industriais, médicos e prestadores de serviços. Metade dos pais tem apenas o ensino fundamental ou é analfabeta, principalmente as mães. A maioria dos parentes atingiu pelo menos um nível de escolaridade próximo do bacharelado, ou o concluiu (alguns dos editores são filhos de pais que se engajaram diretamente nas lutas de libertação, mas em sua maioria não se tornaram altos funcionários dos partidos no pós-independência). Todos(as) os(as) editores(as) possuem pelo menos um diploma de graduação (arquitetura, sociologia, medicina, engenharia, administração, literatura e biblioteconomia) mostrando um claro movimento de ascensão social e educacional em relação aos seus pais. Sete de oito possuem algum grau de pós-graduação ou especialização mais próximo da literatura, ou de políticas públicas. A maioria nasceu no final da década de 1970 e início da década de 1980, apenas 2 nasceram na década de 1960.

Apesar das diferenças qualitativas, podemos afirmar que a maioria dos editores tem origens populares e são a primeira geração de membros pós-graduados de suas famílias. Muito bem educados e treinados, têm acesso a conhecimentos valiosos para ajudar na administração de seus territórios de origem, mas geralmente veem esse caminho bloqueado pela elite dos partidos dominantes no poder no plano nacional. Assim, a editora é também um meio de prestar um bom serviço público aos seus países, publicando material técnico e histórico importante, para influenciar os decisores governamentais, ou para ajudar a desenvolver competências e ferramentas literárias para as camadas mais jovens entre os seus concidadãos.

A maioria das editoras é administrada por seus próprios fundadores sem funcionários, apenas dois ou três têm funcionários contratados, não ultrapassando uma equipe de dois ou três membros. Portanto, os selos dependem quase inteiramente da própria capacidade de trabalho de seus idealizadores. Isso impõe uma série de restrições: jornadas diárias muito carregadas e cronogramas extremamente apertados, etc. O catálogo ativo das editoras na maioria dos casos não chega a mais de 30 livros, a média é de 20 livros publicados por editor. A análise já realizada dos catálogos revela a publicação de muitas obras poéticas, seguidas por peças teatrais, livros de ciências sociais e ensaios de história, e alguns livros infantis (em boa parte traduções). Esses tipos de escolhas de gêneros literários constituem uma estratégia bem conhecida das editoras independentes (Noël, 2012; Venturini, 2019), procura-se explorar os gêneros literários deixados à margem por grandes grupos editoriais, que por sua vez os consideram menos lucrativos e mais arriscados.

Não cabe aqui comentar caso a caso cada estratégia de cada selo. Farei uma análise mais detalhada do caso da caboverdiana Rosa de Porcelana, por apresentar três tendências bastante significativas no panorama da edição independente dos PALOP: (a) busca de edição e circulação de autores africanos no interior dos PALOP, Brasil e Portugal; (b) preocupação com a edição de livros em língua nacional crioula; (c) criação de um festival próprio e promoção de eventos culturais, recorrendo à instâncias e instituições trans(inter)nacionais, tais como feiras de livros e outros projetos transnacionais, como saída a espaços editoriais nacionais, frágeis e monopolizados por grandes conglomerados e instituições literárias criadas no pós-colonização.

Passemos ao exame do caso da editora Rosa de Porcelana e às trajetórias de seus editores Filinto Elísio e Márcia Souto.

Através da reconstituição das trajetórias Filinto Elísio e Márcia Souto, bem como do processo de construção de sua editora, avançaremos na argumentação introduzida acima, cujo cerne é entender os projetos editoriais já mencionados e o do casal de editores como movimentos de contrarresposta e formulação de novas geografias e geopolíticas literárias pós-coloniais, não alinhadas a hegemonia de grandes conglomerados transnacionais (Bourdieu, 2018 [1999]; Leperlier, 2020; Noël, 2012; Thompson, 2013). Além disso, como sugerido no último parágrafo da seção anterior, o projeto da Rosa de Porcelana permite delinear tendências marcantes do conjunto de editoras independentes apresentadas.

Filinto Elísio é nascido em 1961 na cidade de Praia em Cabo Verde, filho de professores e intelectuais. Em depoimento, ele menciona o forte incentivo que recebeu de sua família para que se aproximasse das artes e das Letras. Filinto se formou em Biblioteconomia no Brasil, na Universidade Federal de Minas Gerais e tem também formação em administração de empresas. Antes de se tornar editor foi professor em Sommerville nos Estados Unidos e assessor do Ministro da Cultura de Cabo Verde (cf. Leite, Secco, Falconi, Krakowska, Khan, 2018).

Já Márcia Ferreira Souto é de Itabuna (BA). Ao relatar sua história familiar, a editora conta que foi um de seus tios, considerado por ela seu mentor intelectual, que era poeta e foi uma forte influência para que optasse por se inscrever no curso de letras da UFMG que concluiu em 1999. Lecionou durante um bom tempo língua portuguesa e literatura brasileira em escolas de Minas Gerais e depois realizou uma especialização e um mestrado em literaturas de língua portuguesa com foco em literaturas africanas de língua portuguesa. Ambos foram realizados na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, o último resultou em uma dissertação intitulada *Estratégias narrativas e identidades deslizantes em Venenos de Deus, remédios do*

Diabo, de Mia Couto, defendida em 2011, com orientação da especialista brasileira em literaturas africanas de língua portuguesa Maria Nazareth Soares Fonseca. No ano de 2011 se tornou Coordenadora Editorial da Universidade de Cabo Verde.

Márcia e Filinto casaram-se em 2011 e somente fundaram a editora em 2013. Ambos contavam com formação e especialização na área educacional, cultural e literária. Esse preparo advindo de suas experiências pessoais, educacionais e profissionais, pode ser considerado como um importante capital cultural que serviu de lastro para que investissem em uma empreitada própria no campo editorial. Nos últimos anos e por conta da editora, o casal se estabeleceu em Lisboa e vive desde então entre o arquipélago e o continente europeu.

Entre as editoras mencionadas, a Rosa de Porcelana é a que tem catálogo mais vasto (56 livros) e, também, dada a experiência de Filinto no serviço público caboverdiano, a que conta com importante rede, apoio e suporte político. Em função disso, contou com parcerias importantes para a realização do Festival Mundo do Sal em 2017 e para realização de eventos de divulgação e promoção de livros e autores, em embaixadas e centros culturais, caboverdianos, brasileiros e portugueses em diversos países (França e Alemanha, por exemplo).

Além do catálogo amplo e das conexões políticas, a editora é a que mais parece se apropriar do espaço editorial lusófono e suas instituições (CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa, IC – Instituto Camões, Prêmio Oceanos, Festival Internacional de Óbidos, etc.). Essa aproximação da lusofonia institucional, a aproxima da francofonia institucional (cf. Bedecarre, 2018; Ducournau, 2017). Vejamos um depoimento de Filinto Elísio sobre o tema:

Cidadania lusófona, para mim, é descortinarmos, nós os da língua portuguesa, os pontos comuns e convergentes de forma a termos direitos de cidadania a partir da identidade percebida como plural e diversa, mas partilhável. A CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), na minha opinião, deveria investir mais na pertença coletiva dos lusófonos, permitindo-lhes direitos comuns, não só na miríade dos países de língua oficial portuguesa, mas nas várias comunidades de língua portuguesa na diáspora. Sermos a quinta maior língua do mundo, para além de muito destino histórico partilhado, deveria conferir uma cidadania específica, se calhar, diferenciada daquela nacional. Estou a pensar na mobilidade de pessoas e bens, algo que deveria estar a acontecer, com mais fluidez e facilidade, na CPLP (Elísio apud Júnior, 2019, p. 1).

Elísio pensa a lusofonia (e a CPLP) com base na identidade linguística e no patrimônio sociocultural comum, referida, portanto, não só a uma área geográfica linguística, mas a uma identidade compartilhada e imaginada (cf. Mourão, 1995). E dentro da identidade lusófona, Cabo Verde seria um dos mais privilegiados para a efetivação e prática de um diálogo que respeite a unidade, a diversidade e as diferenças no interior da área de língua portuguesa. Pois,

na concepção do editor, a própria identidade caboverdiana seria sempre acumulativa, baseada em um amplo processo de mestiçagem e canibalismo cultural, um encontro que plasmou e amalgamou diversas culturas notadamente europeias e africanas (cf. Elísio apud Leite et. al, 2018, p. 105).

A particularidade caboverdiana residiria no impulso a uma constante instabilidade de sua identidade crioula, devido à característica insular do país. Sendo um arquipélago formado por dez ilhas, com pouco mais de 500.000 habitantes, localizado na região central do Atlântico e a 570 quilômetros da costa africana ocidental, o país é marcado por um clima extremamente seco e, por ter terras de origem vulcânica, seu solo é de difícil cultivo. Esses fatores motivaram muitos episódios de fomes e secas generalizadas, que mataram milhares de habitantes, motivando movimentos migratórios massivos da população local (França, 1993).

Tais migrações promoveram a formação de uma ampla diáspora em todas as partes do globo, e o intercâmbio do arquipélago com sua diáspora rende uma permanente possibilidade de trocas culturais, pessoais, econômicas e políticas, conferindo à população caboverdiana uma grande plasticidade identitária, como sugere Elísio em suas entrevistas.

Essas concepções de identidade lusófona e caboverdiana do editor da Rosa de Porcelana confluem, a meu ver, em um projeto de catálogo, que, como destaca Noël (2012) e Venturini (2019), serve de indicador expressivo da posição e singularidade de seu editor. O catálogo, portanto, expressa a identidade da editora, voltada à promoção de Cabo Verde, não como uma soma de pequenas ilhas literárias, mas como um centro geoestratégico da língua portuguesa, como uma ponte entre os diversos atores que compõem a lusofonia.

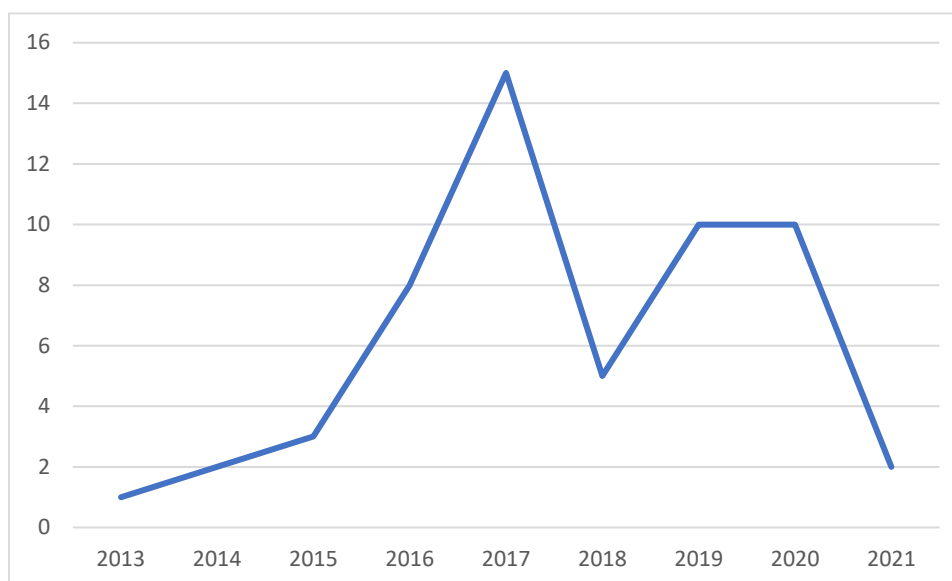
Vejamos a lista de autores e autoras já publicados pela Rosa de Porcelana:

Quadro 13 – Livros e Autores(as) do catálogo da Editora Rosa de Porcelana até maio de 2021

Título	Autor(a)	Ano publicação	Nacionalidade	Gênero Literário	Título	Autor(a)	Ano publicação	Nacionalidade	Gênero Literário
Dilemas de Poder na História de Cabo Verde	António Correia e Silva	2013	Cabo Verde	Historia	Dôs: Diálogos sobre a arte e a vida	João Branco	2017	Cabo Verde	Entrevista
Sequelas do Brumário	Arménio Vieira	2014	Cabo Verde	Poesia	O Homem do Leme	Manuel Halpern	2018	Portugal	Crónica
Crónicas Desaforadas	João Branco	2014	Cabo Verde	Crónica	A Reinvenção do Mar: Antologia Poética	Vera Duarte	2018	Cabo Verde	Poesia
Fantasmagorias e Fantasias do Brumário	Arménio Vieira	2015	Cabo Verde	Poesia	Campo da Fortuna	Evel Rocha	2018	Cabo Verde	Romance
Sinos de Silêncio: Canções e Haikais	Corsino Fortes	2015	Cabo Verde	Poesia	Itinerários de Amílcar Cabral	Ana Maria Cabral, Filinto Elísio e Márcia Souto	2018	Cabo Verde	Cartas
Cabo Verde: Gestão das Impossibilidades	José Maria Neves	2015	Cabo Verde	Ensaio	Um Futuro a Construir	Francisco Pinto Balsemão e José Maria Neves	2018	Portugal/Cabo Verde	Ensaio
Cartas de Amílcar Cabral e Maria Helena: o Outra Face do Homem	Iva Cabral, Márcia Souto e Filinto Elísio	2016	Cabo Verde	Cartas	A sedutora tinta de minhas noutes	Jorge Carlos Fonseca	2019	Cabo Verde	Poesia
Zen Limites	Filinto Elísio	2016	Cabo Verde	Poesia	Palavras de Fogo	Jidi Majia	2019	China	Poesia
Gritos no silêncio: pedofilia, abuso sexual e sociedade cabo-verdiana	Jacob Vicente	2016	Cabo Verde	Psicologia	Rotxa Scribida	Nuno Rebocho	2019	Portugal	Poesia
Estrangeiras	José Luis Peixoto	2016	Portugal	Teatro	Bu More-m	José Luís Peixoto	2019	Portugal	Poesia
Silvenius: Antologia Poética	Arménio Vieira	2016	Cabo Verde	Poesia	Veromar	Dina Salústio	2019	Cabo Verde	Romance
Terra, Pão & Mar	Djosa Gomes	2016	Cabo Verde	Arte	Sonhos & Desvarios	Fátima Bettencourt	2019	Cabo Verde	Conto
O Escravo	José Evaristo d'Almeida	2016	Cabo Verde	Romance	Bedjus tanbe kre vive	Gonçalo M. Tavares	2019	Portugal	Poesia
Novos subsídios para a História de Cabo Verde	Daniel Pereira	2016	Cabo Verde	Historia	Na hora da mudança	Arsélio Martins	2019	Portugal	Poesia
Esticar o infinito até à borda do prato	Rony Moreira	2017	Cabo Verde	Poesia	Os Versos da Diáspora: Um cabo-verdiano em chão itálico	Hipólito Daniel Soares	2019	Cabo Verde	Poesia
Poeiras de Diasã	João Lopes Filho	2017	Cabo Verde	Conto	Cartas	Criação Coletiva do Um Coletivo e Grupo de Teatro do Centro Cultural Português do Mindelo	2019	Cabo Verde/Portugal	Teatro
Cabo Verde: o Despertar de Darwin	António Correia e Silva & Zelinda Cohen	2017	Cabo Verde	Historia	A Fúria da Beleza	Elisa Lucinda	2020	Brasil	Poesia
Pensar África	Adebayo Vunge	2017	Angola	Ensaio	Cabo-Verdianas de Itália: Histórias de vida e de inserção à maneira feminina	Clara Silva e Maria de Lourdes Jesus	2020	Cabo Verde/Cabo Verde	Ensaio
O Mistério da Cidade Velha	Marilene Pereira	2017	Brasil	Infanto-juvenil	Nexo e Nome	Haideia Avelino Pires	2020	Cabo Verde	Poesia
Cisne Branco	Evel Rocha	2017	Cabo Verde	Romance	Para uma Educação Planetária: Princípios, Valores, Modelos	Clara Silva	2020	Cabo Verde	Pedagogia
Claridade	Filinto Elísio e Márcia Souto	2017	Cabo Verde/Brasil	Ensaio	Janela para o Índico: Poesia Incompleta (1984-2019)	Ana Mafalda Leite	2020	Portugal	Poesia
O albergue espanhol	Jorge Carlos Fonseca	2017	Cabo Verde	Romance	Sol de Infância: Memórias das macias manhãs solares	Carlota de Barros	2020	Cabo Verde	Romance
Flor de Basalto	Madalena Brito Neves	2017	Cabo Verde	Poesia	A Corda	José Pedro Oliveira	2020	Cabo Verde	Romance
Polaroides de distintos naufrágios	José Luiz Tavares	2017	Cabo Verde	Poesia	Um Mar de Conflitos: Marcellino Rezende Costa vs Manoel Antonio Martins	Daniel A. Pereira	2020	Cabo Verde	Historia
Imprescindível Doutrina Contra	J. A. S. Lopito Feijóo K.	2017	Angola	Poesia	Cesária Évora	Elzbieta Sieradzinska	2020	Polónia	Biografia
Rua antes do céu	José Luiz Tavares	2017	Cabo Verde	Poesia	Quase Memórias de um Lugar e de Outras Andanças	António de Castro Guerra	2020	Portugal	Crónica
Chá do Príncipe	Olinda Beja	2017	São Tomé e Príncipe	Conto	Atravessando o Areal	Pedro Leónidas	2021	Brasil	Romance
Bokafumo: Uma história de superação às drogas	José Pereira	2017	Cabo Verde	Autobiografia	Crónicas Soviéticas	Osvaldo Lopes da Silva	2021	Cabo Verde	Ensaio

Fonte: Elaboração própria com dados de <https://rosadeporcelanaeditora.blogspot.com/>

Gráfico 17 – Publicações anuais da Rosa de Porcelana de 2013 até maio de 2021



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Com um fundo de 56 livros até maio de 2021, desde a sua fundação a editora publica em média 7 livros por ano. A partir do quadro 4 podemos identificar uma maioria de autores (n=62) homens (71%) e uma minoria de autoria feminina (29%). Em relação à nacionalidade, o catálogo é composto majoritariamente (71%) por autores africanos (42 caboverdianos/as, 2 angolanos/as e 1 são-tomense). O restante (30%) é composto de 10 portugueses(as), 5 brasileiros(as), 1 polonesa e 1 Chinês. Os gêneros literários predominantes são: poesia, 21 livros; romance, 8; ensaio, 6; história, 4; conto, 3; crônica, 33 obras; outros, 5.

Diferentemente, por exemplo, do caso da editora moçambicana Trinta Zero Nove, de Sandra Tamele (2018, que baseia seu catálogo majoritariamente em traduções, e conforme outros projetos destacados por Noël (2012) e Venturini (2019) que se utilizam da tradução de autores estrangeiros como forma de montagem de um catálogo, o vetor de tradução da Rosa de Porcelana se dá entre seus próprios autores de língua portuguesa versados para o crioulo ou língua caboverdiana. Foram dois os livros que passaram por essa tradução, o de poesias de José Luis Peixoto, *Bu More-m* de 2019 e outro de Gonçalo M. Tavares, *Bedjus tanbe kre vivedo* mesmo ano.

Apesar de falado pela maioria da população em sua vida cotidiana o crioulo caboverdiano não é considerado língua oficial do país, a qual é o português, falado por aproximadamente 75% dos cidadãos, segundo levantamento de Reto (2020). Mesmo pouco usada pelos cabo-verdianos em seus lares e na sua intimidade, como nota Elísio (Leite et al.,

2018), a língua portuguesa é a língua de acesso ao poder, ao Estado e língua de uso literária de escritores e também da elite política.

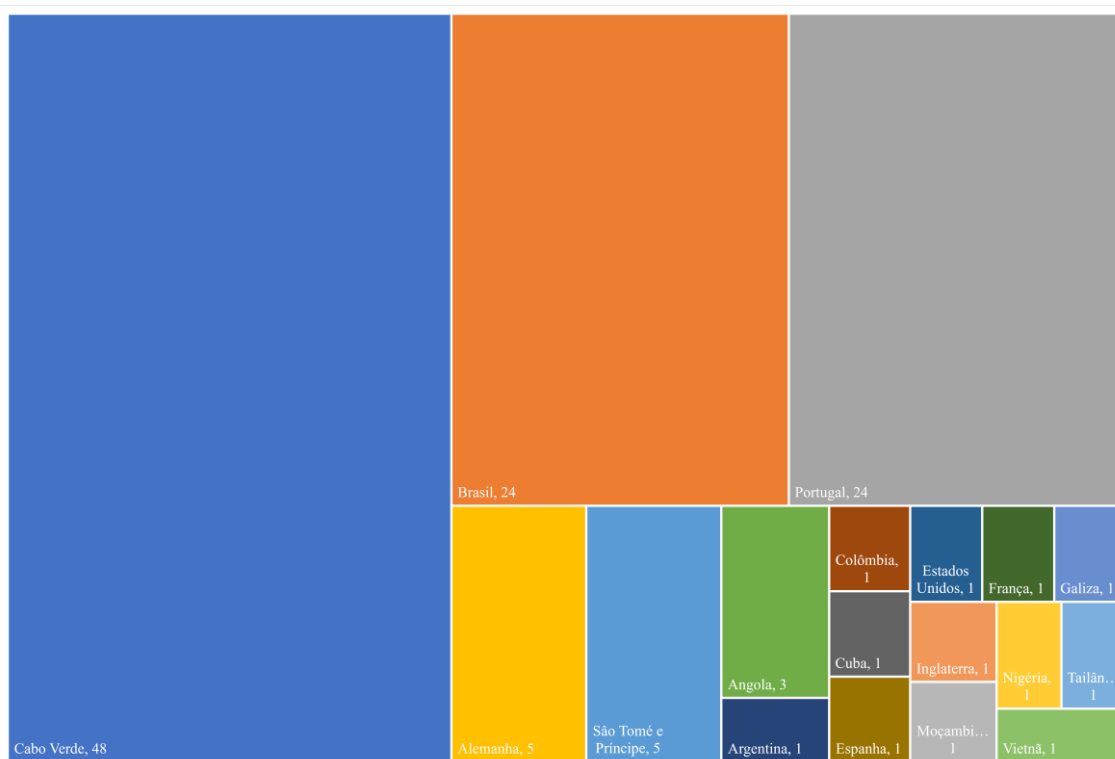
Assim, não é estranho notar a grande presença de políticos caboverdianos no catálogo, entre eles, até mesmo o presidente, Jorge Carlos Fonseca, participante frequente dos festivais literários organizados por Márcia e Filinto. Além desse traço vale destacar a publicação de uma biografia sobre Cesária Évora e uma epistolografia do líder revolucionário Amílcar Cabral com sua esposa, ambos livros entram na missão de diplomacia cultural encampada pelo casal, seja representando Cabo Verde, ou em sentido mais amplo, como representantes de toda a língua portuguesa. Por fim vale destacar a presença de autores premiados no espaço da língua portuguesa, como Arménio Vieira, José Luis Peixoto e Gonçalo Tavares. Como nos contam em entrevista, principalmente os dois últimos, dedicam à Rosa de Porcelana as obras de gêneros menos demandados (teatro e poesia) pelos grandes conglomerados editoriais em que estão publicados seus livros de prosa (romances, contos, etc.).

Se o catálogo aponta para a tentativa de integração e publicação de autores de todos os países de língua portuguesa, ele também apresenta limites se compararmos a presença de livros de autoria angolana, são-tomense, moçambicana, brasileira e portuguesa, e com a vinda de pesquisadores, escritores, tradutores e editores das mesmas nacionalidades para o Festival literatura mundo do Sal.

Tal festival literário criado por Márcia e Filinto estreou em 2017 e teve uma edição a cada ano até 2019 (em 2020 e 2021 não houve o evento devido à pandemia de Covid-19). Os festivais literários tem funcionado na cena internacional cada vez mais como espaço para a construção de uma esfera pública alternativa, mas para além dessa característica apontada por Sapiro (et al 2015), eles servem igualmente para reavivar a crença no valor simbólico da literatura, além de suas funções política, e econômica.

Conforme os editores relataram em entrevista, o Festival Literatura Mundo do Sal, cujo nome é referência a uma das ilhas do arquipélago, é pensado como uma forma de projeção do país, como uma plataforma de promoção dos autores da própria editora e dos livros caboverdianos e por fim como um evento de debate acadêmico sobre as literaturas luso-afro-brasileiras, atualmente contando com a curadoria científica da professora são-tomense, Inocência Mata, sendo que no início teve como parceiro importante um dos autores do selo, José Luís Peixoto. Vejamos as nacionalidades de todos os convidados em todas as edições:

Gráfico 18 – Nacionalidade de convidados de todas as edições do Festival Literatura Mundo do Sal entre 2017 e 2019



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

De 121 convidados em 4 edições de Festival, incluindo uma extensão realizada em Portugal na cidade de Lisboa e uma participação online em 2019 no FOLIO – Festival Literário Internacional de Óbidos, temos uma presença majoritária de caboverdianos como no catálogo editorial, mas, também, uma proporção significativa de brasileiros(as) e portugueses(as), além de outras nacionalidades africanas como um convidado nigeriano e outro moçambicano e uma maior diversidade de países, sejam latino-americanos, europeus ou asiáticos. Outro aspecto importante diz respeito às relações de gênero, as mulheres presentes no festival foram 43% (53 em números absolutos, dos convidados (as) enquanto os homens foram 56% (68 em números absolutos), lembrando que essa relação no catálogo é, respectivamente, de 29% contra 71%.

Tais números chamam a atenção para as dificuldades de os livros atravessarem fronteiras, e parece sugerir que autores(as), pesquisadores(as), editores(as) e tradutores(as) circulam mais em eventos do que suas próprias obras, mostrando as restrições e barreiras à tradução e circulação das produções culturais na língua dominante no interior de uma área linguística (Leperlier, 2020).

O investimento em instituições literárias não se limita somente ao Festival, Filinto conta em entrevista a Leite (et al. 2018) que também foi um dos fundadores da Academia Cabo-

verdiana de Letras. Apesar de serem o Instituto do Livro e da Biblioteca Nacional de Cabo Verde os responsáveis pelas políticas do livro desde a independência do país em 1975, ambos sempre sofreram com falta de financiamento adequado para tocar todas as tarefas vinculadas as suas responsabilidades, tanto que até o final dos anos 1980, segundo Varela (1993), a edição de livros pelo ICLD girava em torno de sete livros por ano.

Quadro 14 – Novas instituições literárias dos PALOP a partir da década de 2010

Novas Instituições Literárias	
PEN Guiné-Bissau - AEGUI - Associação de Escritores da Guiné-Bissau	2013
Academia Cabo-verdiana de Letras	2013
Academia Angolana de Letras (AAL)	2016
Academia de Letras e Artes da Guiné-Bissau (ALAB)	2019
Academia São-Tomense de Letras	2019

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa e das entrevistas realizadas com os editores.

Apesar da relativa fraqueza de seus institutos nacionais e biblioteca, e da própria criação tardia de uma associação de escritores centralizada, Cabo Verde faz parte de um movimento encontrado em praticamente todos os PALOP, que desde a década de 2010 viram surgir agremiações literárias que tentam se desvincular do controle de partidos políticos dominantes ou do Estado. A despeito de, muitas vezes, fazerem parte das academias escritores que são, ao mesmo tempo, políticos ou membros da elite política local. Assim, não é coincidência que boa parte dos caboverdianos publicados pela Rosa de Porcelana sejam membros desse novo projeto associativista africano (Vera Duarte, Arménio Vieira, Jorge Carlos Fonseca, José Luis Tavares, entre outros e outras), que toma forma entre autores e autoras de academias ou Pen-clubs, em oposição às antigas Uniões e Associações de inspiração soviética.

Passando do projeto mais voltado ao espaço transnacional de literaturas de língua portuguesa da editora Rosa de Porcelana e sua vinculação com o movimento de novas instituições associativas nacionais, desejamos salientar outro flanco de invenções de novas geografias transnacionais por meio da criação de outra editora independente africana, a Trinta Zero Nove de Sandra Tamele. Apostando fortemente em um catálogo voltado a traduções, publicações de autoria feminina, na edição de livros em línguas nacionais e em formatos diversos (como *audiobooks* e outros), Tamele tem buscado também uma intervenção que

proponha novos fluxos editoriais para além dos estabelecidos por Portugal e Brasil no espaço de literaturas de língua portuguesa.

A trajetória de Sandra Tamele e da história de sua editora, reforça também nosso argumento de que os projetos editoriais mencionados podem ser compreendidos como movimentos de contrarresposta e formulação de novas geografias literárias pós-coloniais, não alinhadas a hegemonia de grandes conglomerados transnacionais (Bourdieu, 2018 [1999]; Leperlier, 2020; Noël, 2012; Thompson, 2013). Além disso, como sugerido no último parágrafo da seção anterior o projeto da Trinta Zero Nove permite delinear tendências marcantes do conjunto de editoras independentes apresentadas, apresentando também suas singularidades.

Sandra Tamele é nascida em 1980, em Pemba, Moçambique. A cidade localiza-se no litoral norte do país e é a capital da província de Cabo Delgado. Como menciona no início do seu depoimento, seus pais são professores, ambos têm licenciatura, a mãe era uma antiga camponesa e o pai um antigo assimilado. Os dois fizeram parte da geração que concretizou a libertação de Moçambique, ou seja, aqueles que construíram o país, a chamada “geração da utopia”. Tamele afirma sempre ter tido livros em casa, graças a profissão dos pais, e começou a ler literatura para adultos, ainda jovem, antes mesmo de completar 18 anos.

Seu núcleo familiar mais próximo seria marcado por um processo de mobilidade social ascendente. Ela se tornou a primeira mulher da família a concluir um curso universitário. Para se ter uma ideia, ambas as suas avós eram camponesas analfabetas e nunca puderam frequentar a escola, porém, todas tinham grande enraizamento em suas tradições orais, sendo uma do Sul do país, que falava Changana, e outra do Norte, que falava Mácua – dois dos idiomas Bantus mais falados no país ao lado do Sena. Como afirma Tamele, ambas eram contadoras de histórias, mas devido ao rápido processo de escolarização e mobilidade que viveu, sendo educada em português, não conseguia compreender o que as avós falavam, não fosse por comunicação gestual.

Ainda que não se refira diretamente a esse episódio como uma das justificativas possíveis de investir na publicação em línguas Bantus em sua editora, por meio de livros físicos e *audiobooks*, não podemos deixar de vincular esse dado biográfico a procura da incorporação e comunicação do Mácua, Sena e Changana ao seu catálogo.

Além de ser a primeira e a mais nova mulher a concluir o ensino superior, a editora é autodidata em inglês, desde a adolescência, e depois aprendeu italiano enquanto estava na

faculdade. Com já mencionado, sua língua materna é o português que começou a aprender desde cedo quando entrou nas fileiras escolares que seus pais ajudavam a formar e desenvolver. Além de aprender inglês sozinha, ela escrevia também alguns contos e poemas desde a sua adolescência e logo realizou os seus primeiros exercícios de tradução pedidos por sua mãe aos 15 anos, do inglês para o português.

Ao sair da escola ingressou no curso de graduação em arquitetura na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), se mudando para a capital do país, a cidade de Maputo. Os cursos eram ministrados em sua maioria por professores italianos vindos da Universidade de Roma Sapienza, devido a isso sentiu a necessidade de aprender o idioma e uma vez o dominando, foi contratada pela Cooperação Italiana como tradutora e intérprete, se iniciando nos trabalhos de tradução como uma profissional a tempo parcial.

Apesar de formada, ser uma mulher egressa do curso de arquitetura apresentava grandes dificuldades de empregabilidade, devido a pronunciada assimetria de gênero no mercado de trabalho moçambicano³¹, segundo a editora declara em entrevista concedida:

Imagina, temos uma taxa de analfabetismo de 49% e desses 49%, 80% são mulheres. No país só um por cento de mulheres tem ensino superior. Então entre arquitetos nós éramos 150 estudantes, e éramos pouquíssimas mulheres entre eles. [...] O que nós vemos é que as mulheres, acho que foi feita uma estatística, no ensino primário são 69% da população escolar, no ensino secundário caem para 20%, e no ensino superior caem para 1%, então mantém-se o *status quo* de que a mulher não é educada, que a mulher só é dona de pequenos negócios, mas ela contribui sim para economia, porém não da mesma forma. (Depoimento da editora para o pesquisador)

A insatisfação com as possibilidades profissionais e a sugestão de uma professora de italiano para ela fazer uma primeira tradução de um livro que se chamava *Eu não tenho medo* de Niccolò Ammaniti, foi a saída que encontrou às dificuldades e ao desestímulo causado pelo seu emprego, no qual exercia a função de secretária, não vinculada à sua formação. Assim, com o livro publicado pela editora Ndjira em 2007, dirigida à época por Fernando Leite Couto, pai de Mia Couto, a futura editora estreou como tradutora literária.

Após um interregno de aproximadamente 7 a 8 anos em que trabalhou em uma empresa de tradução individual, retomou em 2015 trabalhamos mais literários, oferecendo um curso de tradução literária para jovens. A oficina aconteceu durante vários anos consecutivos e tinha como público pessoas acima de 15 anos. Porém, diferentemente do que aconteceu em seu percurso, em que o apoio de Fernando Couto foi essencial para a publicação de sua primeira

³¹ Mais estatísticas sobre as disparidades de gênero entre homens e mulheres em Moçambique, principalmente à escolarização, podem ser encontradas no site do Instituto nacional de estatística do país (INE), no site: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/mulheres-e-homens>

obra traduzida, Sandra Tamele não conseguia achar editores interessados em publicar as traduções de seus alunos. Foi então, segundo ela, que decidiu fundar a sua própria editora, a Trinta Zero Nove (30.09) em 2018.

A nova editora nascida deste impulso, todavia, encontraria dificuldades e barreiras crônicas do espaço literário moçambicano, na capital Maputo. Segundo Sandra, só haveria 5 livrarias – sendo que algumas delas fecharam por conta da pandemia em 2020/2021 – e mesmo a Biblioteca Nacional Moçambicana teria salas e parte de seu acervo armazenado em condições extremamente precárias. Em todo território haveria, segundo Tamele (2021), apenas 53 bibliotecas públicas. Soma-se a isso o fato de as maiores editoras moçambicanas, Plural, Ndjira, Texto, serem agora gerenciadas por grandes grupos editoriais, a Plural pelo Grupo Porto e a Ndjira e Texto pelo Grupo Leya, sendo que recentemente todos os selos teriam se mudado para um mesmo prédio ocupando cada um, um andar, acoplando a concentração dos negócios a uma concentração urbana e física das empresas.

Acresce em dificuldade que as grandes editoras têm cada vez mais se voltado exclusivamente ao mercado de livros didáticos no país. Impressão confirmada em entrevista respondida textualmente por um dos diretores de uma das editoras de maior peso em Moçambique “o mercado do livro escolar é a fundação de todos os grandes editores moçambicanos.” (Depoimento concedido ao autor). As editoras quase não têm mais publicado livros de ficção ou não acadêmicos, e como ressalta Tamele, muitas delas passaram a exigir que o autor já venha com uma base de financiamento própria para ser publicado.

Ela cita ainda que teria recentemente sofrido um calote de uma livraria que fechou e não avisou a nenhum dos editores, que estava encerrando suas operações, ficando com os estoques de livros consignados não pagos, e sem deixar algum contato onde pudessem ser encontrados. Além do risco de não pagamento por parte dos livreiros, não há políticas públicas específicas para o setor do livro no país e nem durante a pandemia algum apoio foi oferecido, somente músicos e artistas de palco ganharam auxílio (TAMELE, 2021).

Devido a esse cenário de precariedade algumas ações foram pensadas para serem diferenciais da Trinta Zero Nove (30.09), segundo sua editora (TAMELE, 2021), por décadas as editoras mais tradicionais moçambicanas optavam por tiragens de 50 a 200 exemplares, devido aos altos custos de impressão dos livros em português. Além do custo, há que se acrescentar que apenas 12% de uma população de 29 milhões seriam falantes do idioma. Diante dessa realidade, a editora da Trinta Zero Nove resolveu imprimir uma quantidade maior de exemplares, tendo por base uma quantidade de 1.000, e desses uma boa parte seria escrita em

línguas Bantus – as de maior incidência são Macua no Norte, Sena no centro e Changana no Sul – isso como tentativa de diminuir os custos e os preços dos livros para os consumidores finais. Além disso, todos os livros seriam publicados também em formato digital e parte das publicações seriam feitas em audiolivros, em línguas locais e português, para se utilizar da forte tradição oral como uma força atrativa e propulsora³². Tudo isso sempre disponível e facilmente acessível em seu site.

Todas essas iniciativas de Tamele confluem em um projeto de catálogo, que, como destaca Noël (2012), serve de indicador expressivo da posição e singularidade de seu editor. O catálogo constitui como que uma identidade que deixa impressa a marca da editora, apresentando Moçambique não como uma ilha literária, buscando ser também mais representativo e inclusivo em termos de raça, gênero e nacionalidade.

Vejamos a lista de autores e autoras já publicados pela Trinta Zero Nove (30.09):

Quadro 15 – Autores(as) do Catálogo da Editora Trinta Zero Nove

³² Segundo outra publicação (Reto et al, 2020) o percentual de falantes de português seria 35,5% de uma população de 29.669.000. Em todo caso, temos que até no máximo um terço da população é falante de português, e os outros 70% seriam falantes das línguas nacionais e locais.

Autor(a)	Gênero	Raça/Cor atribuída	Nacionalidade	Ano de Nascimento	Gênero Literário
Futhi Ntshingila	F	Negra	África do Sul	1974	Romance
Silvia Ballestra	F	Branca	Itália	1969	Romance
Marta Barone	F	Branca	Itália	1987	Romance
Mohale Mashigo	F	Negra	África do Sul	1983	Conto
Adam Foulds	M	Branca	Inglaterra	1974	Conto
Angela Readman	F	Branca	Inglaterra	1973	Conto
Marguerite About	F	Negra	Costa do Marfim	1971	Conto/Infanto-Juvenil
Makena Onjerika	F	Negra	Quênia	1987	Conto
Sandra Tamele	F	Negra	Moçambique	1980	Conto/Infanto-Juvenil
Marcello D'Orta	M	Branca	Itália	1953	Não-Ficção
Danai Mupotsa	F	Negra	Zimbábue	*	Poesia
Amina Hachimi Alawi	F	Branca	Marrocos	*	Infanto-Juvenil

Fonte: Elaboração própria com dados de <https://www.editoratrintazeronove.org/>

Como destaca Noël (2012) e notamos a propósito das escolhas de Sandra Tamele e de sua editora, as traduções se tornam um veículo privilegiado de construção de um catálogo. Dos 13 títulos listados em seu site, apenas uma coletânea de contos organizada por Tamele, *As sete por quatro* - que entre as sete contistas conta com uma autora moçambicana – não é tradução. Entre todas as(os) autoras(es) a maioria é composta de mulheres, 10 em relação a dois homens³³. Metade é branca e metade é negra, a maioria é jovem, nascidas na década de 1970 e 1980 (oito) e com apenas duas pessoas nascidas nos anos 1950 e 1960. Nas línguas faladas em Moçambique temos 10 títulos disponíveis em português, 5 em cada língua Bantu (Sena, Changana e Macua), todos os livros estão disponíveis em formato físico e digital e sete em audiolivro. Os gêneros

³³ Embora não seja claro nos perfis biográficos disponíveis dos autores, Tamele diz também que publicou um livro de poesias escrito por uma pessoa não binária, mostrando a preocupação do selo em estimular a diversidade de identidades de gênero também

literários mais publicados são conto (seis títulos), romance e infanto-juvenil (três títulos cada) e não-ficção e poesia (um título cada). A maioria das publicações é de autoria africana³⁴, sete, e cinco são europeias. Vale destacar a diversidade de países africanos e de línguas: temos representados o norte da África, o lado atlântico do continente e países vizinhos a Moçambique, mas anglófonos. Além do inglês, a qual é a língua dominante alvo de traduções, há também obras do italiano, do francês e do árabe.

Podemos notar, portanto, um catálogo que se alimenta, ao mesmo tempo, de línguas e países centrais e periféricos literariamente, que buscam atender aos objetivos postulados por Tamele quando da criação de sua editora, contudo, expressam igualmente as oportunidades que foram surgindo da participação da editora em Feiras Internacionais, entre elas principalmente a de Sharja (Emirados Árabes Unidos), Frankfurt e Londres. Nestas duas últimas, respectivamente, Tamele esteve como convidada uma vez pelo *Invitation Programme*, e na Inglaterra foi laureada em 2021 com o International Excellence Awards, prêmio oferecido pela Feira do Livro de Londres e pela UK Publisher Association, na categoria Iniciativa de Tradução Literária (Neto, 2021). Sendo que em 2020 já tinha recebido uma Menção Especial na mesma premiação pelo seu projeto editorial de publicação independente e tradução de contos de autores ingleses para o português.

Além das premiações e de um acréscimo de visibilidade na cena internacional, o ambiente das feiras é importante para os negócios, formação e consolidação de redes profissionais – atividade essencial, para quem, como a maioria de seus contemporâneos, trabalha sozinha e sem uma grande equipe-, abertura de chances de participação em outras feiras e por fim cursos e palestras de atualização profissional para editores (por exemplo, novidades sobre utilização e função dos metadados).

Afora a participação nas feiras, a Trinta Zero Nove aderiu ao *African Books Collective*³⁵ projeto que tenta aumentar a circulação de livros africanos provenientes dos diversos territórios de África dentro do próprio continente e também fora dele, especialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. A plataforma funciona como uma espécie de *marketplace* coletivo, auxiliando na distribuição e divulgação dos livros, tornando mais viável a construção de pontes entre os países africanos, incentivando um maior conhecimento de territórios vizinhos, que por

³⁴ Este é um ponto sensível para vários dos editores independentes entrevistados, a saber, a necessidade de se ter catálogos com mais autores africanos publicados por editoras africanas, em solo africano.

³⁵ Para mais informações sobre as origens do projeto African Books Collective visitar o site African Books Collective. (2015). About us. Acedido em <https://www.africanbookscollective.com/about-us>

vezes, por terem línguas diferentes, acabam por não se comunicar. É por isto que mesmo imprimindo seus livros na vizinha África do Sul, Tamele diz que só conheceu uma importante agente literária sul-africana na Feira do livro de Sharja, no Oriente Médio, a 1.000 quilômetros de Moçambique.

Aqui é importante notar a dificuldade enfrentada por Tamele por ser a única mulher negra editora em seu espaço nacional, além disso, o conjunto de editores moçambicanos, como ela diz, é bastante desunido, tornando sua posição ainda mais instável. Essa condição de isolamento se expressa no risco constante de assédio sexual ou moral, enfrentado por ela nas gráficas moçambicanas, ambiente exclusivamente masculino, como nos informa a editora, além de oferecer um custo mais elevado para uma editora independente.

Para sair desse cenário nacional restrito e hostil, Sandra Tamele participa de uma união de mulheres editoras, promovida e nutrida nas feiras internacionais de livros. Contudo, se a dimensão internacional é uma esfera de acolhimento, desenvolvimento profissional e escape para um espaço muito precário e frágil, ela pode também se tornar um campo que apresenta dificuldades e entraves, por exemplo, na busca de incentivos europeus, com editais, muitas vezes formulados sem levar em conta as dificuldades estruturais dos editores independentes, que acabam estimulando uma concentração de incentivos conferidos a eventos e autores já consagrados e legitimados.

Além disso, as instituições internacionais baseadas em Moçambique que poderiam oferecer financiamento são bastante subfinanciadas e tem orçamentos curtos, por muitas vezes negando a concessão de recursos para projetos culturais e artísticos.

Não obstante, esses óbices do espaço internacional, conforme sugere Sapiro (2019), o investimento em dinâmicas dessa ordem em detrimento de um posicionamento mais voltado ao espaço nacional, se compreende em boa medida como uma tendência de espaços ou campos literários dominados no cenário mundial, já que o recurso a um capital específico em arenas internacionais se torna um trunfo não negligenciável para o fortalecimento de uma posição local. Se considerarmos a já aludida fragilidade e precariedade da infraestrutura editorial, a indisponibilidade de um público leitor amplo e com alta capacidade de compra, juntamente a um meio literário desunido, predominantemente masculino e com vias de consagração e legitimação altamente concentradas em uma única instância, a AEMO, temos as principais chaves de entendimento da tomada de posição mais internacionalista da Trinta Zero Nove, bem como, do uso da tradução, como um meio de viabilizar um projeto editorial que consiga sobrepujar tais constrições.

A editora da Trinta Zero Nove afirma em artigo recente “aventurar-se no mundo da edição, em seu país, seria como nadar contra a corrente todos os dias.” (TAMELE, 2021). A citação chama a atenção para a linha tênue entre a alta consciência de si e do valor simbólico da atividade que exercem os editores e, por outro lado, as constrações econômicas e políticas que colocam suas empresas a em constante risco

Nesse sentido, é importante pensar, como sugere a própria Sandra Tamele em entrevista para esta pesquisa, que a edição, acima de uma paixão, é também um negócio. E que uma vasta possibilidade de estabelecer compromissos com as esferas econômicas e políticas está aberta e é necessária aos editores independentes para manterem seus selos e sua própria sobrevivência viáveis. Isto não significa sempre que uma opção voltada mais ao lado comercial da edição evidencia comprometimento da independência do projeto editorial, por vezes, como no caso, e como ressalta Noël (2012), a possibilidade de independência econômica é parte mesma, da possível independência de uma casa editorial.

Assim como Tamele não procura se colocar totalmente fora do jogo e da esfera econômica, assim como, Filinto e Márcia, que buscam situar o projeto da editora Rosa de Porcelana como uma iniciativa 100% privada que está fora do controle do Estado e que busca atuar numa perspectiva que busca não ser guiada por critérios estritamente comerciais, o fato é que para a sustentabilidade do negócio e para poderem estabelecer uma editora transnacional no espaço de língua portuguesa, a todo momento os projetos da editora necessitam do estabelecimento de parcerias com instituições políticas.

Outro movimento que aponta para concessões necessárias à sobrevivência do negócio e sua profissionalização é a parceria da Rosa de Porcelana com a distribuidora europeia de livros Europress; a maioria das outras editoras mencionadas, pelo menos as com alguma sede europeia, como a Nimba Edições, evitam os grandes distribuidores que facultam o acesso e distribuição dos livros em grandes livrarias, como Bertrand e FNAC.

É preciso compreender que nenhuma dessas questões invalida ou deslegitima a procura pela construção de novas geografias literárias pós-coloniais empreendida pelos editores. Aliás, muitas das à dificuldade de articulação do espaço de língua portuguesa são centrais para o desenvolvimento de um espaço transnacional mais integrado de língua portuguesa, que permanece com instituições muito concentradas em Portugal e Brasil; problemas crônicos de logística e preços elevados de transporte e frete entre os PALOP, Brasil e Portugal; impostos

aduaneiros não homogêneos para os bens culturais, parques gráficos deficientes; baixa capilaridade de livrarias, sobretudo no continente africano, etc.

A atuação da Rosa de Porcelana, da Trinta Zero Nove e das outras editoras mencionadas vem tentando mudar o quadro de carências apresentado e mostrar também as potencialidades e ações contra hegemônicas que podem ser desenvolvidas no espaço de literaturas de língua portuguesa, entre outras: a edição e circulação de autores africanos no interior dos PALOP, Brasil e Portugal; a preocupação com a edição de livros em línguas nacionais, edição de livros em diferentes suportes, publicação de traduções e de mulheres, a criação de um festival próprio e grande enfoque na produção e promoção de eventos culturais e recurso à instâncias e instituições trans(internacionais) fora da língua portuguesa também.

Essas experiências sugerem, conforme Leperlier (2020), que nenhum espaço linguístico, por mais centralizado que seja, tem na sua capital dominante um controle irrevogável, estável e permanente. Há, como mostra o projeto da Rosa de Porcelana, da Trinta Zero Nove e dos outros selos, sempre resistências e caminhos alternativos que lutam para instaurar novos tipos de relação entre literaturas, países e línguas, que sejam menos assimétricos e promovam sentidos de produção e circulação literária mais democráticos e diversos.

Como sugere Noël (2012), este estudo circunscrito de um conjunto de editores independentes dos PALOP e focado em um caso específico, revela, em oposição às grandes lógicas editoriais, a contraface à atuação de grandes grupos e de dinâmicas editoriais extremamente concentradas globalmente (Bourdieu, 2018 [1999]; Thompson, 2013)

A edição é sempre também um negócio e há a todo momento uma vasta possibilidade de estabelecer compromissos com as esferas econômicas e políticas por parte dos editores independentes que possam ajudar a manter seus selos, e sua própria sobrevivência, viáveis. O que não implica normalmente que uma opção mais voltada ao lado comercial ou mesmo político da edição significa comprometimento da autonomia do projeto editorial, por vezes, e como ressalta Noël (2012), a possibilidade de independência econômica é parte mesma, da possível liberdade de um projeto editorial.

Se neste capítulo buscamos mostrar os movimentos contra hegemônicos e de proposição de novos fluxos de circulação, consagração e produção editorial que se gestam a partir dos PALOP, oferecendo novos atores, instituições e obras para o espaço transnacional de literaturas de língua portuguesa, no próximo capítulo examinaremos as políticas de subsídios a publicação e tradução idealizados por Portugal e Brasil, que acabam por reforçar a posição privilegiada dos dois países no espaço transnacional de literaturas de língua portuguesa.

7 Subsidiar os autores das literaturas de língua portuguesa: os programas de apoio à publicação do Estado português encontram as compras subsidiadas do Estado brasileiro

Como sugerido ao final do capítulo precedente, buscarei nesta seção realizar uma avaliação extensa dos programas de incentivo a edição e tradução, em especial na Linha de apoio à edição no Brasil patrocinada pelo governo Português através da DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas). Tal política pública patrocina a edição de autores e autoras portuguesas(as) e dos países de língua portuguesa (exceto Brasil) por editoras brasileiras em território nacional (PORTUGAL, [200-?]a, [200-?]b).

Articulados os efeitos deste programa com os resultados da implementação da lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e a cultura afro-brasileira em todas as etapas de ensino brasileiro -, combinada as ações do PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) e PNLD Literário³⁶ temos um cruzamento de subsídios que quando avaliados lado a lado mostram que seus objetivos são reconfigurados pelos atores do mercado editorial, tornando-os instrumentos integrados a lógicas de mercado, resultando na promoção de desigualdades de circulação e consagração de autores(as) e obras.

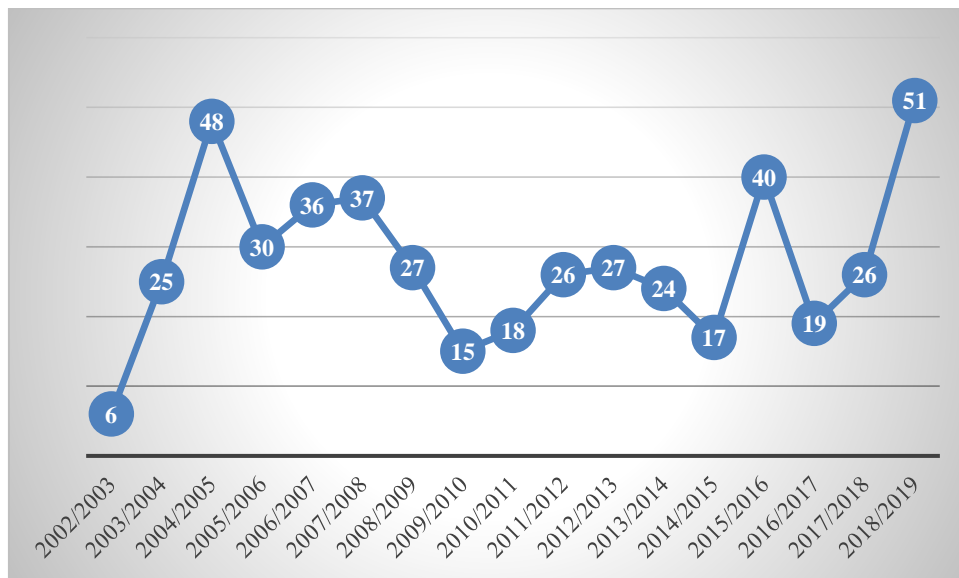
A DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas) órgão vinculado ao Ministério da Cultura Português criou uma linha de apoio à edição de livros no Brasil, para autores de língua portuguesa não-brasileiros, que cobre de 20% até 60% dos custos de edição das obras. O financiamento se dá a fundo perdido e quem arca com essa porcentagem é o Tesouro português. Foi graças a esse edital que muitos selos puderam iniciar a publicação dos primeiros autores africanos, portugueses e asiáticos no Brasil (PORTUGAL, [200-?]a, [200-?]b).

Mostrarei também como em alguns casos, os editores brasileiros conseguiram ser contemplados simultaneamente pelo financiamento português e por grandes compras governamentais (PNBE/PNLD literário). Estas se abriram aos livros de autores africanos de língua portuguesa, principalmente, devido aos efeitos da lei 10.639/2003.

³⁶ Programas encarregados da aquisição de livros literários para os acervos de bibliotecas de escolas públicas de todos os níveis e em todo país. Sobre a história destes programas e do mercado de edição dos livros didáticos no século XXI no Brasil, consultar Cassiano (2013).

Vejamos agora como se deu globalmente a atuação da Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB³⁷:

Gráfico 19 – Livros subsidiados por ano pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB

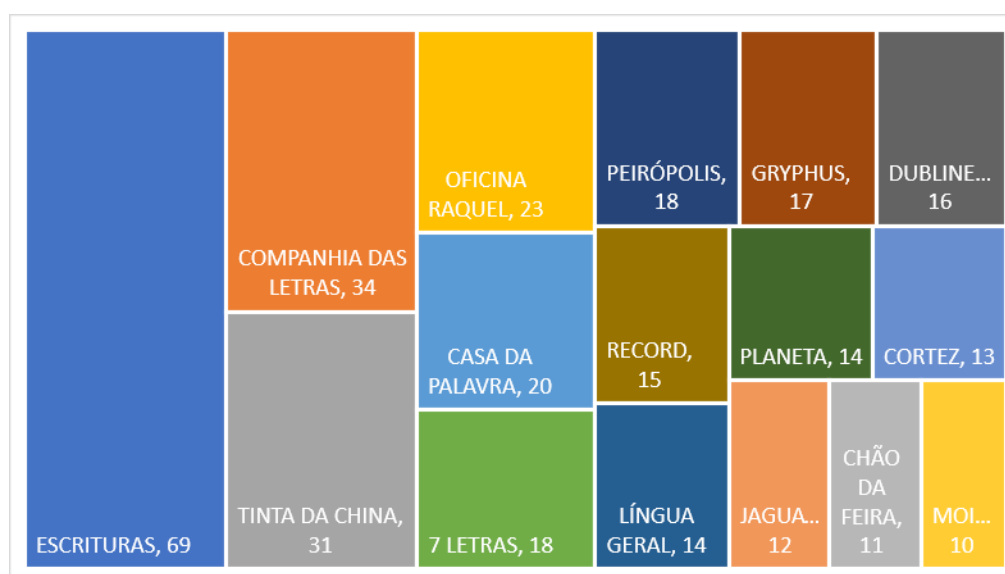


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Desde 2002 até sua última edição, o programa da DGLAB para apoio de livros no Brasil subsidiou 472 obras, uma média de praticamente 28 livros patrocinados por ano. Dos 472 títulos, uma metade foi selecionada na primeira década de funcionamento e outra metade na década seguinte.

³⁷ As funcionárias e funcionários da DGLAB cederam os dados referentes a todos os anos de funcionamento do programa, após pedido feito por e-mail.

Gráfico 20 – Editoras com mais de dez títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Tabela 4 - Editoras subsidiadas pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018)

Editoras	Títulos subsidiados	% do total de títulos subsidiados
Escrituras	69	14,62%
Companhia das Letras	34	7,20%
Tinta da China	31	6,57%
Oficina Raquel	23	4,87%
Casa da Palavra	20	4,24%
7 Letras	18	3,81%
Peirópolis	18	3,81%
Gryphus	17	3,60%
Dublinense	16	3,39%
Record	15	3,18%
Língua Geral	14	2,97%
Planeta	14	2,97%
Cortez	13	2,75%
Jaguatirica	12	2,54%
Chão da Feira	11	2,33%
Moinhos	10	2,12%
Circuito	9	1,91%
Cosac & Naify	9	1,91%

Pontes	9	1,91%
Aquarela Brasileira	6	1,27%
Lumme	6	1,27%
Móbile	6	1,27%
Bazar do Tempo	5	1,06%
Global	5	1,06%
Nova Fronteira	5	1,06%
Objetiva	5	1,06%
Vermelho Marinho	5	1,06%
Eduerj	4	0,85%
Hedra	4	0,85%
Todavia	4	0,85%
Editora 34	3	0,64%
Trombone	3	0,64%
Agir Editora	2	0,42%
Argus	2	0,42%
Azogue	2	0,42%
Caramuré	2	0,42%
Claro Enigma	2	0,42%
Darkside	2	0,42%
Escritório do Livro	2	0,42%
Gente	2	0,42%
Landmark	2	0,42%
Landy	2	0,42%
Lê	2	0,42%
Macondo	2	0,42%
Pallas	2	0,42%
Alaude	1	0,21%
Apicuri	1	0,21%
Ateliê	1	0,21%
Autentica	1	0,21%
Batel	1	0,21%
Bússola	1	0,21%
Carambaia	1	0,21%
Cpe	1	0,21%
Edições de Janeiro	1	0,21%
Ediouro	1	0,21%
Edipucrs	1	0,21%
Eduneb	1	0,21%
Francisco Alves	1	0,21%
Fund. Getúlio Vargas	1	0,21%
Globo	1	0,21%
Ícone	1	0,21%
Imã	1	0,21%

José Olympio	1	0,21%
Lacerda	1	0,21%
Nórdica	1	0,21%
Siglaviva	1	0,21%
Sm	1	0,21%
Unicamp	1	0,21%

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Entre as editoras brasileiras mais subsidiadas destaque para a grande variedade de selos, desde grandes conglomerados (Companhia das Letras, Record, Planeta e Casa da Palavra [Leya Brasil]), editoras de médio porte (Cortez, Gryphus, Escrituras, Peirópolis) e pequenas editoras (Dublinense, 7 Letras, Língua Geral, Chão da Feira, Moinhos, etc.).

Na lista ampliada de editoras merece destaque também a presença de algumas editoras universitárias, que se utilizaram da linha de apoio para publicação de livros acadêmicos e de muitas editoras especializadas na publicação de livros de poesia. Se de um lado a presença de grandes conglomerados entre os principais beneficiados pelo incentivo aponta possíveis direcionamentos de mercado sendo operados a partir da política pública, por outro, a presença de pequenas editoras significa uma atuação da mesma política como fator de manutenção de diversidade no polo de produção restrita do campo literário. Pois, graças a este subsídio, como se vê, muitos selos puderam editar obras que talvez sem o apoio seriam inviáveis.

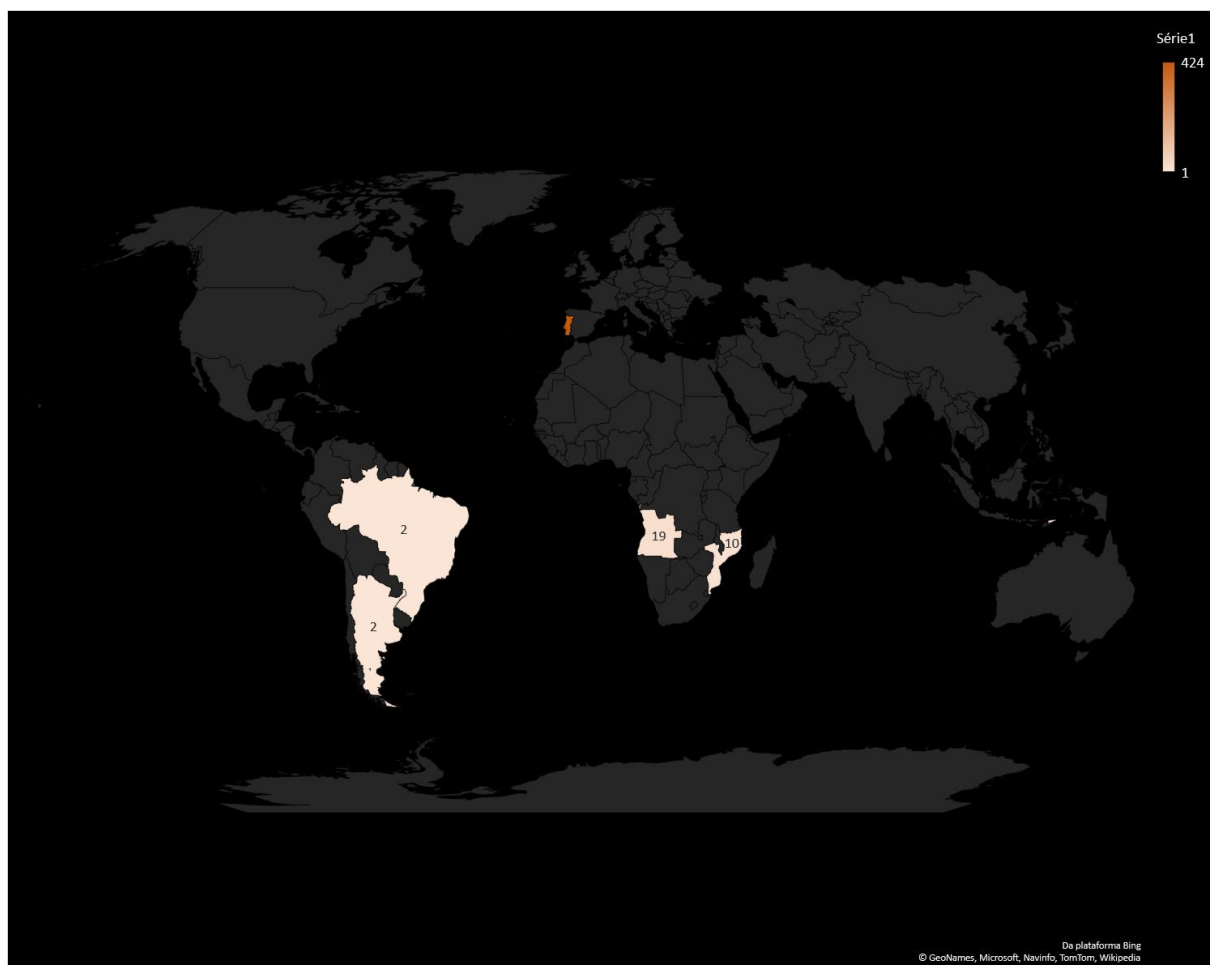
Os dados sugerem que a hipótese de Gisèle Sapiro (2019) aludida no início da tese se confirma, qual seja, a de que programas estatais podem atuar na proteção dos polos do campo literário menos comerciais e mais institucionalmente frágeis por esse motivo, mas adicionamos, que essa atuação que resultaria no auxílio a manutenção das regras próprias de polos de produção restrita não acontece de forma separada da articulação da política pública de incentivo com as lógicas de mercado. O lado compensatório e protecionista da política pública acompanha simultaneamente a sua articulação com lógicas econômicas, a depender de como cada agente se posiciona no espaço e como se utiliza da política em questão; se o grande conglomerado concorre tendo em vista ganhar futuramente no sistema de compras públicas nacional ou se o pequeno editor recorre ao apoio por falta de meios de viabilizar uma publicação/projeto (e por que não, eventualmente conseguir a aprovação de um livro nas compras estatais).

Gráfico 21 – Total de títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018) por nacionalidade dos autores



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

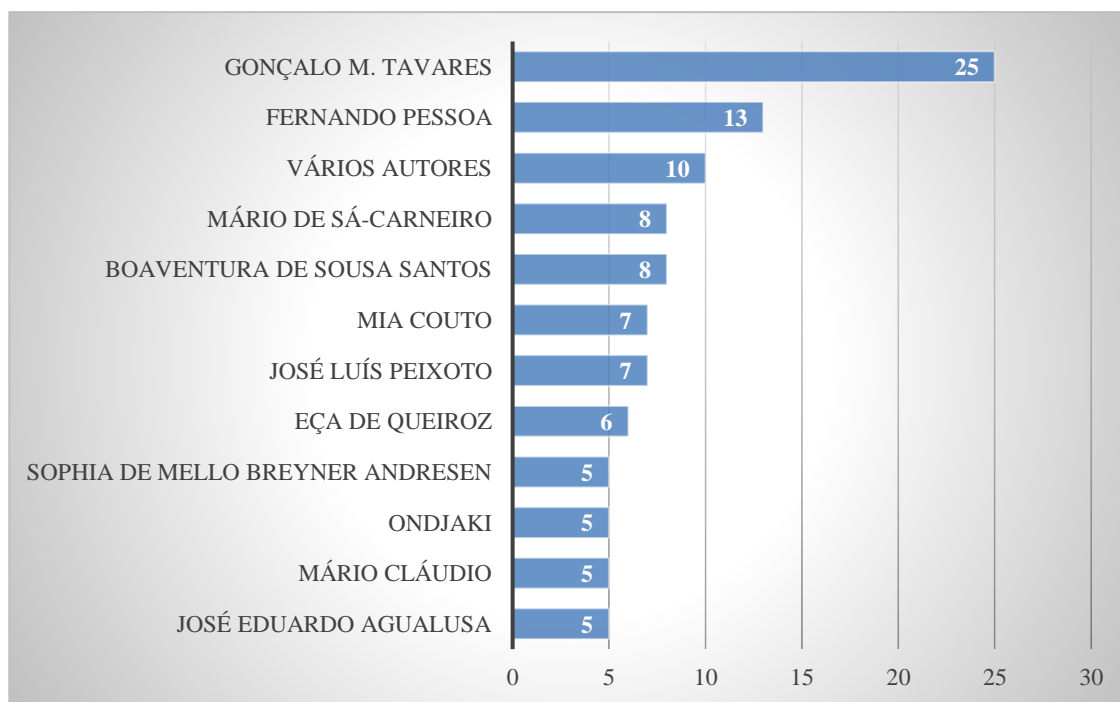
Mapa 1 - Títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018) por nacionalidade dos autores



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Se os efeitos editoriais podem ser múltiplos a depender da posição, das estratégias e objetivos dos agentes, no caso da distribuição de escritores por suas nacionalidades, vemos que a política pública de Portugal, apesar de abrir espaço para a publicação de autores africanos (Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e asiáticos (Macau e Timor Leste) o faz de maneira bastante desigual. Os portugueses representam em praticamente duas décadas de subsídios 89% de todos os livros contemplados. Restando a asiáticos e africanos 10% de espaço (44 títulos).

Gráfico 22 – 10 Autores com mais títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

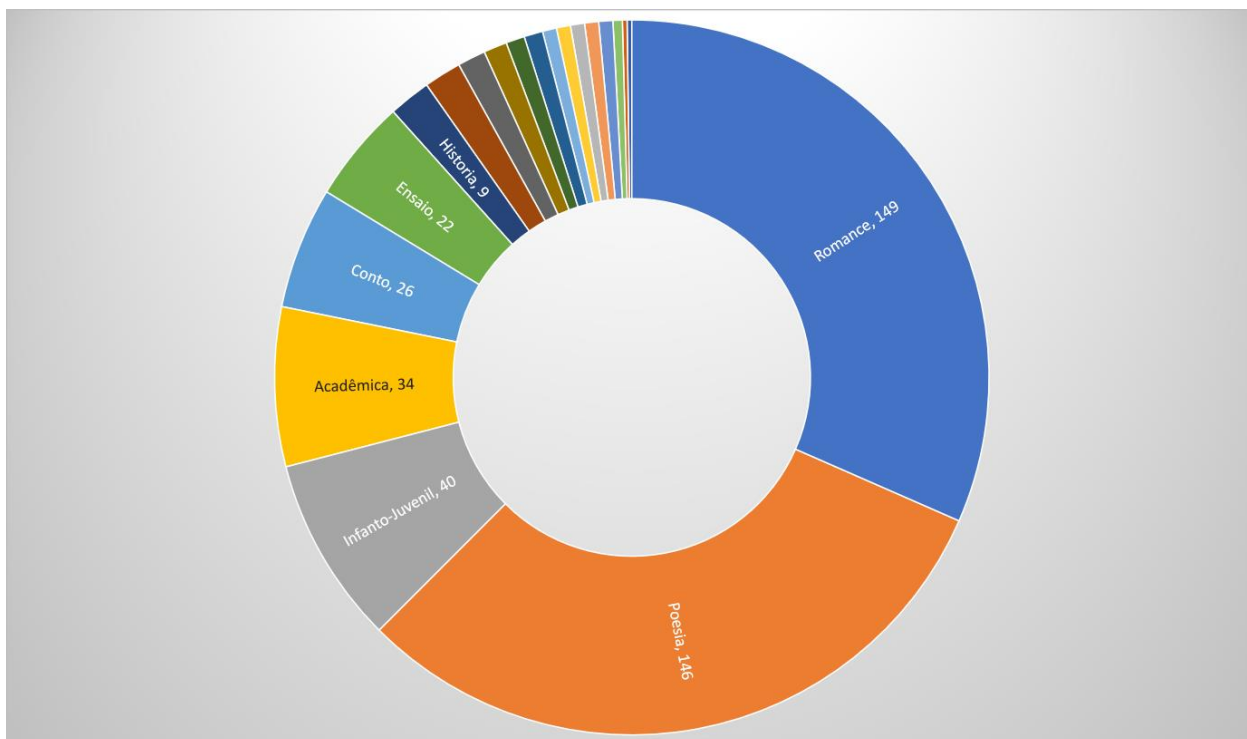
Gráfico 23 – Total de títulos subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018) por suas nacionalidades



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

A concentração de portugueses se dá em números absolutos, quando olhamos ao invés dos títulos os seus autores, vemos que as obras se encontram bastante diluídas em termos de autoria. Se isso é verdade entre os portugueses, não se dá o mesmo entre africanos e asiáticos. Mia Couto, Ondjaki e José Eduardo Agualusa (17 livros somados) equivalem a 40% de todos os títulos incentivados entre autores africanos e asiáticos. Para os portugueses, a proporção de autores subsidiados continua praticamente igual, entre 263 autores incentivados 240 foram de origem portuguesa ou 91%.

Gráfico 24 – Gêneros literários subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil do DGLAB (2002-2018)

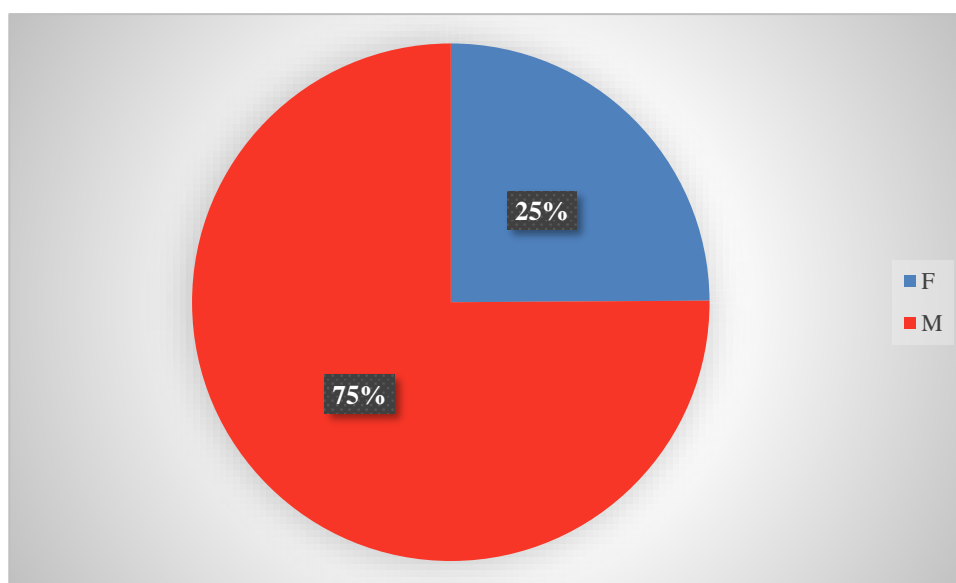


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Os gêneros literários mais subsidiados foram romance (31%), poesia (30%), infantojuvenil (8%), acadêmicos (7,02%) e conto (5,5%). A hierarquia dos gêneros da política de incentivo, é consideravelmente diferente da dos prêmios literários, que beneficiam romance, poesia e conto. No presente caso vemos gêneros menos rentáveis ganharem destaque e também um aumento de diversidade do que é apoiado, apesar do domínio dos gêneros tradicionais.

Devido a uma demanda crescente por incentivos à publicação de livros infantojuvenis, a DGLAB em 2005 criou uma linha de apoio específica para este gênero e sua publicação no Brasil. Estes dados não foram computados no presente estudo por se distanciarem dos objetivos estabelecidos.

Gráfico 25 – Total de autores subsidiados pela Linha de apoio à edição no Brasil da DGLAB (2002-2018) por gênero



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Outra assimetria que se mantém é a de gênero. Desta vez, entre os 253 autores (descontadas edições de coletivas) foram financiados apenas 25% de escritoras e 75% de escritores, dados que reforçam a hipótese de que no espaço de língua portuguesa a autoria feminina é preterida nas instituições de legitimação, publicação e de políticas públicas de incentivo ao livro. Tal fato sugere ainda grandes dificuldades para que mulheres e homens possam alcançar paridade de consagração nesse espaço literário (questão a ser explorada com mais vagar por estudos qualitativos e a partir do catálogo de publicação de editoras).

Retomando, a hipótese que trabalharemos na sequência a partir dos dados analisados é a de que o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), atual PNLD literário, e a lei (nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003) sobre ensino obrigatório de cultura e história africana nas escolas, em conjunto com o programa de apoio da DGLAB à edição no Brasil impulsionou a publicação de autores africanos de língua portuguesa no país.

A redemocratização brasileira nos anos 1980/1990 com certeza não é um período histórico já totalmente explorado e explicado. São múltiplos os determinantes sociais, econômicos e políticos que encaminharam o país para a chamada Nova República. Não cabe aqui retomar todos eles, tentarei sucintamente nomear as linhas de força mais importantes vinculadas ao mercado editorial.

Segundo Ortiz (1989) o período ditatorial representou no setor da cultura um impulso à indústria cultural brasileira, principalmente do setor televisivo. Porém, tal conduta política de

estímulo seletivo ao setor industrial da cultura, se fez sentir em outros setores da produção de bens simbólicos, entre eles o da edição. É nesse período que Hallewell (2012) identifica uma complexificação e diferenciação crescente no trabalho do editor, que divide suas funções literárias (*publisher*) das funções gerenciais mais comerciais (*manager*), papéis que até então se encontravam misturados. É também o momento de nascimento dos grandes grupos editoriais nacionais como o Record e de crescimento de editoras que apostavam em coleções vendidas em bancas de jornal, que mudaram a cadeia de distribuição de livros brasileira, sendo a pioneira o Grupo Abril.

As turbulências econômicas dos anos 1980 até metade dos anos 1990, por outro lado, prejudicou a atividade dos editores, que só foi recuperada a partir da estabilidade econômica adquirida pela criação e implantação do Plano Real entre 1993 e 1994. O novo plano econômico permitiu o florescimento de novas casas editoriais e maior previsibilidade para o trabalho de edição (HALLEWELL, 2012).

Outra linha de força importante para compreensão do campo literário no período foi a massificação do ensino para amplos setores da população brasileira, ainda que nem sempre essa expansão tenha significado um igual acréscimo qualitativo na estrutura de ensino e nos conteúdos oferecidos no processo educativo. Mas, ainda assim, houve crescimento de matrículas entre os anos 1980/1990 em praticamente todos os níveis educacionais, com destaque para quedas significativas das taxas de analfabetismo (ainda que com aumento das taxas de analfabetismo funcional em grau não desprezível) e uma subida acentuada do percentual de alunos em cursos de ensino superior e de pós-graduação (principalmente no setor privado), processo que se manteve pelo menos até a primeira década dos anos 2000 (Cf. STELLA, 2018; SENKEVICS, CARVALHO, 2020). Todos esses fatores em conjunto indicavam para um aumento potencial do público leitor e consumidor de livros.

Além da disponibilidade de um público crescente e potencialmente mais democratizado, houve a criação de grandes programas de compras de livros didáticos, em primeiro lugar, e em segundo lugar de paradidáticos. O primeiro programa PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) tem origem em 1985, como mostra Cassiano (2013), ele objetivou a compra e distribuição gratuita para os/as estudantes da educação básica brasileira de manuais escolares.

Tal programa passaria por sucessivas alterações, que aos poucos ampliariam seu escopo de atuação, tornando-o nos anos 2000 uma política que atendia a educação brasileira de maneira universal (em todos os níveis de ensino: infantil, fundamental, médio e ensino de jovens e adultos). O PNLD é gerido pelo MEC/FNDE (Ministério da Educação / Fundo Nacional para

o Desenvolvimento da Educação) sendo responsável por colocar o governo brasileiro no hall dos maiores compradores de livros do mundo. Segundo Cassiano (2013), em compras institucionais de livros o Brasil só fica atrás de China e Estados Unidos. Porém, quando se olha somente para os livros didáticos, o PNLD se mostra o maior programa global.

Cassiano (2013) reconta de forma detalhada como esse programa tornou o segmento dos didáticos um nicho de negócio rentável, seguro e cobiçado por diversos agentes do mercado editorial. O fato de ser um programa contínuo com recursos empenhados e garantidos, e de lançamento de editais de compra e reposição de livros constantes criou uma corrida entre grandes grupos editoriais (inter)nacionais (sobretudo espanhóis) para liderar esse “mercado” estatal.

Nesse mesmo período, se o nicho dos didáticos era considerado um negócio rentável e seguro, o mesmo não se podia dizer do setor de obras gerais (aqui incluídos livros de ficção e não-ficção, biografias, etc.).

Essa crise do setor é analisada por Sá-Earp e Kornis (2010) que demonstraram ter havido no período 1996 – 2006 uma queda constante no faturamento real das editoras (receita total, retirados os custos da inflação). Entre 1995 e 2006 o PIB do país cresceu 31%, já as vendas de livros caíram 39%. O setor se sustentou durante muito tempo a partir das compras governamentais que eram responsáveis pela aquisição de 40% dos exemplares produzidos e por 25% do faturamento total. Como demonstram os autores, as compras do Estado, todavia, eram irregulares (principalmente as do PNBE, sendo as do PNLD mais constantes) e concentradas em poucos fornecedores, principalmente quando se tratam de vendas de livros didáticos (as vendas no período de 1996 – 2006 para o setor de didáticos foram destinadas principalmente para as editoras Positivo, Ática/Scipione, Saraiva e FTD).

O vai e vem das compras estatais, via PNBE, variou muito segundo as políticas de cada governo, suas prioridades e a disponibilidade de recursos orçamentários. As vendas mais constantes foram as dos consumidores privados, principalmente nos setores de obras gerais e de livros técnico-científicos. De acordo com Sá-Earp e Kornis (2010), os consumidores que compravam livros com mais frequência no período acabaram por não ter incrementos significativos de renda, comprometendo a parcela da renda doméstica destinada à aquisição de livros.

O relatório organizado por FIPE, CBL e SNEL intitulado “Série histórica: 10 anos de Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro”, aponta que, para o período 2006 – 2015, todos os setores do mercado editorial tiveram desempenho inferior ao desempenho do

PIB.³⁸ O setor que mais sofreu foi o de Obras Gerais (aqui incluídos livros de ficção adulta) que não seguiu o crescimento econômico do país entre 2005 – 2010 e sofreu forte tombo com a crise econômica entre 2009 e 2010.

Dentre os programas governamentais, o PNLD sofreu com alguns cortes, porém manteve alguma constância, já que ele era responsável por alimentar todos os níveis de ensino de todo o alunado brasileiro. Já o PNBE foi o programa que mais sofreu cortes, sendo inclusive, como já mencionado, paralisado no ano de 2014 e extinto por decreto em 2017 (MOREIRA, 2017). Posteriormente o programa foi incorporado ao PNLD e passou a se chamar PNLD literário, no ano de 2018 houve uma compra efetuada, a última aquisição de livros paradidáticos aconteceu no ano de 2020 (FNDE, 2018).

O Programa Nacional Biblioteca da Escola foi criado por meio da Portaria nº 548 de 28 de abril de 1997 e tinha por função comprar livros para serem doados ao acervo de bibliotecas das escolas públicas de todo território nacional. Segundo Moreira (2017) foram vendidos desde os anos 2000, 230 milhões de exemplares a um preço total de R\$891 milhões. Um investimento anual de aproximadamente R\$68,5 milhões em renovação dos acervos das bibliotecas escolares.

Tal programa foi importante para o setor de obras gerais, como já mencionado, um segmento do mercado editorial bastante deficitário. As compras do PNBE atingiram escritores e escritoras com orientações diversas, inclusive autores consagrados do polo de produção restrita (erudita) do campo literário. Esse tipo de compra era parte da composição necessária para fechar as contas da publicação de um autor de ficção, por exemplo. Ou pelo menos servia como um mitigador de riscos, já que, uma vez selecionado no programa, um livro e um autor, se pagavam para a editora e permitiam o investimento em outros autores que não gerassem lucro imediato. Além, igualmente, de ter sido uma fonte de recursos preciosa para escritores, já que os repasses do governo eram feitos de uma vez e o autor ganhava seus direitos (10% sobre o preço de venda de capa do livro) imediatamente e não em parcelas conforme se faz nas vendas do mercado de varejo privado.

Fora o PNBE, para compreender o *boom* de publicação e consagração de autores africanos de língua portuguesa no país, devemos citar a aprovação e promulgação da Lei nº

³⁸ Nas pesquisas o mercado é dividido entre 4 partes: Didáticos (DID), Obras Gerais (OG), Religiosos (REL) e Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP). Uma das deficiências desses indicadores é falarem pouco sobre as modalidades de consumo desses livros e também não tratar de modo mais qualitativo sobre o consumo de obras individuais. Agrupando muitas vezes numa categoria livros totalmente díspares.

10.639, de 9 de Janeiro de 2003 que tornou obrigatório o ensino da temática de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e particulares.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003, p.1)

As mudanças preconizadas pela lei exigiriam renovação dos acervos das bibliotecas das escolas, para acomodar livros e obras que tematizassem os novos conteúdos obrigatórios. Assim se viu nos anos subsequentes a aparição de autores africanos de língua portuguesa nas listas de compras do PNBE. Isto abriu caminho para que editoras como a Pallas, especializada em temas de África, crescessem. A editora Agir parte do grupo editorial nacional Ediouro que apostou fortemente nos editais públicos tanto de didáticos quanto nos de literatura e seria beneficiada com a compra governamental de livros de variados(as) autores(as). Também a editora Língua Geral, criada nos anos 2000, surge e foca na ampliação do diálogo entre países de língua portuguesa, aproveitando a janela de oportunidade gerada pela sinergia entre a lei 10.639/2003 e o PNBE e como veremos logo a seguir, aliada ao subsídio à publicação da DGLAB.

Vejamos o histórico dos autores africanos de língua oficial portuguesa no PNBE/PNLD literário.

Tabela 5 – Histórico de Vendas de autores africanos de países de língua portuguesa no PNBE/PNLD Literário

Ano	Editora	Autor	Título	Série	Tiragem	Total do contrato
2009 229	PINTO E ZINCONE EDITORA	Manuel Rui	QUEM ME DERA SER ONDA	Ensino Médio	11.093	Sem informação
Sub-total					11.093	Sem informação
2006/2013	EDITORA 34	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	COMANDANTE HUSSI	Ensino Fundamental	29.093	R\$ 137.609,89
2009	AGIR EDITORA	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	NEM TUDO COMEÇA COM UM BEIJO	Ensino Fundamental	25.788	Sem informação
2009	EDITORA 34	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	CINCO BALAS CONTRA A AMÉRICA	Ensino Médio	11.093	Sem informação
Sub-Total					65.974	R\$ 137.609,89
2009	AGIR EDITORA	Ondjaki	BOM DIA CAMARADAS	Ensino Fundamental	25.788	Sem informação
2013	PALLAS EDITORA E DISTRIBUIDORA	Ondjaki	HÁ PRENDISAJENS COM O XÃO	Ensino Médio	12.396	R\$ 72.403,80
2014	PALLAS EDITORA E DISTRIBUIDORA	Ondjaki	A BICICLETA QUE TINHA BIGODES	EJA	32.382	R\$ 156.401,28
2018	PALLAS EDITORA E DISTRIBUIDORA	Ondjaki	OMBELA: A ORIGEM DAS CHUVAS	Sem Informação	68.246	R\$ 358.973,96
Sub-total					138.812	R\$ 587.779,04
2011	EDITORA ATICA	Luis Bernardo Honwana - Albertino Bragança - Nelson Saúte - Antonio Couto - Maria Odete Soares Semedo - Henrique Teixeira de Sousa - Ondjaki - Boaventura Cardoso - José Eduardo Agualusa - Luandino Vieira	CONTOS AFRICANOS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	Ensino Fundamental	25.918	R\$ 153.693,74
Sub-total					25.918	R\$ 153.693,74
2009	PINTO E ZINCONE EDITORA	José Eduardo Agualusa	MANUAL PRÁTICO DE LEVITAÇÃO	Ensino Médio	11.093	Sem informação
2009	PINTO E ZINCONE EDITORA	José Eduardo Agualusa	NAÇÃO CRIOLA	Ensino Médio	11.093	Sem informação
2009	PINTO E ZINCONE EDITORA	José Eduardo Agualusa	O VENDEDOR DE PASSADOS	Ensino Médio	11.093	Sem informação

2013	LÍNGUA GERAL LIVROS	José Eduardo Agualusa	NAÇÃO CRIOULA	Ensino Médio	Sem informação	Sem informação
Sub-total					33.279	Sem informação
2018	CASA DA PALAVRA PRODUCAO EDITORIAL	Pepetela	SE O PASSADO NÃO TIVESSE ASAS	Sem Informação	55.107	R\$ 1.126.938,15
2018	CASA DOS MUNDOS PRODUCAO EDITORIAL E GAMES	Pepetela	MAYOMBE	Sem Informação	109.145	R\$ 994.310,95
Sub-total					164.252	R\$ 2.121.249,1
2009	EDITORA SCHWARCZ	Mia Couto	O OUTRO PÉ DA SEREIA	Ensino Médio	11.093	Sem informação
2013	EDITORA SCHWARCZ	Mia Couto	O ÚLTIMO VOO DO FLAMINGO	Ensino Médio	12.396	R\$ 158.308,08
2018	EDITORA SCHWARCZ	Mia Couto	TERRA SONÂMBULA	Sem Informação	94.204	R\$ 563.339,92
Sub-total					117.693	R\$ 721.648,00
2018	TODAVIA EDITORA	Kalaf Epalanga	TAMBÉM OS BRANCOS SABEM DANÇAR	Sem Informação	40.721	R\$ 575.387,73
Sub-total					40.721	R\$ 575.387,73
Total Geral					597.742	R\$ 4.297.367,50

Fonte: Autoria própria com dados do FNDE/MEC (2017a, 2017b)

Tabela 6 – Comparativo de total de exemplares e volume comprados entre os autores africanos de língua oficial portuguesa nos programas PNBE/PNLD literário

Nome	Nacionalidade	Total de exemplares comprados	Total comprado (%)	Total comprado (R\$)	Total comprado (%)
Pepetela	Angola	164.252	29%	R\$ 2.121.249,10	51%
Ondjaki	Angola	138.812	24%	R\$ 587.779,04	14%
Mia Couto	Moçambique	117.693	21%	R\$ 721.648,00	17%
Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Cabo-Verde	65.974	12%	R\$ 137.609,89	3%
Kalaf Epalanga	Angola	40.721	7%	R\$ 575.387,73	14%
José Eduardo Agualusa	Angola	33.279	6%	Sem informação	Sem informação
Manuel Rui	Angola	11.093	2%	Sem informação	Sem informação
Total Geral		571.824	100%	R\$ 4.143.673,76	100%

Fonte: Autoria própria com dados do FNDE/MEC (2017a, 2017b)

Como se pode visualizar nas duas tabelas, foram comprados pelo FNDE/MEC ao todo individualmente 7 autores africanos de língua portuguesa (Pepetela, Ondjaki, Mia Couto, Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira, Kalaf Epalanga, José Eduardo Agualusa e Manuel Rui), sendo 5 deles angolanos, 1 moçambicano e 1 Cabo-verdiano. Se levarmos em conta a coletânea de contos publicada pela editora Ática temos um acréscimo de sete novos(as) autores e autoras aos já mencionados (Luis Bernardo Honwana - Albertino Bragança - Nelson Saúte - Maria Odete Soares Semedo - Henrique Teixeira de Sousa - Boaventura Cardoso - Luandino Vieira) estes são 2 de Angola, 2 de Moçambique, 1 de São Tomé e Príncipe, 1 de Guiné-Bissau e mais 1 de Cabo Verde. Somados aos primeiros temos ao todo 7 angolanos, 3 moçambicanos, 2 caboverdianos, 1 são tomense e 1 guineense.³⁹

Temos no conjunto de autores comprados pelo Estado brasileiro os autores africanos de língua oficial portuguesa mais editados no Brasil, são eles em ordem decrescente como já mostrado: Mia Couto, Pepetela, José Eduardo Agualusa, Ondjaki e Luandino Vieira (cf SÁ, 2018, p. 74).

Se Ondjaki é o quarto autor mais publicado com 13 edições de livro no Brasil, em relação às compras governamentais é o segundo em exemplares (138.812 ou 24% do total geral) atrás apenas de Pepetela com que tem 164.252 ou 29% de exemplares comprados e seguido de Mia Couto com 117.693 exemplares ou 21% do total. Em termos de exemplares adquiridos, os três autores somam 74% de todos os livros comprados e distribuídos pelo governo brasileiro para as escolas públicas brasileiras, o que em números absolutos significa 420.757 livros disponíveis para leitura para o público escolar pelo país.⁴⁰

As editoras que mais obtiveram a oportunidade de vender ao FNDE/MEC autores africanos de língua portuguesa foram em ordem crescente: Gryphus 4 vezes (cujo nome

³⁹ Essa distribuição de nacionalidades espelha a distribuição de origem do total de livros de autores e autoras africanas de língua oficial portuguesa no Brasil, de acordo com a descrição de Sá (2018). E conforme mostramos no capítulo anterior.

⁴⁰ Entre estes autores, principalmente Mia Couto e Pepetela, vale destacar a presença de algumas de suas obras em listas de leituras obrigatórias de exames vestibulares brasileiros (cf. SÁ, 2018). Pepetela consta como leitura obrigatória do vestibular da FUVEST (com o livro *Mayombe*), exame de admissão à Universidade de São Paulo, desde o ano de 2016 e seguirá na lista até 2022 na lista quando será substituído por Mia Couto, como livro *Terra Sonâmbula* (FUVEST, 2018). Esta última obra já esteve listada como obrigatória para o vestibular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) entre os anos de 2016 e 2018 (COMVEST, 2014). Além de Mia Couto há registros de outros escritores que estiveram presentes nas listas de vestibulares entre eles Luandino Vieira com seu livro *Luuanda* na faculdade Casper Líbero, a partir de 2010 (MADUREIRA, 2017) e José Eduardo Agualusa com dentre outras obras o livro *Nação Crioula* no vestibular da Universidade Federal da Bahia (UFBA) a partir de 2012 (REDAÇÃO, 2018). Dentre os cinco autores africanos de língua portuguesa mais editados no Brasil apenas Ondjaki parece não ter sido incluído em listas de leituras obrigatórias de vestibulares.

empresarial é Pinto e Zincone Editora), seguida da editora Companhia das Letras e Pallas por 3 vezes, por 2 vezes as editoras Agir, Leya Brasil (Nome empresarial Casa da Palavra e Casa dos Mundos) e Editora 34 e 1 vez as editoras, Todavia, Língua Geral e Ática. Entre estas editoras, como aponta Sá (2018), estão as principais e as que mais publicaram autores africanos de língua portuguesa no Brasil, são também estas as editoras as que mais foram beneficiadas com apoio à edição de livros no Brasil da DGLAB de Portugal.

Há um interesse de boa parte dessas editoras em que as obras trazidas e editadas no Brasil, possam se enquadrar para a leitura de diversas faixas etárias, para além do ensino médio, pois assim conseguem alcançar acordos de compras mais amplos com o Estado. Isso porque, de acordo com Senkevics e Carvalho (2020), a universalização do ensino no Brasil após a redemocratização não aconteceu sem a permanência de desigualdades.⁴¹ Neste sentido, os autores sublinham que o único segmento realmente democratizado e universalizado foi o acesso aos anos iniciais do ensino fundamental, portanto, somente a porta de entrada do sistema educacional.

O acréscimo de acesso ao ensino médio e superior, por outro lado, teria permanecido desigual para jovens de origens sociais diversas (SENKEVICS; CARVALHO, 2020, p. 339). Sendo assim, faria sentido enquadrar um autor e sua obra no segmento do ensino fundamental, mais universalizado que o de ensino médio e superior. Porém, como se pode notar, a presença de escritores em listas de leituras obrigatórias de vestibulares no país, garante também uma enorme faixa de comercialização para uma obra. Juntar as duas classificações quando possível aparece, assim, como a opção mais vantajosa.

Ainda de acordo com Senkevics e Carvalho (2020), a ampliação de vagas em cada segmento educacional coloca pressão na oferta de vagas no segmento seguinte, à medida que o aumento de candidatos habilitados para o ingresso na nova etapa aumenta. O que teria acontecido no Brasil é que a demanda de habilitados para o ingresso no ensino superior não acompanhou a quantidade de vagas ofertadas, mesmo que estas tenham crescido expressivamente no setor privado e público, o crescimento permaneceu insuficiente.

De todo modo, temos no sistema escolar brasileiro um condicionante de muito peso e força no mercado literário, pois como sugerem os dados analisados até aqui, a possibilidade de

⁴¹ Houve grande expansão de matrículas no Ensino Médio e Superior entre 1995 e 2015 e recordes de históricos de alfabetização entre a população de 15 anos ou mais, que chegou a 93% de matrículas (taxa líquida) no ensino fundamental 97,8% da população entre 6 e 14 anos e por fim da taxa líquida de matrícula no Ensino Médio que chegou a 91,3% da população de 15 a 17 anos (SENKEVICS; CARVALHO, 2020, p. 335).

ter um livro adquirido pelo Estado ou listado como leitura obrigatória de um grande vestibular, pode incentivar compras públicas e privadas duráveis, tornando algumas obras e autores verdadeiros portos-seguros para um setor da economia muito vulnerável as crises e como visto, em permanente déficit de ganhos desde pelo menos o início dos anos 2000.

Todavia, este não foi o único incentivo que os autores africanos de língua oficial portuguesa tiveram para serem publicados no Brasil, a linha de subsídio da DGLAB de Portugal, a meu ver, foi igualmente importante.

A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) é um órgão do governo de Portugal, vinculado ao ministério da cultura do país. (Portugal, [200-?]b). Sua função é a coordenação e execução de políticas dedicadas às bibliotecas públicas, aos arquivos e aos livros. Na área do livro são diversas políticas e iniciativas que estão à cargo da DGLAB, dentre elas o apoio à criação e edição no país, a promoção da literatura portuguesa e de língua no exterior, promoção da leitura, etc. (Portugal, [200-?]b).

Entre tais objetivos há um específico para o apoio à edição no Brasil iniciada na primeira década do século XXI (Portugal, [200-?]a, [200-?]b). No site da entidade o programa com suas regras e contrapartidas é descrito assim:

A DGLAB concede incentivos financeiros aos editores brasileiros, para a edição de obras de autores portugueses e de autores dos países de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor). [...]

Processo:

São objeto de apoio as edições de obras portuguesas, dos autores elegíveis, nos domínios da ficção, poesia, teatro, ensaio literário e literatura infantojuvenil.

Há uma única candidatura anual.

Não há limite ao número de candidaturas a submeter por cada editor, em cada ano.

A data limite de recepção de propostas é o 31 de março – EXCECIONALMENTE EM 2020 ATÉ 24 JULHO.

Todas as candidaturas recebidas após a data limite são integradas no programa do ano seguinte.

É aceite a documentação enviada por correio postal ou eletrónico.

Entre a Editora e a DGLAB é firmado um Acordo relativo ao apoio financeiro a conceder.

O apoio é pago por transferência bancária, numa única parcela, até ao final do ano da candidatura.

O valor do apoio cobre parcialmente o custo de produção, bem como direitos de autor.

Contrapartida:

Impressão do logótipo da DGLAB nas obras apoiadas, junto com a seguinte menção: "Obra apoiada pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Cultura - Portugal";

Enviar à DGLAB cinco exemplares do livro publicado. (PORTUGAL, [200-?]b, n.p.)

Conforme divulgado no site da entidade o programa parece ter uma estrutura bastante simples, a DGLAB recebe em fluxo contínuo nesse site e através de e-mail e por via postal, candidaturas de editoras interessadas até uma data estipulada. Após o prazo limite para determinado ano são selecionadas algumas obras dentre o conjunto das candidaturas e estas recebem um subsídio, conforme o regulamento do programa, de 20 a 60% do custo. Vale citar aqui algumas outras regras de condicionamento a participação previstas no regulamento da entidade:

Artigo 3º Entidades beneficiárias

Do Programa são entidades beneficiárias as editoras que atuam no território brasileiro.

[...]

Artigo 5º Obras elegíveis

1 - O apoio financeiro destina-se à edição de obras inéditas no Brasil podendo ser apoiados excertos de obras.

2- São elegíveis obras de autores portugueses à exceção de autores de nacionalidade brasileira.

[...]

5 - Não são aceites obras já editadas, exceto se a reedição for aumentada sendo, nesta circunstância, passível de apoio, exclusivamente a parcela de texto inédita no Brasil.

6 – Não são aceites obras inéditas em Portugal, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas que serão sujeitas a avaliação.

[...]

Capítulo III

Artigo 12º Natureza e limites do apoio financeiro

1 – O apoio financeiro a conceder reveste a forma de subsídio a fundo perdido e é calculado a partir dos custos de produção apresentados, devidamente justificados pelo editor.

[...]

3 - O montante do apoio financeiro a atribuir por projeto é definido pela DGLAB, após o encerramento das candidaturas, e corresponderá a uma percentagem que pode variar entre os 20% a 60% do custo total da produção.

[...]

Artigo 13º Pagamento

1 - O apoio financeiro é pago através de transferência bancária, em euros, à ordem do editor, numa única parcela, mediante a recepção na DGLAB do contrato assinado pelo editor. (PORTUGAL, [200-?]a, n.p.)

Os critérios parecem ser relativamente pouco custosos em comparação às contrapartidas exigidas (5 exemplares do livro a serem remetidos à DGLAB e a impressão do logo e menção ao apoio em alguma parte do livro). A forma de pagamento é vantajosa dado que vem em uma parcela única todo o montante que cobre de 20 a 60% do custo da produção da obra.

Porém, chamam a atenção algumas condições de controle exigidas pela DGLAB, entre elas a obrigação da editora atuar em território brasileiro, a proibição de publicação de autores de nacionalidade brasileira e a exigência que o título seja inédito no Brasil. Além destas, é

vedada a publicação de obras com este auxílio que já não tenham sido editadas primeiro em Portugal, o que dá ao instrumento de subsídio uma função também de controle sobre a circulação de livros entre os países de língua oficial portuguesa e estabelece uma primazia para a edição portuguesa.

Antes de analisar os números mais específicos de autores africanos de língua portuguesa apoiados pela DGLAB é interessante sublinhar a baixa quantidade e complexidade de documentos exigidos, sendo eles: um formulário da DGLAB que pede, identificação da editora, obra a publicar, características da edição e os custos (em euro); uma cópia de contrato da cessão dos direitos do autor e o catálogo atualizado da editora. (PORTUGAL, [200-?]a, n.p.)

Próximo das cláusulas de controle de mercado exigidas pela DGLAB para a candidatura ao subsídio estão também os critérios de avaliação impostos aos projetos submetidos:

- a) Importância relativa da edição (autor/obra) no território brasileiro;
- b) **Importância do autor no panorama literário português;**
- c) **Relevância para a difusão da cultura portuguesa;**
- d) Prioridades estratégicas, cumulativas ou não, definidas contextualmente em função do mercado destinatário, do autor, da obra, do género literário;
- e) A qualidade da edição;
- f) Importância da editora em termos de catálogo, distribuição, promoção e divulgação da obra.
- g) No caso de obras de autores clássicos, será tida em consideração a edição portuguesa adotada. (PORTUGAL, [200-?]a, n.p., grifo nosso)

Destaco os critérios relativos à importância e relevância da obra e do autor no cenário português e para a difusão da cultura portuguesa. Pode-se ver aí um indicativo de que a política da DGLAB, apesar de abarcar autores de outros países e áreas de língua oficial portuguesa, permanece se pautando por critérios de seleção que seguem bastante identificados com os interesses culturais do Estado português.

Feitas essas ressalvas, fica sugerido o baixo custo e trabalho exigido para a inscrição e candidatura no programa por parte das editoras brasileiras em relação ao duplo benefício que pode ser auferido em primeiro lugar o subsídio direto do Estado português e em segundo lugar, ainda que uma possibilidade mais remota, uma futura compra por parte do Estado brasileiro através dos editais do antigo PNBE atual PNLD literário.

Vejamos a seguir os números de obras, autores e editoras incentivados pelo programa da DGLAB, mais especificamente o conjunto de autores africanos de língua portuguesa.⁴²

⁴² O apêndice A contém todas as obras de autores africanos de língua portuguesa subsidiados para publicação no Brasil pela DGLAB entre 2003 e 2018. Agradeço as funcionárias e funcionários do DGLAB, em especial a Ana Maria de Castro Silva, que gentilmente cedeu todos os dados referentes a todos os anos de funcionamento do

Conforme já mostrado em capítulo anterior e de forma mais abrangente e geral a DGLAB entre 2002/2003 e 2017/2018 subsidiou a publicação de 472 títulos. Destes, 424 foram de autoria de portugueses, correspondendo a 89,83% de todos os livros apoiados. Os autores africanos de países de língua oficial portuguesa foram responsáveis por 40 títulos ou 8% do total de títulos apoiados. Autores asiáticos tiveram 4 títulos publicados, ou aproximadamente 1,5% do total geral. Como se pode notar, há um predomínio do apoio a escritores e escritoras portugueses e uma pequena concessão para autores e autoras de países africanos e asiáticos de língua oficial portuguesa. A distribuição dos títulos publicados de autoria africana de língua portuguesa é a seguinte:

Tabela 7 – Títulos de autoria africana de língua portuguesa publicados no Brasil com subsídio da DGLAB

País	Títulos	%
Angola	19	48%
Cabo Verde	8	20%
Moçambique	10	25%
São Tomé e Príncipe	3	8%
Sub-total	40	100%

Fonte: autoria própria com dados da DGLAB

Entre os livros de autoria africana destacam-se em primeiro lugar os de autoria angolana 19 (48%), moçambicana 10 (25%), cabo-verdiana 8 (20%) e são-tomense 3 (8%). A lógica da distribuição de países mais uma vez espelha a das compras governamentais e da própria história da edição de autores e autoras africanas de países de língua oficial portuguesa no Brasil.

Segundo Cruz (2018) e pelo levantamento realizado por Sá (2018), a primeira edição de um autor africano de um dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) se deu em 1949, a obra era o livro *Terra Morta* do escritor angolano Castro Soromenho pelo selo Casa do Estudante do Brasil. Sem entrar novamente nos detalhes, já explicitados anteriormente, de toda a história da edição de escritores e escritoras dos PALOP no Brasil, vale destacar que desde 1949, segundo Sá (2018), até o ano de 2017 foram editados 190 livros com autoria de escritores provenientes dos PALOP. Isto significa que os 40 títulos apoiados pela DGLAB correspondem

programa. É importante dizer que desde 2005 obras infanto-juvenis ilustradas e em formato de quadrinhos passaram a ser incentivadas por outro edital específico pela DGLAB e não serão analisadas neste momento da pesquisa. Na lista do apêndice A inclui as obras de um escritor de Timor Leste que teve uma obra incentivada e de um de Macau que teve 3 títulos subsidiados para publicação no Brasil. Por focar nos países africanos de língua oficial portuguesa neste momento estas obras e os autores não serão abordados detidamente.

a 21% de todas as obras já publicadas no Brasil. Se nos detivermos, ainda de acordo com os dados de Sá (2018), somente nas duas primeiras décadas do século XXI, quando foram publicados a maioria das obras 154 (81%) temos um acréscimo de importância do apoio da DGLAB que passa a corresponder a um quarto (25%) de todos os títulos publicados por autores dos PALOP no Brasil.

Se passarmos do foco nos títulos para a quantidade de autores e autoras, a estrutura dos números permanece bastante semelhante. Aos 472 títulos subsidiados pela DGLAB corresponde o número de 263 escritores e escritoras. Destes 240 (91,25%) são portugueses, 17 são africanos (6%) e 2 são asiáticos (0,6%). Percebe-se uma queda de representatividade dos autores dos PALOP quando nos detemos na quantidade de escritores e escritoras apoiados/apoiadas e não no total de títulos apoiados (um/uma escritor/escritora pode ter mais de um livro incentivado).

Tabela 8 – Distribuição dos/das autores/autoras dos PALOP por país de origem, dentre os que foram subsidiados/as pela DGLAB

País	Autores	%
Angola	8	47%
Cabo Verde	5	29%
Moçambique	3	18%
São Tomé e Príncipe	1	6%
Total	17	100%

Fonte: autoria própria com dados da DGLAB

O predomínio de Angola permanece também neste caso com 8 escritores/escritoras (47%), desta vez seguida por Cabo Verde com 5 autores/autoras (29%) e em seguida Moçambique com 3 (18%) e São Tomé e Príncipe com 1 (6%).

Observemos agora quem foram os autores mais vezes contemplados com subsídios para seus títulos:

Tabela 9 – Autores e autoras dos PALOP e total de títulos subsidiados pela DGLAB

Autores	Total de títulos subsidiados	País de Origem
Mia Couto	7	Moçambique
José Eduardo Agualusa	5	Angola
Ondjaki	5	Angola
Pepetela	3	Angola
Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	3	Cabo Verde
Olinda Beja	3	São Tomé e Príncipe
Ruy Duarte de Carvalho	2	Angola
José Luiz Tavares	2	Cabo Verde
Paulina Chiziane	2	Moçambique
José Luandino Vieira	1	Angola
Kalaf Epalanga	1	Angola
Manuel Rui	1	Angola
Ricardo Adolfo	1	Angola
Corsino Fortes	1	Cabo Verde
Germano Almeida	1	Cabo Verde
Mário Lucio Sousa	1	Cabo Verde
Luis Carlos Patraquim	1	Moçambique

Fonte: autoria própria com dados da DGLAB

Os cinco autores mais subsidiados foram Mia Couto com 7 obras apoiadas, seguido por José Eduardo Agualusa com 5, Ondjaki com 5, Pepetela com 3 e Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira com 3 livros. Além de mais subsidiado pela DGLAB, Mia Couto é o escritor oriundo de um PALOP com mais obras editadas no Brasil. Segundo Sá (2018), o autor tem 38 livros publicados no país, Ondjaki tem 13 livros publicados, atrás apenas de Pepetela e José Eduardo Agualusa. Se compararmos o total de livros publicados pelos 5 autores mais editados no Brasil dos PALOP e o total de livros subsidiados, podemos ponderar o peso do incentivo da DGLAB.

Tabela 10 – Peso do subsídio da DGLAB em relação ao total de livros publicados, pelos 5 autores dos PALOP mais editados no Brasil

Autores	Total de livros publicados no Brasil	Total de livros subsidiados pela DGLAB	% do total publicado subsidiado
Mia Couto	38	7	18%
José Eduardo Agualusa	25	5	20%
Pepetela	18	3	17%
Ondjaki	13	5	38%
Luandino Vieira	6	1	17%

Fonte: autoria própria com dados de Sá (2018) e da DGLAB

Em todos os casos, o peso do subsídio oferecido pela DGLAB tem um impacto de mais 15% no total dos livros editados. Em casos como o de José Eduardo Agualusa e de Ondjaki, a percentagem chega a 20% e 38% respectivamente do que foi publicado no Brasil. Podemos afirmar que tal política de apoio do governo português tem forte influência na quantidade de obras editadas destes autores no país, sendo, portanto, um condicionante extremamente relevante para se compreender a recepção destes autores no Brasil.⁴³ Em alguns casos a importância do subsídio da DGLAB em quantidade de obras vendidas é maior do que a quantidade de obras compradas pelo governo brasileiro, vejamos:

Tabela 11 – Peso das compras estatais via PNBE/PNLD literário em relação ao total de livros publicados, pelos 5 autores dos PALOP mais editados no Brasil

Autores	Total de livros publicados no Brasil	Total de livros comprados pelo PNBE/PNLD	% do total publicado comprado pelo PNBE/PNL
Mia Couto	38	3	8%
José Eduardo Agualusa	25	4	16%
Pepetela	18	2	11%
Ondjaki	13	4	31%
Luandino Vieira	6	0	0%

⁴³ Vale frisar que ao cotejarmos os livros subsidiados de cada autor com o seu histórico de publicação no Brasil, vemos que em muitos casos as primeiras obras publicadas foram as que tiveram incentivo do DGLAB. Os casos de Mia Couto e Ondjaki, nesse sentido, são os mais exemplares, tal padrão pode significar uma estratégia de editores brasileiros, que buscam o apoio português para a publicação de autores mais desconhecidos no país para minimizar possíveis perdas e prejuízos, com o tempo o uso do subsídio da DGLAB principalmente por parte de grandes casas editoriais e em caso de sucesso nas vendas do escritor, vão rareando. Neste aspecto, a obra de Mia Couto é a que mais se aproxima deste padrão.

Fonte: autoria própria com dados de Sá (2018) e do FNDE/MEC (2017a, 2017b)

Percebe-se em todos os casos um decréscimo geral de participação percentual em relação ao peso do subsídio da DGLAB, porém em casos como o de Ondjaki, 31% de seus livros publicados no Brasil foram comprados pelo Estado brasileiro e no caso de José Eduardo Agualusa esse número é de 16%, seguido por Pepetela com 11% e Mia Couto com 8%. Se os percentuais são menores, como visto anteriormente, os valores envolvidos nas transações com o governo são elevados e muito provavelmente tratam-se de valores muito superiores aos custos bancados pela linha de apoio da DGLAB.

Se separados, estes dois condicionantes têm grande relevância, quando unidos se tornam o sonho de qualquer editor. Vejamos a seguir as obras que foram, simultaneamente, subsidiadas e compradas via PNBE/PNLD dos escritores africanos de países de língua oficial portuguesa.

Tabela 12 – Autores e obras dos PALOP subsidiados pela DGLAB e comprados pelo Estado brasileiro via PNBE/PNLD literário

Editoras	Autor	Obra	Anos	Nacionalidade
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	O ultimo vôo do flamingo	2004/2005	Moçambique
EDITORA 34	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Comandante Hussi	2004/2005	Cabo Verde
GRYPHUS	Manuel Rui	Quem me dera ser onda	2004/2005	Angola
AGIR EDITORA	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Nem tudo começa com um beijo	2006/2007	Cabo Verde
AGIR EDITORA	Ondjaki	Bom dia camaradas	2006/2007	Angola
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	O outro pé da sereia	2006/2007	Moçambique
EDITORA 34	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Cinco balas contra a América	2007/2008	Cabo Verde
TODAVIA	Kalaf Epalanga	Também os brancos sabem dançar	2017/2018	Angola

Fonte: autoria própria com dados do FNDE/MEC (2017a, 2017b) e da DGLAB

Os autores contemplados mais vezes no PNBE/PNLD literário e pela DGLAB foram Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira (Cabo Verde) por três vezes, em segundo lugar Mia Couto

(Moçambique) por duas vezes e em terceiro lugar Ondjaki, Kalaf Epalanga e Manuel Rui (todos angolanos) com 1 livro cada. As editoras mais duplamente beneficiadas foram a Companhia das Letras e Agir, seguidas por Editora 34, Todavia e Gryphus.

Com exceção, da Todavia e Editora 34, a primeira nova neste segmento de autores de países africanos de língua oficial portuguesa e a outra com publicação pontual de livros de Jorge Araújo todas as outras possuem boa quantidade de obras destes escritores e escritoras. Segundo levantamento de Sá (2018), conforme já mencionado anteriormente, foi a Companhia das Letras que mais publicou autores e autoras africanas de língua portuguesa, entre 1949 e 2017, sendo a responsável pela publicação de 43 livros de autoria africana, 22,6% do total editado no período do estudo.

Enquanto a Companhia constitui um gigante editorial transnacional com grande poder financeiro, de marketing e simbólico, as outras editoras que se beneficiaram dos subsídios cruzados ou até de só um deles é constituída em sua maioria de selos de médio e pequeno porte.

Conforme Sá (2018) uma delas que tem destaque nas listas de compras governamentais é a Língua Geral, com sede no Rio de Janeiro e fundada no ano de 2006 por Conceição Lopes, produtora cultural portuguesa e pelo escritor José Eduardo Agualusa, tendo desde o princípio focado na publicação de autoria africana de língua portuguesa, obras principalmente focadas no público infantojuvenil.

Outra editora é a Pallas, fundada em 1975 na cidade do Rio de Janeiro e que desde então tem se voltado a literatura infanto-juvenil, biografias, ficção, ensaio, entrevistas e produção acadêmica voltada para autoria africana não só de língua portuguesa, mas de todo o continente.

A editora Gryphus foi primeiro um selo da editora Forense, criada em 1995 no Rio de Janeiro, depois se tornou independente desta em 2006. Desde então tem se dedicado à publicação de ficção, ensaios, biografias, espiritualidade, cinema e cultura pop/geek. A editora Agir foi fundada em 1944 também no Rio de Janeiro pelo crítico Alceu Amoroso Lima, em 2002 foi vendida para o Grupo Ediouro do qual passou a fazer parte ao lado de outros selos como a Nova Fronteira, Coquetel, Petra e Pixel (EDIOURO, [20--]).

A Editora 34 é originária da revista 34 Letras, publicação vinculada a alunos da PUC-RIO, entre eles membros vinculados a família Bracher, importante clã de herdeiros de um dos maiores bancos brasileiros, porém com o tempo a sede da casa se mudou para São Paulo, devido à crescente participação e importância dos sócios paulistas nos rumos do selo (MUNIZ JR., 2016). Por fim, a editora Todavia, a mais recente, é composta por antigos membros da editora

Companhia das Letras: Flávio Moura (ex-curador da FLIP), André Conti, Ana Paula Hisayama, Leandro Sarmatz e Marcelo Levy. O selo contou em 2017 com apoio de três investidores (entre eles Alfredo Setúbal e seu filho Alfredo Nugent Setúbal) ligados à família controladora do grupo Itaú, Guilherme Affonso Ferreira, presidente do fundo de investimentos Teorema e um dos apoiadores da FLIP e por fim Luiz Henrique Guerra, 39, do fundo Indie (MEIRELES, 2017).

A participação de editoras de tamanhos, origens e catálogos tão variados sugere que os incentivos cruzados ou isolados geraram um impulso significativo para a criação de todo um ecossistema de publicações de autores e autoras africanas de língua portuguesa que se espalhou em diversos segmentos do setor editorial. Houve editoras que apostaram na edição de autores e autoras que pudessem ser elegíveis tanto para os anos iniciais de ensino no Brasil, a faixa mais universalizada e democratizada (SENKEVICS; CARVALHO, 2020) quanto para os anos finais, notadamente o ensino médio, que pode ser um meio de alcançar as compras governamentais ainda mais efetivo se combinado com a presença de uma obra na lista de alguns dos grandes vestibulares de universidades públicas e privadas.

Temos assim, que a recepção de diversos autores das literaturas africanas de língua portuguesa e seus livros se vê fortemente condicionada pelos fatores arrolados, o fato de suas editoras inscreverem seus livros na categoria infanto-juvenil em diversas premiações, nas quais alguns saíram vitoriosos, almeja inserir suas obras na categoria de textos passíveis de candidatura a compras governamentais, tornando possível que elas possam abranger os critérios de seleção de livros para todos os níveis de ensino, maximizando assim a probabilidade de compra pelo Estado brasileiro.

Ainda que o PNBE/PNLD literário, a lei sobre a obrigatoriedade do ensino de cultura e história africanas nas escolas e o subsídio da DGLAB não possam ser reportados como os únicos fatores da recepção de autores e autoras africanos de língua portuguesa no Brasil, é impossível não considerá-los como estimuladores de um ambiente favorável a publicação e recepção desses escritores.

Vale reforçar a importância do papel exercido pelos agentes literários na articulação entre os diferentes contextos nacionais e a passagem de um para outro. Como um deles, atuante no Brasil, relatou em entrevista, a publicação de livros de autores estrangeiros não tão famosos ou oriundos de áreas linguísticas periféricas (não inglesas ou espanholas) e não dominantes, necessitam normalmente de algum apoio estatal para valerem a pena para o editor. Consideradas

publicações de alto risco, elas são apostas que se tornam mais palatáveis se existirem programas de apoio à tradução ou, como no caso tratado, programas governamentais de compras de livros literários para escolas numa ponta e subsídio a importação literária em outra ponta.

Vale registrar que entre os autores mais subsidiados e mais comprados pelo governo (Pepetela, Mia Couto, Ondjaki, Mia Couto, Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira, Kalaf Epalanga, José Eduardo Agualusa e Manuel Rui) só Manuel Rui, Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira não são agenciados pela agência Mertin. Foi a fundadora da agência, segundo Sá (2018), que inclusive indicou o nome de um de seus agenciados, Mia Couto, para ser publicado pela Companhia das Letras. Indicação que acabou por se tornar um dos maiores ativos da editora e o escritor de literaturas de língua portuguesa mais publicado no Brasil. Em outras palavras, o acesso a publicação e consagração exitosas, tanto no Brasil quanto fora, passa pelo autor ser agenciado pela Mertin.

Assim, é bastante razoável acreditar que os fatores elencados estimularam agentes literários diversos, além da Mertin, a oferecer autores africanos de língua portuguesa para diversas editoras, mostrando como os riscos de sua publicação estavam bem menores dadas as chances de eles entrarem no PNBE/PNLD literário via o estímulo criado pela lei 10.639/2003 e nos casos elegíveis ser contemplado com o subsídio da DGLAB.

Lembro que os/as agentes literários/as são remunerados por um percentual (normalmente de 10 a 20%) que incide sobre cada contrato que firmam entre editor e autor, ou entre autor e adaptador do livro para TV, cinema, teatro, etc. e estão constantemente a procura de contratos para seus autores seja de publicação, tradução e/ou adaptação.

Não só os agentes procuram por novidades, também os editores dos grandes grupos estão atrás de estreantes, dado o cenário concorrencial cada vez mais acirrado entre grandes editoras transnacionais. E as editoras pequenas e médias procuram oportunidades de viabilizar seu catálogo com o menor risco possível e o máximo de retorno, buscando atuar em nichos não cobertos pelos conglomerados editoriais (THOMPSON, 2013).

Em seu livro sobre o mercado editorial no século XXI, Thompson (2013) distingue importantes fatores que condicionam o mundo dos livros na contemporaneidade, porém por se focar no espaço mais consolidado e mercantilizado do sistema mundial, acaba por não perceber outro fator muito importante que entra nos cálculos de editores e agentes literários fora do mundo de língua inglesa. A saber, as possibilidades de estímulos, subsídios e políticas estatais cruzadas que apoiam determinado segmento, gênero literário, língua, etc.

Como sugere Sapiro (2003, 2019a, 2019b), o Estado pode jogar um papel corretivo em contextos em que a dominação de lógicas econômicas esteja impondo cada vez mais restrições alheias às lógicas literárias. A autora aposta que em campos onde a interferência de fatores econômicos representa uma ameaça às áreas da produção simbólica cuja demanda é inferior, mas que possuem alto valor simbólico, a saber, a área de produção restrita de um campo, o Estado pode exercer através de políticas de proteção um contrapeso a favor das lógicas internas ao campo, contrabalançando o peso do raciocínio economicista.

Como vimos a atuação do Estado se reveste de uma maior ambiguidade, ao mesmo tempo, em que uma determinada política pública preserva a possibilidade de existência de um setor menos rentável da economia simbólica da literatura, temos tal política sendo utilizada igualmente como um fator minimizador de riscos, prejuízos e aumento de lucros para grandes grupos. E não se trata somente de uma política pública nacional, mas dos efeitos de entrecruzamento desta com uma segunda política (de outro país) que ao se interseccionarem diminuem substancialmente as possibilidades de perdas dos selos.

Este jogo complexo chama a atenção para o fato de que muitas escolhas para a formação de um catálogo de uma editora, embora regidas também por critérios propriamente literários, são antes presididas por critérios da economia do mercado editorial e de oportunidades transnacionais de incentivo estatal de vários tipos. Ainda que as políticas estejam enraizadas e controladas por Estados-nação individuais, há um jogo jogado entre agentes literários, editoras transnacionais, escritores e Estados que mobilizam o tempo todo um trânsito entre fronteiras alargadas para viabilizar uma publicação bem sucedida.

Essa invasão das lógicas econômicas no reino das lógicas literárias (artísticas) teria se intensificado entre os anos 1990/2000 (BOURDIEU, 2018[1999]; POULY, 2016; SAPIRO, 2003; THOMPSON, 2013) trazendo a figura do autor de volta ao palco enquanto protagonista, ainda que inscrito numa lógica comercial. Tal fato gerou a invenção de uma nova categoria de escritores, que Pouly (2016) denomina *best-sellers* de qualidade, e que nomeei (STELLA, 2018) como “clássicos contemporâneos”, ou seja, autores que visam escrever obras “puras”, sem descuidar de sua rentabilidade econômica. Para tanto, os autores costumam marcar presença em festivais e palestras de divulgação, adaptação de seus livros para diversos formatos, etc.

8. Considerações finais

Esta tese se encerra após a apresentação e interpretação sociológica de dados relativos ao espaço de edição de autores africanos de língua portuguesa no Brasil e na área de língua portuguesa em geral, de premiações de autores/obras de língua portuguesa e da análise geral de políticas públicas de incentivo a edição desses autores no Brasil, de competência portuguesa e brasileira.

Em todas as instâncias examinadas, uma hierarquia de distribuição entre nações e cidades leva a crer que o espaço de língua portuguesa, como sugeria Oliveira (1972), segue sendo um espaço multipolar (policêntrico). Lisboa, Porto, São Paulo e Rio de Janeiro parecem ser as capitais literárias que dão as cartas no mundo da edição em língua portuguesa, seguidas por Luanda e Maputo, ao menos simbolicamente.

Tal domínio luso-brasileiro e, secundariamente, angolano-moçambicano se expressa na consagração de escritores(as)/obras e também na escolha e composição de júris literários examinados. Mesmo o surgimento de editoras independentes parece se concentrar nestes países, com exceção de Angola, e com o aparecimento de atores relevantes em Cabo Verde.

Os dados sugerem que os planos de (re) criação e reforço de um espaço literário transnacional de língua portuguesa (ou de uma comunidade) esbarram na realidade dos obstáculos estruturais à circulação concreta de autores e obras africanos, derivados da monopolização da capacidade de distribuição de prestígio e capital simbólico por instâncias específicas dominadas, no final das contas, por portugueses e brasileiros.

Em outros termos, é preciso notar a existência de desigualdades de circulação e legitimação no interior de espaços literários periféricos e não apenas na relação entre esses espaços e os espaços dominantes. Ao mesmo tempo, em que não se deve negar que de fato, o espaço linguístico de língua portuguesa está subordinado às lógicas globais de funcionamento da “República mundial das letras” (Casanova, 2002), como a forte influência e imposição de regras de conglomerados editoriais transnacionais e agentes literários sugere.

Todavia, como tentei demonstrar ao longo de todo o trabalho, não faltou por parte dos PALOP, seus intelectuais, políticos e escritores, iniciativas que visassem apontar novas direções e busca de maior autonomia para a produção, circulação, legitimação e consagração literária de suas literaturas e autores. Projetos que em grande medida continuam em marcha por novas gerações de editores e escritores, criando alternativas aos fluxos hegemônicos e dominantes no circuito literário de língua portuguesa e mundial.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Pedro. Agostinho da Silva: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil com relação à África. In: SILVA, Agostinho da. **Condições e missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 177-192. Organização e prefácio Henryk Siewierski. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/532-Condicoes_e_Missao_da_Comunidade_Luso-Brasileira_e_outros_ensaios.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

ALMEIDA, Germano. **O testamento do sr. Napumoceno da Silva Araujo**. Barcelona: Editora Planeta, 2000 [1991].

ALMEIDA, Germano. **O meu poeta**. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

ALVES, Ricardo Luiz Pedrosa. Teses e dissertações brasileiras sobre poesia africana de autoria feminina em Língua Portuguesa. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 216-233, 2019. DOI 10.35520/mulemba.2019.v11n21a31275. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/31275/17922>. Acesso em: 22 set. 2020.

AMADO, Paloma Jorge; CAPINAN, Bete; VIEL, Ricardo (Org.). **Com o mar por meio: uma amizade em cartas**/Jorge Amado e José Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AMARAL, Rodrigo Correia do. **Sob o jugo da musa: profissionalização e distinção entre os produtores e gestores culturais no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2020.tde-19022020-174708. Acesso em: 2020-09-28.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 330 p.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESCRITORES (Org.). **II CONGRESSO DOS ESCRITORES PORTUGUESES: discursos, comunicações, debates, moções, saudações**. Lisboa: A.P.E./Dom Quixote, 1982.

BAPTISTA, António Alçada. José Sarney nota biobibliográfica. In: SARNEY, José. **Os marimbondos de Fogo**. Lisboa: Bertrand Editora, 1986a, p. 13.

BAPTISTA, António Alçada. Prefácio. SARNEY, José. **Norte das águas**. Lisboa: Livros do Brasil, 1980, p. 5 - 9.

BAPTISTA, António Alçada. **A pesca à linha: Algumas memórias**. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

BAPTISTA, António Alçada. **Um olhar à nossa volta: (Crónicas)**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

BEDECARRE, Madeline. **La Francophonie à tout prix: le rôle de la Francophonie institutionnelle dans l'accès à la reconnaissance des écrivains africains d'expression française**.

336 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Sociologia, École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Paris, 2018.

BEJA, Maria Olinda. **15 dias de regresso**. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1993.

BEJA, Rui. **A edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas**. Lisboa: APPEL, 2012.

BERTONCELO, Edison. **A campanha das Diretas e a redemocratização**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. “Campo intelectual e projeto criador”. In: POUILLON, Jean (Org.), **Problemas do estruturalismo**, Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-145.

BOURDIEU, Pierre. Le champ littéraire. **Actes de La Recherche En Sciences Sociales**, [s.l.], v. 89, n. 1, p. 3-46. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/arss.1991.2986>, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 145, dez.. La circulation internationale des idées. p. 3-8, 2002. DOI : <https://doi.org/10.3406/arss.2002.2793> . Disponível em: www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2002_num_145_1_2793. Acesso em: 02 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [2004].

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a. cap. V, p. 107-132.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. cap. VII, p. 163-208.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011a [1979].

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papius, 2011b.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papius, 2011c. p. 74-82.

BOURDIEU, Pierre. A variante “soviética” e o capital político. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papius, 2011d. p. 28-34.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologie Générale - vol.1: Cours au Collège de France, 1981 – 1983**. Paris : Raisons d’Agir/Seuil, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Uma revolução conservadora na edição. **Política & Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 39, p. 198-249, 29 nov. 2018 [1999]. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v17n39p198>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v17n39p198/37845>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. cap. IX, p. 217-227.

BALSA, Helena. Prémio Literário no valor de dez mil contos. **Jornal de Letras – Artes e Ideias**. Ano VII - nº250, p.7, 20 de abr. 1987. p. 7.

BRAGA, Antônio Mendes da Costa. **Profissão: Escritor** – Escritores, trajetória social, indústria cultural, campo e ação literária no Brasil dos anos 70. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRAGA, José Alberto. O que ficou da viagem de Soares ao Brasil. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 28 abr. 1987. p. 9-9.

BRAGA, José Alberto (org.). **José Aparecido**: o homem que cravou uma lança na lua. Lisboa: Trinova, 1999. 292 p.

BOAVIDA, Sara; FARIA, Margarida Lima de. Os associados da Casa dos Estudantes do Império: breve análise sociográfica. *In*: CASTELO, Cláudia; JERONIMO, Miguel Bandeira. (Orgs.). **Casa dos Estudantes do Império**: Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais. Lisboa: Edições 70, p. 35 – 88.

BUCAIONI, Marco. Quem constrói o “cânone internacional” das Literaturas Africanas em Português? Tradução, instituições e assimetrias norte/sul. **Revista Mulemba**, v.12, n. 22, p. 28-48, 2020. <https://doi.org/10.35520/mulemba.2020.v12n22a39812>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/39812/21645>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CAN, Nazir Ahmed. **O Campo literário moçambicano: tradução do espaço e formas de insilio**. São Paulo: Kapulana, 2020.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira – Momentos Decisivos**. 15. Ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação liberdade, 2002.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O Mercado do Livro Didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p. 391-408, abr.-jun.2012.

CHARLE, Christophe. **Homo Historicus: reflexões sobre a história, os historiadores e as ciências sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CHAVES, Rita. A narrativa em Angola: espaço, invenção e esclarecimento. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (org.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora Unicamp, 2009. p. 101-114.

CHAVES, Rita. Ondjaki e João Paulo Borges Coelho: narrativas e(m) transição. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 17, p. 83 - 101, 28 jun. 2010. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/va.v0i17.50535>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50535/54651>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CHAVES, Rita. Autobiografias em Moçambique: a escrita como monumento (2001-2013). **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1-22, 8 out. 2019. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.143657>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/143657/156820>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CHISSANO, Pedro. L'association des écrivains mozambicains. **Notre Librairie**, n. 113, p. 86 - 87, 1993.

CHIZIANE, Paulina. **Balada de amor ao vento**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003 [1990].

CHIZIANE, Paulina. **Ventos do apocalipse**. Lisboa: Editorial Caminho, 2016 [1993].

CONGRESSO DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA (Lisboa) (org.). **I CONGRESSO DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA: discursos, comunicações, debates, moções, saudações**. Lisboa: A.P.E./S.P.A, 1991. 304 p.

CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. **Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia**. Brasília: FUNAG, 2010. 372 p. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/910-Politica_Externa_do_Governo_Sarney_A.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

COSTA, Virgílio; JUNQUEIRA, Cecília Costa (Org.). **Melhores crônicas: Odylo Costa, filho**. São Paulo: Global, 2015.

COUTO, Mia. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1992].

CRUZ, Clauber Ribeiro. **A Coleção de Autores Africanos da Editora Ática: as literaturas africanas no Brasil**. 2018. 317 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/158318>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CUNHA, Diogo. **L'Académie brésilienne des lettres pendant la dictature militaire : Les intellectuels conservateurs entre culture et politique**. Limoges : Editions Lambert-Lucas, 2017.

DACOME, Camila Mazi. **O Prestígio na Literatura: um estudo do campo literário brasileiro através do Portugal Telecom**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Culturais,

Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-23012018-145926/pt-br.php>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis bandidos**: Um retrato do Brasil na era de Sarney. São Paulo: Geração Editorial, 2009. 208 p. E-book.

DRAGOMIR, Lucia. **L'Union des Écrivains**: Une institution transnationale à l'Est. Paris: Belin, 2007.

DUCOURNAU, Claire. **La fabrique des classiques africains**: Écrivains d'Afrique subsaharienne francophone (1960 - 2012). Paris: Cnrs Éditions, 2017. 442 p. (Culture & Société).

ECHEVERRIA, Regina. **Sarney**: a biografia. São Paulo: Leya, 2011. 624 p.

EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 119-134, jul. 2000. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2109>>. Acesso em: 27 Mar. 2020.

ENDERS, Armelle. **Histoire de L'Afrique Lusophone**. Paris: Editions Chandeigne, 1994. 158 p.

ENGLISH, James F. **The Economy of Prestige**: Prizes, Awards, and the circulation of cultural value. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 2005. 409 p..

FANON, Frantz. Les Damnés de la terre. In :FONDATION FRANTZ FANON (Org.). **Frantz Fanon – Oeuvres**. Paris : La Découverte, 2020, p. 449 – 681.

FERRON, Fabio Maleronka; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. **Tempo Social**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.173-193, 17 abr. 2019. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.144335>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/144335/152074>>. Acesso em: 28 out. 2019.

FRANCO, António Cândido. **O estranhíssimo colosso**: uma biografia de Agostinho da Silva. Lisboa: Quetzal Editores, 2015. n.p. p. ISBN 978-989-722-230-6. E-book.

FREIXO, Adriano de. As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da idéia da lusofonia. In: SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Org.). **As Relações Portugal-Brasil no Século XX**. Porto: Cepese / Fronteira do Caos, 2010. p. 65-78. Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/as-relacoes-portugal-brasil-no-seculo-xx/as-relacoes-luso-brasileiras-e-a-cplp-algumas-reflexoes-em-torno-da-ideia-da-lusofonia>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

FREUDENTHAL, Aida. Republicanismo em Angola: os "filhos do país" perante a era nova (1870-1912). **Via Atlântica**, São Paulo, n. 23, p. 87-97, 29 jun. 2013. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/va.v0i23.84949>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/84949/87677>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GALA, Irene Vida. **Política Externa como ação afirmativa: projeto e ação do governo lula na áfrica, 2003-2006**. Santo André: Edufabc, 2019. 323 p.

GARCIA, José Luis Lima. Propaganda no Estado Novo e os concursos de literatura colonial: o concurso da agência geral das colônias/ultramar (1926-1974). In: TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (org.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 131-143. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/32201>. Acesso em: 20 mar. 2020

GARSON, Marcelo; LEÃO, Andrea.; CZAJKA, Rodrigo; PINHEIRO, Fernando. Apresentação. **Tempo Social**, v. 32, n. 2, p. 1-20, 5 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/169987/162342>>. Acesso em: 21 set. 2020.

GEORGE, João Pedro. **O Meio literário português (1960 – 1998): Prêmios literários, escritores e acontecimentos**. Algés: Difel, 2002

GERBAUDO, Analía. Las editoriales cartoneras en américa latina (2003-2019). una nano-intervención en la construcción de la World Literature. **Alea: Estudos Neolatinos [online]**, n. 22, v. 3, p. 259-278, 2020.

GILLIES, Mary Ann. **The Professional Literary Agent in Britain 1880 - 1920**. Toronto: University Of Toronto Press, 2007.

GODOY, Rosana Rodrigues Pegas et al. Uma leitura sobre a lusofonia: Estudo bibliométrico de teses desenvolvidas entre 2004 e 2014. In: Conferência Forges, 5., 2015, Coimbra. **Artigo**. Coimbra: Forges, 2015. p. 1 - 12. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/42298/1/Uma%20leitura%20sobre%20a%20lusofonia-Estudo%20bibliom%c3%a9trico%20de%20teses%20desenvolvidas%20entre%202004%20e%202014.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GONÇALVES, Petrônio Souza (org.). **José Aparecido de Oliveira: o melhor mineiro do mundo**. Santos: Realejo Edições, 2016. 232 p.

HAMILTON, Russell G. Síntese e Conclusões. In: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (Orgs.). **Les littératures africaines de langue portugaise: Actes du Colloque International – Paris, 28 – 29 – 30 Novembre, 1 Decembre 1984**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

HEILBRON, Johan; SAPIRO, Gisèle. La traduction littéraire, un objet sociologique. **Actes de La Recherche En Sciences Sociales**, [s.l.], v. 144, n. 1, p.3-5, 2002. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/arss.2002.2803>.

HELGESSION, Stefan. **Transnationalism in Southern African Literature**: Modernists, realists, and the inequality of print culture. Nova Iorque: Routledge, 2011. 164 p.

HELGESSION, Stefan. The little magazine as a world-making form: Literary distance and political contestation in southern African journals. In: HELGESSION, Stefan; BODIN, Helena; ALLING, Annika Mörte. **Literature and the Making of the World**: Cosmopolitan Texts, Vernacular Practices. Nova Iorque: Bloomsbury, 2022. p. 215–249.

HENIGHAN, Stephen. Uma entrevista com Ondjaki. **Hispanic Research Journal**, [s.l.], v. 7, n. 4, p.365-371, dez. 2006. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1179/174582006x150984>.

JURT, Joseph. **Naciones Literarias**: Una sociología histórica del campo literario. Córdoba, Argentina: Eduvim, 2014. 135 p.

KAJIBANGA, Victor. Mário Pinto de Andrade. Subsídios para o Estudo Biográfico. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Orgs.). **Mário Pinto de Andrade**: um intelectual na política. Lisboa: Edições Colibri, 2000. p. 197 – 224.

KHOSA, Ungulani Ba ka. **Ualalapi**. São Paulo: Kapulana, 2018 [1987].

KORACAKIS, Teodoro. Uma história em processo: a Companhia das Letras de 1986 a 2006. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil**: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Cap. 16. p. 289-302.

KOUDAWO, Fafali. **La formation des cadres africains en Europe de l'Est depuis 1918** : des nègres rouges aux russotiques. Paris : l'Harmattan, 1992.

LABAN, Michel *et all.* **Luandino**: José Luandino Vieira e sua obra (estudos, testemunhos, entrevistas). Lisboa: Edições 70, 1980.

LABAN, Michel. **Angola – Encontro com escritores**. Vol. I. Porto: Fundação Engenheiro Antonio de Almeida, 1991a.

LABAN, Michel. **Angola – Encontro com escritores**. Vol. II. Porto: Fundação Engenheiro Antonio de Almeida, 1991b.

LABAN, Michel. **Cabo Verde – Encontro com escritores**. Vol. II. Porto: Fundação Engenheiro Antonio de Almeida, 1992.

LABAN, Michel. **Mário Pinto de Andrade**: Uma entrevista. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

LABAN, Michel. **Moçambique – Encontro com escritores**. Vol. III. Porto: Fundação Engenheiro Antonio de Almeida, 1998.

LABAN, Michel. **São Tomé e Príncipe – Encontro com escritores**. Porto: Fundação Engenheiro Antonio de Almeida, 2002.

LABAN, Michel. Écrivains et pouvoir politique au Mozambique après l'indépendance. **Lusotopie**, Aix-en-provence, n. 2, p.171-180, jan. 1995. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_985>. Acesso em: 01 fev. 2018.

LANDGRAF, Flávia Landucci. **Políticas culturais de um Estado revolucionário: Moçambique no pós-independência**. 2018. 312 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

LEITE, Ana Mafalda; SECCO, Carmen Lúcia Tindó; FALCONI, Jéssica; KRAKOWSKA, Kamila; KHAN, Khan. (Orgs.). “Filinto Elísio”. In: LEITE, Ana Mafalda; SECCO, Carmen Lúcia Tindó; FALCONI, Jéssica; KRAKOWSKA, Kamila; KHAN, Khan. (Orgs.). **Nação e Narrativa Pós-colonial IV. Literatura & Cinema: Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – Entrevistas**. Lisboa: Colibri, 2018, p. 103-121.

LEITE, Joaquim Eduardo Bessa da Costa. **A literatura Guineense: contribuição para identidade da nação**. 2014. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

LEPERLIER, Tristan. **Une guerre des langues?: Le champ littéraire algérien pendant la "décennie noire" (1988 - 2003) - Crise politique et consécration transnationales**. 2015. 715 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Sociologia, École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Paris, 2015.

LEPERLIER, Tristan. La langue des champs. **COntEXTES** [En ligne], n. 28, 2020. Disponível em : <http://journals.openedition.org/contextes/9297> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/contextes.9297>

LOPES, Carlos. “Prefácio”. In: SILVA, Abdulai. **Eterna Paixão**. Bissau: Ku Si Mon editora, 1994. P. 8 – 9.

MACÊDO, Tania. **Luanda, cidade e literatura**. São Paulo e Luanda, Angola: Unesp e Nzila, 2008. 237 p.

MACQUEEN, Norrie. **The Decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire**. Nova Iorque: Longman, 1997. 266 p.

MAGNIER, Bernard et al (Orgs.). Littératures d'Angola. **Notre Librairie**, n. 115, p. 2 – 141, 1994.

MATA, Inocência. Ficcionistas da Casa dos Estudantes do Império. A função testemunhal da narrativa curta no período colonial. In: CASTELO, Claudia; JERONIMO, Miguel Bandeira. (Orgs.). **Casa dos Estudantes do Império: Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais**. Lisboa: Edições 70, p. 147 – 162.

MAUÉS, Flamarion. **Livros que tomam partido: Edição e revolução em Portugal: 1968 – 1980**. Lisboa: Parsifal, 2019.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Discurso do senador Afonso Arinos sobre o Brasil e a questão de Angola na ONU. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). **Documentos da política externa independente**. Rio de Janeiro, Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática, Fundação Alexandre de Gusmão, 2007 [1963]. v. 1, cap. 26, p. 266-271. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/410-Docmentos_da_PolItica_Externa_Independente_-_Vol._1.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 1970). In: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

MICELI, Sergio. O papel político dos meios de comunicação de massa. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saúl (org.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 41-68.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-26062019-113147. Acesso em: 2020-10-16.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 52, n. 2, p. 22-42, Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292009000200002>.

MOREIRA, Lauro. Portugal, Brasil, a CPLP e a lusofonia. In: SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Org.). **As Relações Portugal-Brasil no Século XX**. Porto: Cepese / Fronteira do Caos, 2010. p. 59-64. Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portugal/publicacoes/obras/as-relacoes-portugal-brasil-no-seculo-xx/portugal-brasil-a-cplp-e-a-lusofonia>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MORETTI, Franco. Conjectures on World Literature. **New Left Review**, Londres, n. 1, p.54-68, jan./fev. 2000. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/1/franco-moretti-conjectures-on-world-literature>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

MOURA, Flávio Rosa de. **Diálogo Crítico: disputas no campo literário brasileiro (1984 – 2004)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **A sociedade angolana através da literatura**. São Paulo: Ática, 1978. 157 p. (Ensaaios).

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a base lingüística e a material. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.163-168, 1995. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n01/v09n01_19.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018

MUNIZ, JR., José de Souza. “A magia do quadrado mágico: a formação de uma editora no eixo Rio-São Paulo e as reconfigurações do campo editorial brasileiro na década de 1990”, **XVI Congresso Brasileiro de Sociologia** (Salvador – BA). Anais do..., São Paulo: SBS, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/8079061/A_magia_do_quadrado_m%C3%A1gico_a_forma%C3%A7%C3%A3o_de_uma_editora_no_eixo_Rio-S%C3%A3o_Paulo_e_as_reconfigura%C3%A7%C3%B5es_do_campo_editorial_brasileiro_na_d%C3%A9cada_de_1990>. Acesso em: 31 maio 2017

MURARO, Andréa Cristina. **Luanda: entre camaradas e mujimbo**s. 2012. 149 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-06112012-113225/pt-br.php>. Acesso em: 14 ago. 2020.

N’GORAN, David K. **Le champ littéraire africain** : essai pour une théorie. Paris : L’Harmattan, 2009.

NEVES, Clarissa. (2012), “Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão”. In: *International Congress Of The Latin American Studies Association*, 30., 2012, São Francisco. **Trabalho Apresentado**. São Francisco: **Lasa**, p. 1 - 18. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/geu/Artigos 2012/Clarissa Baeta Neves.pdf](http://www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia**: Moçambique como invenção literária. São Paulo: Kapulana, 2015. 374 p.

NOËL, Sophie. **L’édition indépendante critique**: Engagements politiques et intellectuels. Villeurbanne: Presses de l’enssib, 2012. Doi:<https://doi.org/10.4000/books.pressesensib.1104>

NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar – Um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Família e Escola**. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. P. 125-54.

ONDJAKI. **Bom dia, camaradas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 135 p.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP. **Linha D’água**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 11-36, 3 set. 2019. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p11-36>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OLIVEIRA, José Aparecido de. **Cultura e Liberdade**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Imprensa Oficial, 1986. 120 p.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A comunidade depois de um ano. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 jul. 1997a. Opinião, p. 11-11.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Jorge Sampaio e a CPLP. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 set. 1997b. Opinião, p. 9-9.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A comunidade em questão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 set. 1997c. Opinião, p. 9-9.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Agostinho da Silva nas origens da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In: SILVA, Agostinho da. **Condições e missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 173-176. Organização e prefácio Henryk Siewierski. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/532-Condicoes_e_Missao_da_Comunidade_Luso-Brasileira_e_outros_ensaios.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. Situação da literatura no Espaço Português. In: CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS (Portugal). Junta de Investigações do Ultramar (ed.). **Revista da Junta de Investigações do Ultramar**. Lisboa: Gráfica Imperial, 1972. cap. 5, p. 97-122. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/JIU/JIU-N087&p=1>. Acesso em: 5 out. 2020.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição Brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PARDO, Maria del Carmen Villarino. Encontros de escritores brasileiros nos finais da década de 70: um mecanismo de institucionalização e de mercado. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, v. 23, p. 151-168, 2004.

PARDO, Maria del Carmen Villarino. A conquista de autoridade intelectual. Polêmicas, debates e boom editorial em meados dos anos setenta no Brasil. **Românica (Lisboa)**, v. 19, p. 173-189, 2010.

PARDO, Maria del Carmen Villarino. O espaço do sistema literário brasileiro contemporâneo nos intercâmbios culturais transnacionais. In: AZEVEDO, Luciene. DALCASTAGNÈ, Regina (Org.) **Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea**. Porto Alegre: Zouk, 2015.

PARDO, Maria del Carmem Villarino. El papel de los agentes literarios en las dinámicas de campo. **Iberoromania**, [s.l.], n. 88, p.203-217, 2018a. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/iber-2018-0022>.

PARDO, Maria del Carmem Villarino. Las ferias internacionales del libro y la condición de invitado de honor: ¿Un escaparate (también) para la promoción de la lectura en el exterior?. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [s.l.], n. 55, p.161-176, dez. 2018b. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/10.1590/2316-4018559>

PEREZ, Michel. Les enjeux de la lusophonie. Le portugais, langue de communication internationale. **Lusotopie**, Aix-en-provence, n. 7, p.610-620, maio 2000. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2000_num_7_1_1402>. Acesso em: 03 maio 2018.

PEPETELA. **Mayombe**. Rio de Janeiro: Leya, 2018 [1980].

PEPETELA. **A Geração da Utopia**. São Paulo: Leya, 2013 [1992].

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. O rei do outro Polo. In: MICELI, Sérgio; PONTES, Heloisa (Org.). **Cultura e Sociedade – Brasil e Argentina**. São Paulo: Edusp, 2014.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. **O mago, o santo e a esfinge**: três experimentos em sociologia da literatura. Tese (Livre Docência). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2019.

PINTO, Rui Pedro. **Prêmios do espírito**: um estudo sobre prêmios literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

PORTES, Écio A. O trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Família e Escola**. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. P. 61-80.

POUCHIN, Dominique. **Mário Soarès**: entretien avec Dominique Pouchin. Paris: Flammarion, 2002.

POULY, Marie-Pierre. Playing both sides of the field: The anatomy of a ‘quality’ bestseller. **Poetics**, [s.l.], v. 59, p. 20-34, dez. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.poetic.2016.02.002>.

RABOT, Cécile; SAPIRO, Gisèle (Orgs.). **Profession? Écrivain**. Paris, CNRS Éditions, 2017a.

RABOT, Cécile; SAPIRO, Gisèle (Orgs.). “Conclusion”. In: RABOT, Cécile; SAPIRO, Gisèle (Orgs.). **Profession? Écrivain**. Paris, CNRS Éditions, 2017b, p. 333-340.

REIMÃO, Sandra. **Mercado Editorial brasileiro: 1960 – 1990**. São Paulo: Com-arte/FAPESP, 1996.

REIMÃO, Sandra. Os best-sellers de ficção no Brasil, 1990/2000. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE COM./ INTERCOM, 2001, CAMPO GRANDE. **Anais...** Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10350422397584083529631387364826498482.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

REIMÃO, Sandra. Tendências do mercado de livros no Brasil – um panorama e os best-sellers de ficção nacional (2000 – 2009). **Matrizes**, São Paulo, Ano 5, n.1, p.194-210, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/207>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, Jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Out. 2015.

RIDENTI, Marcelo. Caleidoscópio da cultura brasileira. In: MICELI, Sérgio; PONTES, Heloisa (Org.). **Cultura e Sociedade – Brasil e Argentina**. São Paulo: Edusp, 2014.

RIDENTI, M. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Plural**, v. 25, n. 1, p. 45-62, 14 ago. 2018.

ROZEAUX, Sébastien. **Préhistoire de la lusophonie**: Les relations culturelles luso-brésiliennes au XIXe siècle, Aix-en-Provence, Le Poisson Volant, 2019.

SÁ, Matheus Valim Cardoso de. **A edição de escritores africanos de língua portuguesa no Brasil**: Mia couto e a companhia das letras. 2018. 111 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social Com Habilitação em Editoração, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SÁ-EARP, Fabio; KORNIS, George. Em queda livre? A economia do livro no Brasil (1995 - 2006). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil**: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Cap. 20. p. 349-362.

SALLUM JR. Brasília. **Labirintos: Dos gerais à Nova República**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANCHES, Manuela Ribeiro. Viagens de textos. Descolonização da Europa. In: CASTELO, Claudia; JERONIMO, Miguel Bandeira. (Orgs.). **Casa dos Estudantes do Império**: Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais. Lisboa: Edições 70, p. 205 – 214.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. (2017), *Quase diário: 1980-1999*, Porto Alegre, L&PM.

SAPIRO, Gisèle. The literary field between the state and the market. **Poetics**, [s.l.], v. 31, n. 5-6, p.441-464, out. 2003. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.poetic.2003.09.001>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SAPIRO, Gisèle. Elementos para uma história do processo de autonomização. **Tempo social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 93-105, Jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000100005>.

SAPIRO, Gisèle. **La responsabilité de l'écrivain** : littérature, droit et morale en France (XIXe – XXIe siècle). Paris : Seuil, 2011.

SAPIRO, Gisèle. **La Sociologie de la Littérature**. Paris : La Découverte, 2014.

SAPIRO, Gisèle. How Do Literary Works Cross Borders (or Not)?. **Journal Of World Literature**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 81-96, 1 jan., 2016a. Brill Academic Publishers. <http://dx.doi.org/10.1163/24056480-00101009>.

SAPIRO, Gisèle. The metamorphosis of modes of consecration in the literary field: Academies, literary prizes, festivals. **Poetics**, [s.l.], v. 59, dez., p. 5-19, 2016b. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.poetic.2016.01.003>.

SAPIRO, Gisèle. “Introduction”. In: RABOT, Cécile; SAPIRO, Gisèle (Orgs.). **Profession? Écrivain**. Paris, CNRS Éditions, 2017a. p. 7-16.

SAPIRO, Gisèle. “Développement professionnel et évolutions du métier d’écrivain”. In: RABOT, Cécile; SAPIRO, Gisèle (Orgs.). **Profession? Écrivain**. Paris, CNRS Éditions, 2017b. p. 19-41.

SAPIRO, Gisèle. “Devenir écrivain-e: de la reconnaissance symbolique à la reconnaissance professionnelle”. In: RABOT, Cécile; SAPIRO, Gisèle (Orgs.). **Profession? Écrivain**. Paris, CNRS Éditions, 2017c. p. 43-76.

SAPIRO, Gisèle. A noção de campo de uma perspectiva transnacional. **Plural**, v. 26, n. 1, p. 233-265, 12 jul. 2019a.

SAPIRO, Gisèle. Rethinking the Concept of Autonomy for the Sociology of Symbolic Goods. **Biens symboliques / Symbolic Goods [Online]**, n. 4, p. 2-50, 2019b, Online desde 27 Jun 2019. Acessado em: 08 Mai 2020. Disponível em: <https://revue.biens-symboliques.net/334>

SAPIRO, Gisèle et al. L’amour de la littérature: le festival, nouvelle instance de production de la croyance. **Actes de La Recherche En Sciences Sociales**, [s.l.], v. 206-207, n. 1, p.108-137, 2015. CAIRN. <http://dx.doi.org/10.3917/arss.206.0108>.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política**. Brasília: Ibri, 2001. 203 p.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África**. Belo horizonte: Fino Traço, 2012. 166 p.

SARNEY, José. **Norte das águas**. Lisboa: Livros do Brasil, 1980.

SARNEY, José. **Os marimbondos de Fogo**. Lisboa: Bertrand Editora, 1986a.

SARNEY, José. Presidente Jose Sarney na Academia das Ciências de Lisboa: Discurso do presidente José Sarney na Academia das Ciências em Lisboa. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, n. 49, p. 6-12, 1986b. Disponível em: http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_49_abr_mai_jun_1986.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

SARNEY, José. Simpósio internacional sobre literatura: Pronunciamento do presidente José Sarney na Cerimônia de instalação do simpósio internacional sobre o papel dinâmico da literatura da América Latina e do Caribe na criação literária universal, realizada no Palácio Itamaraty, em 18 de abril de 1988. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, n. 57, p. 23-29, 1988a. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_57_abr_mai_jun_1988.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

SARNEY, José. Presidente da República de Moçambique visita o Brasil: Discurso do presidente José Sarney. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, n. 57, p. 3-11, 1988b. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_57_abr_mai_jun_1988.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

SARNEY, José. Encontro de ministros da cultura da América Latina e do Caribe: Discurso do presidente José Sarney na abertura do encontro, em 10 de agosto de 1989, no palácio Itamaraty. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, n. 62, p. 19-22, 1989. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_62_jul_ago_set_1989.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

SARTRE, Jean Paul. Préface à l'édition de 1961. In :FONDATION FRANTZ FANON (Org.). **Frantz Fanon – Oeuvres**. Paris : La Découverte, 2020, p. 431 – 448.

SAUTE, Nelson. Une nouvelle génération d'écrivains. **Notre Librairie**, n. 113, abr.-jun., p. 66 – 68, 1993.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 333-352, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.020>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200333&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2020.

SIEWIERSKI, Henryk. Prefácio. In: SILVA, Agostinho da. **Condições e missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 7-14. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/532-Condicoes_e_Missao_da_Comunidade_Luso-Brasileira_e_outros_ensaios.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

SILA, Abdulai. **Eterna Paixão**. Bissau: Ku Si Mon editora, 1994.

SILA, Abdulai. **A última tragédia**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011 [1995].

SILVA, Agostinho da. **Condições e missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Organização e prefácio Henryk Siewierski. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/532-Condicoes_e_Missao_da_Comunidade_Luso-Brasileira_e_outros_ensaios.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960. **Análise Social**, Lisboa, n. 225, p. 804-826, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732017000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Set. 2020.

SOARES, Mário. **Uma vida política**. São Paulo: Globo, 2013.

SOBRINHO, Pedro da Silva Feijó. **Comunidade dos países de língua portuguesa: Institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas**. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 208 p.

SORÁ, Gustavo. Os livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt. **Bib: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 41, p.3-33, 1996.

Semestral. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/bib/bib-41/461-os-livros-do-brasil-entre-o-rio-de-janeiro-e-frankfurt/file>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SORÁ, Gustavo. Cosmologies du capitalisme éditorial: le Brésil et le Portugal à la foire de Francfort. In: COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER, Jean-yves (Org.). *Le Commerce Transatlantique De Librairie, Un Des Fondaments De La Mondialisation Culturelle* (France, Portugal, Brésil, XVIII - XX siècle). Campinas: Publiel, 2012. p. 75-102. Disponível em: <http://www.circulacaodosimpessos.iel.unicamp.br/arquivos/LE_COMMERCE_TRANSATLANTIQUE.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SOUZA CRUZ, Alberico de; OLIVEIRA, Franklin de; CARNEIRO, Geraldo; BARBOSA, José Eduardo; SANTAYANA, Mauro (ed.). *José: de todos os amigos*. Rio de Janeiro: Tavares & Tristão - Gráfica e Editora de livros, 1979. 192 p.

STELLA, Marcello Giovanni Pocai. **Literatura como vocação: escritores brasileiros contemporâneos no pós-redemocratização**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-29032019-134526. Acesso em: 2019-06-01

STELLA, Marcello Giovanni Pocai. A Literatura Brasileira foi a Frankfurt: o brasil como homenageado da frankfurter buchmesse (1994 e 2013). **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 161, 19 abr. 2020a. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n1p161>

STELLA, Marcello Giovanni Pocai. O Último Estado do Campo: uma análise de correspondências múltiplas (ACM) de escritores brasileiros no pós-redemocratização. **Arquivos do CMD**, v. 7, n. 2, p. 148-166, 3 set. 2020b.

TAFNER, Paulo (Ed.). **Brasil: o estado de uma nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade**, 2006. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. 533 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_brasil_desenv_en_2006.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

THIESSE, Anne-marie. **La création des identités nationales: Europe XVIII - XIX siècle**. Paris: Seuil, 2001. (Points Histoire).

THOMPSON, Jonh B. **Mercadores de cultura: o mercado editorial no século XXI**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TUDREY, Natália Carrança. **Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no Mercado Editorial Brasileiro: Sobrevôos**. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social Com Habilitação em Editoração, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VALENTIM, Alexandre. Portugal, o império e a maré anticolonial (1945 – 1975). In: CASTELO, Claudia; JERONIMO, Miguel Bandeira. (Orgs.). **Casa dos Estudantes do Império: Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais**. Lisboa: Edições 70, 2017. p. 19 – 34.

VARELA, Tomé. L'Institut capverdien du livre. **Notre Librairie**, n. 112, p. 80 – 83, 1993.

VENTURINI, Santiago. La nueva edición argentina: la traducción de literatura en pequeñas y medianas editoriales (2000-2019). **Cuadernos LIRICO**, n. 20, p. 1 – 16, 2019. Doi: <https://doi.org/10.4000/lirico.8691>

VIGGIANO, Alan (org.). **Uma aventura lingüística**. Brasília: Thesaurus, 1990. 120 p.

VIGGIANO, Alan (org.). **Dossiê Grupo dos sete: os povos e países de língua portuguesa**. Brasília: André Quicé Editor, 1994. 333 p.

VIGGIANO, Alan (org.). **Missão em Portugal: José Aparecido e a Comunidade dos países de língua portuguesa**. Brasília: André Quicé Editor, 1996. 240 p.

VIGGIANO, Alan. **José Aparecido: inventor de utopias**. Brasília: André Quicé Editor, 1999. 370 p.

WILLIAMS, Raymond. **The long Revolution**. Ontario: Broadview Press, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Culture and Society 1780 - 1950**. Londres: Vintage, 2017.

ZIMBLER, Jarad. For neither love nor money: the place of political art in pierre bourdieu's literary field. **Textual Practice**, Londres, v. 23, n. 4, p. 599-620, ago. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09502360903000547>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09502360903000547>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Fontes Documentais

AFFONSO Romano de Sant'Anna. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1162/affonso-romano-de-santanna>. Acesso em: 28 de Out. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

AMADO, Jorge. **Telegrama à Mário Soares em sua saída da presidência de Portugal**. Destinatário: Mário Soares. Salvador, 08 mar. 1996. Telegrama. Documento: 02740.004.001 – Fundação Mário Soares.

ARQUIVO NACIONAL (DF). Ministério da Justiça e da Segurança Pública. **SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional**. Brasília: Ministério da Justiça e da Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2020.

ATHAYDE, Austregésilo de. **Carta à Mário Soares**. Destinatário: Mário Soares. Rio de Janeiro, 19 jan. 1993. Carta. Documento 01934.007.037 – Fundação Mário Soares.

BALSA, Helena. Prémio Literário no valor de dez mil contos. **Jornal de Letras – Artes e Ideias**. Ano VII - nº250, de 20 de abr. 1987, p. 7.

BAPTISTA, Antonio Alçada. **Carta a respeito de um conjunto de documentos sobre iniciativas para que Antônio Ramos Rosa ganhasse o Nobel**. Destinatário: Mário Soares. Bruxelas, 1989. Carta - Documento nº 0622.002.006 - Fundação Mário Soares.

BERTELSMANN BRASIL (Brasil). Cf. Bertelsmann Se & Co.. **Penguin Random House: líder mundial em edição de livros**. Disponível em: <<http://www.bertelsmann.com.br/bertelsmann-no-brasil/penguin-random-house.html>>. Acesso em: 03 maio 2017.

BH EVENTOS (Belo Horizonte). O jornalista mineiro Petrônio Souza Gonçalves lança em todo Brasil dois livros neste ano. **BH Eventos**, Belo Horizonte, n.p., 10 fev. 2015. Disponível em: <https://www.bheventos.com.br/noticia/10-02-2015-o-jornalista-mineiro-petronio-souza-goncalves-lanca-em-todo-brasil-dois-livros-neste-ano>. Acesso em: 24 set. 2020.

BITTAR, Roângela. ‘Papagaio’. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 jan. 1996. Política, p. 2-2.

BORDALO, Ricardo. Chá de Caxinde, duas décadas a matar a sede de cultura em Luanda. **LUSA - Agência de Notícias de Portugal**. Lisboa, 31 jan. 2008. Cultura, s. p.. Disponível em: < https://www.rtp.pt/noticias/cultura/cha-de-caxinde-duas-decadas-a-matar-a-sede-de-cultura-em-luanda_n164199>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRAGA, José Alberto (ed.). Epitáfio ecológico. In: NOGUEIRA JR., Arnaldo (ed.). **Projeto Releituras**. S.l., [19--]. Disponível em: http://www.releituras.com/joalbraga_menu.asp. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Constituição (2003). Lei nº 10639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira", e dá outras providências.. **Lei no 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**.. Brasília, DF, 09 jan. 2003. p. 1-1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, DF, 11 nov. 2011. [s.p.]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASÍLIA. Capes. Ministério da Educação. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO; SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Produção e Vendas**

do Setor Editorial Brasileiro 1990 - 2015. São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://www.snel.org.br/dados-do-setor/producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/>. > Acesso em: 29 mai. 2016.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO; SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro 2014 - 2015.** São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.snel.org.br/wp-content/themes/snel/docs/pesquisa_fipe_2015_ano_base_2014.pdf. > Acesso em: 29 mai. 2016.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO; SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Desempenho do Mercado Livreiro: uma análise de 10 anos da pesquisa produção e vendas do setor editorial brasileiro.** São Paulo, 2017. Disponível em: < http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2016/08/10-ANOS-PESQUISA_Fipe.pdf > Acesso em: 25 abr. 2016.

CAMINHO (Portugal). Editora Caminho. **Editora.** Disponível em: <<http://www.caminho.leya.com/pt/gca/editora/>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

CÍRCULO DE LEITORES (Portugal, Lisboa). **QUEM SOMOS.** Portugal, [201-?]. Disponível em: <http://www.circuloleitores.pt/gca/index.php?id=284>. Acesso em: 16 out. 2020.

COMVEST (Campinas). Unicamp divulga lista de livros própria válida a partir do Vestibular 2016, quando deixa de estar uni. **COMVEST**, Campinas, n.p., 29 abr. 2014. Disponível em: <https://www.comvest.unicamp.br/unicamp-divulga-lista-de-livros-propria-valida-apartir-vestibular-2016-quando-deixa-de-estar-unificada-com-fuvest-2904/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

COURI, Norma. Prêmio Camões gera polêmica. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 07 jul. 1993a. Caderno B, p. 7-7.

COURI, Norma. Rachel nega que tenha feito ‘lobby’. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 07 jul. 1993b. Caderno B, p. 7-7.

DIPLOMA do Prêmio Camões de Dalton Trevisan. Fotografia de Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: [s. n.], 2012. Disponível em: <https://bookcenterbrazil.wordpress.com/2012/12/13/fbn-premia-ganhador-do-premio-camoes-2012/>. Acesso em: 14 out. 2020.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ACTA do júri da 13ª sessão do prémio Luís de Camões. [S.l.: s.n.]. 2 p., Orig, 2001.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ACTA do júri da 14ª sessão do prémio Luís de Camões. [S.l.: s.n.]. 2 p., Orig, 2002.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ACTA do júri da 16ª sessão do prémio Luís de Camões. [S.l.: s.n.]. 1 p., Orig, 2004.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ACTA do júri da 20ª sessão do prémio Luís de Camões. [S.l.: s.n.]. 2 p., Orig, 2008.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ACTA do júri da 24ª sessão do prémio Luís de Camões. [S.l.: s.n.]. 1 p., Orig, 2012.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ACTA do júri da 26ª sessão do prémio Luís de Camões. [S.l.: s.n.]. 2 p., Orig, 2014.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ACTA do júri da 28ª sessão do prémio Luís de Camões. [S.l.: s.n.]. 2 p., Orig, 2016.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ACTA do júri da 30ª sessão do prémio Luís de Camões. [S.l.: s.n.]. 2 p., Orig, 2018.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. ACTA do júri da 32ª sessão do prémio Luís de Camões. [S.l.: s.n.]. 2 p., Orig, 2020.

EDIURO (Rio de Janeiro). **Sobre: agir. Agir.** [20--]. Disponível em: <https://www.ediouro.com.br/selos/agir>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Claudio. Prêmio Camões. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 abr. 1995. Ideias/livros, p. 2-2.

FGV (Rio de Janeiro). CPDOC (ed.). JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA FRANKLIN DA COSTA. In: FGV (Rio de Janeiro). CPDOC (ed.). **Dicionário Biográfico**. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-de-oliveira-franklin-da-costa>. Acesso em: 24 set. 2020.

FNDE (Brasília). Ministério da Educação. **PNBE - Dados Estatísticos de anos anteriores**. 2017a. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>. Acesso em: 13 set. 2017.

FNDE (Brasília). Ministério da Educação. **PNBE - Dados Estatísticos**. 2017b. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>. Acesso em: 13 set. 2017.

FNDE. **Guia PNLD Literário 2018**. 2018. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/12103-guia-pnld-literario-2018>. Acesso em: 18 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO (São Paulo). Autor angolano recusa Prêmio Camões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 maio 2006. Ilustrada, n. p.. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2505200636.htm>. Acesso em: 14 out. 2020.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. ATA da reunião do júri do prêmio Luís de Camões de 1995. [S.l.: s.n.]. 2 p., Orig.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. ATA da reunião do júri do prêmio Luis de Camões de 1996. [S.l.: s.n.]. 2 doc. (4 p.), Orig.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. ATA do júri da 23ª reunião do prêmio Luis de Camões. [S.l.: s.n.]. 1 p., Orig, 2011.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. ATA do júri da 25ª reunião do prêmio Luis de Camões. [S.l.: s.n.]. 1 p., Orig, 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. ATA do júri da 29ª reunião do prêmio Luis de Camões. [S.l.: s.n.]. 1 p., Orig, 2017.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. ATA do júri da 31ª reunião do prêmio Luis de Camões. [S.l.: s.n.]. 1 p., Orig, 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Ministério da Cultura. **Prêmio Camões**: desde 1989 consagrando os maiores escritores da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004. 20 p.

FUNDAÇÃO FERNANDO LEITE COUTO (Moçambique). **Fernando Leite Couto**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.fflc.org.mz/index.php/por/Fundacao/Fernando-Leite-Couto>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FUNDAÇÃO JOSÉ SARAMAGO (Portugal, Lisboa). **Prémio Literário José Saramago**: Regulamento - 10ª edição. Portugal, 2017. Disponível em: <https://www.josesaramago.org/wp-content/uploads/delightful-downloads/2017/03/Regulamento-2017.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

FUVEST (São Paulo). FUVEST divulga listas de obras literárias para 2020, 2021 e 2022. **FUVEST**, São Paulo, n.p., 18 dez. 2018. Disponível em: <https://www.fuvest.br/fuvest-divulga-listas-de-obras-literarias-para-2020-2021-e-2022/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

G1 (São Paulo). **Raduan Nassar critica governo ao ganhar prêmio; ministro da Cultura rebate**: escritor de 'lavoura arcaica' fez críticas ao governo em evento nesta sexta-feira (17) em São Paulo; roberto freire revidou e bateu boca com público.. **G1**. São Paulo, 17 fev. 2017. Pop & Arte, n. p.. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/ministro-da-cultura-discute-com-publico-na-entrega-do-premio-camoes-a-raduan-nassar.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2020.

GERAÇÃO EDITORIAL (São Paulo). **A editora**. S.l., 2014. Disponível em: <http://geracaoeditorial.com.br/a-editora/>. Acesso em: 23 set. 2020.

GRUPO BERTRANDCÍRCULO (Portugal, Lisboa). **Quem Somos | História**. Portugal, [201-?]a. Disponível em: <https://www.grupobertrandcirculo.pt/quem-somos/historia/>. Acesso em: 16 out. 2020.

GRUPO BERTRANDCÍRCULO (Portugal, Lisboa). **Círculo de Leitores**: A inspirar gerações desde 1971. Portugal, [201-?]b. Disponível em: <https://www.grupobertrandcirculo.pt/editoras/circulo-de-leitores/>. Acesso em: 16 out. 2020.

GRUPO BERTRANDCÍRCULO (Portugal, Lisboa). **Fundação Círculo de Leitores**. Portugal, [201-?]c. Disponível em: <https://www.grupobertrandcirculo.pt/fundacao-circulo-de-leitores/>. Acesso em: 16 out. 2020.

IBOPE INTELIGÊNCIA; INSTITUTO PRO-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil (2008)**. São Paulo, 2008. Disponível em: < http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2012/08/pesquisa_habito_de_leitura_2008.pdf > Acesso em: 29 mai. 2016

IBOPE INTELIGÊNCIA; INSTITUTO PRO-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil (2011)**. São Paulo, 2012. Disponível em: < http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf > Acesso em: 29 mai. 2016.

IBOPE INTELIGÊNCIA; INSTITUTO PRO-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil (2015)**. São Paulo, 2012. Disponível em: < http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf > Acesso em: 29 mai. 2016.

JORNAL DAS LETRAS, ARTES E IDEIAS. José Sarney oferece direitos de autor à APE. **Jornal das Letras, Artes e Ideias**, Lisboa, ano VII, n. 246, 29 mar. 1987. Debate-Papo, p. 26.

LEYA PORTUGAL (Portugal, Alfragide). **Prémio Leya**. Portugal, [201-]b. Disponível em: <https://www.leya.com/pt/gca/areas-de-actividade/premio-leya/>. Acesso em: 16 out. 2020.

LEYA PORTUGAL (Portugal, Alfragide). **Regulamento Prémio LeYa 2020**. Portugal, [201-]a. Disponível em: <https://www.leya.com/pt/gca/areas-de-actividade/premio-leya/regulamento-premio-leya-2020/>. Acesso em: 16 out. 2020.

MADUREIRA, Morena. Confira as dicas para mandar bem na prova da Cásper Líbero. **Guia do Estudante**, São Paulo, n.p., 16 maio 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/confira-as-dicas-para-mandar-bem-na-prova-da-casper-libero/>. Acesso em: 19 ago. 2020

MÁRCIO Souza. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa5552/marcio-souza>>. Acesso em: 28 de Abr. 2017. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

MAYRINK, Geraldo. Biografia: Regina Echeverria é uma jornalista e escritora brasileira especializada em biografias.. In: ECHEVERRIA, Regina. **Uma biógrafa do Brasil**. S.l., 23 set. 2020. Disponível em: http://www.reginaecheverria.com.br/perfil_15.html. Acesso em: 23 set. 2020.

MEIRELES, Mauricio. Editora Leya Educação é vendida para Grupo Escala. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 jun. 2016. Ilustrada, n.p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1787212-editora-leya-educacao-e-vendida-para-grupo-escala.shtml>>. Acesso em: 04 jul. 2019

MEIRELES, Maurício. Acionista do Itaú é maior investidor da editora dos ex-Companhia das Letras. Folha de São Paulo. São Paulo, 10 mar. 2017. Ilustrada, n.p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/03/1865386-alfredo-setubal-do-itaue-investidor-por-tras-de-nova-editora-literaria.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MESTRE, David. A liga dos escritores dos cinco: enquanto se debate o futuro da APE, os escritores dos países africanos de língua portuguesa fundaram este mês em São Tomé. **Jornal de Letras, artes e ideias**. Lisboa, 20 a 26 de julho de 1987, ano 7, n° 263; p.10.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasília). (1989), “Criação do Prêmio Luís de Camões”. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, n. 60, pp. 93-94. Comunicados e notas. Disponível em: http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_60_jan_fev_mar_1989.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasília). **Criação do Prêmio Luís de Camões**. Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília, n. 60, p. 93-94, 1989. Comunicados e notas. Disponível em: http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_60_jan_fev_mar_1989.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

MOREIRA, Ardilhes. Governo federal está desde 2014 sem comprar livros de literatura para escolas públicas: Última remessa de obras foi em 2014. Programa de compras foi extinto e alternativa está em elaboração de edital: se tudo der certo, nova entrega ocorre só a partir 2019. **G1**. Rio de Janeiro, set. 2017. Educação, n.p. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml> >. Acesso em: 05 jul. 2019.

MUSEU DA TV (São Paulo). Pró-TV – Associação dos Pioneiros, Profissionais e Incentivadores da Televisão Brasileira (ed.). ALBERICO DE SOUZA CRUZ. In: MUSEU DA TV (São Paulo). Pró-TV – Associação dos Pioneiros, Profissionais e Incentivadores da Televisão Brasileira (ed.). **Biografias**. São Paulo, [20--]. Disponível em: <http://www.museudatv.com.br/biografia/alberico-de-souza-cruz/>. Acesso em: 24 set. 2020.

OLIVEIRA, José Aparecido de. **Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa**. Destinatário: Mário Soares. Lisboa, 17 mar. 1993. Telegrama. Documento 01934.007.100/101 – Fundação Mário Soares.

OLIVEIRA, José Aparecido de. **TELEGRAMA transmitido do Banco Nacional de José Aparecido de Oliveira à Mário Soares**. Destinatário: Mário Soares. Rio de Janeiro, 6 mar. 1995. Telegrama. Documento 02622.004.120 – Fundação Mário Soares.

PATRAQUIM, Luís Carlos. Os Cinco também são sujeitos (e não “objectos”) da língua portuguesa: Poeta, secretário-geral da Associação de Escritores Moçambicanos, co-fundador da Liga dos Escritores dos países africanos de expressão oficial portuguesa, Rui Nogar, nesta entrevista que é também um diálogo vivo e significativo com outro poeta moçambicano mais jovem, adverte. **Jornal de Letras, artes e ideias**. Lisboa, 31 de agosto a 06 de setembro de 1987, ano 7, n° 269, p. 8 e 9.

PORTAL DOS JORNALISTAS. **Mauro Santayana**. S.l., [20--]a. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/mauro-santayana/>. Acesso em: 23 set. 2020.

PORTAL DOS JORNALISTAS. **Palmério Dória**. S.l., [20--]b. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/palmerio-doria/>. Acesso em: 23 set. 2020.

PORTO EDITORA, S.A. (Portugal, Porto). **Sobre nós**. Portugal, 2020. Disponível em: <https://www.grupoportoeitora.pt/sobre-nos/>. Acesso em: 16 out. 2020.

PORTUGAL. Decreto nº 43/88, de 30 de novembro de 1988. Aprova o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, de 7 de Setembro de 1966, Que Cria o Prémio Luís de Camões. **Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil Que Cria o Prémio Luís de Camões.**, Lisboa: Diário da República, ano 277, v. Série I, p. 4747 - 4748, 1988. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/357110/details/normal?q=Decreto+43%2F88>. Acesso em: 1 out. 2020.

PORTUGAL. Decreto nº 47/99, de 5 de novembro de 1999. É aprovado o Protocolo Modificativo do Protocolo Que Institui o Prémio Camões, celebrado entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Lisboa em 17 de Abril de 1999, cuja versão autêntica em língua portuguesa segue em anexo. **PROTOCOLO MODIFICATIVO DO PROTOCOLO QUE INSTITUI O PRÉMIO CAMÕES**, Lisboa: Diário da República, ano 258, v. I Série-A, p. 7667 - 7669, 1999. Disponível em: <http://www.gepac.gov.pt/documentos/premios/premio-camoes/premio-camoes-pdf.aspx>. Acesso em: 1 out. 2020.

PORTUGAL. DGLAB. Ministério da Cultura. **PROGRAMA DE APOIO À EDIÇÃO NO BRASIL DE OBRAS DE AUTORES PORTUGUESES E DE AUTORES DE TIMOR LOROSAE E DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**. [200-?]a. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Disponível em: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/apoios/Paginas/REGULAMENTO%20APOIO%20EDICAO%20BRASIL%20DGLAB.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PORTUGAL. DGLAB. Ministério da Cultura. **Linha de Apoio à Edição no Brasil**. [200-?]b. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Disponível em: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/divulgacaoEstrangeiro/apoiosEdicaoBrasil/Paginas/ApoioEdicaoBrasil.aspx>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (Portugal). Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura. Proposta brasileira. Documento 00724.010.029 – Fundação Mário Soares. **Criação Instituto Internacional de Língua Portuguesa**, Portugal, [198-].

REDAÇÃO (São Paulo). “Nação Crioula” – Análise da obra de José Eduardo Agualusa. **Guia do Estudante**, São Paulo, n.p., 12 abr. 2018. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/nacao-crioula-analise-da-obra-de-jose-eduardo-agualusa/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

RIBEIRO, João Ruela. Bolsonaro não promete assinar diploma do Prémio Camões para Chico Buarque: cerimónia de entrega está marcada para abril do próximo ano segundo os jornais brasileiros, mas o diploma poderá chegar às mãos do compositor sem a assinatura do presidente do Brasil. **O Público**. Lisboa, 09 out. 2019. Cultura Ípsilon, n. p. . Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/10/09/culturaipsilon/noticia/bolsonaro-assina-diploma-camoes-chico-buarque-ate-2026-1889370>. Acesso em: 14 out. 2020.

RODA VIVA (São Paulo). Tv Cultura/FAPESP (Ed.). **Memória Roda Viva: Ondjaki**. 2007. O jovem escritor africano de língua portuguesa fala de seu livro Bom dia, camaradas e da produção cultural de uma Angola que se reconstrói após uma dura guerra civil. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/238/entrevistados/ondjaki_2007.htm>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SANTIAGO, Onélio. Com uma editora na forja, Ondjaki inaugura este mês a Livraria Kiela: antes do final de agosto, Luanda deve ganhar uma livraria: a Kiela. projecto é liderado pelo escritor Ondjaki, que pretende mudar a relação dos angolanos com os livros. **Novo Jornal**. Luanda, 09 ago. 2020. Cultura, n.p. . Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/cultura/interior/com-uma-editora-na-forja-ondjaki-inaugura-este-mes-a-livraria-kiela-91089.html?fbclid=IwAR0ePT1BcXEnXbGMgFsrntAXx8bhsWMhAtQr2FVv0odCCDDzR6LEHk2vCLK>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SARAMAGO, José. **Discurso em homenagem à Mário Soares em sua saída da presidência de Portugal**. Destinatário: Mário Soares. Lanzarote, 19 nov. 1995. Telegrama. Documento 02.640.001.058– Fundação Mário Soares.

SARNEY, José. [**Correspondência 1**]. Destinatário: Mário Soares. Brasília, 9 mar. 1986. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SARNEY, José. [**Correspondência 3**]. Destinatário: Mário Soares. Brasília, 9 fev. 1987a. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SARNEY, José. [**Correspondência 5**]. Destinatário: Mário Soares. Brasília, 26 maio 1987b. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SARNEY, José. [**Correspondência 7**]. Destinatário: Mário Soares. Brasília, 17 maio 1988. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SARNEY, José. [**Correspondência 10**]. Destinatário: Mário Soares. Brasília, 25 jan. 1989a. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SARNEY, José. [**Correspondência 12**]. Destinatário: Mário Soares. Brasília, 1 jun. 1989b. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SARNEY, José. [**Correspondência 13**]. Destinatário: Mário Soares. Brasília, 13 set. 1989c. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA (Rio de Janeiro). Fundação Biblioteca Nacional. **Prêmio Camões de Literatura**: Prêmio Camões de Literatura O Prêmio Camões de Literatura foi instituído em 198. Rio de Janeiro, [20--?]. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/premios-literarios/premio-camoes-literatura>. Acesso em: 1 out. 2020.

SINCLAIR, Stéfan; ROCKWELL, Geoffrey. **Voyant Tools**. 2020. Disponível em: <https://voyant-tools.org/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SOARES, Mário. [**Correspondência 2**]. Destinatário: José Sarney. Lisboa, 12 dez. 1986. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SOARES, Mário. [**Correspondência 4**]. Destinatário: José Sarney. Lisboa, 15 abr. 1987. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SOARES, Mário. [**Correspondência 6**]. Destinatário: José Sarney. Lisboa, 16 mar. 1988a. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SOARES, Mário. [**Correspondência 8**]. Destinatário: José Sarney. Lisboa, 12 set. 1988b. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SOARES, Mário. [**Correspondência 9**]. Destinatário: José Sarney. Lisboa, 24 out. 1988c. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SOARES, Mário. [**Correspondência 11**]. Destinatário: José Sarney. Lisboa, 13 fev. 1989. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02941.002>. Acesso em: 21 set. 2020.

SOARES, Mário. **Telegrama à Jorge Amado quando da atribuição do Prêmio Camões**. Destinatário: Jorge Amado. Lisboa, 28 mar. 1995a. Telegrama. Documento: 02740.004.051 – Fundação Mário Soares.

SOARES, Mário. **Telegrama à Jorge Amado quando da atribuição do Prêmio Camões**. Destinatário: Jorge Amado. Salvador, 28 mar. 1995b. Telegrama. Documento: 02740.004.052 – Fundação Mário Soares.

VIEIRA, José Luandino. [**Correspondência**]. Destinatário: Mário Pinto de Andrade. Luanda, 26 jun. 1987. Carta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10189.002.031>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Referências Iconográficas

POSSE de José Sarney na Academia Brasileira de Letras. 1980. 1 Fotografia - 20 x 13 cm.
Arquivo Público Mineiro - Fundo José Aparecido de Oliveira - Notação: JAO-0487(04).
Disponível em:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=45010.
Acesso em: 22 set. 2020.

**APÊNDICE A – Lista de autores africanos de língua oficial portuguesa e da Ásia
publicados no Brasil que foram apoiados pela DGLAB de Portugal**

Editora	Autor	Obra	Anos	Nacionalidade
GRYPHUS	Manuel Rui	Quem me dera ser onda	2004/2005	Angola
NOVA FRONTEIRA	Pepetela	Parábola do cágado velho	2004/2005	Angola
LÍNGUA GERAL	José Eduardo Agualusa	As mulheres do meu pai	2006/2007	Angola
COMPANHIA DAS LETRAS	José Luandino Vieira	Luuanda	2006/2007	Angola
AGIR EDITORA	Ondjaki	Bom dia camaradas	2006/2007	Angola
COMPANHIA DAS LETRAS	Ruy Duarte de Carvalho	Os papéis do inglês	2006/2007	Angola
LÍNGUA GERAL	José Eduardo Agualusa	Estação das chuvas	2007/2008	Angola
LÍNGUA GERAL	Pepetela	Predadores	2007/2008	Angola
COMPANHIA DAS LETRAS	Ondjaki	Avó dezanove	2008/2009	Angola
COMPANHIA DAS LETRAS	Ondjaki	Ynari, a menina das cinco tranças	2008/2009	Angola
LÍNGUA GERAL	Ondjaki	E se amanhã o medo	2008/2009	Angola
LÍNGUA GERAL	Pepetela	Yaka	2008/2009	Angola
LÍNGUA GERAL	Ruy Duarte de Carvalho	Desmedida	2008/2009	Angola
LÍNGUA GERAL	José Eduardo Agualusa	Milagrário pessoal	2010/2011	Angola
GRYPHUS	José Eduardo Agualusa	Catálogo de luzes	2013/2014	Angola
PALLAS	Ondjaki	O Assobiador	2016/2017	Angola
PLANETA	José Eduardo Agualusa	O vendedor de passados	2017/2018	Angola

TODAVIA	Kalaf Epalanga	Também os brancos sabem dançar	2017/2018	Angola
DUBLINENSE	Ricardo Adolfo	Maria dos canos cerrados	2017/2018	Angola
EDITORA 34	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Comandante Hussi	2004/2005	Cabo Verde
AGIR EDITORA	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Nem tudo começa com um beijo	2006/2007	Cabo Verde
EDITORA 34	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Cinco balas contra a América	2007/2008	Cabo Verde
ESCRITURAS	José Luiz Tavares	Lisbon blues	2007/2008	Cabo Verde
ESCRITURAS	Corsino Fortes	A cabeça calva de Deus	2009/2010	Cabo Verde
ESCRITURAS	José Luiz Tavares	Contrabando de cinzas	2014/2015	Cabo Verde
PONTES	Germano Almeida	Cabo Verde: viagem pela história das ilhas	2018/2019	Cabo Verde
IMÃ	Mário Lucio Sousa	Biografia do língua	2018/2019	Cabo Verde
GRYPHUS	Henrique de Senna Fernandes	Amor e dedinhos de pé	2007/2008	Macau
GRYPHUS	Henrique de Senna Fernandes	Nam van - contos de Macau	2007/2008	Macau
GRYPHUS	Henrique de Senna Fernandes	A trança feiticeira	2008/2009	Macau
COMPANHIA DAS LETRAS	Paulina Chiziane	Niketche, uma história de poligamia	2003/2004	Moçambique
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	A varanda do Frangipani	2004/2005	Moçambique
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	O último voo do flamingo	2004/2005	Moçambique

COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	O outro pé da sereia	2006/2007	Moçambique
ESCRITURAS	Luis Carlos Patraquim	O osso côncavo & outros poemas	2007/2008	Moçambique
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	O fio das missangas	2007/2008	Moçambique
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	O gato e o escuro	2007/2008	Moçambique
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	Pensageiro frequente	2011/2012	Moçambique
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	Vozes anoitecidas	2012/2013	Moçambique
DUBLINENSE	Paulina Chiziane	O alegre canto da perdiz	2017/2018	Moçambique
ESCRITURAS	Olinda Beja	Aromas de cajamanga	2008/2009	São Tomé e Príncipe
ESCRITURAS	Olinda Beja	Estórias da gravana	2010/2011	São Tomé e Príncipe
ESCRITURAS	Olinda Beja	A Sombra do Oká	2014/2015	São Tomé e Príncipe
LÍNGUA GERAL	Luís Cardoso	Requiem para o navegador solitário	2007/2008	Timor-Leste

APÊNDICE B – Quadros de premiados(as) do Camões, Portugal Telecom/Itaú Oceanos e José Saramago

Quadro 16 – Prêmio Camões (1989 – 2018)

Prêmio Camões								
Ano	Vencedor	Nacionalidade	Sexo	Local da Premiação	Editora BR (Principal)	Editora PT (Principal)	Editora África (Principal)	Gênero Literário

1989	Miguel Torga	Portugal	M	Lisboa	Nova Fronteira	Dom Quixote	N	Poesia
1990	João Cabral de Melo Neto	Brasil	M	Lisboa	Alfaguara	N	N	Poesia
1991	José Craveirinha	Moçambique	M	Rio de Janeiro	Editora UFMG	Caminho	N	Poesia
1992	Vergílio Ferreira	Portugal	M	Rio de Janeiro	Bertrand	Quetzal	N	Poesia
1993	Rachel de Queiroz	Brasil	F	Lisboa	José Olympio	N	N	Romance
1994	Jorge Amado	Brasil	M	Rio de Janeiro	Companhia das Letras	Dom Quixote	N	Romance
1995	José Saramago	Portugal	M	Lisboa	Companhia das Letras	Caminho	N	Romance
1996	Eduardo Lourenço	Portugal	M	Rio de Janeiro	Companhia das Letras	Gradiva	N	Crítica Literária
1997	Pepetela - Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos	Angola	M	Lisboa	Leya BR	Dom Quixote	N	Romance
1998	Antonio Candido	Brasil	M	Lisboa	Ouro Sobre Azul	N	N	Crítica Literária
1999	Sophia de Mello Breyner Andresen	Portugal	F	Salvador	Companhia das Letras	Caminho	N	Poesia
2000	Autran Dourado	Brasil	M	Rio de Janeiro	Rocco	N	N	Romance
2001	Eugénio de Andrade	Portugal	M	Lisboa	Nova Fronteira	ASA	N	Poesia

2002	Maria Velho da Costa	Portugal	F	Lisboa	N	Assírio & Alvim	N	Romance
2003	Rubem Fonseca	Brasil	M	Rio de Janeiro	Companhia das Letras	Dom Quixote	N	Romance
2004	Agustina Bessa-Luís	Portugal	F	Lisboa	Peirópolis	Guerra e Paz	N	Romance
2005	Lygia Fagundes Telles	Brasil	F	Rio de Janeiro	Companhia das Letras	Editorial Presença	N	Contos
2006	José Luandino Vieira	Angola	M	Lisboa	Companhia das Letras	Caminho	Nzila	Romance
2007	António Lobo Antunes	Portugal	M	Lisboa	Alfaguara	Dom Quixote	N	Romance
2008	João Ubaldo Ribeiro	Brasil	M	Lisboa	Alfaguara	Dom Quixote	N	Romance
2009	Arménio Vieira	Cabo Verde	M	Rio de Janeiro	N	Caminho	Editora Rosa de Porcelana	Poesia
2010	Ferreira Gullar	Brasil	M	Lisboa	José Olympio	N	N	Poesia
2011	Manuel António Pina	Portugal	M	Rio de Janeiro	Editora 34	Assírio & Alvim	N	Poesia
2012	Dalton Trevisan	Brasil	M	Lisboa	Record	Relógio D'Água	N	Contos
2013	Mia Couto	Moçambique	M	Rio de Janeiro	Companhia das Letras	Caminho	Ndjira	Romance
2014	Alberto da Costa e Silva	Brasil	M	Lisboa	Nova Fronteira	N	N	Historia
2015	Hélia Correia	Portugal	M	Rio de Janeiro	Hedra	Relógio D'Água	N	Romance
2016	Raduan Nassar	Brasil	M	Lisboa	Companhia das Letras	Relógio D'Água	N	Romance
2017	Manuel Alegre	Portugal	M	Rio de Janeiro	N	Dom Quixote	N	Poesia
2018	Germano Almeida	Cabo Verde	M	Rio de Janeiro	Companhia das Letras	Caminho	N	Romance

Quadro 17 – Portugal Telecom/Itaú Oceanos (2007 – 2018)

Prêmio Portugal Telecom (Atual Oceanos)								
Ano	Vencedor	Nacionalidade	Sexo	Livro	Editora BR	Editora PT	Editora África	Gênero Literário
2007	Gonçalo M. Tavares	Portugal	M	Jerusalém	Companhia das Letras	Caminho	N	Romance
2007	Dalton Trevisan	Brasil	M	Macho não ganha flor	Record	N	N	Contos
2007	Teixeira Coelho	Brasil	M	História natural da ditadura	Iluminuras	N	N	Romance
2008	Cristóvão Tezza	Brasil	M	O filho eterno	Record	Gradiva	N	Romance
2008	António Lobo Antunes	Portugal	M	Eu hei-de amar uma pedra	Alfaguara	Dom Quixote	N	Romance
2008	Beatriz Bracher	Brasil	F	Antonio	Editora 34	N	N	Romance
2009	Nuno Ramos	Brasil	M	Ó	Iluminuras	Cotovia	N	Romance
2009	João Gilberto Noll	Brasil	M	Acenos e afagos	Record	N	N	Romance
2009	Lourenço Mutarelli	Brasil	M	A arte de produzir efeito sem causa	Companhia das Letras	N	N	Romance
2010	Chico Buarque	Brasil	M	Leite Derramado	Companhia das Letras	Dom Quixote	N	Romance
2010	Rodrigo Lacerda	Brasil	M	Outra Vida	Companhia das Letras	N	N	Romance

2010	Armando Freitas Filho	Brasil	M	Lar	Companhia das Letras	N	N	Poesia
2011	Rubens Figueiredo	Brasil	M	Passageiro do Fim do Dia	Companhia das Letras	N	N	Romance
2011	Gonçalo M. Tavares	Portugal	M	Uma Viagem à Índia	Leya BR	Caminho	N	Romance
2011	Marina Colasanti	Brasil	F	Minha Guerra Alheia	Record	N	N	Autobiografia
2012	Valter Hugo Mãe	Portugal	M	A Máquina de Fazer Espanhóis	Cosac Naify	Porto Editora	N	Romance
2012	Dalton Trevisan	Brasil	M	O Anão e a Ninfeta	Record	N	N	Contos
2012	Nuno Ramos	Portugal	M	Junco	Iluminuras	N	N	Poesia
2013	José Luiz Passos	Brasil	M	O Sonâmbulo Amador	Alfaguara	N	N	Romance
2013	Eucanaã Ferraz	Brasil	M	Sentimental	Companhia das Letras	N	N	Poesia
2013	Cíntia Moscovich	Brasil	F	Essa Coisa Brilhante que É a Chuva	Record	N	N	Contos
2014	Sérgio Rodrigues	Brasil	M	O Drible	Companhia das Letras	N	N	Romance
2014	Everardo Norões	Brasil	M	Entre moscas	Confraria do Vento Editora	N	N	Contos
2014	Gastão Cruz	Portugal	M	Observação de verão seguido de fogo	Mobile Editorial	Assírio & Alvim	N	Poesia
2015	Silviano Santiago	Brasil	M	Mil Rosas Roubadas	Companhia das Letras	N	N	Romance
2015	Elvira Vigna	Brasil	F	Por Escrito	Companhia das Letras	N	N	Romance
2015	Alberto Mussa	Brasil	M	A Primeira História do Mundo	Record	N	N	Romance
2015	Glauco Mattoso	Brasil	M	Saccola de Feira	nVersos	N	N	Poesia
2016	José Luis Peixoto	Portugal	M	Galveias	Companhia das Letras	Quetzal	N	Romance

2016	Julián Fuks	Brasil	M	A Resistência	Companhia das Letras	Companhia das Letras PT	N	Romance
2016	Ana Martins Marques	Brasil	F	O livro das semelhanças	Companhia das Letras	N	N	Poesia
2016	Arthur Dapieve	Brasil	M	Maracanazo e outras histórias	Alfaguara	N	N	Contos
2017	Ana Teresa Pereira	Portugal	F	Karen	Todavia	Relógio D'Água	N	Romance
2017	Silviano Santiago	Brasil	M	Machado	Companhia das Letras	N	N	Romance
2017	Helder Moura Pereira	Portugal	M	Golpe de Teatro	N	Assírio & Alvim	N	Poesia
2017	Bernardo Carvalho	Brasil	M	Simpatia pelo Demônio	Companhia das Letras	N	N	Romance
2018	Marília Garcia	Brasil	F	Câmera Lenta	Companhia das Letras	N	N	Poesia
2018	Bruno Vieira Amaral	Portugal	M	Hoje Estarás Comigo No Paraíso	Companhia das Letras	Quetzal	N	Romance
2018	Luís Quintais	Portugal	M	A Noite Imóvel	N	Assírio & Alvim	N	Poesia
2018	Luís Carlos Patraquim	Moçambique	M	O Deus Restante	N	N	Cavalo do Mar	Poesia

Quadro 18 – Prêmio José Saramago (1999 – 2017)

Prêmio José Saramago								
Ano	Vencedor	Nacionalidade	Sexo	Livro	Editadora BR	Editadora PT	Editor a África	Gênero Literário
1999	Paulo José Miranda	Portugal	M	Natureza Morta	N	Cotovia	N	Romance
2001	José Luís Peixoto	Portugal	M	Nenhum Olhar	Companhia das Letras	Temas e Debates	N	Romance

2003	Adriana Lisboa	Brasil	F	Sinfonia em Branco	Rocco	Temas e Debates	N	Romance
2005	Gonçalo M. Tavares	Portugal	M	Jerusalém	Companhia das Letras	Caminho	N	Romance
2007	Valter Hugo Mãe	Portugal	M	O Remorso de Baltazar Serapião	Editora 34	QuidNovi	N	Romance
2009	João Tordo	Portugal	M	As Três Vidas	N	QuidNovi	N	Romance
2011	Andréa del Fuego	Brasil	F	Os Malaquias	Língua Geral	Círculo de Leitores	N	Romance
2013	Ondjaki	Angola	M	Os Transparentes	Companhia das Letras	Caminho	N	Romance
2015	Bruno Vieira Amaral	Portugal	M	As Primeiras Coisas	N	Quetzal	N	Romance
2017	Julian Fuks	Brasil	M	A Resistência	Companhia das Letras	Companhia das Letras PT	N	Romance

**APÊNDICE C – Presença de Membros e não Membros da ABL nos júris do Prêmio
Camões entre 2002 e 2018**

Tabela 13 - Presença de Membros e não Membros da ABL nos júris do Prêmio Camões entre 2002 e 2018

ANO DA PREMIÇÃO/COMISSÃO JULGADORA	NACIONALIDADE	NÃO MEMBRO DA ABL	MEMBRO DA ABL
2002		4	2
<i>Isabel Allegro de Magalhães</i>	Portuguesa	1	
<i>Alberto da Costa e Silva</i>	Brasileiro		1
<i>Alfredo Bosi</i>	Brasileiro		1
<i>José Craveirinha</i>	Moçambicano	1	
<i>Maria Isabel da Silva Pires de Lima</i>	Portuguesa	1	
<i>Pepetela - Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos</i>	Angolano	1	
2003		5	1
<i>Eduardo Prado Coelho</i>	Português	1	
<i>Heloísa Buarque de Holanda</i>	Brasileira	1	
<i>Lourenço do Rosário</i>	Moçambicano	1	
<i>Maria Isabel da Silva Pires de Lima</i>	Portuguesa	1	
<i>Pepetela - Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos</i>	Angolano	1	
<i>Zuenir Ventura</i>	Brasileiro		1
2004		5	1
<i>Eduardo Prado Coelho</i>	Português	1	
<i>Germano Almeida</i>	Cabo Verdiano	1	
<i>Heloísa Buarque de Holanda</i>	Brasileira	1	
<i>Lourenço do Rosário</i>	Moçambicano	1	
<i>Vasco Graça Moura</i>	Português	1	
<i>Zuenir Ventura</i>	Brasileiro		1
2005		3	3
<i>Agustina Bessa-Luís</i>	Portuguesa		1
<i>António Carlos Secchin</i>	Brasileiro		1
<i>Germano Almeida</i>	Cabo Verdiano	1	
<i>Ivan Junqueira</i>	Brasileiro		1
<i>José Eduardo Agualusa</i>	Angolano	1	
<i>Vasco Graça Moura</i>	Português	1	
2006		3	3
<i>Agustina Bessa-Luís</i>	Portuguesa		1
<i>Evanildo Bechara</i>	Brasileiro		1
<i>Francisco Noa</i>	Moçambicano	1	
<i>Ivan Junqueira</i>	Brasileiro		1
<i>José Eduardo Agualusa</i>	Angolano	1	
<i>Paula Morão</i>	Portuguesa	1	

2007		5	1
<i>Domício Proença Filho</i>	Brasileiro		1
<i>Fernando J. B. Martinho</i>	Português	1	
<i>Francisco Noa</i>	Moçambicano	1	
<i>João Mello</i>	Angolano	1	
<i>Letícia Malard</i>	Brasileiro	1	
<i>Maria de Fátima Marinho</i>	Portuguesa	1	
2008		4	2
<i>Corsino Fortes</i>	Cabo Verdiano	1	
<i>João Mello</i>	Angolano	1	
<i>Marco Lucchesi</i>	Brasileiro		1
<i>Maria de Fátima Marinho</i>	Portuguesa	1	
<i>Maria Lúcia Lepecki</i>	Portuguesa	1	
<i>Ruy Espinheira Filho</i>	Brasileiro		1
2009		5	1
<i>Luís Carlos Patraquim</i>	Moçambicano	1	
<i>Corsino Fortes</i>	Cabo Verdiano	1	
<i>Helena Buescu</i>	Portuguesa	1	
<i>José Carlos Seabra Pereira</i>	Português	1	
<i>Marco Lucchesi</i>	Brasileiro		1
<i>Ruy Espinheira Filho</i>	Brasileiro	1	
2010		5	1
<i>Luís Carlos Patraquim</i>	Moçambicano	1	
<i>António Carlos Secchin</i>	Brasileiro		1
<i>Edla van Steen</i>	Brasileira	1	
<i>Helena Buescu</i>	Portuguesa	1	
<i>Inocência Mata</i>	São Tomense	1	
<i>José Carlos Seabra Pereira</i>	Português	1	
2011		5	1
<i>Abel Barros Baptista</i>	Português	1	
<i>Ana Paula Tavares</i>	Angolana	1	
<i>António Carlos Secchin</i>	Brasileiro		1
<i>Edla van Steen</i>	Brasileira	1	
<i>Inocência Mata</i>	São Tomense	1	
<i>Rosa Maria Martelo</i>	Portuguesa	1	
2012		6	
<i>Silviano Santiago</i>	Brasileiro	1	
<i>Abel Barros Baptista</i>	Português	1	
<i>Alcir Pécora</i>	Brasileiro	1	
<i>Ana Paula Tavares</i>	Angolana	1	
<i>João Paulo Borges Coelho</i>	Moçambicano	1	
<i>Rosa Maria Martelo</i>	Portuguesa	1	
2013		4	2
<i>Alberto da Costa e Silva</i>	Brasileiro		1
<i>Alcir Pécora</i>	Brasileiro	1	

<i>Clara Rocha</i>	Portuguesa	1	
<i>João Paulo Borges Coelho</i>	Moçambicano	1	
<i>José Carlos de Vasconcelos</i>	Português		1
<i>José Eduardo Agualusa</i>	Angolano	1	
2014		3	3
<i>Afonso Romano de Sant'Anna</i>	Brasileiro	1	
<i>António Carlos Secchin</i>	Brasileiro		1
<i>José Carlos de Vasconcelos</i>	Português		1
<i>José Eduardo Agualusa</i>	Angolano	1	
<i>Mia Couto</i>	Moçambicano		1
<i>Rita Marnoto</i>	Portuguesa	1	
2015		4	2
<i>Afonso Romano de Sant'Anna</i>	Brasileiro	1	
<i>António Carlos Secchin</i>	Brasileiro		1
<i>Inocência Mata</i>	São Tomense	1	
<i>Mia Couto</i>	Moçambicano		1
<i>Pedro Mexia</i>	Português	1	
<i>Rita Marnoto</i>	Portuguesa	1	
2016		6	
<i>Flora Sussekind</i>	Brasileiro	1	
<i>Inocência Mata</i>	São Tomense	1	
<i>Lourenço do Rosário</i>	Moçambicano	1	
<i>Paula Morão</i>	Portuguesa	1	
<i>Pedro Mexia</i>	Português	1	
<i>Sergio Alcides</i>	Brasileiro	1	
2017		6	
<i>José Luis Jobim</i>	Brasileiro	1	
<i>José Luis Tavares</i>	Cabo Verdiano	1	
<i>Leyla Perrone Moises</i>	Brasileira	1	
<i>Lourenço do Rosário</i>	Moçambicano	1	
<i>Maria João Reynaud</i>	Portuguesa	1	
<i>Paula Morão</i>	Portuguesa	1	
2018		6	
<i>Ana Paula Tavares</i>	Angolana	1	
<i>José Luis Jobim</i>	Brasileiro	1	
<i>José Luis Tavares</i>	Cabo Verdiano	1	
<i>Leyla Perrone Moises</i>	Brasileira	1	
<i>Manuel Frias Martins</i>	Português	1	
<i>Maria João Reynaud</i>	Portuguesa	1	
Total Geral		79	23

FONTE: elaboração própria com dados da SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA ([20-?]).

ANEXO A - Correspondência Sarney / Mário Soares (1985 – 1989)**1ª Carta – De Sarney para Mário Soares – 09/03/1986 – Escrita de Brasília**

Descrição e texto:

No alto da carta há o Brasão oficial da República Brasileira, abaixo a identificação de Sarney como presidente da República e então começa o texto:

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR DOUTOR MÁRIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES, PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Grande e Bom Amigo,

Na impossibilidade de fazê-lo pessoalmente, acreditei Sua Excelência o Senhor Governador do Estado de São Paulo Doutor André Franco Montoro, como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial que leva a Vossa Excelência e a nobre nação portuguesa as calorosas homenagens do Governo e do povo brasileiros, juntamente com os votos de pleno êxito na elevada Missão em que Vossa Excelência acaba de ser investido. Acompanham o Senhor Governador do Estado de São Paulo, como integrantes da Missão Especial, Suas Excelências o Senhor Josué de Souza Montello, Embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Membro da Academia Brasileira de Letras, e o Senhor Ministro José Nogueira Filho, Chefe do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores.

As incontáveis e singulares afinidades que têm marcado, ao longo do tempo e da história, a trajetória de nossos dois países, veio somar-se mais esta: a de encetarmos simultaneamente, sem retrocessos e vacilações, a caminhada decidida rumo à liberdade, ao desenvolvimento econômico e social e ao progresso. Os ideais democráticos que nortearam a ação política do saudoso Presidente Tancredo Neves não se distinguem dos que tem pautado a vida pública de Vossa Excelência, alicerçados ambos no mesmo espírito de justiça e conciliação.

Ao ingressar nas Comunidades Europeias, Portugal, num ato de coragem, aceitou o desafio da Europa. O Brasil não poderia ficar alheio a esse gesto e se dispõe, com a determinação de seus homens públicos e a criatividade de seus agentes econômicos, a participar com nossos irmãos portugueses dessa empreitada.

Incumbe-nos, por outro lado, outro desafio. Urge intensificar o intercâmbio e elevar a cooperação entre nossos dois países, em todos os campos, a patamares compatíveis com as potencialidades de cada um, com as tradições afetivas de nosso relacionamento bilateral e, sobretudo, com as responsabilidades que ambos temos, na qualidade de detentores do patrimônio cultural e linguístico que nos legou a história comum.

Para esta tarefa conjunta que, ao saudá-lo Presidente de Portugal, exorto Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar os pro testos da mais alta estima e sincera amizade com que sou,

De Vossa Excelência, Leal e Bom Amigo.

Assinatura de José Sarney, com identificação do Palácio do Planalto e da data

2ª Carta – De Mário Soares a José Sarney - 12/12/1986 – Escrita de Lisboa

No alto da carta, a identificação do Presidente da república, cabeçalho com lugar e data da escrita e segue o texto:

A mão: Querido presidente e amigo,

Segue a redação a máquina:

Regressei há pouco de uma muito interessante viagem a São Tomé e Príncipe e a Cabo Verde. Como o Senhor Presidente esteve recentemente em Cabo Verde não vou referir-lhe, por supérfluo, as minhas observações sobre aquele país e limitar-me-ei a falar-lhe de São Tomé.

Dos contactos que tive com o Presidente Pinto da Costa e membros do seu Governo, vim com a impressão de que a realidade começa naquele país a impor-se e a ideologia marxista que serviu de base a governação do país desde a independência. Pareceu-me detectar no Presidente Pinto da Costa um desejo sincero de adoptar uma política mais realista que conduzirá, forçosamente, a uma maior abertura do regime e ao estabelecimento de laços mais estreitos com os países ocidentais. Penso que o Brasil e Portugal, pelas afinidades especiais que têm com os países africanos de expressão oficial portuguesa, deverão desempenhar um papel importante nessa viragem.

Um dos passos que me parecem de maior, interesse neste processo será o de facilitar a São Tomé e Príncipe melhores ligações com o exterior diminuindo assim o seu isolamento. Nesse sentido Portugal já estabeleceu carreiras aéreas directas Lisboa-S.Tomé, pela transportadora nacional, o que se tem traduzido por um elevado encargo financeiro que nos parece, contudo, justificado face aos interesses em jogo. O Presidente Pinto da Costa referiu-me com muito interesse a possibilidade de a Varig passar a escalar S.Tomé. Escrevo-lhe, assim, para lhe dizer quanto considero importante que se venha a estabelecer essa ligação aérea.

Voltei muito impressionado pela sinceridade dos propósitos do Presidente Pinto da Costa e penso que devemos responder positivamente ao apelo que ele nos lança. Aproveito ainda esta oportunidade para lhe agradecer o livro da sua autoria que me enviou - *Tales of Rain and Sunlight* - bem como a sua amiga dedicatória.

A seguir segue um trecho escrito de próprio punho por Mário Soares:

Tenho _____ os seus patrióticos esforços para a estabilização financeira do Brasil. Excuso de lhe afixar quanto desejo a efetivação dos seus êxitos.

Aceite, Senhor Presidente e querido amigo, os melhores votos de feliz natal e feliz ano novo, - estendidos a todos os seus – e _____ do teu ____ admirador, assinatura de Mário Soares.

3ª Carta – De José Sarney a Mário Soares - 09/02/1987 – Escrita de Brasília

Escudo da República Federativa Brasileira no canto alto da página a esquerda, calendário com local e data e começa o texto:

A Sua Excelência o Senhor

Doutor Mário Alberto Nobre Soares

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE PORTUGAL

Senhor Presidente,

Recebi com muito agrado a carta de 12 de dezembro de 1986, por meio da qual, além de comentários muito amáveis sobre a situação brasileira, o prezado amigo Presidente relata alguns aspectos de sua recente visita a São Tomé e Príncipe.

2. Julguei muito oportunas suas apreciações sobre aquele país amigo. Compartilho sua opinião de que o Brasil e Portugal têm condições de proporcionar uma contribuição expressiva para o desenvolvimento do arquipélago, auxiliando aquele povo irmão em sua meritória luta pelo progresso social e econômico. Com este espírito, inclusive, havia determinado a participação brasileira na I Conferência de Parceiros do Desenvolvimento, promovida pelo Governo santomense, em Bruxelas, em dezembro Último.

3. Concordo igualmente, pelos motivos assinalados por Vossa Excelência, com a importância do início de uma conexão aérea entre Brasil e São Tomé e Príncipe. Por essa razão, solicitei aos Órgãos competentes do Governo brasileiro que considerassem a sugestão que faz em sua carta no sentido de que empresa aérea nacional examine a possibilidade de escalar em São Tomé em seus voos para a África. Asseguro-lhe, Senhor Presidente que o assunto será analisado com todo o interesse pela parte brasileira levando em conta o caráter político da iniciativa e as implicações comerciais da operação para a empresa envolvida.

4. Agradeço mais uma vez a gentileza de sua carta, que renovou a satisfação que sempre tenho ao trocar ideias com o prezado amigo Presidente sobre os numerosos assuntos do interesse recíproco de Portugal e do Brasil.

Final da carta escrita a próprio punho:

Caro amigo e presidente,

Guardo uma recordação indelével de minha visita a Cabo Verde e o esforço que ali se está fazendo para construir um país.

Estamos todos nós brasileiros, desde o presidente até o homem mais humilde do nosso povo, esperando com ansiedade e júbilo a sua visita e de dona Maria Barroso, - personalidade formidável que despertou em mim e Marly grande estima -. Teremos então tempo para conversarmos, não só sobre nossas relações com o nosso querido Portugal, como sobre a situação internacional.

Amizade e o apreço,

Assinatura de José Sarney

4ª Carta – De Mário Soares a José Sarney - 15/04/1987 – Escrita de Lisboa

No alto da carta, a identificação do Presidente da república, cabeçalho com lugar e data da escrita e segue o texto:

A mão: Querido presidente e meu ilustre amigo,

Segue a redação a máquina:

De regresso a Portugal, desejaria desde já testemunhar-lhe o meu grande apreço pelo modo como fui recebido no Brasil. Tanto minha mulher como eu guardamos uma recordação inolvidável dos dias aí passados e do carinho e gentileza com que fomos acolhidos.

Considero um privilégio ter-me sido dado contactar os mais diversos sectores da vida brasileira, na ocasião em que o país atravessa um dos momentos de maior significado da sua história. Regressei convicto que serão brevemente ultrapassados os problemas presentes e que o Brasil poderá então ocupar o papel de grande preponderância que a sua dimensão e as suas virtualidades lhe garantem na cena internacional.

Tal como tinha dito que faria, abordei com o Presidente François Mitterrand durante a sua visita a Portugal, a questão da dívida externa brasileira. Encontrei da sua parte a maior receptividade tanto quanto a necessidade de serem criadas condições garantindo que o pagamento da dívida externa não ponha em causa o processo de consolidação das instituições democráticas no Brasil, como quanto ao facto do Brasil, pela sua dimensão e importância, ter juz a um tratamento diverso do habitualmente aplicado aos países devedores pelas instâncias financeiras internacionais. No importante discurso que proferiu no banquete que ofereci em sua honra, referiu especificamente a situação brasileira de acordo com estes pontos de vista.

Renovando a si e à nossa querida Amiga Marly, os agradecimentos meus e da Maria de Jesus, pela hospitalidade que nos foi dispensada, peço-lhe, Senhor Presidente, que aceite a expressão da minha mais elevada consideração.

Escrito de próprio punho:

Seu admirador e amigo, à inteira disposição,

Assinatura de Mário Soares

5ª Carta – De José Sarney a Mário Soares - 26/05/1987 – Escrita de Brasília

Descrição e texto:

No alto da carta há o Brasão oficial da República Brasileira, abaixo a identificação de Sarney como presidente da República e então começa o texto:

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR DOUTOR MÁRIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES, PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Senhor Presidente,

Muito agradeço a amável e generosa carta que Vossa Excelência me enviou em 15 de abril de 1987, transmitindo suas impressões acerca da recente visita que fez ao Brasil. Tocaram-me profundamente as palavras de simpatia e encorajamento que Vossa Excelência dirigiu a mim e ao povo brasileiro.

Compartilho inteiramente da opinião de Vossa Excelência sobre a presente situação do Brasil e acredito que as dificuldades econômicas que enfrentamos atualmente são passageiras e não se constituirão em obstáculo à manutenção do processo de desenvolvimento nacional. A esse respeito, agradeço a iniciativa de Vossa Excelência de abordar com o Presidente da França, durante sua visita a Portugal, a questão da dívida externa brasileira; o Governador do Distrito Federal, Doutor José Aparecido de Oliveira, viajou recentemente a Paris e foi portador de mensagem que enviei ao Presidente François Mitterrand e na qual tratei desse tema de tanta relevância para nós brasileiros.

Ainda a respeito da questão da dívida externa, manifesto a Vossa Excelência o meu agradecimento por sua iniciativa de abordar este assunto com o Presidente do Governo da Espanha, bem como de debatê-lo com o Presidente dos Estados Unidos da América.

Aproveito esta oportunidade para congratular Vossa Excelência pelo significativo progresso que se vem observando nos dois últimos anos, em termos do fortalecimento das relações entre nossos dois países. A sua recente visita ao Brasil, contribuiu poderosamente, estou certo, para dar novo ímpeto a esse processo, que é do desejo de todos nós.

Ao expressar a Vossa Excelência e à sua digna esposa meus votos de felicidades, reitero, Senhor Presidente, os protestos da minha mais alta consideração.

Assinatura de José Sarney

Identificação do Palácio da Presidência, cidade e data.

6ª Carta – De Mário Soares a José Sarney - 16/03/1988 – Escrita de Lisboa

No alto da carta, a identificação do Presidente da república, cabeçalho com lugar e data da escrita e segue o texto:

A mão: Senhor presidente e meu ilustre amigo,

Segue a redação a máquina:

Permito-me trazer à sua apreciação um caso que agora me foi dado conhecer e que se prende com um processo de indemnizações actualmente pendente junto das autoridades brasileiras.

Está nele envolvido o industrial português Lúcio Tomé Feteira, por quem tenho grande apreço e estima, e que há já treze anos vem procurando solução para o seu aborrecido contencioso.

Achei preferível juntar o memorando anexo onde está historiado todo o problema e que o meu ilustre Amigo, se assim o entender, poderia fazer apreciar e dar andamento junto de quem de direito.

Escrito a mão no final:

O endereço do meu amigo Feteira é: Rua General Justo, 335 – 9º andar, Rio de Janeiro. Telefone: 2407870 ou 24088520.

Aceite, Presidente, com afetuoso abraço de seu amigo grato admirador,

Assinatura de Mário Soares

7ª Carta – De José Sarney a Mário Soares - 17/05/1988 – Escrita de Brasília

Escudo da República Federativa Brasileira no canto alto da página a esquerda, calendário com local e data e começa o texto:

A Sua Excelência o Senhor

Doutor Mário Alberto Nobre Soares

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE PORTUGAL

Escrito a próprio punho:

Querido amigo,

Segue o texto datilografado:

Através de interlocutores comuns, tenho recebido manifestações do interesse com que o querido amigo segue acompanhando os acontecimentos no Brasil. Sou-lhe muito grato por suas reiteradas demonstrações de amizade e de solidariedade.

Apraz-me comprovar a solidez dos vínculos que nos unem pessoalmente e que caracterizam as relações de toda ordem entre o Brasil e Portugal. A comunhão de ideais e o sentido de fraternidade que permeia o diálogo entre nossos países constitui patrimônio inestimável neste

momento histórico que atravessamos, num e noutro lado do Atlântico: aqui, a tormentosa, mas segura, evolução do processo de transição democrática e consolidação institucional e, aí, a integração de Portugal nas Comunidades Europeias.

É pois, com grande prazer que, aproveitando a ida a Portugal do Presidente do Banco Central do Brasil, meu fraternal amigo Elmo Camões, estendo-lhe minhas afetuosas saudações e renovo-lhe a expressão de minha admiração pela brilhante obra que vem empreendendo na Presidência da República Portuguesa Seu notável equilíbrio, ao conduzir com serenidade, determinação e sabedoria as transformações em curso no Governo e na sociedade portuguesa, confirma as grandes qualidades de Estadista que todos os que acompanhamos sua trajetória na vida pública portuguesa e no cenário internacional sempre lhe atribuímos .

Marly junta-se a mim para desejar-lhe e a Maria de Jesus muita felicidade e todo êxito em seus trabalhos à frente da nação-irmã de Portugal.

Escrito a próprio punho:

Com grande estima e amizade,

Assinatura de José Sarney

8ª Carta – De Mário Soares a José Sarney - 12/09/1988 – Escrita de Lisboa

No alto da carta, a identificação do Presidente da república, cabeçalho com lugar e data da escrita e segue o texto:

A mão: Senhor presidente e meu ilustre amigo,

Segue a redação a máquina:

Regressado a Lisboa, após a minha curta passagem por Brasília, venho agradecer-lhe o seu sempre tão amigável acolhimento e o simpático jantar que me ofereceu na sua residência. sempre para mim um renovado prazer encontrá-lo e trocar consigo impressões sobre a situação nos nossos países e sobre o futuro do relacionamento luso-brasileiro, que ambos queremos aprofundar e alargar a novos campos.

Pude, mais uma vez, constatar a vitalidade que caracteriza a vida brasileira em todos os sectores e reforçar a minha convicção de que, com o seu génio especial, o Brasil saberá ultrapassar os problemas com que hoje se debate e entrar numa nova era da sua vida de nação democrática e progressiva.

Escrito a próprio punho:

Esperando recebe-lo em outubro, bem como Marly, envio-lhe um _____ abraço_____.

Assinatura de Mário Soares

9ª Carta – De Mário Soares a José Sarney - 24/10/1988 – Escrita de Lisboa

No alto da carta, a identificação do Presidente da república, cabeçalho com lugar e data da escrita e segue o texto:

A mão: Senhor presidente e meu querido amigo,

Segue a redação a máquina:

É do conhecimento de Vossa Excelência o empenho que, no quadro da minha acção política, sempre tenho manifestado na aproximação entre todos os países de língua portuguesa e a prioridade que, nesse contexto; me têm merecido as iniciativas que possam visar a promoção do desenvolvimento em geral e o estreitamento da cooperação.

Conforme tive oportunidade de dar conhecimento a Vossa Excelência, na sua recente passagem por Lisboa, um vasto grupo de empresários portugueses, com longa experiência africana, constituídos recentemente em associação, sob o nome de ELO, visando exclusivamente a promoção da cooperação com fins económicos, sociais e culturais, entendeu promover a realização em Lisboa, de 20 a 22 de Dezembro próximo, do I Congresso da Cooperação Portuguesa.

A importância que esta iniciativa me parece ter, levou-me a aceitar o convite que me dirigiram no sentido de a patrocinar. Indo ao encontro da disponibilidade e do interesse manifestados por Vossa Excelência por esta iniciativa, sentir-me-ia extremamente honrado se Vossa Excelência, atendendo a importância de tal acontecimento, se dignasse co-presidir comigo e com os restantes Chefes de Estado dos países de língua portuguesa a uma sessão solene, a realizar por ocasião daquele Congresso.

Caso seja de todo impossível a Vossa Excelência deslocar-se a Portugal naquela data, muito agradecerá se fizesse representar por uma personalidade de nível apropriado ao relevo que se quer dar a esta iniciativa.

Escrito a próprio punho:

Esperando a sua resposta, envio-lhe afetuosas recordações o seu admirador e amigo,

Assinatura de Mário Soares

10ª Carta – De José Sarney a Mário Soares - 25/01/1989 – Escrita de Brasília

Descrição e texto:

No alto da carta há o Brasão oficial da República Brasileira, abaixo a identificação de Sarney como presidente da República e então começa o texto:

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR DOUTOR MÁRIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES, PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Senhor Presidente,

Desejoso de renovar a vossa excelência o apreço em que tenho as cordiais relações felizmente existentes entre nossos dois países, designei sua excelência o senhor doutor José Aparecido de Oliveira, ministro de estado da cultura. para, em missão especial a Portugal, examinar, juntamente com as autoridades que vossa excelência tiver por bem indicar, a almejada intensificação da cooperação cultural entre nossos países.

Meu representante exporá a vossa excelência o propósito do estabelecimento de mecanismo institucionalizado entre os países lusófonos para, em colaboração com organismos competentes, governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, promover apoio a produção do livro nos países de língua portuguesa, bem como sua difusão nas numerosas comunidades lusófonas espalhadas por todos os continentes, a intensificação da colaboração nesta área em muito desenvolveria, estou certo, o idioma comum e a cultura dos países de expressão portuguesa, por meio do fortalecimento de instituições e o estímulo a personalidades empenhadas em atividades culturais,

Rogo, pois, a vossa excelência dispensar a sua excelência o doutor José Aparecido de Oliveira favorável acolhida, dando inteiro crédito a tudo o que ele tiver a honra de manifestar a vossa excelência e às autoridades com que se avistar, o ministro José Aparecido é, além de um querido amigo pessoal, um político que tem prestado relevantes serviços ao brasil, é homem de cultura e de ação. por isto, pedi-lhe que fosse portador desta mensagem a vossa excelência.

É-me grato aproveitar esta oportunidade para renovar a vossa excelência os sinceros votos que formulo por sua felicidade pessoal e os protestos da mais alta estima e sincera amizade com que sou, de vossa excelência, leal e bom amigo

Assinatura de José Sarney

11ª Carta – De Mário Soares a José Sarney - 13/02/1989 – Escrita de Lisboa

No alto da carta, a identificação do Presidente da república, cabeçalho com lugar e data da escrita e segue o texto:

A mão: Senhor presidente e meu querido amigo,

Segue a redação a máquina:

Quero começar por agradecer a Vossa Excelência a sua carta de 25 de janeiro findo, de que o nosso comum amigo José Aparecido foi portador, e o desejo mais uma vez expresso por Vossa Excelência de intensificação da cooperação cultural entre os nossos dois países.

Como o Senhor Presidente sabe, sou dos que, em Portugal, têm lutado por uma maior aproximação dos nossos dois povos, no convencimento de que ambos terão a ganhar com o

aprofundamento e alargamento da nossa cooperação a todos os níveis, e em todos os campos de actividade.

A cultura é, obviamente, um sector prioritário, não só por ser veículo privilegiado para um conhecimento mútuo mais perfeito, como por ser o laço mais forte que nos une a povos de outros continentes, que falam a nossa língua.

A criação de um instituto vocacionado para a promoção do livro nos países de língua portuguesa e nas numerosas comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo parece-me, por essa razão, uma iniciativa louvável a que darei todo o meu apoio.

Tive ocasião de dizer isto mesmo ao Doutor José Aparecido, que certamente lhe transmitirá o teor das nossas conversas, e a quem pedi ainda que fosse portador para si do meu abraço de muita amizade e admiração.

Escrito a próprio punho:

Esperando recordar o seu _____ Presidente em Tóquio, escrevo-lhe com apertado abraço o seu
Assinatura de Mário Soares

12ª Carta – De José Sarney a Mário Soares - 01/06/1989 – Escrita de Brasília

Descrição e texto:

No alto da carta há o Brasão oficial da República Brasileira, abaixo a identificação de Sarney como presidente da República e então começa o texto:

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR MÁRIO SOARES, PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Senhor Presidente, ao lado escrito de próprio punho “caro amigo Mário Soares”

As relações culturais entre nossos dois países, sempre tão próximas. e intensas, passam por um momento particularmente expressivo. O Prêmio Luiz de Camões que junto instituímos para contemplar obra de excepcional mérito criada em português acaba de ser concedido, pela primeira vez, por júri composto de personalidades portuguesas e brasileiras, ao insigne escritor Miguel Torga. A escolha desse grande poeta e romancista indica o elevado critério que norteou os trabalhos do júri e augura êxito continuado para a iniciativa de nossos dois países.

Também se afigura bastante estimulante a perspectiva que se abre para a assinatura, em breve, do Acordo de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, fruto de trabalho conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Portugal.

No quadro dessas relações, que se estendem às que mantemos com os países africanos de língua comum, inscreve-se, como iniciativa de grande importância, a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, cujos objetivos foram expostos por Sua Excelência o Ministro da Cultura

do Brasil, José Aparecido de Oliveira, por ocasião das visitas que efetuou aos cinco países africanos lusófonos e a Portugal, em fevereiro último, quando foi portador de mensagem minha a Vossa Excelência e aos Chefes de Estado daquelas nações africanas.

À vista da acolhida favorável então dada à ideia, um Anteprojeto de Acordo Constitutivo do referido Instituto foi entregue a Sua Excelência o Presidente da República de Guiné-Bissau, Senhor João Bernardo Vieira, quando de sua recente visita à Brasília, para que o apresentasse aos demais Chefes de Estado e Governo dos países africanos envolvidos. O mesmo Anteprojeto foi, igualmente, entregue ao Senhor Embaixador de Portugal em Brasília. Para prosseguir com o exame do projeto junto a Vossa Excelência e às autoridades portuguesas que houver por bem designar, e com grande prazer que indico o Ministro José Aparecido, que, como bem sabe Vossa Excelência, tem sido um incansável defensor das iniciativas que promovam a língua portuguesa como instrumento de comunicação e cultura de nossos povos. Rogo, pois, a Vossa Excelência dispensar-lhe a mais favorável acolhida.

É-me grato aproveitar esta oportunidade para renovar a Vossa Excelência os sinceros votos que formulo para sua felicidade pessoal e os protestos da mais alta estima com que sou, de Vossa Excelência,

Escrito de próprio punho:

Admirador e amigo,

Assinatura de José Sarney

13ª Carta – De José Sarney a Mário Soares - 13/09/1989 – Escrita de Brasília

Descrição e texto:

No alto da carta há o Brasão oficial da República Brasileira, abaixo a identificação de Sarney como presidente da República e então começa o texto:

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR MÁRIO SOARES, PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Senhor Presidente, [ao lado escrito de próprio punho “caro amigo Mário Soares”] Vossa Excelência tem conhecimento do entusiasmo que dedico aos esforços para a concretização do projeto de criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, cujos objetivos lhe foram expostos pessoalmente, em meu nome, por sua Excelência o Ministro da Cultura do Brasil, José Aparecido de Oliveira.

Sobre o assunto, venho de receber notícia do Presidente João Bernardo Vieira, da República da Guiné-Bissau, no sentido de que, informados do teor do Anteprojeto de Acordo Constitutivo do Instituto, os Presidentes dos Cinco Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa

manifestaram boa acolhida em relação àquele e expressaram a expectativa de que, num próximo encontro, no mais alto nível, tomemos uma decisão sobre a adoção do documento, cujo projeto foi, no devido tempo, igualmente encaminhado a Vossa Excelência.

Apraz-me, nestas circunstâncias, convidar Vossa Excelência, para participar, nos primeiros dias do próximo mês de novembro, em São Luís, capital do Estado do Maranhão, minha terra natal, de um Encontro com os demais presidentes dos países lusófonos, ocasião em que deliberaríamos sobre o assunto.

Fiz Sua Excelência o Ministro José Aparecido de Oliveira portador da presente mensagem para que possa ele, com o conhecimento que tem do assunto, e o entusiasmo que lhe dedica, prestar a Vossa Excelência em meu nome, todos os esclarecimentos que se possam fazer necessários. Muito agradeceria recebê-lo com a habitual bondade.

Na espera da resposta, que estimo possa ser afirmativa, formulo constantes votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e renovo os protestos da mais alta estima com que sou,

De Vossa Excelência,

Escrito a próprio punho:

Amigo que tem grande estima e pede-lhe que o recomende e a Marly, à Dona Maria Jesus a quem muito bem queremos,

Assinatura de José Sarney

14ª Carta – De José Sarney a Mário Soares - 14/09/1989 – Escrita de Brasília

Descrição e texto:

No alto da carta há o Brasão oficial da República Brasileira, abaixo a identificação de Sarney como presidente da República e então começa o texto:

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR MÁRIO SOARES, PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Escrito de próprio punho “Caro amigo”

Segue o texto datilografado:

Tenho o prazer de acusar recebimento da sua carta de 16 de março de 1988, pela qual me foi dado conhecer do longo e intrincado contencioso que envolve o industrial português Lúcio Tomé Feiteira e ‘Furnas Centrais Elétricas’, sociedade brasileira de economia mista.

Por minha determinação, foi a matéria detidamente analisada pelas mais altas instâncias da empresa litigante. O resultado desse exame encontra-se consubstanciado na Nota Informal anexa, que me foi encaminhada por nosso amigo comum, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Doutor Roberto de Abreu Sodré.

Como terá Vossa Excelência oportunidade de verificar, pela leitura do referido documento, tem tido curso regular a ação de desapropriação que Furnas move, por utilidade pública, contra 'Prainha Sociedade Agro-Industrial S.A.', firma cujo acionista controlador é o Doutor Tomé Feiteira. Está o processo, no momento, em fase de execução, a despeito de serem muitas as controvérsias e várias as partes presentes aos autos.

Tendo em vista o interesse desde logo manifestado por Vossa Excelência, o assunto continuará a ser acompanhado com toda atenção.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe os protestos da alta estima e mais distinta consideração com que sou, de Vossa Excelência,

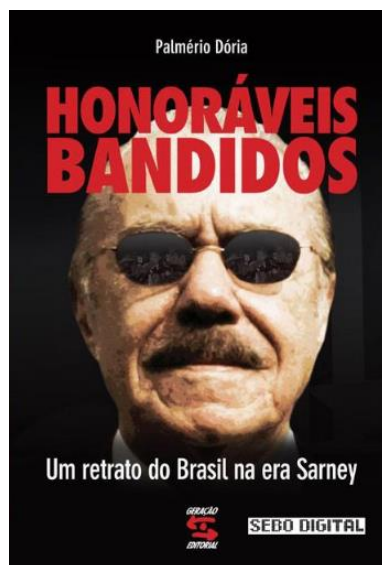
Leal e bom amigo,

Escrito a próprio punho:

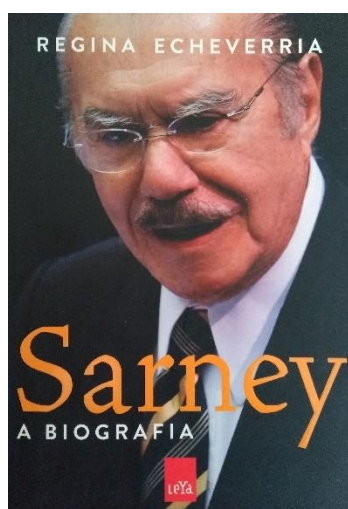
Com um abraço afetuoso e cordial do

Assinatura de José Sarney

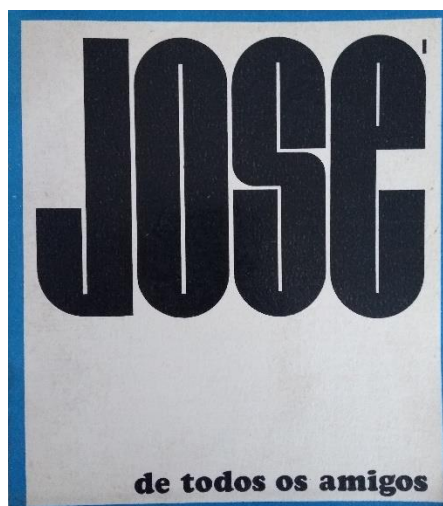
Anexo B – Capas das fontes biográficas sobre José Sarney e José Aparecido de Oliveira



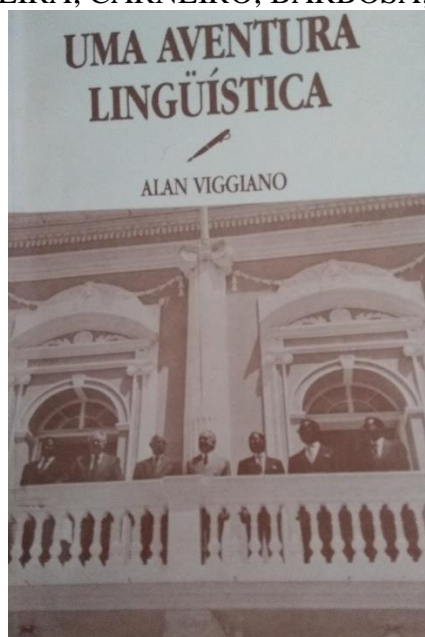
Fonte: DORIA, 2009.



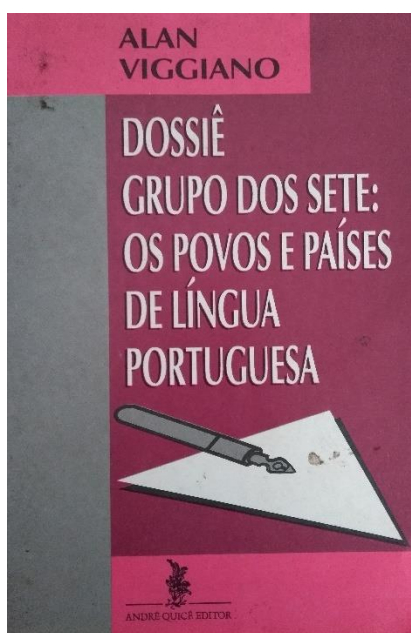
Fonte: ECHEVERRIA, 2011



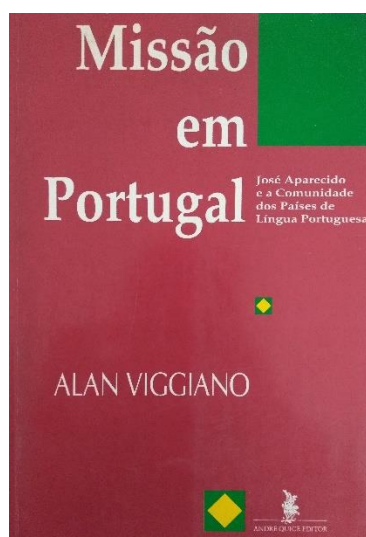
Fonte: SOUZA CRUZ; OLIVEIRA; CARNEIRO; BARBOSA; SANTAYANA, 1979.



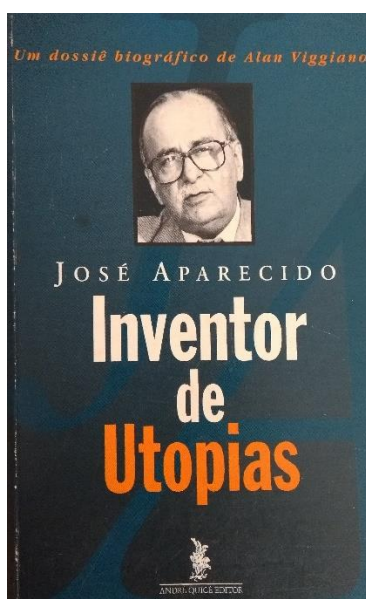
Fonte: VIGGIANO, 1990.



Fonte: VIGGIANO, 1994.



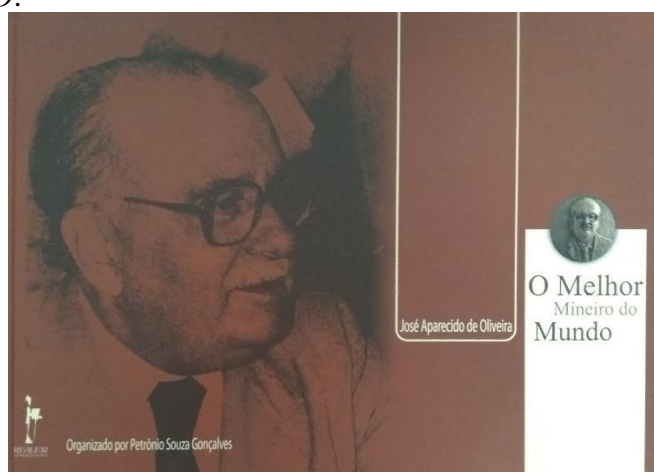
Fonte: VIGGIANO, 1996.



Fonte: VIGGIANO, 1999.



Fonte: BRAGA, 1999.



Fonte: GONÇALVES, 2016.

Anexo C – Documentos Governamentais de instituição do Prêmio Camões

Decreto n.º 43/88 de 30 de Novembro

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:
 Artigo único. É aprovado o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, de 7 de Setembro de 1966, Que Cria o Prémio Luís de Camões, assinado em Brasília em 22 de Junho de 1988, cujo texto original segue em anexo ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 13 de Outubro de 1988. - Aníbal António Cavaco Silva - Miguel José Ribeiro Cadilhe - João de Deus Rogado Salvador Pinheiro.

Assinado em 16 de Novembro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 17 de Novembro de 1988.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

**Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o
Governo da República Federativa do Brasil Que Cria o Prémio Luís de Camões.**

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil:
Conscientes das profundas afinidades culturais entre os dois povos;
Empenhados em intensificar e complementar por todas as formas possíveis o Acordo Cultural existente entre os dois países, assinado em Lisboa em 7 de Setembro de 1966;
Interessados no enriquecimento e prestígio da língua comum e do respectivo património literário;

Desejosos de, pela instituição do Prémio Luís de Camões, manifestarem publicamente, todos os anos, o apreço e a homenagem da comunidade a um escritor que, pela sua obra, tenha contribuído para o engrandecimento e projecção da literatura de língua portuguesa; e
Procurando, deste modo, prestigiar solenemente e dar público testemunho de reconhecimento àqueles que, pelo seu talento e dedicação à vida intelectual, engrandecerem o património literário das culturas que encontram expressão na língua portuguesa; resolvem estabelecer o seguinte Protocolo Adicional ao referido Acordo Cultural:

Artigo 1.º Com o objectivo de consagrar anualmente um autor de língua portuguesa que, pelo valor intrínseco da sua obra, tenha contribuído para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum, é instituído, por Portugal e pelo Brasil, o Prémio Luís de Camões, que se regerá pelas cláusulas do presente Protocolo.

Art. 2.º O valor do Prémio é correspondente à soma das contribuições de cada um dos países para a sua dotação.

Art. 3.º O Prémio não poderá ser dividido, nem deixar de ser atribuído.

Art. 4.º A contribuição anual será fixada, para cada país, pelo respectivo Governo.

Art. 5.º O júri será composto por três representantes de cada um dos países designados, entre personalidades de reconhecido mérito cultural e literário, pelo respectivo membro do Governo responsável pela área cultural.

Art. 6.º O Secretariado do Prémio será assegurado pelo Instituto Português do Livro e da Leitura, em Portugal, e pelo Instituto Nacional do Livro, no Brasil.

Art. 7.º Até 31 de Dezembro do ano anterior ao que o Prémio se refere deverão ser nomeados os membros do júri, por comunicação ao respectivo Secretariado.

Art. 8.º A reunião do júri terá lugar no 1.º trimestre de cada ano, em Lisboa e Brasília, alternadamente. A primeira reunião realizar-se-á em Lisboa no 1.º trimestre de 1989.

Art. 9.º O presidente do júri será, também alternadamente, um membro de cada país, devendo o júri, em cada ano, no início da reunião, designá-lo por cooptação entre os membros do país a que nesse ano cabe a presidência.

Art. 10.º As deliberações do júri serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao presidente voto de qualidade em caso de empate.

Art. 11.º Quaisquer instituições de natureza e vocação cultural dos países membros poderão apresentar candidaturas ao Prémio no ano anterior àquele em que vai ser atribuído, remetendo-as ao Secretariado respectivo, não estando o júri obrigado a fazer a sua escolha apenas entre as candidaturas propostas.

Art. 12.º O Prémio será entregue em sessão especial, a ter lugar no país onde se realizou a reunião do júri, em data que se entender conveniente, no mês de Junho de cada ano.

Art. 13.º O Prémio está aberto à adesão de outros países de expressão portuguesa através de prévio acordo com os dois primeiros signatários deste Protocolo, ao qual se farão, se necessário, adaptações, resultantes da participação de novos países subscritores.

Art. 14.º O Prémio destina-se a autores de língua portuguesa, qualquer que seja a sua nacionalidade.

Art. 15.º O presente Protocolo entrará em vigor depois de ambas as Partes Contratantes haverem cumprido as formalidades que internamente forem necessárias.

Qualquer das Partes Contratantes poderá, mediante comunicação prévia, feita com a antecedência de seis meses, denunciar o presente Protocolo.

Feito em Brasília, aos 22 dias do mês de Junho de 1988, em dois exemplares, fazendo os dois textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Adriano de Carvalho.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

(Assinatura ilegível.)

Fonte: PORTUGAL, 1988.

Decreto nº 47/99 de 5 de Novembro

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

É aprovado o Protocolo Modificativo do Protocolo Que Institui o Prémio Camões, celebrado entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Lisboa em 17 de Abril de 1999, cuja versão autêntica em língua portuguesa segue em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Setembro de 1999. — António Manuel de Oliveira Gueterres — Jaime José Matos da Gama — Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto. Assinado em 17 de Outubro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Outubro de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

PROTOCOLO MODIFICATIVO DO PROTOCOLO QUE INSTITUI O PRÉMIO CAMÕES

A República Portuguesa e a República Federativa do Brasil:

Conscientes das profundas afinidades culturais entre os dois povos; Empenhados em intensificar e complementar, cada vez mais e por todas as formas possíveis, as relações culturais existentes entre os dois Estados; Interessados no enriquecimento e prestígio da língua comum e do respectivo património literário; Desejosos de, pela instituição do Prémio Luís de Camões, manifestarem publicamente, todos os anos, o apreço e a homenagem da comunidade a um escritor que, pela sua obra, tenha contribuído para o engrandecimento e projecção da literatura em português; Convictos de que o Prémio Luís de Camões deve reforçar o seu estatuto de galardão literário da comunidade de língua portuguesa e que a sua atribuição deverá contribuir para uma plena consagração do autor, dentro e fora da referida comunidade; Conscientes da importância de estreitar e desenvolver os laços culturais entre toda a comunidade lusófona pela crescente associação a este evento de outros Estados de língua oficial portuguesa; Concordando que é de toda a conveniência clarificar e precisar as disposições que o regem, por forma a assegurar um novo calendário para as diferentes fases do processo conducente à sua atribuição; resolvem estabelecer entre si um novo texto para o Protocolo Que Institui o Prémio Camões.

Artigo 1.º

Finalidade

Por este Acordo instituem as Partes Contratantes o Prémio Luís de Camões, a atribuir, anual e alternadamente, no território de cada um dos dois Estados Contratantes, a um autor de língua portuguesa que tenha contribuído para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum.

Artigo 2.º

Prémio Luís de Camões

O Prémio Luís de Camões é decidido por um júri especialmente constituído para o efeito e consiste numa quantia pecuniária resultante das contribuições dos dois Estados Partes, fixada anualmente pelas Partes Contratantes de comum acordo.

Artigo 3.º

Candidaturas

1 — As candidaturas podem ser apresentadas por quaisquer instituições de natureza ou vocação cultural dos Estados Partes, bem como de qualquer outro Estado de língua oficial portuguesa.

2 — As candidaturas devem ser apresentadas ao Secretariado do Prémio Luís de Camões durante o ano anterior ao da sua atribuição.

3 — O júri não está vinculado, na sua escolha, às candidaturas apresentadas de acordo com o n.º 1.

Artigo 4.º

Constituição do júri

1 — O júri é composto por seis membros, dos quais dois são de nacionalidade portuguesa, dois de nacionalidade brasileira e dois de diferente nacionalidade de outros Estados de língua oficial portuguesa.

2 — O mandato do júri tem a duração de dois anos.

3 — Os jurados de nacionalidade portuguesa e brasileira serão designados, de entre personalidades de reconhecido mérito cultural e literário, pelas entidades competentes em cada Estado Parte em matéria cultural.

4 — Os restantes jurados serão designados de comum acordo pelos Estados Partes, em obediência ao critério previsto no número anterior, sob proposta feita alternadamente, para cada biénio, por um e outro Estado.

5 — A proposta a que alude o número anterior deve ser precedida de consulta às entidades competentes em matéria cultural dos Estados da nacionalidade das personalidades que se pretende sejam nomeadas.

6 — Em qualquer caso, a designação dos membros do júri e a respectiva notificação ao Secretariado do Prémio devem ocorrer até ao final do biénio correspondente ao mandato do júri anterior.

Artigo 5.º

Funcionamento e deliberações do júri

1 — A reunião anual do júri para a atribuição do Prémio tem lugar, alternadamente, em território português e brasileiro:

a) Quando ocorrer em território português, é efectuada na 1.ª quinzena do mês de Maio;

b) Quando ocorrer em território brasileiro, é efectuada na 1.ª quinzena do mês de Março.

2 — O presidente do júri é eleito de entre os jurados designados pelo Estado visitante, cabendo-lhe, entre outras funções que se mostrem necessárias, a direcção dos trabalhos do júri.

3 — As deliberações do júri serão tomadas com a presença de, pelo menos, cinco membros.

4 — As deliberações consideram-se adoptadas se votadas por maioria absoluta dos jurados, cabendo ao presidente voto de qualidade, em caso de empate.

Artigo 6.º

Atribuição e divulgação do Prémio

1 — O Prémio não pode deixar de ser atribuído nem pode ser dividido.

2 — A divulgação pública do galardão é feita pela entidade do Estado competente em matéria cultural após a reunião do júri referida no artigo anterior.

3 — O Prémio será entregue ao galardão, em sessão solene, no Estado Parte onde não se realizou a reunião do júri, de preferência no respectivo dia nacional.

Artigo 7.º

Secretariado do Prémio

1 — O júri é assistido, no exercício das suas funções, por um Secretariado que é assegurado, pela Parte portuguesa, pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e, pela Parte brasileira, pelo Departamento Nacional do Livro, da Fundação Biblioteca Nacional.

2 — Compete ao Secretariado contribuir, por todas as formas possíveis, para a promoção e divulgação do Prémio Luís de Camões, realizando as tarefas preparatórias para as reuniões do júri, apoiando logística, técnica e administrativamente os respectivos trabalhos, preparando o anúncio público do galardoadado, exercendo ainda as demais missões que o júri lhe confiar.

Artigo 8.º

Despesas com a atribuição do Prémio

1 — As despesas de estada e alojamento decorrentes da reunião do júri são da responsabilidade do Estado de acolhimento.

2 — As despesas decorrentes das deslocações internacionais dos jurados do Estado visitante são da responsabilidade destes.

3 — As despesas com as deslocações internacionais dos jurados que não tenham nacionalidade portuguesa ou brasileira são suportadas pelo Estado referido no número anterior.

4 — Caso o galardoadado não tenha a nacionalidade ou não resida no Estado que organiza a sessão solene de atribuição do Prémio, são da responsabilidade de tal Estado as respectivas despesas de estada e alojamento.

5 — As despesas decorrentes das deslocações internacionais do galardoadado, no caso de ser nacional de Estado diferente daquele onde se realiza a sessão solene ou de aí não residir, são da responsabilidade do Estado da sua nacionalidade.

6 — Sendo o galardoadado nacional de Estado terceiro e não residindo no Estado que organiza a sessão solene de atribuição do Prémio, são por este Estado suportadas as despesas decorrentes da respectiva deslocação internacional.

Artigo 9.º

Adesão

O presente Acordo está aberto à adesão de outros Estados Partes da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), mediante consentimento prévio das duas Partes originárias.

Artigo 10.º

Entrada em vigor

Este Protocolo entra em vigor após a notificação recíproca de que foram concluídas as respectivas formalidades internas de vinculação internacional de cada Estado Parte.

Artigo 11.º

Denúncia

Qualquer das Partes Contratantes pode denunciar o Acordo, mediante notificação feita à outra, com a antecedência mínima de 12 meses.

Artigo 12.º

Norma transitória

1 — A atribuição do Prémio Luís de Camões reger-se-á pela primeira vez de acordo com as disposições deste Protocolo no ano de 2000, desde que concluídas as formalidades referidas no artigo 10.º, realizando-se em Portugal a reunião do júri e no Brasil a sessão solene de entrega do Prémio ao galardoadado.

2 — Para efeitos de composição do júri, a proposta a que se refere o n.º 4 do artigo 4.º será pela primeira vez feita por Portugal.

Artigo 13.º

Revogação

Fica revogado o anterior Protocolo Que Institui o Prémio Camões.

Artigo 14.º

Publicitação internacional

A Parte portuguesa compromete-se a dar publicidade internacional ao Acordo, nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas.

Concluído e assinado em Lisboa em 17 de Abril de 1999, em dois exemplares em língua portuguesa, fazendo ambos fé.

Pela República Portuguesa:

Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto, Secretária de Estado da Cultura.

Pela República Federativa do Brasil:

Francisco Weffort, Ministro da Cultura.

Fonte: PORTUGAL, 1999.

ANEXO D – Proposta de constituição para o parlamento dos Países de Língua Portuguesa de José Aparecido de Oliveira

Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa

Como corolário da iniciativa sobre a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, vem à mente a ideia de instituir uma Casa Parlamentar permanente e unicameral, que congregue representantes dos países lusófonos e que tenha por finalidade precípua a de contribuir, com reflexões, debates e propostas, para o incremento da cooperação e da integração comunitária. Seu caráter seria essencialmente político, sua bandeira a celebração da democracia, sua herança a história comum e as afinidades culturais que unem os povos que falam Português.

2. Os temas a serem tratados seriam àqueles que, por sua natureza, transcendem as fronteiras estritamente nacionais, a saber, princípios básicos do direito e da convivência internacionais, cultura, meio ambiente, direitos humanos, ciência e tecnologia, cooperação técnica, desenvolvimento integrado, comunicações, comércio exterior, etc.

3. O Parlamento poderia também relacionar-se com outras assembleias de países não pertencentes a lusofonia, e inspirar a celebração de convênios com organismos multilaterais de assistência e cooperação, como o PNUD e a OMS, em benefício das populações carentes dos países membros e do desenvolvimento integrado da comunidade.

4. Haveria na fase de concepção da nova ideia, de buscar solução que compatibilizasse os diferentes estágios de desenvolvimento político de cada um dos países, já que as formas de escolha dos seus legislativos são bastante diversas (Guiné-Bissau e Moçambique, por exemplo, ainda não contam com parlamentares livremente eleitos. No caso de Angola, a guerra civil tem dificultado o pelo funcionamento do mecanismo de representação popular). O Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa constituiria, pela via dos PALOPs, valioso incentivo para a

aceleração do processo de democratização africano, no momento em que os valores do pluripartidarismo, do respeito aos direitos humanos e do sufrágio universal ainda encontram obstáculos a sua consolidação em alguns países.

5. As formas e critérios de representação de cada país no parlamento estariam a cargo de cada um deles.

Princípios e propósitos

A ideia da criação de um Parlamento da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa deve incluir, necessariamente, a reflexão sobre princípios que orientarão a instituição e sobre os objetivos para os quais ela estará voltada. Em seguida, são nomeados alguns desses princípios e objetivos, em caráter puramente indicativo e apenas para servirem de estímulo à reflexão. Procurou-se, na medida do possível, aproveitar a experiência do Parlatino, respeitada, naturalmente, a especificidade do Foro proposto.

2. Dentre os princípios, sugere-se que sejam considerados sode natureza inalterável e permanente, relativos:

- a. fortalecimento da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa;
- b. à defesa da democracia;
- c. à promoção e proteção dos direitos humanos fundamentais;
- d. ao repúdio ao colonialismo, ao neocolonialismo e ao racismo;
- e. à não intervenção;
- f. à autodeterminação dos povos;
- g. à igualdade jurídica entre Estados;
- h. ao repúdio a ameaça e ao uso da força contra a independência política e a integridade territorial dos Estados;
- i. a solução pacífica, justa e negociada das controvérsias internacionais;
- j. a defesa do prevaecimento dos princípios de Direito Internacional referentes às relações de amizade e cooperação entre os Estados, em conformidade com a Carta da Organização das Nações Unidas.

3. Dentre os propósitos, sugere-se igualmente que sejam levados em conta:

- a. o fomento ao desenvolvimento integral – econômico, social, político e cultural – dos povos pertencentes à comunidade e à expansão do relacionamento que mantêm entre si;
- b. o estudo, o debate e a formulação de propostas de solução para os problemas sociais, culturais, econômicos e políticos com que se defrontam os países da Comunidade;

- c. a contribuição para a afirmação da paz, segurança e da ordem jurídica internacionais;
- d. o fortalecimento dos parlamentos dos países da Comunidade;
- e. o relacionamento com parlamentos de países e grupos de países que se situem em outras regiões do mundo;
- f. a defesa da cooperação internacional como instrumento para o desenvolvimento da Comunidade e da democratização das Relações Internacionais!
- g. o compromisso comum de defesa da língua portuguesa e da divulgação dos valores da cultura e da civilização de cada um dos países da Comunidade.
- h. o estímulo às ações empreendidas em prol do fortalecimento da paz mundial, em particular no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Anexo E – Atas de reunião do júri do prémio Luís de Camões

ACTA do júri da 13ª sessão do prémio Luís de Camões. 2001.

ACTA DO JÚRI DA 13ª SESSÃO DO PRÉMIO LUÍS DE CAMÕES

No dia 10 de Julho de 2001, reuniu-se o júri do Prémio Luís de Camões, constituído por Alberto da Costa e Silva, que presidiu, Carlos Heitor Cony e Dionysio de Oliveira Toledo, pela parte brasileira, e por Maria Irene Ramalho de Sousa Santos, Isabel Allegro de Magalhães e José Manuel Mendes, pela parte portuguesa, e decidiu outorgar no corrente ano o Prémio Camões ao poeta Eugénio de Andrade, atentos aos altos méritos da sua escrita ao longo de uma obra vasta, consistente e coerente, cuja capacidade de renovo, na fidelidade a uma opção singularíssima, sempre surpreendeu a comunidade dos seus leitores. Poeta reconhecido muito para além das fronteiras da língua portuguesa, Eugénio de Andrade assume a tradição lírica da literatura a que pertence e, num intenso trabalho da palavra e dos mecanismos tropológicos da composição textual, continua a enriquecer o património estético comum aos povos que falam e escrevem em português com uma bibliografia luminosa. Tanto bastou para que o júri se congratulasse com a possibilidade de agora o distinguir.

Ao décimo dia do mês de Julho do ano de 2001.

O Presidente,

(Alberto Costa e Silva)

(Carlos Heitor Cony)

(Dionysio de Oliveira Toledo)

(Maria Irene Ramalho de Sousa Santos)

(Isabel Allegro de Magalhães)

(José Manuel Mendes)

ACTA do júri da 14ª sessão do prémio Luís de Camões, 2002.

ACTA DO JÚRI DA 14ª SESSÃO DO PRÉMIO LUÍS DE CAMÕES

No dia 10 de Maio de 2002, reuniu-se o júri do Prémio Luís de Camões, constituído por Alberto da Costa e Silva, que presidiu, Alfredo Bosi, pela parte brasileira, por Isabel Alegro de Magalhães e Isabel Pires de Lima, pela parte portuguesa, e por Pepetela, em representação dos países africanos de língua oficial portuguesa, decidiu por unanimidade outorgar no corrente ano o Prémio Camões à escritora Maria Velho da Costa. Da decisão participou ainda, telefonicamente, José Craveirinha, que motivos de saúde retiveram em Maputo.

A obra de Maria Velho da Costa revela uma grande consistência, desde o primeiro momento de afirmação nos anos 60, mostrando-se inovadora no domínio da construção romanesca, no experimentalismo sobre a linguagem – uma das grandes características de toda a sua obra – e na interrogação do poder fundador da fábula.

Estas componentes conjugam uma inscrição de universos diversificados que tanto incluem as margens sociais e multiculturais da sociedade portuguesa de hoje, com vozes inovadoras e rebeldes nas personagens femininas. As suas narrativas de ficção, tecidas por diferentes registos de escrita, manifestam uma profunda sedimentação cultural ao estabelecerem constante diálogo com as grandes obras da literatura ocidental e particularmente com as culturas de língua portuguesa.

Ao décimo dia do mês de Maio do ano de 2002.

O Presidente,

(Alberto da Costa e Silva)

(Alfredo Boal)

(Isabel Allegro de Magalhães)

(Isabel Pires de Lima)

(Pepetola)

ACTA do júri da 16ª sessão do prémio Luís de Camões, 2004.

ACTA DO JÚRI DA 16ª SESSÃO DO PRÉMIO LUÍS DE CAMÕES

No dia 19 de Maio de 2004, reuniu-se o júri do Prémio Luís de Camões, constituído por Zuenir Ventura, que presidiu, e Heloisa Buarque de Hollanda, pela parte brasileira, por Eduardo Prado Coelho e Vasco Graça Moura, pela parte portuguesa, e por Lourenço do Rosário, em representação dos países africanos de língua oficial portuguesa, que deliberou por unanimidade outorgar no corrente ano o Prémio Camões à escritora Agustina Bessa Luís. O escritor Germano de Almeida, que integra também este júri, também em representação dos países africanos de língua oficial portuguesa, não esteve presente nem participou nos trabalhos do júri, por dificuldades de deslocação a Portugal.

O júri tomou em consideração que a obra de Agustina Bessa Luís traduz a criação de um universo romanesco de riqueza incomparável que é servido pelas suas excepcionais qualidades de prosadora, assim contribuindo para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum.

Ao décimo nove dia do mês de Maio do ano de 2004.

O Presidente,

(Zuenir Ventura)

(Heloisa Buarque de Hollanda)

(Eduardo Prado Coelho)

(Vasco Graça Moura)

(Lourenço do Rosário)

ACTA DO JÚRI DA 20ª SESSÃO DO PRÉMIO LUÍS DE CAMÕES

No dia 26 de Julho de 2008, reuniu-se o júri do Prémio Luís de Camões, constituído por Ruy Espinheira Filho, que presidiu, e Marco Lucchesi, pela parte brasileira, por Maria de Fátima Marinho e Maria Lúcia Lepecki, pela parte portuguesa, e por Corsino Fortes e João Melo, em representação dos países africanos de língua oficial portuguesa, que deliberou por maioria outorgar no corrente ano o Prémio Camões ao escritor João Ubaldo Ribeiro. Maria Lúcia Lepecki, que integra este júri, pela parte portuguesa, não esteve presente por motivos de saúde, mas participou telefonicamente nos trabalhos.

Levando em consideração o alto nível da obra literária de João Ubaldo Ribeiro, especialmente densa das culturas portuguesa, africanas e dos habitantes originais do Brasil, o júri resolveu atribuir-lhe o Prémio Luís de Camões de 2008.

Ao vigésimo sexto dia do mês de Julho do ano de 2008.

O Presidente,

(Ruy Espinheira Filho)

(Marco Lucchesi)

(Maria de Fátima Marinho)

(Maria Lúcia Lepecki)

(Corsino Fortes)

(João Melo)

ATA do júri da 23ª reunião do prêmio Luís de Camões, 2011.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

ATA DO JÚRI DA 23ª. REUNIÃO DO PRÊMIO LUÍS DE CAMÕES

As dez horas, do dia doze de maio de 2011, na Fundação Biblioteca Nacional, reuniu-se o Júri do Prêmio Camões, constituído por Abel Barros Baptista, que presidiu, Rosa Maria Martelo pela parte portuguesa, por Edla Van Steen e Antonio Carlos Secchin pela brasileira e por Inocência Mata e Ana Paula Tavares, em representação dos países africanos de língua oficial portuguesa. Por unanimidade o Júri outorgou o Prêmio Camões 2011 ao **escritor português Manuel António Pina**.

O júri teve em consideração a originalidade e diversidade do conjunto da obra premiada, na qual a poesia, a crônica, a ficção e o texto dramático se articulam num percurso coerente.

O Júri destacou a originalidade do poeta e também enfatizou a inteligência e a criatividade da obra para a infância de Manuel António Pina, bem como o modo como esta se integra numa escrita caracterizada pela permanente inquirição da linguagem e pela afirmação da complexidade e da atitude crítica na definição do indivíduo e na prática da cidadania.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2011.

ACTA do júri da 24ª sessão do prémio Luís de Camões, 2012.

ACTA DO JÚRI DA 24ª SESSÃO DO PRÉMIO CAMÕES

No dia 21 de Maio de 2012, reuniu-se o júri do Prémio Luís de Camões, constituído por Silviano Santiago, que presidiu, e por Alcir Pécora, pela parte brasileira, por Rosa Maria Martelo e por Abel Barros Baptista, pela parte portuguesa, por Ana Paula Tavares e por João Paulo Borges Coelho, em representação dos países africanos de língua oficial portuguesa, que deliberou por unanimidade outorgar no corrente ano o Prémio Camões ao escritor Dalton Trevisan.

Dalton Trevisan significa uma opção radical pela literatura enquanto arte da palavra, tanto nas suas incessantes experimentações com a língua portuguesa, muitas vezes em oposição a ela mesma, quanto na sua dedicação ao fazer literário, sem concessões às distrações da vida pessoal e social.

Lisboa, ao vigésimo primeiro dia do mês de Maio do ano de 2012.

ATA do júri da 25ª reunião do prêmio Luís de Camões, 2013.

ATA DO JÚRI DA 25ª. REUNIÃO DO PRÊMIO CAMÕES

Às quinze horas e trinta minutos, do dia vinte e sete de maio de 2013, na Fundação Biblioteca Nacional, reuniu-se o Júri do Prêmio Camões, constituído por Clara Crabbé Rocha, que presidiu, e José Carlos Vasconcelos, pela parte portuguesa, Alberto da Costa e Silva e Antonio Alcir Pécora, pela parte brasileira, e José Eduardo Agualusa, em representação de Angola e João Paulo Borges Coelho em representação de Moçambique, este último via *web conferência*.

O Júri outorgou o Prêmio Camões 2013, por unanimidade, ao **escritor moçambicano Mia Couto**.

Em trinta anos de publicação, Mia Couto construiu uma vasta obra ficcional caracterizada por uma profunda humanidade e pela inovação estilística, que tem sabido renovar e enriquecer ao longo da sua produção.

Com livros traduzidos em cerca de trinta idiomas e uma já ampla fortuna crítica, tornou-se um dos autores de língua portuguesa mais conhecidos para além das fronteiras moçambicanas, circunstância que evidencia a articulação entre local e global, decisiva na sua obra.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2013

ACTA do júri da 26ª sessão do prémio Luís de Camões, 2014.

ACTA DO JÚRI DA 26ª SESSÃO DO PRÉMIO LUÍS DE CAMÕES

No dia 30 de maio de 2014, reuniu-se em Lisboa o júri do Prémio Luís de Camões, constituído por Affonso Romano de Sant'Anna, poeta e ensaísta, que presidiu, e por Antonio Carlos Secchin, poeta e ensaísta, pela parte brasileira, por Rita Marnoto, ensaísta, e por José Carlos Vasconcelos, jornalista e poeta, pela parte portuguesa, por José Eduardo Agualusa, escritor angolano, e por Mia Couto, escritor moçambicano, pela parte dos países africanos de língua oficial portuguesa, que deliberou por unanimidade outorgar o Prémio Camões ao escritor Alberto da Costa e Silva, poeta, memorialista, ensaísta, historiador e destacado especialista de História de África.

Mantendo a mesma elevada qualidade literária em todos os géneros que praticou, a sua refinada escrita costurou uma obra marcada pela transversalidade.

A obra de Alberto da Costa e Silva é também uma contribuição notável na construção de pontes entre países e povos de língua portuguesa.

Ao trigésimo dia do mês de maio do ano de 2014.

ACTA do júri da 28ª sessão do prémio Luís de Camões, 2016.

ACTA DO JÚRI DA 28ª SESSÃO DO PRÉMIO CAMÕES

No dia 30 de maio de 2016, reuniu-se o júri do Prémio Camões, constituído por Sérgio Alcides do Amaral, poeta, ensaísta, e tradutor, que presidiu, e por Flora Sússekind, ensaísta, pela parte brasileira, por Paula Morão, ensaísta, e por Pedro Mexia, poeta e crítico, pela parte portuguesa, por Inocência Mata, ensaísta santomense, e por Lourenço do Rosário, ensaísta moçambicano, pela parte dos países africanos de língua oficial portuguesa. Por motivos imprevistos e inultrapassáveis, a jurada Flora Sússekind não pode participar presencialmente, intervindo, no entanto, nos trabalhos do júri por via web.

O júri deliberou por unanimidade apresentar uma moção em que se encoraja as Partes contratantes do Prémio Luís de Camões a abrir à adesão os outros Estados Partes da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, de acordo com o Art.º 9 do Protocolo Modificativo do Protocolo Que Institui o Prémio Camões.

O júri deliberou por unanimidade outorgar o Prémio Camões de 2016 ao escritor brasileiro Raduan Nassar. Através da ficção, o autor revela, no universo da sua obra, a complexidade das relações humanas em planos dificilmente acessíveis a outros modos do discurso. Muitas vezes essa revelação é agreste e incómoda, e não é raro que aborde temas considerados tabu. Essa possibilidade dá-se no uso rigoroso de uma linguagem cuja plasticidade se imprime em diferentes registos discursivos verificáveis numa obra que privilegia a densidade acima da extensão.

ATA do júri da 29ª reunião do prêmio Luis de Camões, 2017.

ATA DO JÚRI DA 29ª. REUNIÃO DO PRÊMIO CAMÕES

Às quatorze horas do dia oito de junho de 2017, na Fundação Biblioteca Nacional, reuniu-se o Júri do Prêmio Camões, constituído por Paula Morão, que presidiu, e Maria João Reynaud, pela parte portuguesa, Leyla Perrone Moysés e José Luís Jobim, pela parte brasileira, José Luis Tavares, em representação de Cabo Verde, e Lourenço de Rosário, em representação de Moçambique.

O Júri outorgou o Prêmio Camões 2017, por unanimidade, ao **escritor português Manuel Alegre**. Considerou o júri, na sua apreciação, a obra poética, iniciada em 1965, a obra ficcional, consistente e coerente, e ainda a obra de reflexão ensaística, não podendo dispensar a referência à cidadania, que Manuel Alegre exerceu e exerce de modo coeso e exemplar, sendo uma referência no plano cívico e encarnando a imagem pública do poeta empenhado na defesa de um humanismo trans-histórico.

Foram igualmente ponderados os nomes de Augusto de Campos, Vítor Aguiar e Silva, José Eduardo Agualusa e Fernando Echevarría.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelas 15.45h.

Dela se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por todos os membros do Júri.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2017.

ACTA do júri da 30ª sessão do prémio Luís de Camões, 2018.

ACTA DO JÚRI DA 30ª SESSÃO DO PRÉMIO CAMÕES

No dia 21 de maio de 2018, reuniu-se o júri do Prémio Camões, constituído por José Luis Jobim, professor da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que presidiu, Leyla Perrone-Moisés, professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pela parte brasileira, por Maria João Reynaud, professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e por Manuel Frias Martins, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela parte portuguesa, por Ana Paula Tavares, angolana, poeta e professora de Literaturas Africanas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e José Luís Tavares, cabo-verdiano, poeta, pela parte dos países africanos de língua oficial portuguesa.

O júri deliberou conceder por unanimidade o Prémio Camões do presente ano ao autor cabo-verdiano Germano de Almeida, pela riqueza de uma obra onde se equilibram a memória, o testemunho e a imaginação. A inventividade narrativa alia-se ao virtuosismo da ironia num exercício de liberdade, de ética e de crítica. Conjugando a experiência insular e da diáspora cabo-verdiana, a obra de Germano de Almeida atinge uma universalidade exemplar no que respeita à plasticidade de língua portuguesa.

Ao vigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de 2018.

ATA do júri da 31ª reunião do prêmio Luis de Camões, 2019.

ATA DO JÚRI DA 31ª. REUNIÃO DO PRÊMIO CAMÕES

Às quatorze horas do dia vinte e um de maio de 2019, na Fundação Biblioteca Nacional, reuniu-se o Júri do Prêmio Camões, constituído por **Manuel Frias Martins, que presidiu, e Clara Rowland pela parte portuguesa, Antonio Carlos Hohlfeldt e Antonio Cicero, pela parte brasileira, Ana Paula Tavares, em representação de Angola, e Nataniel Ngomane, em representação de Moçambique.**

O Júri decidiu, por unanimidade, atribuir o Prémio Camões a **CHICO BUARQUE DE HOLLANDA** pela qualidade e transversalidade da sua obra, tanto através de géneros e formas, quanto pela sua contribuição para a formação cultural de diferentes gerações em todos os países onde se fala a língua portuguesa. O Júri reconheceu o valor e o alcance de uma obra multifacetada, repartida entre poesia, drama e romance. O seu trabalho atravessou fronteiras e mantém-se como uma referência fundamental da cultura do mundo contemporâneo.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelas 15.45h.

Dela se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os membros do Júri.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2019.

ACTA do júri da 32ª sessão do prémio Luís de Camões, 2020.

ACTA DO JÚRI DA 32ª SESSÃO DO PRÉMIO CAMÕES

No dia 27 de outubro de 2020, reuniu-se o júri do Prémio Camões, por via virtual e presencial, constituído por Antonio Hohlfeldt, ensaísta e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que presidiu, e Antonio Cícero, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras, pela parte brasileira; por Clara Rowland, ensaísta e professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e por Carlos Mendes de Sousa, ensaísta e professor da Universidade do Minho, pela parte portuguesa; por Tony Tcheka, guineense, escritor, jornalista e Presidente da Associação de Escritores da Guiné-Bissau, e por Nataniel Ngomane, moçambicano, ensaísta e professor da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane e Presidente do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, por parte dos países africanos de língua oficial portuguesa.

O júri deliberou conceder por maioria o Prémio Camões do presente ano ao autor Vitor Manuel Aguiar e Silva.

A atribuição do Prémio Camões a Vítor Aguiar e Silva reconhece a importância transversal da sua obra ensaística, e o seu papel activo relativamente às questões da política da língua portuguesa e ao cânone das literaturas de língua portuguesa.

No âmbito da teoria literária, a sua obra reconfigurou a fisionomia dos estudos literários em todos os países de língua portuguesa. Objecto de sucessivas reformulações, a *Teoria da Literatura* constitui-se como exemplo emblemático de um pensamento sistematizador que continuamente se revisita. Releve-se igualmente o importante contributo dos seus estudos sobre Camões.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de outubro do ano de 2020.

O Presidente,

(Antonio Hohlfeldt)

(Antonio Cícero)

(Clara Rowland)

(Carlos Mendes de Sousa)

(Tony Tcheka)

(Nataniel Ngomane)